

**ANNA CRISTINA ANDRADE FERREIRA**

**O DESCUIDO DE SE TOMBAR:  
A importância da paisagem cultural dos engenhos de cachaça e rapadura  
como patrimônio do município de Areia.**



**João Pessoa, julho de 2010**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



**O descuido de se tombar:**  
**A importância da paisagem cultural dos engenhos de**  
**cachaça e rapadura como patrimônio do município de Areia.**  
*Anna Cristina Andrade Ferreira*

---

**ANNA CRISTINA ANDRADE FERREIRA**

**O DESCUIDO DE SE TOMBAR:**  
**A importância da paisagem cultural dos engenhos de cachaça e rapadura**  
**como patrimônio do município de Areia.**

**João Pessoa, julho de 2010**

---



O descuido de se tombar:  
A importância da paisagem cultural dos engenhos de  
cachaça e rapadura como patrimônio do município de Areia.  
*Anna Cristina Andrade Ferreira*

---

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Centro de Tecnologia – CT

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU

Anna Cristina Andrade Ferreira

**O DESCUIDO DE SE TOMBAR:  
A importância da paisagem cultural dos engenhos de cachaça e rapadura  
como patrimônio do município de Areia.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Tecnologia da Universidade Federal da Paraíba, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup> Maria Berthilde de Barros Lima e Moura Filha

Área de Concentração: História da Arquitetura e do Urbanismo

Linha de Pesquisa: Projeto e Memória

João Pessoa, julho de 2010.

---



O descuido de se tombar:  
A importância da paisagem cultural dos engenhos de  
cachaça e rapadura como patrimônio do município de Areia.  
*Anna Cristina Andrade Ferreira*

---

*F383d Ferreira, Anna Cristina Andrade.*

**O descuido de se tombar: a importância da paisagem cultural dos  
engenhos de cachaça e rapadura como patrimônio do município de Areia /  
Anna Cristina Andrade Ferreira. -- João Pessoa: [s.n.], 2010.**

*197 f.: il*

*Orientadora: Maria Berthilde de Barros Lima e Moura Filha.  
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CT.*

*1.Patrimônio histórico. 2.Paisagem cultural. 3.Engenhos –  
Areia(PB).*

---



O descuido de se tombar:  
A importância da paisagem cultural dos engenhos de  
cachaça e rapadura como patrimônio do município de Areia.  
Anna Cristina Andrade Ferreira

---

**“O DESCUIDO DE SE TOMBAR: A IMPORTÂNCIA DA PAISAGEM  
CULTURAL DOS ENGENHOS DE CACHAÇA E RAPADURA COMO  
PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE AREIA”**

**Por**

Anna Cristina Andrade Ferreira

**Dissertação aprovada em 27 de setembro de 2010**

**Período Letivo: 2010.1**

**Prof. Dr. Maria Berthilde de Barros Lima E Moura Filha – UFPB**  
**Orientadora**

**Profa. Dra. Doralice Sátyro Maia – UFPB**  
**Examinador Interno**

**Prof. Dr. Rafael Winter Ribeiro – UFRJ**  
**Examinador Externo**

João Pessoa-PB  
2010

---



O descuido de se tomar:  
A importância da paisagem cultural dos engenhos de  
cachaça e rapadura como patrimônio do município de Areia.  
*Anna Cristina Andrade Ferreira*

---

A todos aqueles que participaram e foram testemunhas da história dos Engenhos de cachaça e rapadura de Areia/PB, que preservam sua paisagem e mantêm viva sua tradição. Dedico.

---



## **Meus Agradecimentos**

A Deus;

Aos meus pais e irmãos, pela vida, pelo carinho e pelo apoio com que sempre pude contar;

A Tito, pelo apoio e companhia;

Ao restante de minha família pelo apoio e compreensão;

À D. Tais e Dr. Milton por se tornarem minha segunda família e pelo apoio de sempre;

À Berthilde pela sabedoria compartilhada, e a orientação nos momentos de desespero;

Aos professores Rafael Winter e Doralice Sátyro por ajudarem a melhorar o meu trabalho e enriquecer o meu aprendizado;

À Christiane e Carla Gisele pela paciência, sabedoria e amizade;

À Anna Maria pela amizade, companhia, paciência, apoio, livros emprestados, carões, conversas, discussões e um ombro;

À Rafaela Mabel, Maria Helena, Jussara e Mércia, por serem ótimas e pelo conhecimento e bibliografia compartilhados;

A Dimitri, Manuela, Manoel, Vladimir, Rui e Eduardo meus colegas queridos durante a realização do PPGAU;

A Naudiney pela pesquisa cedida, conselhos e amizade;

A Juliano Carvalho pelos trabalhos cedidos;

Aos coordenadores e professores do PPGAU/UFPB pelo aprendizado e as conversas motivadoras;

A Sinval pelos problemas resolvidos;

Ao REUNI pela bolsa de mestrado;

Aos colegas do PPGG e PPGH com quem tive o prazer de compartilhar a sala de aula e muito me ajudaram nas questões geográficas e históricas;

Ao senhor Ariosvaldo Barreto por me acompanhar durante as visitas aos engenhos e pela paciência com que respondeu às minhas perguntas e curiosidades;

---



Ao senhor Josenildo Quirino por me acompanhar durante as visitas aos engenhos e pelas valiosas informações coletadas;

À Maria José, funcionária do Museu do Brejo Paraibano, e aos proprietários dos engenhos visitados em Areia/PB, pelo carinho com que me receberam, a boa vontade com que responderam minhas perguntas e a permissão para fotografar suas propriedades;

A Umbelino Peregrino, Eliane de Castro e todas as pessoas que fazem parte, ou já fizeram, da Superintendência do IPHAN na Paraíba, pelos ensinamentos e carinho de sempre;

A Hilário, Rachel, Rudson e Roque por me auxiliarem nas pesquisas no Arquivo Central do IPHAN, e pela companhia durante a estadia no Rio de Janeiro/RJ;

Aos arquitetos Carlos Fernando de Moura Delphim e Sergio Treitler, da Coordenação-Geral de Patrimônio Natural e Paisagem Cultural do IPHAN, pela atenção, informações, textos e livros cedidos;

Aos funcionários da Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência do IPHAN pelo carinho, atenção e informações compartilhadas;

Aos meus colegas da turma 2007 do Programa de Especialização em Patrimônio, pela amizade, ensinamentos e companheirismo;

Às pessoas que me atenderam e me cederam material de pesquisa na FUNASA, SUDEMA, INTERPA, IBGE, IHGP, CERAL e UFPB, além dos arquivos e bibliotecas visitados;

Às minhas amigas e amigos antigos, pelo companheirismo de uma vida inteira, e aos novos, pelo que vivemos e vamos viver juntos;

Enfim, a todas as pessoas envolvidas diretamente ou indiretamente na realização deste trabalho, que contribuíram e me ajudaram de alguma forma, o meu muito obrigada.

---



## **Resumo**

Esta dissertação visa investigar a importância do município de Areia, na Paraíba, enquanto uma paisagem cultural formada pela junção de seu meio urbano e rural. A cidade de Areia é um dos mais recentes sítios urbanos a receber a alcunha de Patrimônio Histórico Nacional, tendo seu tombamento homologado no ano de 2006, devido a sua importância histórica, arquitetônica, urbanística e paisagística. Se distinguindo, principalmente, por sua implantação urbana e expansão acompanhando o cume da Serra da Borborema. Porém, a proteção patrimonial privilegiou apenas a salvaguarda do núcleo urbano, sendo a paisagem renegada a “moldura” da cidade. No entanto, o que se percebe revendo a história do município é que a paisagem, formada principalmente por sua área rural, sobretudo os engenhos de cachaça e rapadura, configura um patrimônio cultural tão ou mais importante que o urbano. O crescimento e desenvolvimento do município têm se baseado na agricultura, e atravessou diversos períodos econômicos ao longo de sua história: algodão, cana-de-açúcar, café, agave e pecuária, mas, dentre todas essas culturas, a cana-de-açúcar tem se comportado como aquela intermitente, que nunca foi totalmente abandonada. Assim sendo, foram os engenhos de cachaça e rapadura que delinearão seu crescimento, influenciando diretamente os aspectos sociais, econômicos, urbanos e culturais de Areia, e reforçando sua tradição como município produtor de cachaça e rapadura. O conjunto de formas diferentes de patrimônio que compõe a paisagem dos engenhos – a arquitetura, as características ambientais, o patrimônio imaterial – auxiliaram na formação e transformação da paisagem do município, e em suas características urbanas e culturais. Todas essas questões levam a refletir sobre a importância dos engenhos para a história e a cultura do município e a necessidade de se promover a salvaguarda destes, enquanto documentos importantes na preservação da identidade cultural de Areia.

**Palavra-chave:** Paisagem Cultural, Patrimônio Histórico, Engenho, Cidade de Areia.

---



## **Abstract**

This study aims to investigate the importance of the city of Areia, Paraíba, as a cultural landscape formed by the junction of its urban and rural. The City of Areia is one of the newest urban sites to receive the title of National Heritage, with its tumbling approved in 2006, due to its historical, architectural, urban and landscape importance. It is distinguished primarily by their location and urban expansion following the ridge of the Serra Borborema. However, the favored asset protection only to safeguard the urban core, with the landscape denying the "frame" of the city. However, what is perceived by reviewing the history of the city is the landscape, formed mainly by their rural area, especially the mills of "cachaça" and "rapadura", sets up a cultural heritage as or more important than the urban. The growth and development of the city have been based on agriculture, and through different economic periods throughout its history: cotton, sugar cane, coffee, agave and cattle breeding, but out of all these crops, the sugar cane has behaved like that intermittent, never totally abandoned. Thus, were the engines of "cachaça" and "rapadura" which outlined its growth, influencing directly the social, economic, urban and cultural Areia, and strengthening its tradition as producing city of "cachaça" and "rapadura". The set of different forms of assets that comprise the landscape of the mills - the architecture, environmental characteristics, the intangible heritage - assisted in the configuration and transformation of the landscape of the city, and urban and cultural characteristics. All these issues lead to reflect on the importance of the mills to the history and culture of the city and the need to promote their safeguarding, while important documents in preserving the cultural identity of Areia.

**Keyword:** Cultural Landscape, Historic Heritage, Mill, Areia City.

---



## Lista de Figuras

<b>Figura 1</b> Ocupação da Capitania da Paraíba em 1634	<b>37</b>
<b>Figura 2</b> Ocupação da Paraíba em 1640	<b>40</b>
<b>Figura 3</b> Mapa da ocupação da Capitania da Paraíba em 1700	<b>42</b>
<b>Figura 4</b> Ocupação territorial nos séculos XVI, XVII e XVIII	<b>44</b>
<b>Figura 5</b> Microrregiões do estado da Paraíba	<b>45</b>
<b>Figura 6</b> Ocupação inicial de Areia em 1701	<b>46</b>
<b>Figura 7</b> Mapa da ocupação da Capitania da Paraíba em 1766	<b>47</b>
<b>Figura 8</b> Vista aérea da cidade de Areia	<b>48</b>
<b>Figura 9</b> Ocupação de Areia em 1801	<b>50</b>
<b>Figura 10</b> Ocupação posterior, em 1821	<b>50</b>
<b>Figura 11</b> Teatro Minerva	<b>52</b>
<b>Figura 12</b> Ocupação de Areia em 1847	<b>53</b>
<b>Figura 13</b> Aspecto da rua central ao final do século XIX e início do XX	<b>54</b>
<b>Figura 14</b> Casa de comércio no início do século XX	<b>54</b>
<b>Figura 15</b> Mapeamento das propriedades rurais de Areia	<b>59</b>
<b>Figura 16</b> Plantação de cana-de-açúcar no Engenho Bujari	<b>60</b>
<b>Figura 17</b> Estado de conservação atual das instalações da Usina Santa Maria	<b>62</b>
<b>Figura 18</b> Engenho Várzea do Quati	<b>62</b>
<b>Figura 19</b> Implantação de um condomínio na zona rural de Areia	<b>63</b>
<b>Figura 20</b> Barragem Pau-Ferro e casa grande do Engenho Escarlata II	<b>64</b>
<b>Figura 21</b> Implantação do Engenho Marés	<b>66</b>
<b>Figura 22</b> Implantação do Engenho Jardim	<b>67</b>
<b>Figura 23</b> Vista aérea do Engenho Santa Helena	<b>68</b>
<b>Figura 24</b> Bagaceira no Engenho Mandaú	<b>69</b>
<b>Figura 25</b> Depósito no Engenho Vaca Brava de Baixo	<b>69</b>
<b>Figura 26</b> Casa de farinha no Engenho Buraco	<b>69</b>
<b>Figura 27</b> Fábrica do Engenho Ipueira	<b>70</b>
<b>Figura 28</b> Fábrica do Engenho Cachoeira	<b>71</b>
<b>Figura 29</b> Fábrica do Engenho Santa Helena	<b>71</b>



---

<b>Figura 30</b> Fábrica do Engenho Fechado	<b>71</b>
<b>Figura 31</b> Fábrica do Engenho Vaca Brava de Baixo	<b>72</b>
<b>Figura 32</b> Casa-Grande do antigo Engenho Escarlata II	<b>72</b>
<b>Figura 33</b> Casa-Grande do Engenho Ipueira	<b>73</b>
<b>Figura 34</b> Casa-Grande do Engenho Quati I	<b>73</b>
<b>Figura 35</b> Casa-Grande do antigo Engenho Ipueira de Oswaldo Pina	<b>73</b>
<b>Figura 36</b> Casa-Grande do Engenho Várzea do Quati	<b>74</b>
<b>Figura 37</b> Casa-Grande do Engenho Fechado de Cima	<b>74</b>
<b>Figura 38</b> Casa-Grande e capela do Engenho Buraco	<b>74</b>
<b>Figura 39</b> Capela no Engenho Ipueira São João	<b>75</b>
<b>Figura 40</b> Capela no antigo Engenho Macaíba	<b>75</b>
<b>Figura 41</b> Capela no antigo Engenho Saburá	<b>75</b>
<b>Figura 42</b> Mapa hidrográfico do município de Areia	<b>76</b>
<b>Figura 43</b> Mapa topográfico do município de Areia	<b>77</b>
<b>Figura 44</b> Vista da implantação do Engenho Ipueira	<b>78</b>
<b>Figura 45</b> Fabricação artesanal da rapadura no Engenho Bujari	<b>79</b>
<b>Figura 46</b> Fabricação artesanal da rapadura no Engenho Bujari	<b>79</b>
<b>Figura 47</b> Fabricação artesanal da rapadura no Engenho Bujari	<b>79</b>
<b>Figura 48</b> Rapadura embalada com palha da bananeira, Engenho Santa Helena	<b>79</b>
<b>Figura 49</b> Cidade de Congonhas do Campo/MG	<b>82</b>
<b>Figura 50</b> Cidade de Ouro Preto/MG	<b>85</b>
<b>Figura 51</b> Cidade de Paraty/RJ	<b>87</b>
<b>Figura 52</b> Cidade de Areia/PB	<b>88</b>
<b>Figura 53</b> Casa e Capela do Engenho São Miguel das Almas	<b>91</b>
<b>Figura 54</b> Casa e capela do Engenho Freguesia	<b>92</b>
<b>Figura 55</b> Casa, capela e sobrado da Fazenda Acauã	<b>93</b>
<b>Figura 56</b> Vista aérea do Museu da Rapadura, antigo Engenho da Várzea	<b>94</b>
<b>Figura 57</b> Capela da Fazenda Borda do Campo	<b>97</b>
<b>Figura 58</b> Casa da Fazenda Borda do Campo	<b>97</b>

---



## Sumário

<b>Introdução</b> .....	2
<b>Capítulo I: A proteção do patrimônio rural enquanto paisagem cultural</b> .....	12
1.1. Do Monumento ao Patrimônio Cultural: uma revisão conceitual .....	12
1.2. A revisão do conceito de patrimônio no Brasil: do excepcional à paisagem cultural .....	18
1.3. O patrimônio rural enquanto patrimônio cultural e paisagístico .....	24
1.4. A paisagem cultural e sua proteção .....	27
<b>Capítulo II: Ocupação do Brejo Paraibano e formação da cidade de Areia</b> .....	35
2.1. Açúcar – da Zona da Mata ao Brejo .....	35
2.2. Areia: da formação urbana a um patrimônio reconhecido .....	45
2.3. A paisagem cultural de Areia .....	57
2.4. O patrimônio não reconhecido de Areia .....	64
<b>Capítulo III: O descuido de se tombar</b> .....	81
3.1. A proteção de Sítios Urbanos e Paisagens no Brasil .....	81
3.2. A proteção do patrimônio rural no Brasil .....	90
3.3. A proteção da paisagem cultural de Areia .....	98
<b>Conclusão</b> .....	100
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	101
<b>Apêndices</b>	
<b>Anexos</b>	

---



## Introdução

Este trabalho visa demonstrar a importância da paisagem cultural formada pelos engenhos de cachaça e rapadura do município de Areia, na Paraíba, enquanto patrimônio histórico e cultural.

A cidade de Areia é um dos mais recentes sítios urbanos a receber a alcunha de Patrimônio Histórico Nacional, tendo seu tombamento homologado no ano de 2006<sup>1</sup>, devido a sua importância histórica, arquitetônica, urbanística e paisagística. Ela se distingue principalmente pela implantação urbana e expansão acompanhando o cume da Serra da Borborema, com ruas sinuosas.

No ano de 2002 a Associação Amigos de Areia – AMAR encaminhou uma solicitação ao IPHAN, que procedeu a elaboração da instrução de tombamento da cidade, documento onde são apresentados os dados da localidade e as justificativas que a fazem merecer o título de patrimônio nacional, além do parecer do órgão de proteção, que deu início ao Processo N° 1489-T-02, e levou ao tombamento do núcleo urbano de Areia, homologado no ano de 2006.

A área tombada, e entorno, privilegiou a proteção do núcleo urbano, sendo a paisagem mencionada, apenas, enquanto entorno da cidade, como consta em sua instrução de tombamento: “*a paisagem que emoldura o meio físico credita indubitavelmente qualidades ambientais singulares a cidade de Areia*” (IPHAN, 2004, p. 32-33). No entanto, o que se percebe, revendo a história do município, é que a paisagem, formada, principalmente, por sua área rural, sobretudo os engenhos de cachaça e rapadura, configura um patrimônio cultural tão ou mais importante que a área urbana e seus bens arquitetônicos, cujo conjunto, urbano e rural, pode ser classificado como uma paisagem cultural por agregar valores materiais e imateriais, transformando o meio natural.

Diante desta constatação, a questão norteadora desta pesquisa foi: **A paisagem cultural dos engenhos de cachaça e rapadura do município de Areia configura um bem a ser protegido como patrimônio cultural?**

Segundo Carl SAUER (2004, p. 59) “*A paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural o meio, a*

---

<sup>1</sup>Areia teve seu núcleo urbano reconhecido como patrimônio estadual, através do Decreto n°. 8.312, de 8 de dezembro de 1979, e em 2006 seu centro histórico foi tombado como patrimônio histórico nacional, através do Processo de Tombamento N° 1489-T-02.



*paisagem cultural, o resultado*”. Assim, a paisagem cultural é uma porção do território cujas características expressam a ação do homem sobre o meio natural, e vice-versa, ou seja, é a ligação entre elementos naturais e culturais, onde o homem transforma a natureza, e ao mesmo tempo, precisa adaptar-se a ela.

Para entender a importância da paisagem de Areia é preciso conhecer algumas das características do sítio. O atual município está localizado na microrregião do Brejo Paraibano, implantado no lado oriental do relevo íngreme da serra da Borborema, e toda sua área urbana se encontra a cerca de 620 metros de altitude, com as ruas acompanhando as curvas da serra onde foi implantada a cidade. Essa condição faz com que Areia seja circundada por um cinturão verde formado pelos vales e várzeas, onde se encontram, quase sempre, as plantações de cana-de-açúcar, e pelos morros cobertos por áreas de pasto ou áreas reflorestadas.

As características físicas de Areia foram favoráveis à implantação dos engenhos de cana-de-açúcar, devido ao seu clima úmido, com precipitações médias anuais em torno de 1250 mm e temperatura média oscilando entre 24°C e 25°C. O município é banhado pela bacia do rio Mamanguape e seus afluentes são os responsáveis pela formação de estreitas várzeas onde os engenhos eram implantados (ALMEIDA, 1994, p. 15).

Sua ocupação teve início no século XVII<sup>2</sup>, inicialmente servindo como pouso de tropeiros, que logo se torna uma pequena povoação com a chegada de colonizadores e comerciantes no interior da Capitania da Paraíba (ALMEIDA, 1958, p. 31; MORAES, 2008, p. 12). Embora a atividade comercial tenha tido um papel importante no crescimento e desenvolvimento da cidade, o município tem sua economia baseada na agricultura, e atravessou diversos períodos econômicos ao longo de sua história: algodão, cana-de-açúcar, café, agave e pecuária, mas, dentre todas essas culturas, a cana-de-açúcar tem se comportado como uma cultura intermitente, que nunca foi totalmente abandonada, assim, foram os engenhos de cachaça e rapadura que delinearão seu crescimento, influenciando diretamente os aspectos sociais, econômicos, urbanos e culturais de Areia, e reforçando sua tradição como município produtor de cachaça e rapadura.

A princípio, a realização desta pesquisa tinha o intuito de caracterizar os engenhos localizados em Areia, pré-inventariando uma parcela destes, e demonstrando a relação destes com o meio natural através do conceito de paisagem cultural. Porém, com o início da pesquisa

---

<sup>2</sup>A história de Areia, sobretudo a conquista de seu território, sua ocupação urbana e a influência da área rural, serão melhor explorados nos subitens 2, 3 e 4 do Capítulo II deste trabalho.



bibliográfica, surge a inquietação de entender porque o tombamento havia se limitado à área urbana da cidade se esta possuía um patrimônio rural tão importante para sua história? Esta inquietação incide não só sobre o tombamento como patrimônio nacional, homologado em 2006, mas também sobre o tombamento estadual que protegia o perímetro da cidade desde o final da década de 1970.

Essa preocupação tomou uma proporção maior com o início da pesquisa de campo realizada entre os meses de janeiro e maio de 2009, quando houve um contato com os engenhos, os elementos paisagísticos e culturais que os compunham e as pessoas que viviam naquela realidade. Visitando estes engenhos certificamos que o patrimônio rural não pode ser estudado enquanto arquitetura apenas, ele transcende o fato de ser um conjunto de instalações funcionais. No caso dos engenhos, a relação da arquitetura com a natureza, as questões sociais, econômicas e, principalmente, as questões culturais é indissociável.

Na problematização do objeto de estudo, podemos verificar mudanças em todos os tipos de patrimônio que compõem aquela paisagem.

Quanto à arquitetura, o que chamou a atenção foram as mudanças ocorridas com os engenhos no decorrer do século XX, sobretudo as demolições, sem o acompanhamento dos órgãos de proteção do patrimônio histórico, causando perdas a um patrimônio tão rico.

Com relação à paisagem natural, uma das alterações mais significativas tem sido a substituição de áreas de canavial por cercados de pasto, pois a pecuária tem ganhado cada vez mais espaço na região, substituindo a agricultura em algumas propriedades.

Atualmente, outro fator verificado, quanto às relações sociais, é a diminuição do número de casas de moradores nos engenhos. O que se vê são propriedades que possuíam diversas casas de moradores, e hoje, devido às exigências trabalhistas e a baixos salários, não dispõem mais do que duas ou três. Essas casas, que normalmente ficavam afastadas da casa-grande e perto das áreas de plantio, são elementos importantes dos engenhos, pois eram construídas para abrigar os trabalhadores, que ocupavam uma pequena porção da propriedade onde trabalhavam no cultivo da cana.

A diminuição do número de moradores indica, ainda, uma perda cultural imaterial significativa, primeiramente no que diz respeito à fabricação da rapadura, que é feita de forma artesanal e “intuitiva” por um mestre rapadureiro e seus auxiliares, responsável por dar o “ponto do melado no olho”, ofício passado de geração a geração que vem sendo abandonado pelos mais jovens, que preferem migrar para a área urbana em busca de empregos. E uma



perda maior em relação às manifestações culturais praticadas por essas pequenas comunidades que viviam nos engenhos, como festas religiosas, bandas de pífano e coco de roda, até as cantigas que eram entoadas pelos mestres rapadureiros durante o preparo da rapadura, que vem se perdendo com o tempo e a falta de registros (ALMEIDA, 1958, p. 106).

Esse conjunto de formas diferentes de patrimônio que compõe a paisagem dos engenhos – a arquitetura, as características ambientais, o patrimônio imaterial na fabricação da rapadura e nas festividades, os fatores econômicos e sociais – auxiliaram na formação e transformação da paisagem do município, e em suas características urbanas e culturais. Todas essas questões levam a refletir sobre a importância dos engenhos para a história e a cultura do município e a necessidade de se promover a salvaguarda destes, enquanto documentos importantes na preservação da identidade cultural de Areia.

Assim, foram detectados os assuntos que deveriam ser contemplados pela bibliografia:

- ✓ A preservação do patrimônio histórico e cultural;
- ✓ A paisagem cultural e o patrimônio rural;
- ✓ Os engenhos de cana-de-açúcar e sua relação com o município de Areia, o Brejo Paraibano e a Paraíba;
- ✓ A história de Areia e os fatores considerados para o tombamento da cidade.

Para um entendimento mais aprofundado sobre a preservação do patrimônio cultural, seus instrumentos de proteção e legislação, foi necessário traçar a trajetória da preocupação patrimonial, assim, Françoise CHOAY (2001) balizou o início dos trabalhos de pesquisa. Algumas obras de Maurice HALBWACHS (2006) e Jacques LE GOFF (2003), também foram importantes nesta fase dos trabalhos, pois, se a proteção patrimonial se volta para a preservação da memória, seria necessário buscar o seu significado. Esclarece LE GOFF que “a memória é um glorioso e admirável dom da natureza, através do qual reevocamos as coisas passadas, abraçamos as presentes e contemplamos as futuras, [...]” (LE GOFF, 2003, p. 447).

As cartas patrimoniais foram essenciais para se entender a evolução do conceito de patrimônio cultural e os instrumentos empregados na sua preservação. A pesquisa se balizou na Carta de Veneza (1964), por ser considerado o primeiro documento que propõe uma proteção patrimonial para além do edifício isolado. A partir dela foram analisados outros documentos que tratam da preservação das cidades e sítios, como a Recomendação de Paris,



(1972), o Manifesto de Amsterdã (1975) e a Recomendação de Nairóbi (1976), visando entender como se deu a ampliação do conceito de patrimônio cultural até se chegar ao conceito de paisagem cultural.

Ao adentrar na questão da preservação do patrimônio histórico no Brasil, Maria Cecília L. FONSECA (2005) e Maria Cristina R. SIMÃO (2006) foram importantes para o entendimento de como se deu o início da preocupação com o patrimônio nacional brasileiro, e como a proteção se voltava, quase que exclusivamente, para a preservação do patrimônio edificado, tendo em consideração o valor estético e excepcional do bem.

A criação do primeiro documento legal de proteção do patrimônio histórico e cultural, o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, torna mais claro essa inclinação à proteção arquitetônica, sobretudo por este instituir o tombamento como instrumento de salvaguarda.

Essa proteção voltada ao patrimônio construído fará com que, ao longo do século XX, outros tipos de legislação precisem ser criados para abarcar a proteção das outras categorias de patrimônio. Esse é o caso do Decreto Legislativo nº 3 (1948) para a proteção da fauna e da flora, e da Lei 3.924 de 26 de julho de 1961 que protege o patrimônio arqueológico e pré-histórico, e a Constituição Federal de 1988, que inclui no conceito de patrimônio as categorias excluídas pelo Decreto Lei 25. Mas embora esta garantisse a proteção do patrimônio imaterial, de fato, um instrumento de proteção que pudesse ser aplicado a esse tipo de bem surge com a criação do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial.

A partir daqui a bibliografia se volta para o foco principal da pesquisa, a proteção de paisagens culturais. O autor que norteou essa pesquisa foi Rafael Winter RIBEIRO (2007), que demonstra como a categoria de paisagem cultural pode ser aplicada na classificação de um bem como patrimônio histórico. A partir de suas referências, foram pesquisadas as obras dos geógrafos Carl SAUER (1925), Denis COSGROVE (1986) e Augustin BERQUE (1984), com o intuito de apreender o conceito de paisagem e paisagem cultural.

Sobre a preservação da paisagem cultural recorreu-se às cartas patrimoniais elaboradas recentemente, a Carta da Serra da Bodoquena (2007) e Carta de Bagé (2007), ambas configuram os primeiros documentos nacionais a tratar especificamente da categoria de paisagem cultural. Com a criação, em 2009, da Chancela da Paisagem Cultural, a proteção desse patrimônio passa a ser uma ação conjunta, ou seja, ao se aplicar a chancela deveria ser criado um acordo de proteção entre o órgão de proteção patrimonial, o poder executivo local e



os órgãos de proteção ambiental, visando garantir a preservação de todos os aspectos que compõem esse patrimônio.

Na pesquisa sobre a influência dos engenhos na ocupação do território paraibano foram utilizadas quatro obras principais, Berthilde MOURA FILHA (2005), Juliano CARVALHO (2008), Carla Gisele MORAES (2008) e Christiane SARMENTO (2007),

Com relação aos engenhos de cana-de-açúcar e sua relação com Areia, a obra de Horácio de ALMEIDA (1958) foi essencial para entender a relação entre o município e a cana-de-açúcar. Outra obra de extrema importância foi Antonio Augusto de ALMEIDA (1994) que elaborou um pré-inventário dos engenhos de Areia.

Outros autores ajudaram a delinear a importância dos engenhos para a formação cultural de Areia, a exemplo de Reinaldo de OLIVEIRA SOBRINHO (1958), Fernando Tasso PIRES (1994), Emília MOREIRA (1997), Marusia JAMBEIRO (1973), Leiliam DANTAS (2007), Ivan CAVALCANTI FILHO (2007).

Para reforçar a pesquisa documental, foram analisados alguns processos de tombamento de núcleos urbanos, pesquisados no arquivo central do IPHAN, no Rio de Janeiro – RJ. Dentre eles destaca-se o de Ouro Preto - MG (Processo de Tombamento Nº 70-T-38), Parati – RJ (Processo de Tombamento Nº 563-T-57), e Congonhas – MG (Processo de Tombamento Nº 0238-T-41), que juntamente com o processo de tombamento de Areia exemplificaram formas diferentes de proteção aplicadas a cidades. Também foram analisados os tombamentos de alguns bens que possam ser considerados “patrimônio rural”, visando entender como vem sendo pensada sua preservação.

Para concretização da pesquisa foi necessária a realização de trabalhos de campo. Assim, entre os meses de janeiro e maio de 2009, de acordo com o quadro 1, foram realizadas visitas às propriedades rurais onde existem ou existiram engenhos. Infelizmente, não foi possível a realização de entrevistas em todas as propriedades visitadas, devido à ausência dos proprietários, e/ou a negação em concedê-las, por parte destes ou de funcionários. Algumas propriedades precisaram ser revisitadas para realização das entrevistas ou complementação de alguns dados.

A estruturação do trabalho de campo se baseou, em parte, no método morfológico elaborado por SAUER, no que diz respeito a observação dos aspectos que formam a paisagem



cultural e estão além do alcance do olhar. Além disso, ele salienta que a paisagem pode sofrer mudanças através da substituição da cultura, o que tem ocorrido com os engenhos de Areia.

A paisagem cultural então é sujeita à mudanças pelo desenvolvimento da cultura ou pela substituição de culturas. A linha de dados a partir da qual a mudança é medida, tornando-se a condição natural da paisagem. A divisão de formas naturais e culturais é a base necessária para determinar a importância da área e o caráter da atividade humana (SAUER, 2004, p. 43).

Quadro 1. Propriedades rurais onde foram realizados os trabalhos de campo.

Nº	Nome da Propriedade	GPS	Entrevista	Ficha	Fotos	Data	Arquivo de Áudio	Atividade atual
1	Várzea	OK	OK	OK	OK	28/12/2008 <sup>3</sup>	NÃO	Museu do Brejo Paraibano
2	Chã de Alagoinha	OK	OK	OK	OK	28/12/2008	NÃO	Engenho
3	Vaca Brava de Baixo	OK	OK	OK	OK	15/01/2009	OK	Engenho/ Fazenda
4	Vaca Brava do Meio	OK	OK	OK	OK	15/01/2009	OK	Fornecimento de cana-de- açúcar/ Fazenda
5	Vaca Brava de Cima	OK	OK	OK	OK	15/01/2009	OK	Engenho/ Fazenda
6	Escarlate II (Barragem Pau- Ferro)	OK	NÃO	OK	OK	15/01/2009	NÃO	Submerso pela Barragem Pau-Ferro
7	Tapuio	OK	OK	OK	OK	22/01/2009	OK	Engenho/ Fazenda
8	Triunfo	OK	OK	OK	OK	22/01/2009	OK	Engenho/ Fazenda
9	Mineiro	OK	OK	OK	OK	22/01/2009	OK	Engenho/ Fazenda
10	Gameleira	OK	OK	OK	OK	22/01/2009	OK	Engenho/ Fazenda
11	Várzea do Quati	OK	OK	OK	OK	22/01/2009	OK	Engenho/ Fazenda
12	Bela Vista	OK	OK	OK	OK	12/02/2009	OK	Engenho
13	Jussara	OK	OK	OK	OK	12/02/2009	OK	Engenho
14	Mandaú	OK	OK	OK	OK	12/02/2009	OK	Engenho
15	Santo Antonio	OK	OK	OK	OK	12/02/2009	OK	Engenho
16	Ipueira (Ruína)	OK	NÃO	OK	OK	12/02/2009	NÃO	Abandonado
17	Quati I	OK	OK	OK	OK	12/02/2009	OK	Engenho
18	Carro	OK	OK	OK	OK	19/02/2009	OK	Engenho
19	Buraco	OK	NÃO	OK	OK	19/02/2009	NÃO	Fazenda
20	Cachoeira	OK	OK	OK	OK	19/02/2009	OK	Engenho
21	Monte Alegre (Quati III)	OK	OK (12/02/2009)	OK	OK	19/02/2009	OK	Engenho
22	Bujari	OK	OK	OK	OK	05/03/2009	OK	Engenho/

<sup>3</sup>O Museu do Brejo Paraibano (Engenho da Várzea) e o Engenho Chã de Alagoinha foram visitados antes do início das pesquisas de campo com uso da metodologia elaborada. O primeiro não foi revisitado por já haver informações suficientes sobre ele, sendo o tempo direcionado para aqueles ainda não conhecidos. O segundo não foi revisitado devido ao falecimento do proprietário, fato que dificultou o acesso à propriedade.



								Fazenda
23	São Patrício	OK	OK (10/03/2009)	OK	OK	05/03/2009	OK	Fazenda
24	Santa Tereza	OK	OK	OK	OK	05/03/2009	OK	Fazenda
25	Ipueira São João	OK	OK	OK	OK	05/03/2009	OK	Engenho
26	Ipueira Oswaldo Pina	OK	OK	OK	OK	19/03/2009	OK	Fazenda
27	Santa Helena	OK	OK	OK	OK	19/03/2009	OK	Engenho
28	Barra do Salgado	OK	NÃO	OK	OK	19/03/2009	NÃO	Engenho/ Fazenda
29	Usina Santa Maria	OK	NÃO	OK	OK	19/03/2009	NÃO	Assentamento/ Distrito
30	Saburá	OK	OK	OK	OK	15/04/2009	OK	Fazenda
31	Saboeiro	OK	NÃO	OK	OK	15/04/2009	NÃO	Engenho
32	Várzea Nova (Sta. Izabel)	OK	OK	OK	OK	15/04/2009	OK	Fazenda
33	Jussarinha (Assentamento)	OK	NÃO	OK	OK	15/04/2009	NÃO	Assentamento
34	Ipueira	OK	OK	OK	OK	29/04/2009	OK	Engenho
35	Fechado de Cima	OK	OK	OK	OK	29/04/2009	OK	Engenho
36	Fechado	OK	OK	OK	OK	29/04/2009	OK	Fornecimento de cana-de- açúcar
37	Santa Irene	OK	NÃO	OK	OK	13/05/2009	NÃO	Engenho
38	Macaíba	OK	OK	OK	OK	13/05/2009	NÃO	Fazenda
39	Jardim	OK	OK	OK	OK	13/05/2009	OK	Engenho

A metodologia de pesquisa se baseou na observação e registro da paisagem dos conjuntos e das modificações ocorridas na arquitetura, na implantação dos conjuntos, no meio natural, econômico e sócio-cultural.

Para a coleta de dados foi elaborada uma *ficha sítio*, baseada em estudos realizados por ALMEIDA (1994), que utilizou como modelo as fichas do Inventário de Proteção do Acervo Cultural – IPAC/BA. Também serviu de modelo a pesquisa realizada por CARVALHO (2005), que, embora também tenha se valido da metodologia do IPAC para pesquisas arquitetônicas, elaborou uma ficha própria para avaliação dos engenhos enquanto conjunto.

Considerando as informações que precisaram ser registradas, a ficha contemplou dados de localização, implantação do conjunto edificado (croqui<sup>4</sup>) e o estado de conservação deste, a relação da atividade da propriedade com o meio natural e como são divididas suas áreas, a produção atual e situação econômica, e se há alguma proteção (ambiental ou patrimonial) existente, todas as informações voltadas para se tentar delinear as características da paisagem. A partir destas exigências, a metodologia que mais se adequou à realização deste trabalho foi a elaborada e utilizada por CARVALHO (2005) (Anexo A), porém foram necessárias

<sup>4</sup>Foram utilizados croquis elaborados e cedidos pela Divisão de Desenho da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, devido ao tempo e à falta de material adequado não foi possível a elaboração dos croquis *in loco*. Nem todas as propriedades possuem croqui, por isso algumas fichas apresentam apenas a descrição textual, localização e levantamento fotográfico.



algumas modificações, para melhor inserção e posterior avaliação dos dados obtidos, que está contido no apêndice A.

O trabalho de campo também contemplou o registro fotográfico e a marcação da localização geográfica dos engenhos com o auxílio de um GPS, posteriormente utilizados na produção de mapas.

Foram realizadas entrevistas com proprietários e/ou funcionários responsáveis pelos engenhos, visando a obtenção de dados referentes à memória cultural e à situação atual das propriedades, como as mudanças que possam ter ocorrido ao longo dos anos – demolição e/ou reconstrução, alterações como re-membramento ou desmembramento da propriedade que possam ter extinguido ou dado origem a outros engenhos – utilização do meio natural, manifestações culturais, etc. Essas entrevistas foram realizadas com o auxílio de equipamento de áudio, e posteriormente digitalizadas, para uma melhor apreciação dos dados obtidos.

A partir da problemática exposta e da pesquisa realizada foi elaborada a estruturação do corpo do trabalho, de forma que todos os dados pertinentes ao tema fossem organizados de acordo com as etapas da pesquisa.

Todas as fichas preenchidas a partir do trabalho de campo compõem o apêndice B deste trabalho, e formam um material de análise importante na realização do mesmo.

## **Capítulo I: A proteção do patrimônio rural enquanto paisagem cultural.**

Esse capítulo situa como, ao longo dos anos, ocorre uma evolução no conceito de patrimônio histórico, partindo do bem isolado para a paisagem cultural, inclusive com a inserção de novos mecanismos de proteção. Tenta esclarecer o conceito de paisagem cultural, tomando como base as idéias e postulados de geógrafos e os documentos e recomendações sobre preservação deste bem amplo, que engloba todas as outras formas de patrimônio cultural, e discute os meios de proteção empregados em sua salvaguarda. Por último, associa o patrimônio rural ao conceito de paisagem cultural, por este ser formado por elementos materiais, arquitetônicos, naturais, e imateriais, como os saberes e tradições do folclore.

## **Capítulo II: A paisagem cultural de Areia**



Inicialmente, procurou-se demonstrar a influência da cultura canavieira na Paraíba, sobretudo durante a ocupação do território. Posteriormente, são abordados os fatores históricos que demonstram a importância dos engenhos de cachaça e rapadura na formação urbana e cultural de Areia, na formação do seu meio rural e ocupação da área onde se insere o município, e também discute seu patrimônio arquitetônico, paisagístico e cultural enquanto patrimônio não reconhecido, se baseando no trabalho realizado em campo, e nos dados coletados durante as visitas aos engenhos.

### **Capítulo III: O descuido de se tombar**

Ele retoma algumas das discussões levantadas no capítulo I, apontando como a ênfase dada à proteção da arquitetura nos processos de tombamento pode ser prejudicial à proteção de núcleos urbanos e bens que possam ser considerados “patrimônio rural”. Analisa o tombamento do núcleo urbano de Areia, e procura demonstrar como a importância cultural do município se estende à área rural, que juntamente com a urbana, forma um conjunto histórico importante enquanto paisagem cultural.



## Capítulo I: A proteção do patrimônio rural enquanto paisagem cultural.

### 1.1. Do Monumento ao Patrimônio Cultural: uma revisão conceitual

Para se entender a atuação dos órgãos de preservação do patrimônio histórico e suas legislações, faz-se necessário contextualizar como surgiu a preocupação em se preservar os bens do passado como testemunhos da história. Para tanto, adotou-se uma linearidade temporal, visando mostrar, ainda, como o conceito de patrimônio vem se expandindo, englobando não só objetos materiais, mas os bens “imateriais” e da natureza.

Embora a valorização de criações humanas como objeto de preservação tenha se iniciado de forma acanhada, e partido de motivações diversas, verifica-se na atualidade que o tema tem gerado várias discussões, principalmente em relação às técnicas e posturas que devem ser adotadas para sua preservação e, conseqüentemente, para manutenção da memória coletiva.

A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas (LE GOFF, 2003, p. 426).

Segundo Maurice HALBWACHS (2006, p. 41), ao se falar em memória coletiva são invocados fatos importantes para um grupo, os quais estão presentes na recordação deste grupo. Ai reside a necessidade da preservação histórica. Os bens materiais ou imateriais (vistos ou evocados) representam imagens que podem ser associadas a outras imagens, pensamentos ou sentimentos, formando um tipo de “*quadro*”, onde se reconhece o fato ou época da história (HALBWACHS, 2006, p. 55).

A memória coletiva, inicialmente mantida pelos povos através da transmissão oral, sofre transformações com o surgimento da escrita, depois com o uso de monumentos e objetos de rememoração, e, por fim, com o surgimento da fotografia e da imprensa. Todos estes elementos são utilizados como suportes da memória, auxiliando na evocação de fatos e tradições desenvolvidas ao longo da história (LE GOFF, 2003, p. 464-474).



Ao se falar em monumentos, em seu conceito inicial, eram elementos comemorativos de grandes feitos e utilizados como artifício para que a posteridade tivesse conhecimento da grandeza de determinada civilização ou governante.

O sentido original do termo monumento vem do latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere* (“advertir”, “lembrar”), aquilo que traz à lembrança alguma coisa. (...) não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva. Nesse sentido primeiro, chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem (CHOAY, 2001, p. 18).

A partir da apreciação e utilização de bens da antiguidade como elementos de rememoração, surge o “*monumento histórico*”, fato que Françoise CHOAY (2001, p. 44) situa por volta da primeira metade do século XV. Mas só com o advento do Iluminismo são lançadas as bases da preservação dos monumentos históricos, influenciadas pelas questões geradas nesse período, quando o homem se torna o foco do conhecimento (SIMÃO, 2006, p. 24).

No final do século XVIII, tem início a apreciação dos bens do passado como representantes da nacionalidade, dando origem ao conceito de “*patrimônio histórico*”, associado à noção de herança (CHOAY, 2001, p. 83). O uso do termo patrimônio é empregado com a intenção de se desenvolver uma idéia de bem comum, que forma a riqueza moral e material da nação (ABREU, 2003, p. 30). Sendo assim, “*a noção de patrimônio se inseriu no projeto mais amplo de construção de uma identidade nacional*” (FONSECA, 2005, p. 59), passando a cumprir diversas funções simbólicas, como o reforço à noção de cidadania e sua caracterização como um documento, prova material das versões oficiais da história nacional, o que justifica a preservação dos bens por possuírem um alcance pedagógico, importante na instrução dos cidadãos.

O que se vê até então, prioritariamente, é a preocupação com o patrimônio material e seus aspectos estéticos e históricos, cujo interesse se volta para as edificações monumentais, obras de arte e arqueologia, em detrimento das características das malhas urbanas antigas. Durante o século XIX surgem manifestações em defesa das cidades antigas, como exemplo tem-se os textos do inglês John Ruskin, que foi o primeiro a incluir os “*conjuntos urbanos*”, da mesma forma que os edifícios isolados, no campo da herança histórica a ser preservada, e a



alertar a opinião pública contra as intervenções que alteram a estrutura das cidades antigas (CHOAY, 2001, p. 175).

A discussão sobre a preservação da cidade ganha fôlego na virada do século XX, quando tem início o movimento moderno, e seus formadores defendem que a cidade deve oferecer segurança e salubridade à população, com áreas setorizadas e funções bem definidas (SIMÃO, 2006, p. 26). Para eles os trechos antigos da cidade, com ruas estreitas e referências do passado, deveriam persistir quando não incomodassem o avanço da modernidade, sendo essas áreas antigas consideradas setores excluídos das cidades, cuja única função seria quase museológica.

Os pressupostos desse movimento foram expostos na Carta do Urbanismo ou Carta de Atenas<sup>5</sup> (a segunda com esse nome, sendo a primeira de 1931<sup>6</sup>). Ela levantava a questão das relações entre os monumentos antigos e a cidade (CHOAY, 2001, p. 173), expondo as condições de insalubridade das malhas antigas, frente ao aumento contínuo da população, a falta de áreas verdes e o estado das edificações antigas, que impediam a ventilação e propiciavam a proliferação de doenças. Problemas que poderiam ser resolvidos adotando-se o crescimento vertical e a elaboração de planos de urbanização, que organizassem os bairros da cidade, mesmo que significasse a destruição de suas áreas antigas (Carta de Atenas, 1933, p. 11). Uma das premissas desta carta é a setorização da cidade, que segrega as áreas antigas e propõe a preservação apenas dos exemplares de arquitetura que possuam valor significativo, e, considerando o pensamento da época, pode-se afirmar que, na maioria dos casos, a significância dos bens deveria ser medida sob o ponto de vista estético, em detrimento do histórico.

[...] Nem tudo que é passado tem, por definição, direito à perenidade; convém escolher com sabedoria o que deve ser respeitado. Se os interesses da cidade são lesados pela persistência de determinadas presenças insígnies, majestosas, de uma era já encerrada, será procurada a solução capaz de conciliar dois pontos de vista opostos: nos casos em que se esteja diante de construções repetidas em numerosos exemplares, algumas serão conservadas a título de documentário, as outras demolidas; em outros casos poderá ser isolada a única parte que constitua uma lembrança ou um valor real; o resto será modificado de maneira útil. Enfim, em casos excepcionais, poderá ser aventada a transplantação de elementos incômodos

---

<sup>5</sup> Elaborada em 1933, durante o 4º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna - CIAM.

<sup>6</sup> A primeira Carta de Atenas foi elaborada em outubro de 1931, durante a Conferência de Atenas, e expõe os princípios gerais e as doutrinas concernentes à proteção dos monumentos. Uma de suas recomendações é a de se “*respeitar, na construção dos edifícios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais*” (Carta de Atenas, 1931, p. 2), foi o primeiro documento a traçar diretrizes internacionais para proteção de monumentos históricos.



por sua situação, mas que merecem ser conservados por seu alto significado estético ou histórico (Carta de Atenas, 1933, p. 25).

Em resposta a esse movimento surge a preocupação de que a cidade antiga precisava ser trabalhada pois era, ao mesmo tempo, um documento histórico e um obstáculo à nova organização espacial da cidade moderna. Porém, na prática, os documentos de preservação ainda se voltavam para a edificação isolada, ou conjunto de construções, que apresentassem características arquitetônicas merecedoras de proteção.

De acordo com Françoise CHOAY (2001), nas primeiras décadas do século XX prevalece uma “conservação museal” da cidade, onde a “*estrutura urbana pré-industrial e sobretudo as pequenas cidades ainda quase intactas passavam a ser vistas como frágeis e preciosos vestígios de um estilo de vida original*”, que corria o risco de desaparecer e precisava ser preservado incondicionalmente, fazendo com que, em alguns casos, esses espaços fossem postos de lado ou transformados em museus (CHOAY, 2001, p. 193).

Partindo desses discursos, vê-se uma tentativa de se deslocar o foco da proteção patrimonial, que até então privilegiava o monumento isolado ou conjunto de monumentos de valor excepcional, para a malha urbana e sua morfologia de forma totalitária, mas ainda demoraria algumas décadas para que fossem elaborados documentos referentes à salvaguarda das cidades considerando todos os seus componentes.

Só na década de 1960 vão surgir dois documentos internacionais que contribuem para a ampliação do conceito de patrimônio e se voltam para questão da preservação das cidades. A primeira é a Recomendação de Paris<sup>7</sup>, de 1962, que trata da preservação da beleza das paisagens e sítios naturais, rurais ou urbanos, que apresentem interesse cultural ou estético, ou se apresentem como meio natural característico (Recomendação de Paris, 1962, p. 1-3). Mas o que se percebe ainda é uma ênfase no caráter estético do bem.

A segunda, a Carta de Veneza<sup>8</sup>, de 1964, teve o intuito de reexaminar os princípios expostos na Carta de Atenas de 1931, aprofundando-os, de acordo com a diversidade de problemas surgidos com a modernidade. Ela aponta que “*a noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um*

---

<sup>7</sup> Elaborada durante a Décima Segunda Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, reunida em Paris de 09 de novembro a 12 de dezembro de 1962.

<sup>8</sup> A provada pelo Segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, reunido em Veneza de 25 a 31 de maio de 1964.



*acontecimento histórico*”, e estende-se às grandes criações e as modestas, atribuindo que a conservação e restauração dos monumentos devem garantir a salvaguarda da obra de arte e também do testemunho histórico (Carta de Veneza, 1964, p. 1).

É interessante ressaltar que, embora a Recomendação de Paris fizesse menção às paisagens rurais, foi a Carta de Veneza que apontou os bens situados fora das malhas urbanas, os conjuntos rurais, como um patrimônio a ser preservado.

A Carta de Veneza combate a conservação museal da cidade ao estabelecer que a conservação dos monumentos exige manutenção permanente, e que este precisa se destinar a uma função útil à sociedade, contanto que não altere sua autenticidade. Ela procura demonstrar que o uso é uma forma importante de conservação. Ao ampliar a escala da preservação, associando a importância do monumento ao ambiente onde ele se encontra, o monumento foi visto como *“inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa. Por isso, o deslocamento de todo o monumento ou de parte dele não pode ser tolerado, exceto quando a salvaguarda do monumento o exigir [...]”* (Carta de Veneza, 1964, p. 2).

A preservação de conjuntos urbanos ganha força na década de 1970, sobretudo na Europa, com o Manifesto de Amsterdã<sup>9</sup>, de 1975, cujo intuito é o reconhecimento do patrimônio arquitetônico europeu enquanto herança de todos os povos, não só em relação aos monumentos de valor excepcional, mas todas as obras que reflitam os modos de vida do passado.

O patrimônio arquitetônico europeu é constituído não somente por nossos monumentos mais importantes, mas também pelos conjuntos que constituem nossas antigas cidade e povoações tradicionais em seu ambiente natural ou construído. Durante muito tempo só se protegem e restauram os monumentos mais importantes, sem levar em conta o ambiente em que se inserem. Ora, eles podem perder uma grande parte de seu caráter se esse ambiente é alterado. Por outro lado, os conjuntos, mesmo que não disponham de edificações excepcionais, podem oferecer uma qualidade de atmosfera produzidas por obras de arte diversas e articuladas. É preciso observar tanto esse conjunto quanto aqueles (Manifesto de Amsterdã, 1975, p. 2).

No ano seguinte, em 1976, é elaborada a Recomendação de Nairóbi<sup>10</sup>, que considera conjuntos históricos ou tradicionais o agrupamento de construções, inclusive as de caráter

---

<sup>9</sup>Também chamada Carta Européia do Patrimônio Arquitetônico, foi elaborada no ano do Patrimônio Europeu por mil delegados de 25 Países Europeus (ministros, arquitetos, urbanistas, eleitos locais, funcionários, representantes de associações). Adotada pelo Comitê dos Ministros do Conselho da Europa, em 26 de setembro de 1975, a Carta Européia do Patrimônio Arquitetônico foi solenemente promulgada no Congresso sobre o Patrimônio Arquitetônico Europeu, realizado em Amsterdã, de 21 a 25 de outubro de 1975.

<sup>10</sup>Elaborada durante a 19ª Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Nairóbi, de 26 de outubro a 30 de novembro de 1976, é também chamada “Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea”.



arqueológico, situadas no meio urbano ou rural, que caracterizem um assentamento humano provido de valores históricos, arquitetônico, arqueológico, paleontológico ou sócio-cultural, e o quadro natural ou construído que influencia a percepção do bem ou a ele se vincula. A preocupação dessa recomendação se volta para preservação dos conjuntos históricos numa época de crescimento do número de técnicas construtivas e formas arquitetônicas, estabelecendo que as áreas mais antigas devam se integrar à vida cotidiana, assim como as novas criações, sem que sua visibilidade e harmonia sejam alteradas (Recomendação de Nairóbi, 1976, p. 3-4).

Embora os documentos citados ampliem a noção de patrimônio histórico, eles ainda demonstram uma diferenciação entre patrimônio cultural e natural, sendo a paisagem vista como elemento coadjuvante do bem principal, o construído. Com o reconhecimento da categoria de *“paisagem cultural”* como patrimônio, há o entendimento de que alguns bens apresentam um caráter abrangente, englobando todos os outros tipos – material, imaterial e natural – sendo o resultado das diversas formas de apropriação, uso e transformação da natureza pela sociedade, e vice-versa.

O conceito de paisagem cultural foi primeiramente adotado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura – UNESCO na Convenção de 1992<sup>11</sup>, com o objetivo de reconhecer as porções singulares dos territórios, onde a relação entre a cultura e a natureza confere à paisagem uma identidade própria. De acordo com Rafael Winter RIBEIRO (2007), ela teve uma conotação diferente, *“a adoção da categoria de paisagem cultural da UNESCO, em 1992, se diferenciou dessas concepções anteriores, por adotar a própria paisagem como um bem, valorizando todas as inter-relações que ali coexistem”* (RIBEIRO, 2007, p. 40-41). Nesse caso, as paisagens são consideradas testemunhos da evolução da atuação do homem sobre o solo ao longo do tempo e influências e limites impostos pelo meio à sociedade.

Assim, pode-se perceber o percurso da preservação internacional e do conceito de patrimônio histórico, com a ampliação da escala do monumento.

---

<sup>11</sup>16ª Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Santa Fé - USA, entre 07 e 14 de dezembro de 1992.



## 1.2. A revisão do conceito de patrimônio no Brasil: do excepcional à paisagem cultural

No Brasil, a preocupação com a preservação do patrimônio cultural foi efetivada a partir de 1936, tendo suas raízes dentro do movimento modernista e da política cultural do Estado-Novo. Ela surge a partir da necessidade de se buscar uma cultura nacional, que expressasse uma identidade local e um sentimento de “*ser brasileiro*” (FONSECA, 2005, p. 81; SIMÃO, 2006, p. 27).

Desde a década de 1920, a visão de desenvolvimento relacionada à importação da cultura europeia estava cedendo lugar ao credo nacionalista, à busca das raízes da cultura brasileira, que passava a constituir o foco das preocupações dos intelectuais formadores do movimento moderno. Na década de 1930, a atuação desse movimento se volta para a inserção da preservação patrimonial no rol de ações do Estado (VELLOSO, *et. al.*, 2007, p. 148). Com o advento do Estado-Novo, entre 1937 e 1945, o ideal da preservação adquire contornos bem definidos: “*Se historicamente, a construção do nacionalismo vinha se constituindo em uma das preocupações fundamentais dos intelectuais, agora eles passariam a situar a sua tarefa nos domínios do Estado*” (VELLOSO, *et. al.*, 2007, p. 149).

O movimento modernista brasileiro, composto, basicamente, por poetas, escritores, artistas plásticos e arquitetos, adotou um discurso que procurava ressaltar a produção artística nacional e seu caráter cultural. Suas ações se voltaram para uma tentativa de inserção do país no rol das nações modernas e civilizadas. Foi na arte e arquitetura barroca e nos monumentos coloniais, sobretudo das cidades de Minas Gerais, que o grupo encontrou o que seria a tradição necessária para criação de uma memória nacional (SIMÃO, 2006, p. 28). Isso induziu a que, nesse primeiro momento da preservação patrimonial no Brasil, ocorresse a valorização da cultura inserida pelos colonizadores, voltadas em especial para a arquitetura, em detrimento de outras formas de manifestações artísticas e da cultura nacional, sobretudo dos índios e negros.

Assim como ocorrera na Europa, de início prevalecia a atenção aos monumentos isolados de relevante valor histórico e artístico. Contraditoriamente, a primeira ação de preservação do patrimônio histórico no Brasil foi a elevação da malha urbana da cidade de Ouro Preto à categoria de monumento nacional, em 1933. Este foi realizado considerando-se apenas o valor de excepcionalidade da sua arquitetura, mentalidade que prosseguiu, segundo Maria Cecília Londres FONSECA (2005, p. 95), até a década de 1970.



Embora no Brasil a primeira iniciativa do governo federal relativamente a proteção do patrimônio foi a elevação de Ouro Preto/MG à categoria de monumento nacional, em 12 de julho de 1933, o tombamento de núcleos históricos nos primeiros tempos foram realizados tendo em vista antes o número expressivo de bens excepcionais que neles se concentravam. Só a partir da década de 1970 há um entendimento de que a história das cidades não se resume só a sua arquitetura, mas abrange todas as adaptações feitas pelo trabalho humano sobre o ambiente (FONSECA, 2005, p. 95).

A preservação do patrimônio histórico foi legalmente sinalizada com a Constituição Federal Brasileira, de 16 de julho de 1934, cujo artigo 10 determinava ser responsabilidade da União e dos Estados, “*proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, [...]*” (BRASIL, 1934, p. 40). Porém, o primeiro documento elaborado com a finalidade de normatizar a proteção patrimonial no Brasil foi o anteprojeto escrito pelo poeta Mário de Andrade, em 1936, de onde foram retiradas as bases para criação do Decreto-Lei nº 25, promulgado em 30 de novembro de 1937, documento que regulamenta a instituição do tombamento como mecanismo de preservação e cria o primeiro órgão nacional de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (SIMÃO, 2006, p. 29).

O anteprojeto de Mário de Andrade apresenta uma definição ampla para patrimônio artístico nacional, determinando este como sendo “*todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira*”, que se enquadrem em uma das oito categorias por ele estabelecidas<sup>12</sup>, divididas em arqueológica, ameríndia, popular, histórica, artes eruditas nacionais ou estrangeiras e artes aplicadas nacionais ou estrangeiras (ANDRADE, 1936 In: IPHAN, 2002, p. 275). Mário de Andrade procurou especificar os

---

<sup>12</sup>“*Artes arqueológicas e ameríndias*”: todas as manifestações de interesse arqueológico, e particularmente a arqueologia e etnografia ameríndia, sejam em forma de objeto – fetiches, instrumentos de caça, pesca e agricultura, uso doméstico, etc.; monumentos – jazidas funerárias, sambaquis e litógrafos, etc.; paisagens – lugares da natureza onde se nota a ação humana, como cidades, canais, aldeamentos, caminhos, grutas, etc.; e o folclore ameríndio – vocabulário, cantos, lendas, magias, medicina, culinária, etc. “*Arte popular*”: manifestações de arte pura e aplicada, sejam nacionais ou estrangeiras, que interessem à etnografia (não-ameríndia), se dividem em objetos – fetiches, cerâmica, indumentárias, etc.; monumentos – arquitetura popular, cruzeiros, capelas, jardins, etc.; paisagens – lugares agenciados pela indústria popular, vilarejos na Amazônia, morros no Rio de Janeiro, etc.; e folclore – música popular, contos, lendas, superstições, danças, provérbios, culinária, etc. “*Arte histórica*”: manifestações de arte, pura ou aplicada, nacional ou estrangeira, que refletem, contam e comemoram o Brasil e sua evolução, são: os monumentos – bens da arquitetura e estilos arquitetônicos, esculturas e pinturas, ruínas, igrejas, fortes, solares, etc.; iconografia nacional ou estrangeira – gravuras, mapas, porcelanas, etc. e o que Andrade chama de “*brasileira*” – todo e qualquer impresso ou manuscrito referente ao Brasil. “*Arte erudita nacional ou estrangeira*”: todas as manifestações artísticas, de artistas já mortos ou vivos, nacionais ou estrangeiros, que sejam propriedade dos poderes públicos, ou reputadas de “*mérito nacional*” no caso das nacionais, ou “*mérito*” no caso das estrangeiras, de acordo com as condições exigidas para tal. “*Artes aplicadas nacionais ou estrangeiras*”: as obras de arte aplicada – móveis, tapeçaria, joalheria, etc. – realizadas por artistas nacionais, já mortos, ou de importação nacional realizadas até o período do Segundo Império, de artistas nacionais vivos, que pertençam aos poderes públicos, e as obras de artistas estrangeiros que contribuam para a história da arte. ANDRADE, Mário de. Anteprojeto para Criação do Patrimônio Artístico Nacional. Rio de Janeiro: 1936. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* Nº 30. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002. p. 275-277. Disponível em [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br).



tipos de bens de forma a abarcar, na arca patrimonial, o maior número de produções e manifestações humanas, sobretudo aquelas da cultura popular.

Já o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, estabelece uma definição de patrimônio mais resumida, e voltada para os objetos materiais, móveis e imóveis, e bens naturais de valor excepcional, e institui o tombamento<sup>13</sup> como principal instrumento de preservação. Diferente da concepção de patrimônio de Mário de Andrade, este decreto em seu artigo 1º, define como patrimônio histórico nacional apenas bens materiais: “*Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público*” (IPHAN, 2006, p. 99). O Decreto-Lei 25/1937 chega a incluir dentre o patrimônio passível de tombamento os bens naturais: “*são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela Natureza ou agenciados pela indústria humana*” (IPHAN, 2006, p. 100). A prática demonstrou ser inviável aplicar a ação jurídica do tombamento a estes casos, devido às propriedades evolutivas dos bens naturais, que podem alterar suas características.

É possível perceber que, embora o conceito de patrimônio constante no anteprojeto de Mário de Andrade tenha servido de base para a formação do Decreto-Lei nº 25/1937, este aparece “podado” uma vez que o tombamento só pode ser aplicado a bens materiais, respondendo aos interesses do Estado-Novo de criar uma referência de identidade nacional. As manifestações culturais, o patrimônio imaterial ou intangível, não receberam a devida importância durante os primeiros anos de consolidação da proteção patrimonial no país, o que gerou a necessidade de se criar novos decretos, leis e portarias, que abarcassem as categorias de patrimônio excluídas.

Um dos pontos que permanecem na redação dos dois documentos citados é a criação de quatro livros de tombamento, o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, o Livro do Tombo Histórico, o Livro do Tombo das Belas Artes, e o Livro do Tombo das Artes Aplicadas. Embora haja uma clara distinção entre eles, as três primeiras décadas de vigência do Decreto-Lei, demonstraram a predileção do valor estético como critério de escolha dos bens, pois há uma “sobrecarga” de inscrições no livro de belas artes, inclusive de bens cujo

---

<sup>13</sup>“O tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados”. Portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br) acessado em 26 de abril de 2010.



valor histórico, e até arqueológico, hoje apresenta mais relevância que o artístico, sendo os outros livros, na época, utilizados apenas para a inscrição daqueles bens que não possuíam qualidades estéticas excepcionais.

Quanto à proteção dos bens excluídos do Decreto-Lei 25/1937, já em 13 de fevereiro de 1948, é criado o Decreto Legislativo nº 3, que aprova a Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América, assinada pelo Brasil em 1940, que define o conceito de Parques Nacionais<sup>14</sup>, Reservas Nacionais<sup>15</sup>, Monumentos Naturais<sup>16</sup> e Reservas de Regiões Virgens<sup>17</sup>. Este decreto determina parâmetros que intensificam a proteção destes, e suas intenções se voltam para a proteção das riquezas naturais da flora e da fauna, das condições naturais primitivas e de habitação e transporte, e de regiões que apresentem interesse estético, histórico ou científico (*Decreto Legislativo Nº 3, 1948, p. 1-2*).

Após o patrimônio natural, é a vez do arqueológico despertar a preocupação dos órgãos de proteção, sendo criada a Lei 3.924, de 26 de julho de 1961, que “*dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos*”. Ela determina o que deve ser considerado patrimônio arqueológico e proíbe sua destruição e/ou utilização econômica (IPHAN, 2006, p. 25-31). Essa Lei surge alguns anos depois da elaboração da Recomendação de Nova Delhi<sup>18</sup>, de 1956, que trata da importância da realização de pesquisas arqueológicas e da preservação do patrimônio arqueológico, delimitando princípios gerais que devem ser utilizados para este fim (Recomendação de Nova Delhi, 1956, p. 1). Isso demonstra como as cartas e recomendações internacionais influenciam na preservação dos países.

As críticas dirigidas ao órgão de proteção do patrimônio, devido à ênfase dada à preservação dos monumentos arquitetônicos no Brasil e aos bens de natureza material, em

---

<sup>14</sup>“Entender-se-á por Parques Nacionais: As regiões estabelecidas para a proteção e conservação das belezas cênicas naturais e da flora e fauna de importância nacional das quais o público pode aproveitar-se melhor ao serem postos sob a superintendência oficial” (Decreto Legislativo nº 3, 1948, p. 1).

<sup>15</sup>“Entender-se-á por Reservas Nacionais: As regiões estabelecidas para a conservação e utilização, sob a vigilância oficial, das riquezas naturais, nas quais se protegerá a flora e a fauna tanto quanto compatível com os fins para os quais estas reservas são criadas” (Decreto Legislativo nº 3, 1948, p. 1).

<sup>16</sup>“Entender-se-á por Monumentos Naturais: As regiões, os objetos, ou as espécies vivas de animais ou plantas, de interesse estético ou valor histórico ou científico, aos quais é dada proteção absoluta, com o fim de conservar um objeto específico ou uma espécie determinada de flora ou fauna, declarando uma região, um objeto ou uma espécie isolada, monumento natural inviolável, exceto para a realização de investigações científicas devidamente autorizadas ou inspeções oficiais” (Decreto Legislativo nº 3, 1948, p. 1).

<sup>17</sup>“Entender-se-á por Reservas de Regiões Virgens: Uma região administrada pelos poderes públicos, onde existem condições primitivas naturais de flora, fauna, habitação e transportes, com ausência de caminhos para o tráfico de veículos e onde é proibida toda exploração comercial” (Decreto Legislativo nº 3, 1948, p. 1).

<sup>18</sup>Elaborada durante a 9ª Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Nova Déli, em 5 de dezembro de 1956.



detrimento da observação de uma cultura verdadeiramente nacional, levou à criação, em 1975, do Centro Nacional de Referências Culturais – CNRC. O objetivo era garantir o conhecimento das manifestações culturais e da cultura popular, através da realização de estudos e inventários, procurando apreender a dinâmica específica de cada processo cultural (FONSECA, 2005, p. 143-145). Porém, ainda não existiam mecanismos de proteção para este tipo de patrimônio, chamado de “imaterial” ou “intangível”.

Um grande passo para a preservação deste patrimônio cultural foi dado pela Constituição Federal de 1988. Além de tratar da preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paisagístico e natural, esta traz em sua seção II, “*Da Cultura*”, o reconhecimento da importância da proteção e disseminação da cultura popular, e inclui os bens imateriais como parte integrante do patrimônio cultural brasileiro, instituindo os mecanismos para sua proteção.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos [...] (BRASIL, 1988, p. 159).

Quase dez anos depois da menção no artigo constitucional, que instituiu a proteção à cultura popular nacional, é elaborada, em 1997, a Carta de Fortaleza<sup>19</sup>, a partir das discussões realizadas no seminário “*Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção*”. Este teve o

---

<sup>19</sup>Elaborada a partir do Seminário "Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção", promovido em Fortaleza, de 10 a 14 de novembro de 1997 (Carta de Fortaleza, 1997, p. 1).



objetivo de elaborar diretrizes e criar instrumentos legais para identificar, proteger, promover e fomentar as diversas manifestações da cultura popular (Carta de Fortaleza, 1997, p. 1).

Seguindo as recomendações presentes na Carta de Fortaleza, foi criado o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, o qual “*Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências*”. Ele estabelece que o registro seja feito em um dos quatro livros do patrimônio imaterial, como forma de continuidade histórica e reconhecimento de sua relevância para a memória nacional. Os livros se dividem em: Livro de Registro dos Saberes, Livro de Registro das celebrações, Livro de Registro das Formas de Expressão, e Livro de Registro dos Lugares (IPHAN, 2006, p. 129). Por fim, o que se vê é que apenas em 2000, o entendimento do patrimônio cultural no Brasil alcança as idéias defendidas por Mário de Andrade em seu Anteprojeto, de 1936.

Após a ampliação da proteção patrimonial, abarcando monumentos, áreas urbanas, arqueologia, natureza e bens imateriais, surge no cenário nacional uma categoria ampla, que engloba todas as outras, a da Paisagem Cultural, conceito que já havia sido instituído pela UNESCO, desde 1992, para inserção de bens na lista do patrimônio mundial.

No ano de 2007, foram criados, no Brasil, dois documentos de proteção às paisagens culturais. A Carta de Bagé<sup>20</sup> ou Carta da Paisagem Cultural, que conceitua paisagem cultural como o resultado da atuação do homem sobre a natureza, transformando-a de acordo com suas necessidades (Carta de Bagé, 2007, p. 2). E a Carta da Serra da Bodoquena<sup>21</sup>, que mantém a definição de paisagem cultural apresenta uma nova categoria, o “*geoparque*”, entendido como sendo “*uma rede de locais de interesse e relevância, pelos quais se entende a evolução geológica da região, e aos quais se justapõem valores ecológicos, arqueológicos, paleontológicos, históricos, culturais e de lazer*” (Carta da Serra da Bodoquena, 2007, p. 3).

Recentemente, foi estabelecida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, a “*Chancela da Paisagem Cultural*”<sup>22</sup>, que tem por finalidade “*atender ao interesse público e contribuir para a preservação do patrimônio cultural, complementando e integrando os instrumentos de promoção e proteção existentes, nos termos preconizados na Constituição Federal*” (Chancela da Paisagem Cultural, 2009, p. 2). A proteção dos bens

---

<sup>20</sup>Elaborada durante o *Seminário Semana do Patrimônio – Cultura e Memória na Fronteira*, realizado em Bagé, RS nos dias 13 a 18 de agosto de 2007 (Carta de Bagé, 2007, p. 1).

<sup>21</sup>Elaborada durante o *Seminário Serra da Bodoquena/MS – Paisagem Cultural e Geoparque*, que aconteceu entre os dias 19 e 21 de setembro de 2007, em Bonito, no estado de Mato Grosso do Sul.

<sup>22</sup>A chancela da Paisagem Cultural foi estabelecida pela Portaria Nº 127, de 30 de abril de 2009.



chancelados se dá através da criação de pactos que podem envolver o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, visando a gestão compartilhada da porção do território nacional reconhecida como paisagem cultural (Chancela da Paisagem Cultural, 2009, p. 3). Assim, a preservação não fica a cargo de um único órgão, mas envolve uma rede de instituições, incluindo a sociedade que usufrui o bem. Ainda não foi realizado nenhum chancelamento de paisagem, tornando difícil a verificação da eficácia desse mecanismo.

É possível perceber a maneira como os documentos referentes à preservação patrimonial ampliam cada vez mais o conceito de patrimônio histórico e cultural e intensificam sua proteção com a criação de novos mecanismos. Mas o que se verifica, também, é a diminuição no distanciamento temporal, com a apreciação de bens pertencentes a um passado cada vez mais recente. Atualmente, tem-se considerado como patrimônio histórico bens da modernidade e paisagens contemporâneas. Um exemplo é o Plano Piloto de Brasília, construído na década de 1950 e tombado na década de 1980. Daí pode-se perceber a introdução de novos valores, impostos pela rapidez da mudança, gerando o que Françoise CHOAY (2001, p. 209) chama de “*complexo de Noé*”, que tende a abrigar na arca patrimonial o conjunto completo dos novos tipos de bens que surgem, e logo se vêem em risco de desaparecer, devido à urgência das mudanças, mas que permanecem como testemunhos da lembrança de outras épocas.

### **1.3. O patrimônio rural enquanto patrimônio cultural e paisagístico**

Outro fato observado ao se percorrer a trajetória patrimonial é a preocupação com patrimônio urbano, seja arquitetônico ou paisagístico, e a pouca relevância dada ao patrimônio rural, sobretudo enquanto conjunto e modo de vida, sendo a preservação voltada, comumente, para a arquitetura.

É dentro do conceito de paisagem cultural que esse patrimônio pode apresentar uma maior importância, por sua configuração complexa e orgânica, que consegue interligar valores materiais, expressos na arquitetura funcional voltada a atender um tipo de vida e de produção, seus utensílios e ferramentas tradicionais; os valores paisagísticos e naturais; e os valores imateriais, suas tradições, modos de fazer, culinária, e a importância simbólica a ele agregada. O arquiteto Carlos Fernando de Moura DELPHIM, em seu texto “*Paisagem Rural Fazendas*



*Históricas*”, demonstra essa relação, apontando a importância das fazendas (propriedades rurais) na preservação dos modos de vida ancestrais.

Uma fazenda é uma paisagem cultural por excelência onde o meio natural é indistacável das marcas da ação direta ou indireta do homem. Tanto os recursos nativos quanto os exóticos [...], são dignos de preservação, interpretação e difusão. Nos remanescentes florestais das fazendas preservam-se essências nativas muitas vezes raras, vulneráveis ou ameaçadas (DELPHIM, s/d, p. 6).

Entendendo a paisagem cultural como sendo um produto da sociedade e da cultura, ela apresenta uma acumulação de informações, ao longo do tempo que a torna uma rica fonte de dados sobre as pessoas e as sociedades que as foram modelando (PIRES, 2001, p. 84). As paisagens rurais, enquanto um dos principais responsáveis pela formação do território das nações, sobretudo para o Brasil, se torna um patrimônio importante a ser preservado, devido ao forte caráter agrário presente desde o início da sua colonização.

O que reforça o reconhecimento do meio rural enquanto paisagem cultural é a importância da relação entre a paisagem e a sociedade que nela e dela vive, e que lhe confere o caráter dinâmico, de acordo com a definição contida na Declaração de Newcastle<sup>23</sup> (2005).

Em particular, no que diz respeito às paisagens culturais [...]:

2. Que as Paisagens Culturais são uma parte fundamental e integrante do ambiente das comunidades que vivem dentro delas ou que a elas se associem;
3. Que nem o caráter universal, nem a compreensão acadêmica das Paisagens Culturais devem ser em detrimento das comunidades locais, nem deverão conduzir à expropriação das Paisagens Culturais por agências externas, mas, pelo contrário, que esse caráter e compreensão devem considerar que as comunidades locais são elementos vivos e intrínsecos essenciais da paisagem;
4. Que todas as políticas relacionadas com as paisagens culturais devem respeitar os, muitas vezes intangíveis, estilos de vida das comunidades que vivem dentro de paisagens, e deve prever os requisitos de acesso adequado e os direitos culturais;
5. Que estes estilos de vida, requisitos de acesso e os direitos culturais devem ser respeitados tanto quanto os elementos tangíveis da paisagem, apesar do fato de que eles podem, às vezes, ser invisível, não-óbvio, nem relações econômicas ou valores que são difíceis de perceber, apreciar ou classificar;
6. Que todas as culturas e, por implicação, todas as Paisagens Culturais, são sempre dinâmicas, [...] (Declaração de Newcastle, 2005, p. 1).

As propriedades rurais constituem formas originais de organização do espaço humano, locais de vida e trabalho onde se preservam um rico repositório de singulares formas de viver,

---

<sup>23</sup>X Seminário Internacional do Fórum UNESCO - Universidade e Patrimônio, intitulado "Paisagens Culturais no Século 21: Direito, Gestão e Participação Pública: Patrimônio como um desafio da cidadania", realizado em Newcastle Upon Tyne, Reino Unido, de 11 a 16 de abril de 2005.



saber e fazer. Uma fazenda, ou engenho, pode constituir uma estrutura de organização tão complexa quanto a do meio urbano, pois são dotadas de atividades econômicas produtivas que as tornam aptas a sobreviver com um mínimo intercâmbio com o mundo, o que não ocorre com a cidade. Esta característica leva à existência de uma infraestrutura que agrega edificações, com uma linguagem arquitetônica própria que favorecem o surgimento de formas construídas e paisagens singulares. Cada propriedade apresenta maneiras próprias para executar obras de engenharia, como a abertura de estradas, drenagem de rios, irrigação, terraplenagem e outras (DELPHIM, s/d, p. 1).

No meio rural são produzidos e manufaturados produtos extraídos de fontes vegetais e animais, e para cada atividade aí desempenhada corresponde um enorme e diversificado número de artefatos, utensílios e ferramentas, destinados a tarefas específicas. Essa diversificação de atividades, visando o sustento da propriedade com o mínimo contato urbano, aliado às tradições e saberes ancestrais ali praticados, confirmam a vocação das propriedades rurais como paisagens culturais, que precisam manter sua essência e suas principais características. São exemplos da ação conjunta entre a obra da mão humana e a da natureza.

Aproximando estas reflexões do nosso objeto específico de análise, os engenhos de cachaça e rapadura situados no município de Areia, na Paraíba, verifica-se que estas propriedades apresentam diversas formas de produção agro-pastoris. Além do cultivo da cana-de-açúcar, há a presença de culturas de subsistência, voltadas para o sustento da propriedade. Em alguns casos, há a associação com outras culturas como o sisal, frutas e flores, que complementam a renda, e, comumente, encontra-se a pecuária, seja de corte ou de leite, como uma atividade paralela à produção canavieira. Todas essas atividades moldam a paisagem local e a substituição de alguma delas, ou de todas, pode ocasionar o surgimento de uma nova paisagem cultural e a perda de características importantes na conformação de um território. Um exemplo desse efeito, em Areia, é a crescente presença do gado, que provoca o surgimento de pastos, áreas vazias que causam sérias mudanças nos elementos paisagísticos.

Considerando os engenhos de cachaça e rapadura do município de Areia, existem dois elementos que diferenciam e caracterizam sua paisagem: um é a topografia, fator considerado tanto na implantação destes, normalmente situados em fundo de vales, quanto na conformação de suas culturas, estradas e canavial nas partes mais baixas e a vegetação nativa e pastos nas áreas mais elevadas do terreno. A outra é a atividade do homem, o uso do solo e as atividades secundárias desenvolvidas, que têm ditado as principais mudanças ocorridas ao longo do



tempo, principalmente, quando há alternância da atividade principal da propriedade ou a inserção de novas atividades paralelas, como o turismo cultural ou natural.

De fato, quando se trata da proteção do patrimônio rural, o que se verifica até o momento, é a prática de tombamentos de propriedades rurais, com ênfase sobre alguma edificação, ou conjunto de edificações principais, onde se constata as singularidades da arquitetura, sendo quase todos os outros aspectos descuidados ou esquecidos. Na compreensão dos especialistas em preservação do patrimônio cultural, arquitetos em sua maioria, a importância histórica e cultural limita-se à sede, às capelas ou ermidas, às senzalas, engenhos, estábulos e currais, etc. Falta o entendimento de que *“cada elemento constituinte [de uma propriedade rural] registra e testemunha fases de nossa economia que incluem o sistema escravocrata e seu desmoronamento, a intensificação de correntes migratórias, a industrialização dos processos e produção agrícola”* (DELPHIM, s/d, p. 5). Ao contrário do que ocorre com as edificações, o patrimônio imaterial e a paisagem nem sempre são objetos de medidas protetoras.

#### 1.4. A paisagem cultural e sua proteção

Paisagem é um termo abordado por diversas disciplinas – geografia, arquitetura, biologia, ecologia, etc. – e que em cada uma delas recebe um *status* diferente. É um termo em constante re-interpretação. De acordo com Carlos Fernando de Moura DELPHIM<sup>24</sup> *“O termo paisagem, do século XVI, tem um significado claramente cultural já que paisagem advém do latim pagus, que significa povoado, pays em francês e daí país em português, conceito muito mais intimamente relacionado a questões culturais do que às ecológicas”* (DELPHIM, s/d, p. 1).

Sua vinculação aos valores culturais e históricos não é recente, mas a atenção ao tema tem crescido nas últimas décadas. Foi a geografia que se ocupou de forma mais profunda em explicar essa relação, bem como elaborar as definições mais amplas sobre paisagem. Segundo

---

<sup>24</sup>Carlos Fernando de Moura Delphim é arquiteto, especialista em paisagens culturais e jardins históricos. Trabalha no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, onde criou a primeira equipe especializada em restauração de jardins e preservação de paisagens culturais no Brasil. Faz parte da Coordenação do Patrimônio Natural do IPHAN. Foi membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente por mais de dez anos, representando o Ministério da Cultura. Tem emitido pareceres para a inclusão de bens naturais na Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO, inclusive para subsidiar a posição oficial do Brasil junto à UNESCO. É Membro-associado do Comitê Brasileiro do ICOMOS. Os textos deste autor foram cedidos pelo Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização – DEPAM/IPHAN.



Denis COSGROVE, (1989) o termo paisagem surge no Renascimento, como indicação de uma nova relação entre o homem e seu ambiente.

[...] a paisagem está intimamente ligada a uma nova maneira de ver o mundo como uma criação racionalmente ordenada, designada e harmoniosa, cuja estrutura e mecanismos são acessíveis à mente humana, assim como ao olho, e agem como guias para os seres humanos em suas ações de alterar e aperfeiçoar o meio ambiente (COSGROVE, 1989, p. 99).

A geografia tem ampliado os estudos da paisagem, sobretudo quanto à associação desta com a cultura, desde o final do século XIX, quando surge o termo *paisagem cultural*. Embora o termo suscite diversas discussões, há um consenso entre eles, como esclarece Rafael Winter RIBEIRO (2007).

Em meio a múltiplas interpretações, há um consenso de que a *paisagem cultural é fruto do agenciamento do homem sobre seu espaço*. No entanto, ela pode ser vista de diferentes maneiras. A paisagem pode ser lida como um documento que expressa a relação do homem com o seu meio natural, mostrando as transformações que ocorrem ao longo do tempo. A paisagem pode ser lida como um testemunho da história dos grupos humanos que ocuparam determinado espaço. Pode ser lida, também, como um produto da sociedade que a produziu ou ainda como a base material para a produção de diferentes simbologias, *locus* de integração entre a materialidade e as representações simbólicas [grifo nosso] (RIBEIRO, 2007, p. 9).

No final do século XIX, Vidal de La Blanche já colocava o problema da diferenciação das paisagens. Para ele a análise “*dos gêneros de vida mostraria como a elaboração das paisagens reflete a organização social do trabalho e as diferentes formas de relação do homem com o seu meio*”. Assim, para se entender a paisagem é fundamental o estudo de todos os aspectos que fazem referência ao homem e o meio, todas as ações combinadas do homem com a natureza. (RIBEIRO, 2007, p. 28)

Dentre os estudos sobre a paisagem cultural desenvolvidos nas primeiras décadas do século XX, merece especial destaque a abordagem adotada pelo geógrafo americano Carl SAUER (2004), que elabora o “método morfológico” de estudo da paisagem, centrado na observação dos seus componentes e sua evolução, tornando o fator tempo, assim como o espaço, componentes importantes para o seu entendimento e estruturação.

Os fenômenos que compõem uma área não estão simplesmente reunidos, mas estão associados ou interdependentes. [...]. O elemento tempo está admitidamente presente na associação dos fatos geográficos, que são, por conseqüência, em grande parte não recorrentes (SAUER [1925], 2004, p. 17-18).



SAUER estabelece, ainda, que toda paisagem possui uma identidade e individualidade, ao mesmo tempo em que se relaciona com outras paisagens, e “*Por trás das formas presentes estão associações de processos, formas anteriores ou ancestrais e expressões de tempo quase impossíveis de se determinar*” (SAUER [1925], 2004, p. 36). São essas formas ancestrais que seu método morfológico procura conhecer para, a partir daí, tentar traçar os pontos da evolução cultural do homem sobre o meio, por ele transformado em *habitat*, e como essas mudanças podem ser recorrentes, e mesmo, substitutivas.

A paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. *A cultura é o agente, a área natural o meio, a paisagem cultural, o resultado.* Sob a influência de uma determinada cultura, ela própria mudando através do tempo, a paisagem apresenta um desenvolvimento, passando por fases e, provavelmente, atingindo no final o término do seu ciclo de desenvolvimento. Com a introdução de uma cultura diferente, isto é, estranha, estabelece-se um rejuvenescimento da paisagem cultural ou uma nova paisagem se sobrepõe sobre o que sobrou da antiga [grifo nosso] (SAUER [1925], 2004, p. 59).

No final da década de 1960, há uma mudança de pensamento, que alia a geografia ao pensamento humanista, dando início a chamada “geografia humanista”. Esse novo pensamento não via a paisagem apenas como os remanescentes físicos da atividade humana sobre o meio natural. Para os geógrafos seguidores da geografia humanista, o conceito de lugar demonstra de forma mais adequada o sentimento de apego a determinados espaços. A paisagem é percebida “*como um documento a ser lido, resultante de um patamar moral, intelectual e estético alcançado pelo homem num dado momento do processo civilizatório*” (RIBEIRO, 2007, p. 24-25).

Na década de 1980, um novo grupo de autores procurou incorporar a simbologia da paisagem como foco de análise. Denis COSGROVE (2004) figura entre os geógrafos que fazem parte desse grupo. Para ele, a paisagem vai além do visível, pois possui valores imateriais, significados simbólicos, que deveriam ser considerados em seu estudo.

A geografia cultural, nesta tradição, concentrou-se nas formas visíveis da paisagem – casas de fazendas, celeiros, padrões de campos e praças nas cidades (...). A própria cultura foi considerada como um conceito relativamente não-problemático: um conjunto de práticas compartilhadas comuns a um grupo humano em particular, práticas que foram aprendidas e transmitidas através de gerações. (...). Todas as paisagens possuem significados simbólicos porque são o produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem. O simbolismo é mais facilmente apreendido nas paisagens mais elaboradas – a cidade, o parque e o jardim – e através da representação da paisagem na pintura, poesia e outras artes. Mas pode ser lida nas paisagens rurais e mesmo nas mais aparentemente não-humanizadas paisagens do



meio ambiente natural. Estas últimas são, freqüentemente, símbolos poderosos em si mesmos (COSGROVE [1989], 2004, p. 101-108).

Augustin BERQUE (2004) afirma que a paisagem é uma marca e, ao mesmo tempo matriz, “*é uma marca, pois expressa uma civilização, mas é também uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação que canalizam a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza*” (BERQUE [1984], 2004, p. 85).

Como já dito anteriormente, não é recente a idéia de se estudar a paisagem aliada a componentes culturais, porém no campo da preservação do patrimônio histórico é comum encontrar o termo paisagem associado a idéia de ambiência ou entorno do bem tombado. Com a adoção da categoria de “*paisagem cultural*” para inscrição de bens na lista do patrimônio mundial pela UNESCO vê-se uma tentativa de se alterar esse pensamento, colocando-se a paisagem como o bem principal a ser protegido. Essa mudança de pensamento é explicada por RIBEIRO (2007, p. 40), “*A adoção da categoria de paisagem cultural da UNESCO, em 1992, se diferenciou dessas concepções anteriores, por adotar a própria paisagem como um bem, valorizando todas as inter-relações que ali coexistem*”. Assim, as paisagens são consideradas testemunhos da relação sociedade e natureza, e sua evolução ao longo do tempo.

Para inscrição de bens paisagísticos como patrimônio da humanidade, a UNESCO adota três categorias distintas: as “*Paisagens claramente definidas*”: são aquelas criadas de forma intencional, normalmente projetadas por razões estéticas, incluindo-se nessa categoria jardins e parques. A “*Paisagem evoluída organicamente*”: são aquelas que foram transformadas por indivíduos, partindo de algum fator inicial, seja de caráter social, econômico, administrativo e/ou religioso, que em associação com seu meio natural formam a sua configuração atual. Essa categoria pode ser dividida em duas subcategorias distintas, a “*Paisagem relíquia ou fóssil*”, cuja construção terminou em algum momento do passado, porém seus elementos podem ser reconhecidos como vestígios materiais; e “*Paisagem contínua*”, que ainda apresenta um processo evolutivo constante. Essas paisagens possuem um papel ativo na vida contemporânea. A última categoria é a de “*Paisagem cultural associativa*”: são aquelas que não possuem um valor por si mesmas, mas têm seu valor dado a partir da associação destas com outros elementos culturais (RIBEIRO, 2007, p. 42-44).

Durante as últimas décadas do século XX, o interesse pela preservação da paisagem como patrimônio histórico e cultural tem aumentado de forma significativa e ampliado seu alcance a países fora da Europa e organismos regionais. Como mencionado anteriormente, só



no ano de 2007, foram criados, no Brasil, dois documentos de proteção às paisagens culturais, a Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural e a Carta da Serra da Bodoquena – Carta das Paisagens Culturais e Geoparques.

Embora já tenham sido mencionadas, vale lembrar que ambas conceituam a paisagem cultural como sendo um bem complexo que pode abranger todos os outros tipos de bens indicados pela Constituição Federal Brasileira de 1988, como as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

É possível verificar que o conceito de paisagem e de paisagem cultural tem passado por um amplo processo de estudos ao longo dos anos, o que tem ampliado o conhecimento sobre seus componentes e sua importância, seja como um conceito geográfico e/ou como documento de valor histórico e cultural.

Aliás, todo o conceito de patrimônio cultural, bem como os instrumentos necessários para sua preservação, sofreu uma evolução qualitativa e quantitativa. Tal fato permitiu a preservação de cidades, conjuntos arquitetônicos, edifícios, obras de arte, utensílios, saberes, fazeres e costumes. Isso tem forçado, também, uma reunião dos instrumentos para preservação desse patrimônio. Desde a institucionalização da preservação do patrimônio cultural brasileiro, tem-se utilizado, principalmente, dos instrumentos do tombamento, do inventário, da salvaguarda e da fiscalização, mas essas ações vêm se mostrando insuficientes quando se trata da preservação das paisagens.

A preservação da paisagem cultural exige não só a utilização de um conjunto maior de instrumentos urbanísticos, ambientais, jurídicos e tributários para preservar bens, valores e manifestações culturais, mas também um novo perfil de comportamento de gestores e cidadãos. A característica fundamental desse patrimônio é o convívio singular entre a natureza, os espaços construídos e ocupados, os processos produtivos e as atividades sociais e culturais, de forma a estabelecer uma identidade que não possa ser conferida por eles isoladamente.

Segundo DELPHIM (2006), as paisagens são, geralmente, protegidas por legislação específica. Quando possuidoras de valores ecológicos e biológicos, são decretadas, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, como “*unidades de conservação*” e



sua proteção é responsabilidade de órgãos ambientais. Quando sítios e paisagens são protegidos por valores culturais, sua preservação é atribuição de órgãos culturais, essa proteção se dá pelo tombamento, por se situarem no entorno de bens tombados, por conterem sítios arqueológicos, paleontológicos, étnicos ou outros (DELPHIM, 2006, p. 1).

Porém, o que se percebe é a ineficácia do tombamento na proteção de paisagens, pois este, comumente é aplicado apenas aos componentes físicos, sobretudo a arquitetura, ou, em alguns casos, aos naturais, mas não garante a permanência dos valores imateriais.

Aparentemente, a dificuldade em se preservar paisagens culturais no Brasil se dá devido à falta de preparo das instituições e de mecanismos eficazes, que articulem as diversas instâncias governamentais e a sociedade local.

O arquiteto Sergio Treitler<sup>25</sup> aponta a existência de várias formas de acautelamento que não só o tombamento, e menciona que, no caso da proteção de paisagens, tem se procurado criar uma espécie de “*chancela*”, declarando-a como de grande valor cultural ou de grande beleza, o que garante a uma determinada região, a uma determinada localidade, uma “*qualificação maior, mas que não chega a ser um tombamento*”. Segundo ele, isso se dá “*porque o tombamento engessa*”, e pode impedir a prática de algumas atividades econômicas realizadas pela população local. Como já mencionado, o tombamento é um instrumento de proteção de bens materiais, porém, sendo a paisagem um bem amplo e dinâmico que reúne elementos materiais, imateriais e naturais, é óbvia a ineficácia deste instrumento, pois ele limitaria as mudanças que são impossíveis de se controlar em se tratando de um ambiente vivo.

Ainda segundo o arquiteto, no caso das paisagens culturais, o ideal é que fossem criados conselhos, aonde se reunissem os órgãos de proteção federal, municipal, estadual, sociedade civil, empresários, etc.; e, com a participação de todos, fossem estabelecidas linhas de ação conjunta, visando a diminuição dos impactos causados pelas modificações de usos, como o turístico, e a criação de planos de manejo, visando uma exploração consciente da área protegida por parte da população, do estado e dos empreendedores. Outro problema apontado é o foco dado à arquitetura, e como essa proteção isolada pode contribuir para a degradação da paisagem

---

<sup>25</sup> Em entrevista concedida no dia 10 de novembro de 2009, as 11 h. da manhã, na sede do Departamento de Patrimônio Material – DEPAM/IPHAN, no Palácio Gustavo Capanema, Rio de Janeiro/RJ. Sergio Treitler é arquiteto, especialista em paisagens culturais e jardins históricos. Faz parte da Coordenação do Patrimônio Natural do IPHAN.



Às vezes você tomba uma fazenda e se faz um trabalho de restauração exemplar na arquitetura, mas no final você não sabe se aquela fazenda era de laranja, de café, de limão. Então o ideal é você sempre deixar um trecho onde era a plantação original para você saber que aquilo ali era uma fazenda de laranja, era uma fazenda de frutas cítricas, era uma fazenda de bananas. Enfim, outra coisa [...], não adianta você tombar aqui um sítio, uma chácara, um engenho, uma fazenda que tem uma roda d'água maravilhosa, e esse curso do rio que tem a nascente lá em cima você não *tombar*<sup>26</sup>, porque o dia que faltar água essa roda deixa de ter função [...] (Grifo Nosso) (TREITLER, em entrevista).

A recente criação, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, da “*Chancela da Paisagem Cultural Brasileira*”, através da Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009, se configurou como a primeira proteção legal criada para este tipo de patrimônio.

Ela determina que a proteção da paisagem cultural requer o estabelecimento de pactos, entre esferas do poder público, da sociedade civil e da iniciativa privada, visando a gestão compartilhada da porção do território assim reconhecida, e essa gestão deve ser acompanhada pelo IPHAN. Qualquer pessoa pode requerer a abertura de processo para chancelamento<sup>27</sup> de uma paisagem cultural brasileira, e se aprovada, seu acompanhamento deve compreender a elaboração de relatórios de monitoramento das ações, previstas pelo Plano de Gestão, e de avaliação periódica das qualidades atribuídas ao bem, sendo a chancela revalidada num prazo máximo de 10 anos (*Chancela da Paisagem Cultural Brasileira*, 2009, p. 2-3). Para a proteção patrimonial brasileira, essa nova percepção representa um avanço no entendimento do que vem a ser patrimônio histórico e cultural, e sua real importância.

[...] Um dos desafios da preservação do patrimônio cultural e natural é de agregar valor às atividades decorrentes de seu usufruto e manejo, de gerar emprego, renda e oportunidades econômicas.

Ao estabelecer os contornos de uma paisagem cultural, suas principais características e atividades, estamos reconhecendo e outorgando valor a um sistema de processos e práticas que, para manter esta qualidade, não precisa ser imutável, mas observar preceitos e normas que impeçam sua descaracterização, sem restringir sua evolução.

[...] A gestão de territórios a partir do conceito de Paisagem Cultural estimulará o consorciamento, seja das atividades e competências inerentes à esfera pública, seja as da iniciativa privada [...].

---

<sup>26</sup>O uso do termo “tombar” para se referir à proteção de um curso d'água, elemento que não se enquadra nos bens que poderiam receber o tombamento por ser um patrimônio natural mutável, demonstra que os técnicos do IPHAN ainda possuem dificuldade em entender mecanismos de proteção por eles utilizados, sobretudo quanto a proteção da paisagem e de elementos da natureza.

<sup>27</sup>O ato de chancelar significa a criação de um selo ou sinal gravado representativo de uma assinatura oficial, é a assinatura necessária para firmar um documento (com informações do Dicionário da Língua Portuguesa de Aurélio Buarque de Holanda).



A reflexão sobre a trajetória de 70 anos do IPHAN indica que a preservação dos valores e dos bens culturais, em uma escala capaz de representar a riqueza de manifestações do passado e da atualidade da sociedade brasileira, ampliará sua eficácia na medida em que possamos nos utilizar de instrumentos inovadores, múltiplos e flexíveis, como o da Paisagem Cultural. A valorização do patrimônio cultural se intensificará a partir da compreensão de seus significados históricos e de seus benefícios sociais e econômicos. A história e o futuro estão na paisagem (ALMEIDA<sup>28</sup>, *O futuro é a paisagem*, s/d, p. 1-2).

O fato é que, para os órgãos de proteção, a preservação da paisagem cultural tem se mostrado uma tarefa nova e bastante complexa. Com a realização deste estudo verifica-se a incoerência entre o acervo arquitetônico e urbano protegido pelo tombamento da área urbana de Areia decretado em 2006 pelo IPHAN, e a não proteção da paisagem cultural, que também constitui um dos mais fortes traços da identidade deste lugar. O questionamento que se faz diz respeito aos meios possíveis para reconhecer e proteger esta paisagem como patrimônio cultural do município. Em busca desse objetivo, adentrou-se a este universo do urbano e do rural, em Areia.

---

<sup>28</sup> Luis Fernando de Almeida é o atual presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico nacional – IPHAN. Esse texto foi cedido pelo Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização – DEPAM/IPHAN.



## Capítulo II: Ocupação do Brejo Paraibano e formação da cidade de Areia

Com este capítulo, nos propomos a dois objetivos: primeiro, situar a importância que os engenhos exerceram no processo de formação econômica, social e territorial da Paraíba, voltando-se, principalmente, para o município e cidade de Areia.

E segundo, através da retomada da trajetória histórica da cidade e da história rural do município, demonstrar como a cultura da cana-de-açúcar é determinante para reforçar o valor histórico dos engenhos de cachaça e rapadura enquanto paisagem cultural do município, que agrega também o modo de fazer empregado, a maneira como se inseriam na paisagem com uma implantação peculiar, o tipo de produção e as tradições ali agregadas, e as relações sociais e de poder.

Todas estas questões serão fundamentais para construirmos a seguir, nossa argumentação sobre o necessário reconhecimento desta paisagem como parte do patrimônio cultural do município de Areia, em oposição a limitada visão do tombamento do seu núcleo urbano.

### 2.1. Açúcar – da Zona da Mata ao Brejo

As plantações de cana-de-açúcar estão cronologicamente ligadas às tentativas de colonização do território brasileiro, desde meados do século XVI (JAMBEIRO, 1972, p.17), pois estas tinham entre outras motivações a exploração voltada para os interesses econômicos da metrópole colonizadora. Sendo assim, “*o engenho de açúcar constituía a base econômica da Colônia*” (MOREIRA et. al., 1997, p. 34). A adoção do cultivo e beneficiamento da cana-de-açúcar como principal atividade econômica na colonização brasileira vem da experiência que os portugueses possuíam, desde o século XV, com a produção do açúcar nas ilhas do Atlântico, das articulações existentes entre seus mercadores e as casas comerciais responsáveis pela distribuição do produto na Europa e a disponibilidade de terras propícias a esta cultura que o Brasil proporcionava, podendo-se expandir o plantio da cana em grande escala (GONÇALVES, 2007, p. 185).

No caso do território da Paraíba sua conquista e ocupação ocorreram quase um século após o descobrimento do Brasil. Berthilde MOURA FILHA (2005) nos esclarece que essa tarefa foi realizada com os mesmos objetivos já definidos para colonização do Brasil, que



seriam, prioritariamente, a ocupação e o aproveitamento da terra adotando-se medidas de caráter defensivo e administrativo. A porta de entrada desta nova capitania foi o Rio Paraíba, também chamado de Rio de São Domingos, sendo este “*determinante para a história dessa região, pois constituía a via de acesso a uma área de grande potencialidade econômica, tanto pelas ricas matas de pau Brasil que possuía, como pelas férteis várzeas propícias ao cultivo da cana-de-açúcar e construção de engenhos*” (MOURA FILHA, 2005, p. 133-134).

Assim, para a efetiva criação da capitania, inicialmente foi necessária a expulsão dos franceses que ali praticavam a extração do pau-brasil, a tomada de terras através da guerra contra os índios, possibilitando a distribuição destas em sesmarias a quem as pudesse cultivar. O primeiro núcleo urbano, a Cidade de Filipéia de N. S. das Neves, foi assentado na margem direita do Rio Sanhauá, afluente do Paraíba, e a escolha do local se deu por este reunir características necessárias ao desenvolvimento de uma comunidade, como “*fonte de água doce, pedra para cantaria e produção da cal necessárias à fábrica das edificações que abrigariam a população daquele nascente núcleo urbano*” (MOURA FILHA, 2005, p. 142). Seus fundadores atentaram também para a fertilidade das terras no entorno, propícias à implantação dos engenhos de açúcar, para a possibilidade de se construir um porto e fortificações que auxiliariam na proteção e desenvolvimento da cidade. Sua localização era estratégica, ficava a três léguas da barra do rio, utilizado como rota de entrada e navegação de embarcações de grande porte, que carregavam o açúcar a ser exportado, e seu entorno próximo era formado por terras férteis, onde se cultivava a cana-de-açúcar. A localização escolhida para a cidade permitia que esta cumprisse sua função de fiscalizar e administrar os interesses da Coroa portuguesa na capitania (MOURA FILHA, 2005, p. 144).

Segundo Juliano CARVALHO (2008), a implantação da primeira cidade se baseou na tríade “*aldeamento-engenho-fortificação*” (CARVALHO, 2008, p. 27), como demonstra a figura 1, com a cidade situada entre o forte, o campo, e os aldeamentos, facilitando as relações econômicas e de defesa, servindo o rio como rota de ligação e escoamento da produção de açúcar. No início da ocupação, a produção açucareira da capitania concentra-se no litoral, e a preocupação com o aproveitamento da terra suplanta outros interesses da coroa, como a questão religiosa.

Uma vez iniciada a colonização, podemos dizer que a “expansão da fé em Deus” – a primeira motivação do processo – rapidamente entra em conflito com o “proveito da terra” – a segunda. Isto porque, enquanto os moradores e o governador da capitania



tentam, por todos os meios, utilizar os índios aldeados como mão-de-obra compulsória para o trabalho nos engenhos e para as obras civis, ou como infantaria para o prosseguimento das guerras de conquista do território, os missionários os tentam manter, ao menos em parte, fora deste sistema, de modo a garantir o controle sobre sua catequização (CARVALHO, 2008, p. 27-29).

No início do século XVII a capitania apresentava um crescimento da produção açucareira, chegando a ocupar “o terceiro lugar em grandeza e riqueza das demais capitanias deste Estado, antecedendo-lhe apenas Pernambuco e a Bahia” (MOURA FILHA, 2005, p. 201).



**Figura 1** Ocupação da Capitania da Paraíba em 1634, mostrando a localização da Cidade de Filipéia de N. S. das Neves e as fortificações, próximas ao Rio Sanhauá. Percebe-se a densa ocupação da várzea do Rio Paraíba pelos engenhos de cana-de-açúcar. CARVALHO, Juliano Loureiro de. *Formação Territorial da Mata Paraibana, 1750-1808*. Salvador: UFBA/ PPGAU / Dissertação de Mestrado, 2008, p. 30.



Este aumento da produção açucareira requiritava um número cada vez maior de pessoas, gerando um povoamento que tendia a ser mais enraizado e estável, contribuindo de forma mais efetiva no povoamento da capitania, sobretudo, devido ao aumento do tráfico de escravos africanos, a principal mão-de-obra dos engenhos até o fim do século XIX. Além dessa força de trabalho, as atividades do engenho reuniam uma grande quantidade de pessoas, que exerciam atividades relacionadas ao controle e fiscalização do trabalho escravo, e algumas voltadas para a administração do engenho, com suas relações de poder bem sedimentadas, o que demonstra que *“essa atividade acabou por influenciar na formação da sociedade e dos padrões de vida local, assumindo toda a região sob domínio daquela economia um perfil diferenciado”* (MOURA FILHA, 2005, p. 207).

O fato de ser uma cultura de exportação, destinada a abastecer em larga escala o mercado português e europeu, dava aos engenhos de açúcar características específicas, como a necessidade de grandes propriedades destinadas ao plantio da cana-de-açúcar, e extração de madeira para o funcionamento das fábricas e produção do açúcar (MOREIRA et. al., 1997, p. 47).

Assim, a cultura da cana-de-açúcar só se torna possível devido ao sistema de concessão de sesmarias<sup>29</sup> que possuíam grandes extensões de terra. As sesmarias eram medidas com o uso de unidades pouco precisas, em léguas ou quadras (uma, duas ou quatro) que, na verdade, devido as dificuldades de se precisar uma medição exata, serviam mais como forma de aproximação (CARVALHO, 2008, p. 32). Através da doação de terras, teve início a expansão da área de colonização da capitania em direção às várzeas dos demais rios da região, e ao interior.

Durante esse período [de 1586 a 1624], foram concedidas, através de vinte cartas de doação, vinte e quatro datas de terra abrangendo, além da cidade, as bacias dos Rios Gramame, Paraíba (em seus cursos inferior e médio), Mamanguape, Camaratuba e Curimataú, distribuídos na direção sul-norte ao longo do litoral. A ocupação das várzeas desses rios correspondeu, em termos temporais e de organização do espaço para “proveito” da terra, à lenta operação de “limpeza do terreno” que teve início a partir do segundo semestre de 1585 (GONÇALVES, 2007, p. 169).

---

<sup>29</sup> A limitação das doações só ocorreu em 1697, quando uma Carta Régia delimita a ocupação da terra a uma área de três léguas de comprimento por uma de largura (MELO, 1986, p. 36). A concessão de sesmarias foi definitivamente suspensa em 1822, mas só em 1850 é criada uma lei, conhecida como Lei 601 ou Lei de Terras de 1850, que instituiu a propriedade privada, com o objetivo de garantir o acesso a terra por meio da compra, determinando o fim da ocupação do solo devoluto. Assim, no século XIX, ocorre a transformação da terra em um produto mercantil, e o estabelecimento da propriedade privada (MOREIRA et. al., 1997, p. 49-50).



O que se verifica é que “a partir do centro, que é o conjunto cidade/fortificações/engenhos do Rio Paraíba, a posse da terra se expande pelos outros rios da Mata Paraibana” (CARVALHO, 2008, p. 34). Embora a atividade açucareira seja a grande impulsionadora deste processo, nem todas as sesmarias requeridas foram utilizadas na plantação de canaviais e engenhos. Um exemplo destas outras atividades, como mostra a Figura 2, são as que se localizam nas várzeas dos Rios Camaratuba e Mamanguape, que, apesar de propícias à atividade açucareira, se voltam para a criação de gado e lavouras de mantimentos, permanecendo a atividade canvieira concentrada na várzea do Rio Paraíba durante todo o século XVII (CARVALHO, 2008, p. 34).

Segundo Horácio de ALMEIDA (1958, p. 4), “pode-se dizer da Paraíba que o povoamento do seu território tanto se processou do litoral para o centro como do centro para o litoral”. A ocupação do Sertão<sup>30</sup>, não se dá, apenas, com a conquista de terra partindo do litoral em direção ao interior da capitania. Christiane SARMENTO (2007, p. 34) demonstra que essa via contrária surge a partir da necessidade de se ligar a sede da administração colonial, em Salvador, com o território do Maranhão, conquistado em 1615, garantindo um contato com o Norte por terra, havendo a necessidade de se criar rotas de passagem.

Ocupar o Sertão da Paraíba era parte da estratégia de proteção necessária para consolidação da nova rota, embora não a margeasse, e se inseria numa idéia de ampliação de território e ocupação efetiva do Brasil, delineada entre a segunda metade do século XVII e início do XVIII. Tal fato aliado ao aproveitamento das ribeiras da bacia do Rio Piranhas, faz com que surjam os primeiros povoamentos, ao longo das estradas de penetração, através das fazendas de gado e da fundação de núcleos urbanos. A exploração econômica do Sertão se baseava na busca por metais preciosos, a captura de índios como mão-de-obra para os engenhos do litoral, e, principalmente, o alargamento das zonas de criação da pecuária. A ocupação efetiva do Sertão vai ocorrer no final do século XVII e início do XVIII, através da concessão de sesmarias a colonos vindos, principalmente, de Pernambuco e Bahia (SARMENTO, 2007, p. 35-38).

---

<sup>30</sup>“No período colonial o Sertão compreendia o território ainda não conquistado, sendo utilizada a denominação sertão para as mais diversas áreas da Colônia. Na capitania da Paraíba havia vários sertões: Sertão do Curimataú, Sertão do Cariri, Sertão do Seridó, sendo também muito utilizada esta denominação no sentido de Ribeira – área de dominância de determinado rio.” (SARMENTO, 2007, p. 14 [nota de rodapé]). Atualmente estas áreas receberam uma nova denominação, compondo as macrorregiões e microrregiões da Paraíba, porém, neste tópico será utilizada apenas a nomenclatura “sertão” para denominar as áreas que não correspondam ao Brejo ou Zona da Mata/Litoral.

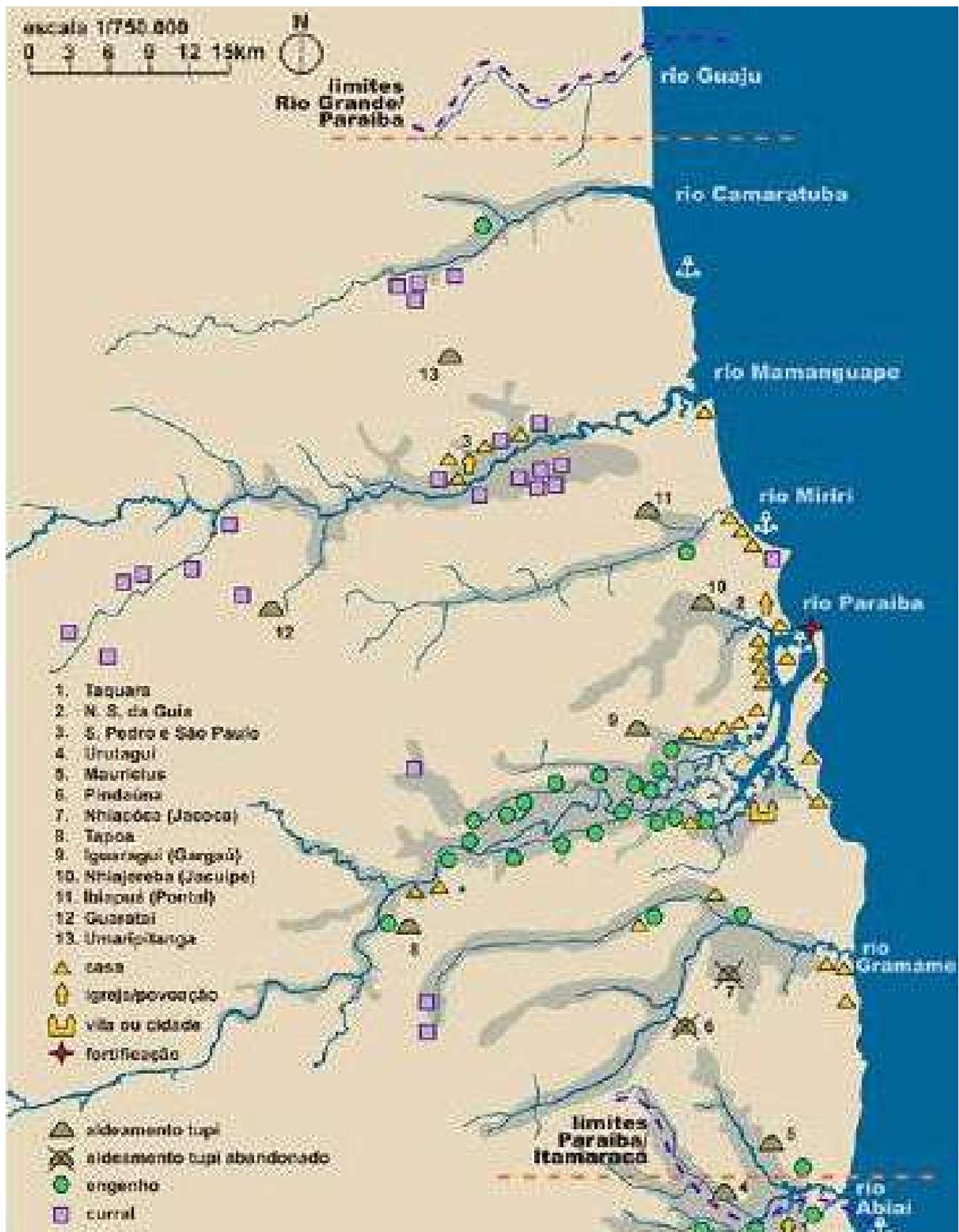


Figura 2 Ocupação da Paraíba em 1640, com a concentração da produção açucareira na várzea do Rio Paraíba e a ocupação dos outros rios por currais, lavouras e serrarias, com poucos engenhos esparsos. Redesenho do mapa de Georg Marcgraf, In: CARVALHO, Juliano Loureiro de. Formação ..., 2008, p. 35.



A atividade açucareira continuou restrita ao litoral, cabendo ao interior se especializar na produção de alimentos e na pecuária. O que ocorria é que nos períodos de crise açucareira aconteciam movimentos migratórios do Litoral em direção ao Sertão, devido a liberação de mão-de-obra dos engenhos. Esses trabalhadores ocupavam a região sertaneja e lá se estabeleciam em pequenas propriedades, produzindo alimentos como: milho, feijão, mandioca, etc. (MOREIRA, 1990, p. 13).

Durante esse processo de ligação do Sertão com o litoral, havia se iniciado a ocupação do Brejo Paraibano. Os primeiros contatos do colonizador com a região do Brejo acontecem ainda no século XVI, mas o processo de colonização se prolonga lentamente, durante quase dois séculos, tendo como base a agricultura (ALMEIDA, 1994, p. 16; FIÚZA *et. al.*, 1998, p. 39).

Esta região serviu como rota de passagem de produtos entre os extremos da capitania, como mostra a Figura 3, o que possibilitou o início do povoamento. Na Região do Brejo, a colonização se intensificou após 1700, devido a inserção na região das fazendas pecuárias, dos engenhos de açúcar e de pequenos povoados nas proximidades da bacia do Rio Mamanguape (ALMEIDA, 1958, p. 5, MORAES, 2008, p. 23).

Ao mesmo tempo que se povoa o sertão da Paraíba, prosseguiam as conquistas do litoral para o interior, através da caatinga e do Brejo, [...]. Deste modo, os dois núcleos coloniais da Paraíba, o do litoral e o do sertão, cresciam e caminhavam um para o outro, com plena consciência desse fato. A junção deve ter ocorrido por volta de 1695, [...]. (ALMEIDA, 1980, p.4).

Inicialmente, a ocupação do Brejo se baseia no cultivo de lavouras de subsistência, voltada para o mercado externo, e nas plantações de cana-de-açúcar, atividade produtiva importante por garantir a articulação entre o Brejo e outras regiões. A pecuária também se torna uma atividade fundamental para a região, pois, com a ocupação do Sertão, a região se torna local de *“descanso dos vaqueiros que levavam o gado para o interior, ou que voltavam com o rebanho para ser abatido e distribuído nos mercados do Litoral. Em função dessas áreas de pouso, foram surgindo, pouco a pouco, [...], os primeiros núcleos de povoamento”*. (FIÚZA *et al.*, 1998, p.42).



**Figura 3** Mapa da ocupação da Capitania da Paraíba em 1700, com a presença de povoações no Sertão e no Cariri. Observar a existência de uma estrada principal que cruza toda a Capitania e de outras estradas secundárias. CARVALHO, Juliano Loureiro de. *Formação ...*, 2008, p. 51.

A economia do Brejo esteve, até o século XIX, vinculada ao abastecimento de gêneros alimentícios, sendo este considerado o “*celeiro do sertão*”, por atuar como pólo de abastecimento dessa região. Ente os séculos XVII e XIX as principais fontes de renda foram o algodão e a cana-de-açúcar, inicialmente com a produção do açúcar, que logo é substituído pela cachaça e rapadura, visando o mercado de Pernambuco e o Sertão.

Foi ali, naquelas baixadas úmidas e férteis, que a cana-de-açúcar encontrou campo favorável de cultura. As condições ecológicas eram propícias à economia canieira, como haviam sido para o algodão e depois o foram para o café e o agave. As chuvas constantes e bem distribuídas cooperavam com o homem no tamanho da lavoura,



permitindo colheitas compensadoras na época da estiagem. Essa cultura tinha seu domínio na zona propriamente do Brejo, de clima quente e úmido, até os limites do agreste, ao poente, onde a água se torna menos abundante, geralmente escassa, favorável, portanto, a outras lavouras (ALMEIDA, 1980, p. 32)

O algodão foi a primeira cultura a se destacar na região, paralelamente à produção de gêneros de subsistência como a farinha e a rapadura. A hegemonia algodoeira dura até a década de 1860, quando uma crise na produção faz se expandir a atividade canavieira, tornando-a a cultura principal do Brejo (MOREIRA et. al., 1997, p. 86). Devido às condições climáticas e de solo, a região do Brejo, chegou a abrigar uma quantidade considerável de engenhos, desde a metade do século XVIII (ALMEIDA, 1994, P. 20). Fato também apontado por Manoel Correa de ANDRADE (1997).

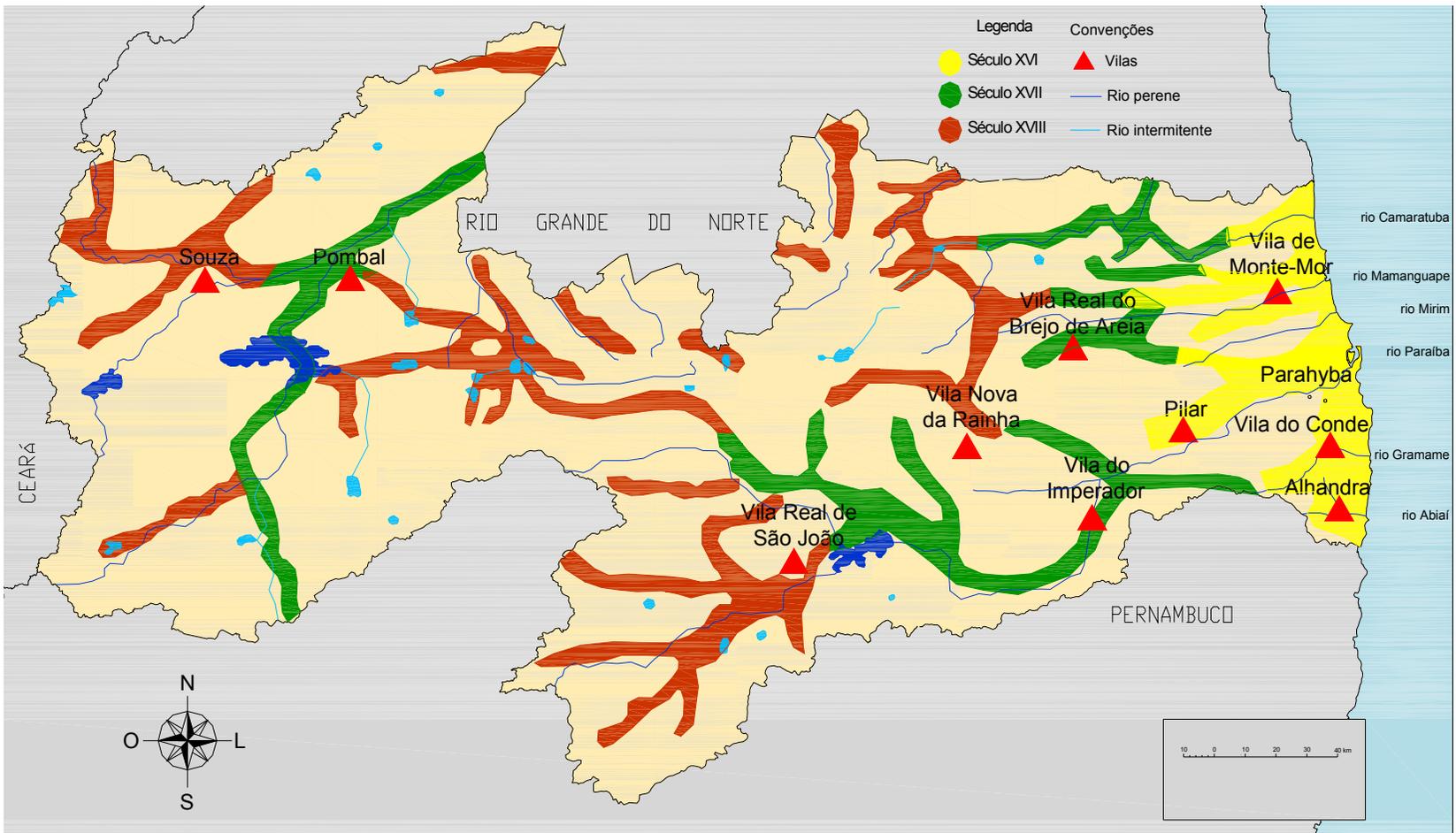
No fundo dos estreitos vales, é encontrado o fértil massapé, devido à grande quantidade de húmus que para ai é carregada pelas águas pluviais. A junção de dois ou três regatos alarga o vale permitindo a instalação das sedes dos engenhos, com suas moendas, seus assentamentos, seus alambiques, suas casas de farinha [...]. (ANDRADE, 1997, p. 17)

Por se caracterizar como um importante pólo de abastecimento, os comerciantes, que negociavam farinha e rapadura nas feiras, e os homens livres pobres contribuíram como agentes importantes na formação histórica e espacial do Brejo Paraibano, ao interferirem, com suas atividades itinerantes, no processo social de produção, circulação, distribuição e consumo de mercadorias (FERNANDES, 2008, p. 14).

Assim se deu a expansão do povoamento do território da Capitania da Paraíba, desde o final do século XVII até início do XIX, como mostra a Figura 4, impulsionada pela necessidade de ocupação do Brasil e pela produção econômica para abastecimento local e da metrópole.

Em relação ao Brejo, o que se percebe é que, embora tenham existidos outros atrativos econômicos na região, como a pecuária e a cultura de subsistência, foi o algodão, em um momento inicial, e, principalmente, a cana-de-açúcar que de fato definem o modo de vida da população nascente, devido às relações comerciais e às condições de clima e relevo propícias.

Essa região possuía como principal núcleo urbano a atual Cidade de Areia, que englobava, praticamente, todos os atuais municípios que hoje integram a região, e cuja trajetória será explorada posteriormente.



**Figura 4** Mapa da Paraíba mostrando os avanços da ocupação territorial durante os séculos XVI, XVII e XVIII. Redesenhado a partir do mapa de MORAES, Carla Gisele Macedo Santos Martins. Areia - Paraíba: morfologia e desenvolvimento urbano (séculos XVIII, XIX e XX). Recife: UFPE / MDU / Dissertação de Mestrado, 2008, p. 21.

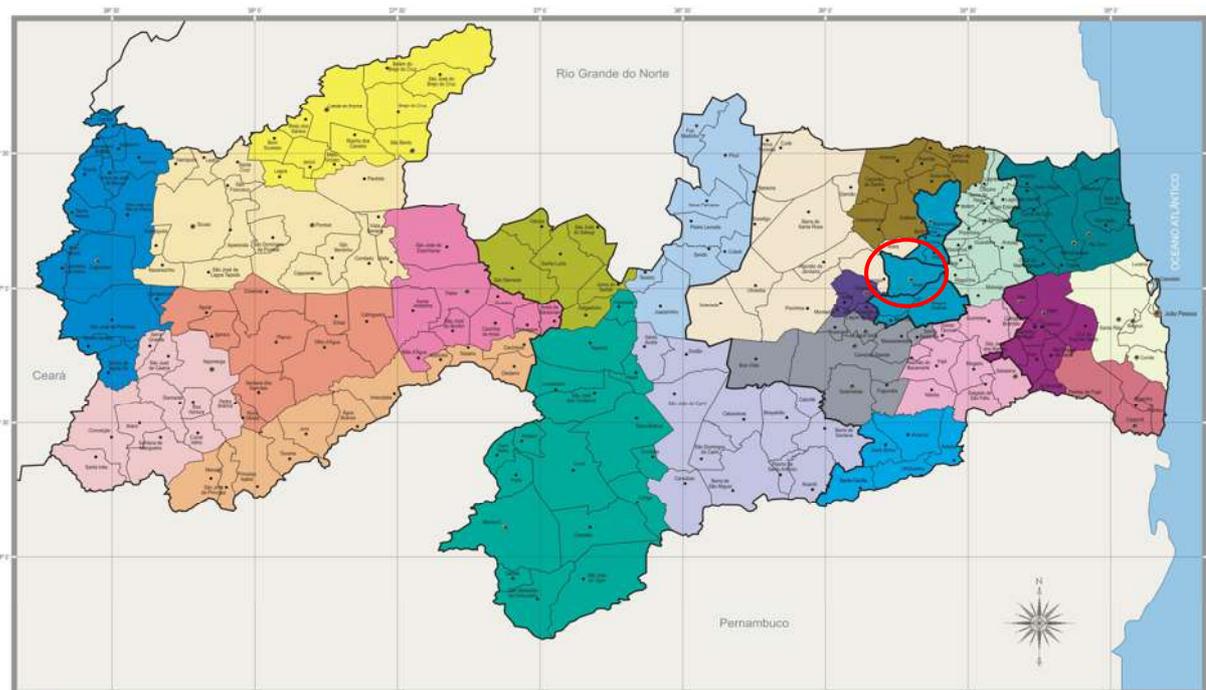


O descuido de se tomar:  
A importância da paisagem cultural dos engenhos de  
cachaça e rapadura como patrimônio do município de Areia.  
Anna Cristina Andrade Ferreira



## 2.2. Areia: da formação urbana a um patrimônio reconhecido

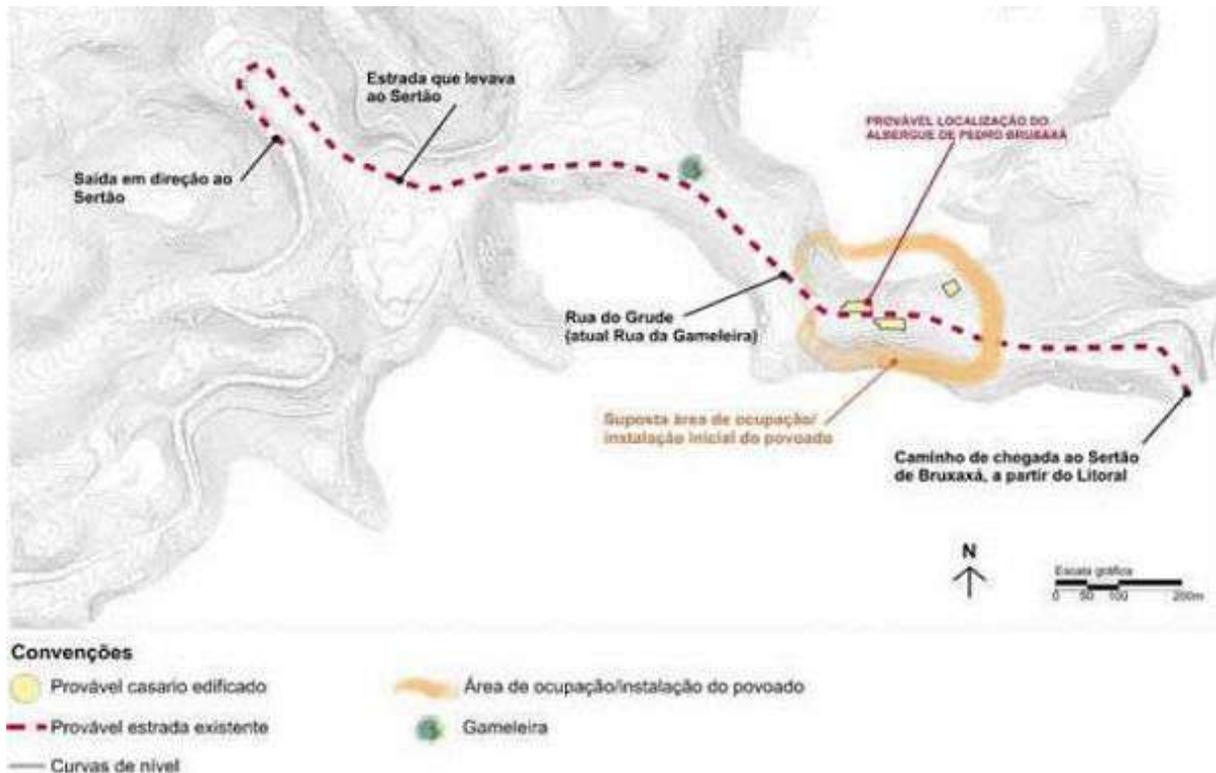
O atual município de Areia se localiza na microrregião do Brejo Paraibano<sup>31</sup> (figura 5), está implantado no lado oriental do relevo íngreme da serra da Borborema, a 622 metros de altitude, com uma extensão territorial de 630 Km<sup>2</sup>.



**Figura 5** Divisão fisiográfica do estado da Paraíba, mostrando suas microrregiões, destacando-se a cidade de Areia no Brejo Paraibano. Mapa da AESA - Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba, 2000.

Assim como a Região do Brejo Paraibano, onde se insere, a ocupação do território que viria a se tornar a cidade de Areia teve sua ocupação relacionada às rotas de passagem entre o Litoral e o Sertão. Isto se deu, a partir do século XVII, pelos colonizadores, inicialmente servindo de pousada para aqueles que realizavam o intercâmbio comercial entre o Sertão e o Litoral (MORAES, 2008, p. 30). Essa ocupação inicial esta representada na Figura 6.

<sup>31</sup>O Brejo ocupa uma pequena região da Paraíba, além da encosta oriental do Planalto da Borborema, caracterizada como mancha úmida em meio ao semi-árido que se destaca pela existência de vales e encostas com condições de solo, hidrografia e clima propicias à lavoura da cana-de-açúcar e outras culturas de subsistência (ANDRADE, 1997, p.16).

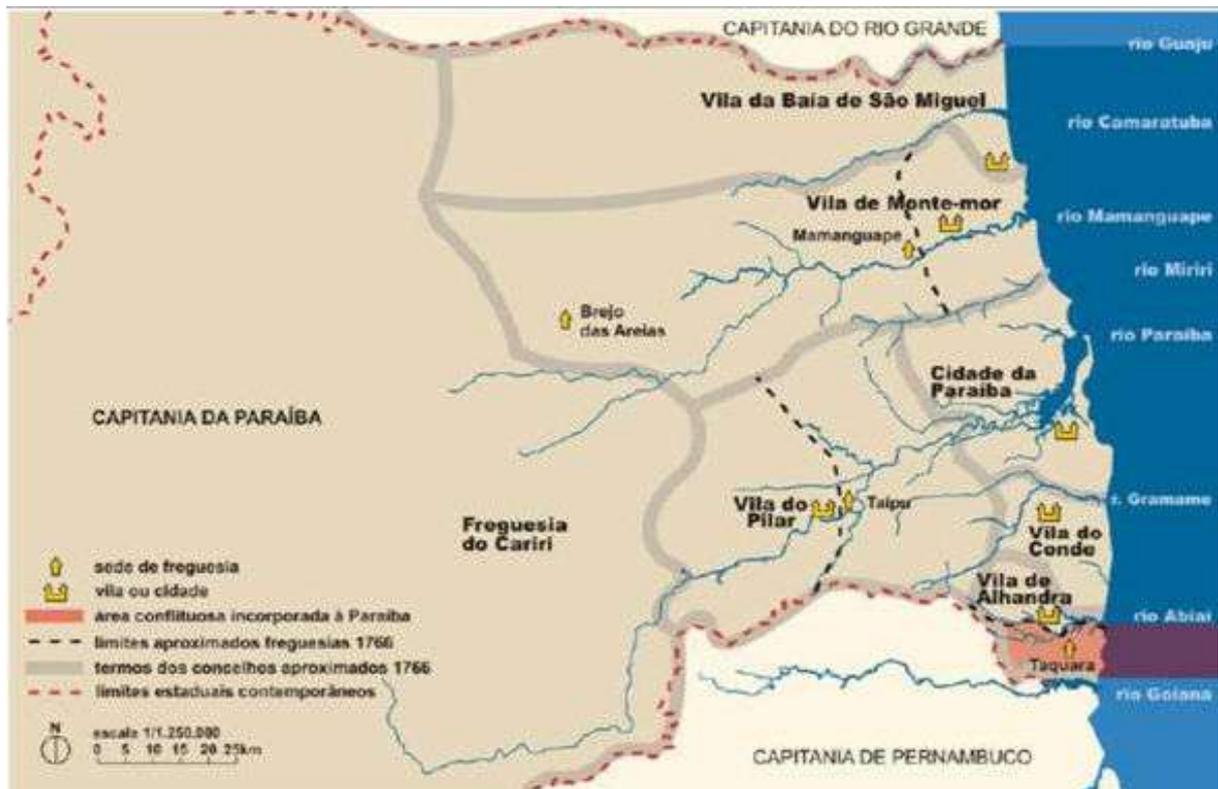


**Figura 6** Ocupação inicial de Areia em 1701. MORAES, Carla Gisele Macedo Santos Martins. Areia - Paraíba: morfologia e desenvolvimento urbano..., 2008, p. 34.

Segundo Alexandre FIÚZA *et al.* (1998, p. 39), durante a ocupação da Paraíba, diversos núcleos de povoamento se iniciavam a partir dos currais, instalados para pouso de tropeiros e mascates. No Brejo, isto ocorre de maneira lenta, e, embora a povoação tenha se iniciado no século XVII com a cultura e comércio do algodão, será impulsionada apenas no final do século XVIII, com a cana-de-açúcar (FIÚZA *et al.*, 1998, p.45).

O sítio, que daria origem à atual cidade de Areia, pertencia a Vila de Monte-mor da Preguiça (atual Mamanguape), como mostra a figura 7, sendo inicialmente composto apenas por um curral à margem da estrada, que servia de recolhimento do gado, e foi em torno desta primeira ocupação, que nasceu o povoado, que não demorou a começar a crescer e a espalhar-se pelos terrenos escassos no topo da serra da Borborema (ALMEIDA, 1958, p. 3).

[...] no sopé ocidental do monte onde hoje está localizada a cidade, às margens do riacho de Areia, nas terras do que seria mais tarde, o engenho Saboeiro, cruzavam-se os caminhos que ligavam ao litoral ao sertão. Neste local, os tropeiros e boiadeiros paravam para descansar e pernoitar. Em pouco tempo, atraídos pelo movimento, chegaram aqueles que viriam a ser os primeiros habitantes da povoação de “Brejo de Areia (FIÚZA *et. al.*, 1998, p. 45-46).



**Figura 7** Mapa da ocupação da Capitania da Paraíba em 1766, após a criação de novas Vilas. CARVALHO, Juliano Loureiro de. Formação ..., 2008, p. 120.

Na década de 1760, “vários povoados, ligados entre si por estradas, já haviam se instalado no Brejo. Existiam também alguns engenhos rudimentares feitos de madeira e montados em palhoças sobre armações de almanjarras” (FIÚZA *et al.*, 1998, p.46). Neste período Areia apresenta um aumento da população, inclusive com engenhos em funcionamento, se destacando na produção agrícola da região.

A freguesia de Areia foi criada por provisão de 29 de junho de 1813, sob o patrocínio de Nossa Senhora da Conceição, mas sua emancipação política só vem a ocorrer dois anos depois, sendo cortados os últimos laços que a ligavam a Vila Real de Monte Mor da Preguiça. A Vila Real do Brejo de Areia foi instituída por alvará régio de 18 de maio de 1815, sendo a nona vila da Paraíba, e seu território englobava as povoações de Alagoa Grande, Espalhadas, Pilões, Arara, Mata Limpa e Lagoa do Remígio, sendo o maior município do Brejo Paraibano (ALMEIDA, 1958, p. 10-11). Hoje conta-se dentro do território de Areia apenas a povoação de Mata Limpa e outros pequenos distritos.

Em 1833, Areia recebe a Segunda Comarca da Paraíba, sendo a primeira a da capital e a terceira a de Souza. A vila é elevada à cidade em 1846, pela Lei n.º 2, de 18 de maio, sendo a



primeira em ordem cronológica, em toda a Província, com exceção da capital. Sua população aumentava e prosperava economicamente, sendo por muito tempo o maior centro comercial do interior. Como já mencionado, a feira de Areia era conhecida como um importante centro de abastecimento do Sertão e das praças vizinhas, auxiliando no povoamento da região (FERNANDES, 2008, P. 68). O município produzia e comercializava algodão, rapadura, aguardente, açúcar, farinha de mandioca, fumo e cereais, em larga escala, e até um pouco de café, abastecendo todo o Sertão da Paraíba (ALMEIDA, 1958, p. 36)

Lançando um olhar sobre a estruturação espacial de Areia, observamos que sua implantação urbana acompanha as curvas do relevo íngreme, de acordo com a imagem aérea da figura 8, com os edifícios posicionados no alto da serra, contornando seus acidentes geográficos. Observa MORAES que “a tipologia das edificações ainda hoje reflete a dificuldade de adaptação ao terreno íngreme, utilizando artificios, como a criação de porões e de desvãos de ventilação dos pisos” (MORAES, 2008, p. 46).



**Figura 8** Vista aérea da cidade de Areia mostrando sua localização sobre o relevo da Serra da Borborema. Fotografia de Dirceu Tortorello, s/d.

A primeira rua da vila se chamava Rua do Grude, e sua configuração se deu a partir do caminho de passagem dos tropeiros do litoral para o Sertão. A despeito do progresso que se operou ao longo do tempo, essa rua manteve, por dois séculos, um agrupamento de casas de palha, bem na entrada do lado oriental de Areia (ALMEIDA, 1958, p. 6). O quadro 1 mostra a ordem cronológica em que surgem os primeiros logradouros em Areia, e as figuras 9 e 10 demonstram como se deu a expansão urbana durante o século XIX.



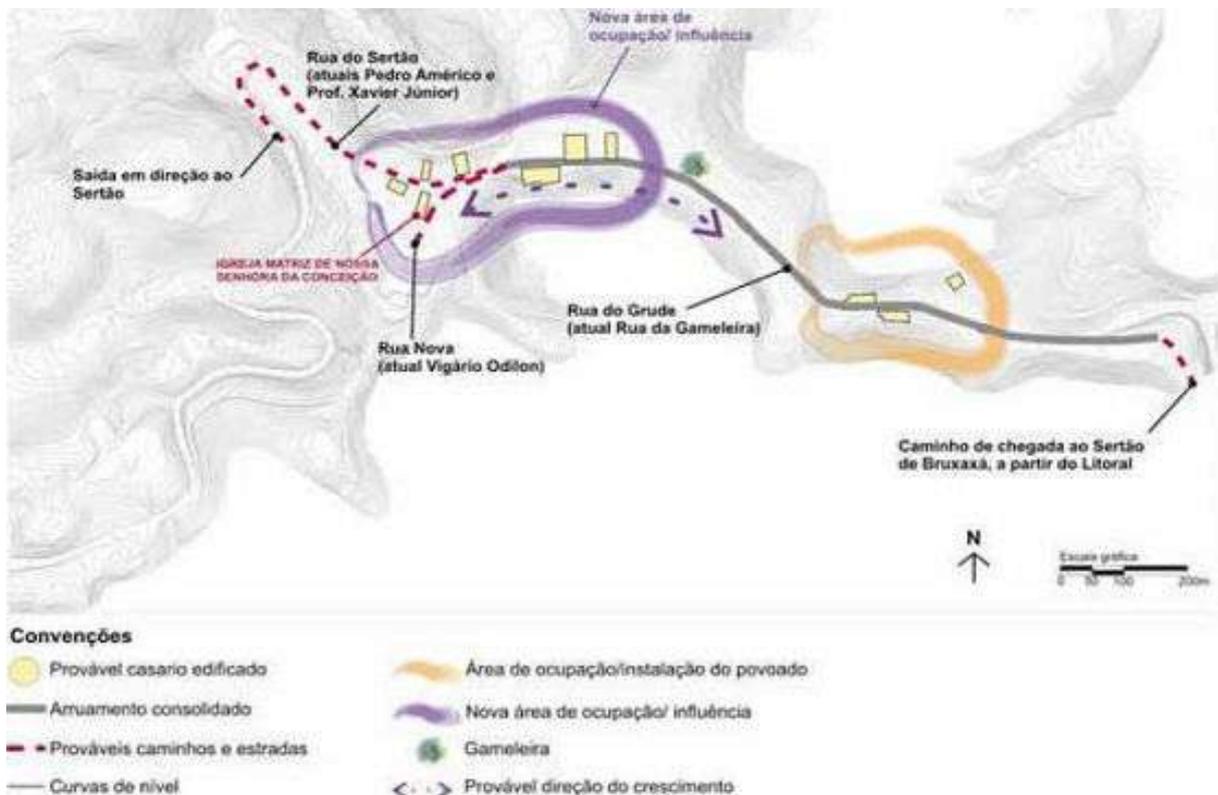
**Quadro 1.** Logradouros existentes em Areia (século XVIII e XIX)

Século	Provável surgimento	Nome inicial do logradouro	Nome atual do logradouro
XVIII	1780-1800	Rua do Grude	Rua da Gameleira
XIX	1800-1820	-	Rua Dr. Cunha Lima
XIX	1800-1850	-	Rua Coelho Lisboa
XIX	1800-1850	Rua do Comércio	Rua 3 de Maio
XIX	1800-1850	Rua da Matança	Rua Santa Rita
XIX	1800-1850	Rua Direita	Rua Pres. Getúlio Vargas
XIX	1800-1850	Rua dos Quatro Cantos	Rua Costa Machado
XIX	1810-1818	Rua do Sertão	Rua Pedro Américo e Rua Xavier Junior
XIX	1810-1818	Rua Nova	Rua Vigário Odilon
XIX	1818	-	Rua Abel Silva
XIX	1818	Beco do (Marinheiro) Jorge	Beco do Jorge
XIX	1821	Rua Grande; Largo da Igreja de Nossa Senhora da Conceição	Praça Pedro Américo e João Pessoa
XIX	1845	Rua do Pirunga	Rua Professor Antonio Benvindo
XIX	1847	Forca (Campo das Execuções)	Rua da Gameleira (Grupo Escolar Álvaro Machado e Maternidade)
XIX	1851	Ladeira da Volta	Sem nome (na saída da cidade após a Rua Xavier Junior)
XIX	1851	Largo da Feira	-
XIX	1851	Pátio da Cadeia Velha	-
XIX	1851	Rua do Bonito	-
XIX	1851	Rua do Rosário	Rua Dr. José Evaristo
XIX	1886	Largo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Praça Ministro José Américo de Almeida
XIX	1892	Jardim Público	Inexistente

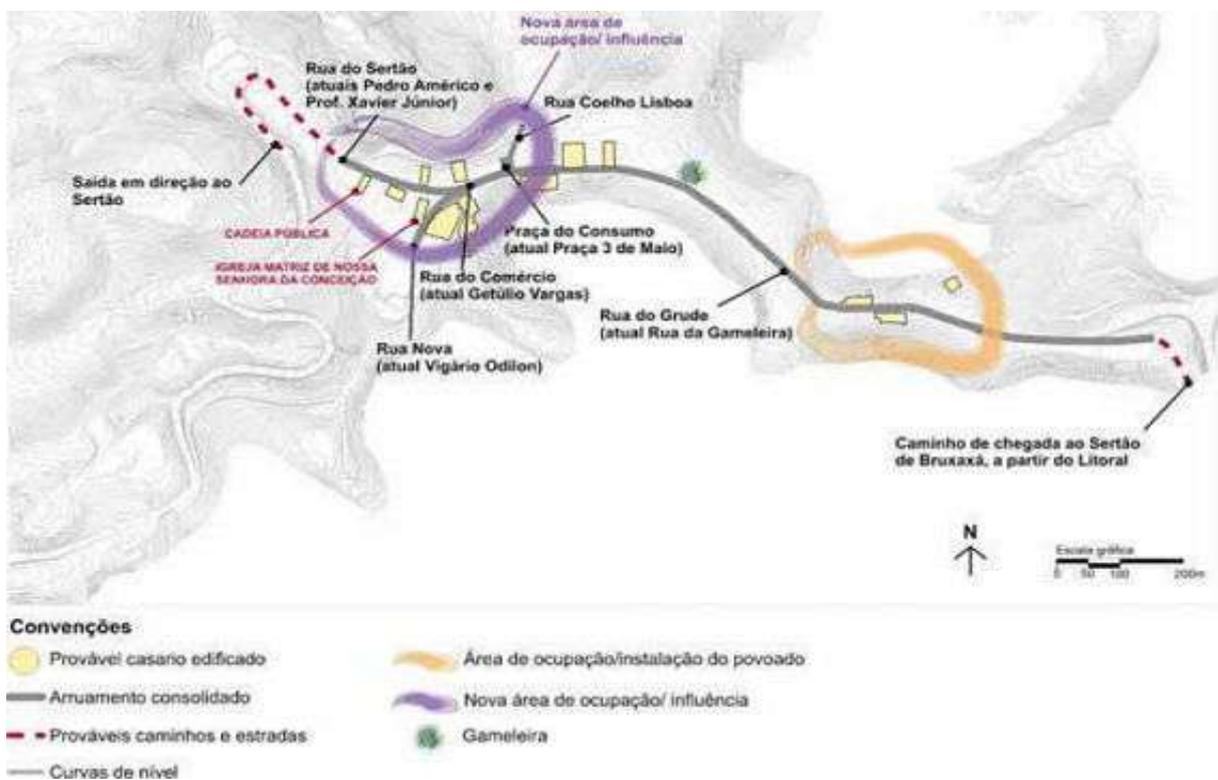
Fonte: MORAES, Carla Gisele Macedo Santos Martins. *Areia - Paraíba: morfologia e desenvolvimento urbano...*, 2008, p. 58. Com dados de ALMEIDA, 1980; CAJU & CAVALCANTI FILHO, 2005; FIÚZA et al., 1998; IBGE 1960; OLIVEIRA SOBRINHO, 1958; e ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO, 1847.



O descuido de se tomar:  
A importância da paisagem cultural dos engenhos de  
cachaça e rapadura como patrimônio do município de Areia.  
Anna Cristina Andrade Ferreira



**Figura 9** Ocupação de Areia em 1801. MORAES, Carla Gisele Macedo Santos Martins. *Areia - Paraíba: morfologia e desenvolvimento urbano...*, 2008, p. 39.



**Figura 10** Ocupação posterior, em 1821. MORAES, Carla Gisele Macedo Santos Martins. *Areia - Paraíba: morfologia e desenvolvimento urbano...*, 2008, p. 45.



O primeiro sobrado da vila foi construído em 1818, por um português chamado Jorge Torres, que havia chegado à Areia no início do século. Além do sobrado, ele erigiu uma rua inteira no povoado, muitas casas de morada, armazém e instalações de beneficiamento de algodão, além de fundar algumas propriedades rurais, o engenho Macaíba, e os sítios Pirunga e Bonito (ALMEIDA, 1958, p. 14).

Em data anterior a 1800 a localidade já possuía uma capela, no local onde hoje se ergue a matriz, dedicada a Nossa Senhora da Conceição. Inicialmente, esta capela era apenas um casarão de palha, atravessado no meio da rua, estando próximo a uma pequena lagoa, o que influenciou a configuração das primeiras ruas, tendo a via principal que ser bifurcada na direção da igreja. Havia outra igreja no povoado, dedicada a Nossa Senhora do Rosário, iniciada por uma irmandade de negros. Acredita-se que o início de sua construção seja anterior ao da matriz, porém, ela permaneceu inacabada durante longos anos, e só em 1865 o governo da província concedeu uma verba para o andamento das obras, sendo concluída em 1886 (ALMEIDA, 1958, p. 8-11).

Os senhores de engenho que conseguiam acumular alguma riqueza, possuíam casa na cidade, ocupada durante os períodos das festas religiosas. Essas casas ajudaram no desenvolvimento e na delimitação da área urbana, que se expandia à medida que uma nova rua era criada e uma nova edificação implantada. Um exemplo da influência dos produtores de cana-de-açúcar para o desenvolvimento da cidade foi o caso do senhor conhecido como “Casusa do Macaco” (José Cavalcanti de Albuquerque), senhor do engenho Macaco. Ele construiu um vistoso sobrado, situado na Rua Nova, hoje Rua Vigário Odilon, depois transformado em casa paroquial pelo vigário Odilon Benvindo, e posteriormente demolido (ALMEIDA, 1958, p. 120). Outro exemplo é o comerciante e senhor do Engenho Vaca Brava, o senhor Santos da Costa Gondim, que edificou um sobrado na cidade, em 1850 (ALMEIDA, 1958, p. 16).

Além disso, o próprio processo de crescimento de Areia se deu, fundamentalmente, em função das propriedades rurais circundantes. Sua forma urbana se desenvolveu preenchendo aquelas áreas que não pertenciam às propriedades agrícolas ou que foram cedidas pelos proprietários rurais. “*Os engenhos e fazendas de café, algodão, gêneros alimentícios ou de gado e, posteriormente, as usinas, se estruturaram ao redor da cidade e, de certa maneira, ditaram algumas direções seguidas*” (MORAES, 2008, p. 156).



Tão importante quanto a agricultura era a atividade comercial, que requereu a construção de uma estrada ligando Areia à capital, visando a expansão dessa atividade, fato que ocorreu entre 1849 e 1851 (CAJU & CAVALCANTI FILHO, 2005, p.24).

A cidade crescia em população e prosperava em riqueza. Por muito tempo foi o maior centro comercial do interior, fechando à capital as portas do Sertão. E como suas relações de negócio eram mantidas de preferência com as praças de Pernambuco, resolveu o governo abrir uma estrada da capital até Areia, com o objetivo de conquistar aquele mercado. (ALMEIDA, 1980, p. 36)

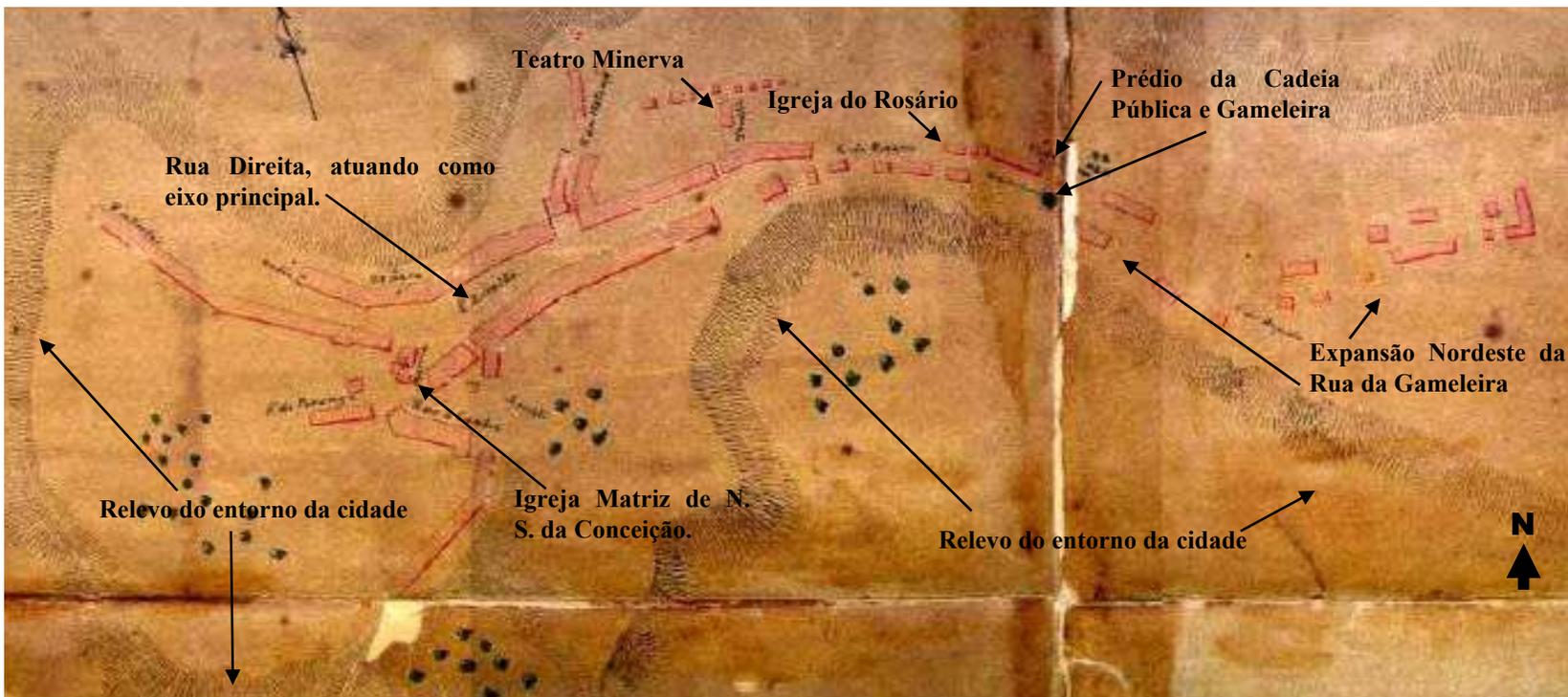
Outro importante eixo de expansão da cidade, que liga a igreja do Rosário e a Igreja Matriz, foi a Rua Direita, logradouro característico da implantação colonial portuguesa, hoje chamada Rua José Evaristo (CAJU & CAVALCANTI FILHO, 2005, p. 24-25). A estrutura urbana da cidade esta representada na figura 12.

Há diversos fatores que comprovam a importância de Areia para a capitania da Paraíba, uma delas foi a instalação da primeira escola primária, em 1822, uma honraria, considerando que até 1850 funcionavam, em toda a província, apenas 37 escolas públicas, com uma frequência inferior a mil alunos (ALMEIDA, 1958, p. 122). Em 1859, foi inaugurado o Teatro Recreio Dramático, atualmente Teatro Minerva (Figura 11), o primeiro teatro da Paraíba, representando os ideais de progresso e civilidade da época como esclarece Berthilde MOURA FILHA (1998).

Nas cidades que demonstravam crescimento urbano surgia uma demanda por lazer e convívio social, sendo as artes cênicas um importante veículo de cultura e civilização, logo se faziam presentes nestes centros. De início as iniciativas vinham de sociedades particulares ou de grupos amadores, só em um momento posterior os teatros começam a figurar entre o repertório de obras do poder público, baseado na idéia de que eles representavam progresso e civilização (MOURA FILHA, 1998, p.6).



**Figura 11** Teatro Minerva, antigo Recreio Dramático. Fotografia de Carlos Oliveira Reis, s/d.



**Figura 12** Ocupação de Areia em 1847, mostrando a expansão urbana e populacional. Fonte: Arquivo Histórico do Exército (RJ); MORAES, Carla Gisele Macedo Santos Martins. Areia - Paraíba: morfologia e desenvolvimento urbano (séculos XVIII, XIX e XX). Recife: UFPE / MDU / Dissertação de Mestrado, 2008, p. 21.



O descuido de se tombar:  
A importância da paisagem cultural dos engenhos de  
cachaça e rapadura como patrimônio do município de Areia.  
Anna Cristina Andrade Ferreira



Na segunda metade do século XIX, a cidade de Areia vive um breve apogeu devido a um período de prosperidade dos engenhos (ALMEIDA, 1958, p. 100-103). Este foi um momento de grande progresso para a cidade, com o desenvolvimento do comércio e a diversificação das atividades culturais, além da construção das casas mais imponentes da cidade e melhorias na estrutura urbana (GARCIA JUNIOR, n/d, p. 14-15).

A prosperidade dos engenhos é interrompida por volta de 1884, com o início de uma crise na produção canavieira, sendo a recuperação econômica do município alcançada com a produção do sisal. A mudança de atividade garantiu a continuidade no crescimento da cidade, que ostentava uma fisionomia de progresso, como mostram as figuras 13 e 14, com ruas calçadas, colégios, biblioteca, jornais, banda de música, sociedade dramática, clube de dança e um comércio satisfatório, completando o quadro urbano. Mas pouco dura o reinado do sisal, e logo os engenhos de cana-de-açúcar voltam a funcionar novamente (ALMEIDA, 1958, p. 115).



**Figura 13** Aspecto da rua central ao final do século XIX e início do XX. GUEDES, Rafaela Mabel. *Revitalização ...*, 2006, p. 19.



**Figura 14** Casa de comércio no início do século XX. GUEDES, Rafaela Mabel. *Revitalização Urbana ...*, 2006, p. 19.

O declínio econômico de Areia tem início com a chegada do século XX e a instalação, a partir de 1900, da estrada de ferro que ligaria a capital ao Rio Grande do Norte, sem passar pelo município. O trecho ferroviário da capital à Guarabira, inaugurado em 1884, prossegue até o Rio Grande do Norte, assim, “*Mulungu liga-se a Alagoa Grande em 1901, Itabaiana a Campina Grande em 1907, Guarabira a Borborema em 1913, fechando o cerco em torno de Areia, e acentuando a crise na economia canavieira*”. A cidade se torna tão esgotada de recursos que começa a ocorrer uma diminuição demográfica. (ALMEIDA, 1958, p. 104)



Durante o período de 1908 a 1912, foi iniciada a construção da estrada de rodagem que ligaria Areia e Alagoa Grande, numa tentativa de escoar os produtos agrícolas de Areia através dos trilhos do trem, que se estenderam até esta cidade vizinha. Mas esta iniciativa não foi suficiente para reverter o processo de decadência econômica e de esvaziamento das feiras e do comércio de Areia, provocada pelo cerco da estrada de ferro (CAJU & CAVALCANTI FILHO, 2005, p. 30).

O projeto inicial do ramal ferroviário previa um trecho que chegaria a Areia, mas este nunca foi executado, apesar das constantes solicitações para que a linha ferroviária se prolongasse até a cidade (ALMEIDA, 1958, p. 39). Sem o transporte ferroviário, Areia continuou a depender de sua agricultura e de dois importantes empreendimentos implantados no século XX: a Usina Santa Maria e a fábrica de Fiação e Tecelagem Arenópolis, dois elementos que alteraram a feição urbana original da cidade, além de abalar sua economia.

Em especial, o funcionamento da Usina Santa Maria, instalada na década de 1930, provocou uma forte alteração na produção canavieira, pois ao longo de sua existência esta adquiriu e arrendou terras de vários engenhos da região e ampliando as áreas de plantio da cana. A usina teve, ainda, uma importante influência na modificação da área rural do município e na configuração do espaço urbano de Areia, devido às alterações nas relações trabalhistas e a diminuição da oferta de emprego. Isto ocorreu porque muitas propriedades pararam de funcionar, servindo apenas como terras para o plantio da cana e os trabalhadores rurais migraram para a área urbana em busca de emprego, construindo suas moradias nas áreas de encosta, em lotes desordenados, e criando novos núcleos de ocupação, afastados do eixo principal e da especulação imobiliária (FIÚZA *et. al.*, 1998, p. 110).

Esta conjuntura de mutação da cidade é notada claramente nos dias atuais, onde é possível flagrar a ocupação das encostas, vales e margens de rios, num processo que compromete sua paisagem urbana e seu entorno (MORAES, 2008, p. 60).

Mesmo com todas as transformações por que passou ao longo dos anos, o núcleo urbano inicial de Areia, que configura seu Centro Histórico, manteve a estrutura urbana inicial, com o arruamento praticamente inalterado. As principais mudanças verificadas se voltam para o âmbito da “*imagem urbana*”, pois as edificações passaram por intervenções que visavam a modernização, “*comprometendo a homogeneidade formal que caracterizava a tradição arquitetônica da cidade*” (CAJU & CAVALCANTI FILHO, 2005, p. 41).



MORAIS (2008) classifica a expansão urbana de Areia em quatro fases, delimitadas cronologicamente.

A primeira fase abrangeu o século XVIII e configurou o processo de reconhecimento e ocupação inicial do sítio, mas não deixou testemunhos construídos que a representassem até o presente. A segunda etapa, compreendida entre 1801 e 1850 representa o momento de fortalecimento de Areia enquanto núcleo urbano, uma vez que se criam as condições necessárias para seu reconhecimento como vila e, três décadas depois, como cidade. Desta etapa restam alguns ícones importantes, como as duas igrejas católicas, além de significativas construções civis. A terceira fase, acontecida na segunda metade do século XIX, representa o período de maior crescimento urbano e o princípio da modernização da cidade, seguido de um período de forte decadência econômica, que culminará com a estagnação quase que completa de sua economia no século seguinte. As fachadas que Areia atualmente ostenta revelam, em sua maioria, as feições desta fase de seu desenvolvimento. Por fim, a quarta fase de crescimento de Areia é iniciada no século XX e perdura até o presente; tem como caracteres mais significativos as ocupações periféricas recentes e o alargamento do tecido para além dos eixos principais de desenvolvimento, conservados até o final do século XIX (MORAES, 2008, p. 210).

Sua implantação inicial não pode ser considerada como tendo motivações casuais, sendo ditada pelo relevo, pela localização estratégica de alguns elementos urbanos, como as igrejas católicas, pelas propriedades rurais, sobretudo os engenhos, que ajudaram a delimitar a ocupação de seu espaço urbano, e pelos obstáculos ao crescimento em determinadas direções, devido à impossibilidade de adequação à situação topográfica. Todos esses fatores urbanos, sua arquitetura, sua trajetória de desenvolvimento econômico e sua importância como exemplo de implantação de cidade colonial, semelhante e ao mesmo tempo diferente de outras cidades brasileiras, reforçam a importância de Areia como patrimônio cultural e histórico.

Portanto, devido à importância histórica, paisagística, arquitetônica e urbana, Areia teve seu núcleo urbano reconhecido como patrimônio estadual, através do Decreto nº. 8.312, de 8 de dezembro de 1979, e em 2006, seu centro histórico foi tombado como patrimônio histórico nacional, através do Processo de Tombamento N° 1489-T-02. Mas toda a história contida em sua área rural não representa parte deste mesmo processo de construção desta realidade? E quais valores culturais podem estar aí depositados?



### 2.3. A paisagem cultural de Areia

A economia de Areia, desde o século XVII, está estruturada na agricultura. Mas ao contrário do que ocorreu em outras regiões do nordeste, onde a cultura canavieira foi a principal atividade econômica desde a colonização, no Brejo surge uma diversidade bem maior de culturas (FIÚZA *et. al.*, 1998, p. 39).

Constantemente, durante toda a história de Areia, as soluções para os problemas econômicos foram buscadas através da substituição de produtos agrícolas. Por conta disso, suas propriedades rurais já produziram, cronologicamente, o algodão, a cana-de-açúcar, o agave, e, mais recentemente, a agricultura vem sendo trocada pela pecuária, estando estas mudanças a mercê das variações dos preços do mercado. Refere Horácio de ALMEIDA (1958) que “*entre cada uma destas substituições, [ocorria] um período de crise, de decadência, que muitas vezes se prolongava por muito tempo*” (ALMEIDA, 1958, p. VIII). Quando a situação melhorava, o novo produto agrícola impulsionava a comunidade a empreender uma retomada do desenvolvimento da cidade e do comércio. Entre uma cultura e outra, a cana-de-açúcar aparece como a que não chegou a ser totalmente abandonada. Quando as crises nos preços ou as pragas faziam com que uma cultura declinasse, a cana voltava a ocupar as áreas rurais e os engenhos a funcionar na fabricação da rapadura.

A ocupação de terras no Brejo, de início, foi realizada através do sistema de sesmarias, que eram distribuídas de favor para quem as requeresse, visando suprir a necessidade de explorar aquelas terras. Como exemplo, “*em 1725 o mestre de campo Matias Soares Taveira requereu lhe fosse concedida uma sesmaria em terras devolutas, que disse ter achado no Sertão de Bruxaxá, indicando por peão da mesma o olho d’água da Jussara*” (ALMEIDA, 1958, p. 7). Procedimento praticado por outros posseiros naquela época, cuja maioria requeria datas de terras com até três léguas de extensão por uma de largura, que depois eram vendidas sem qualquer dispêndio, e com o tempo foram divididas dando origem a outras propriedades, situadas a curta distância uma das outras (ALMEIDA, 1958, p. 8).

As antigas sesmarias foram repartidas em centenas de propriedades desde a época da colonização, divididas entre herdeiros ou vendidas em glebas. O número de propriedades rurais passava dos mil no início do século XX, contando com as pequenas propriedades e os mais de cem engenhos, como demonstra a figura 15. Porém, existia uma tendência na



diminuição desse número, pela anexação dos pequenos sítios aos estabelecimentos agroindustriais.

As várzeas dos rios, nas baixadas úmidas e férteis entre as encostas dos morros, formavam as áreas mais apropriadas para plantação da cana-de-açúcar, como mostra a figura 16. As condições de solo e clima eram tão propícias à cultura canavieira, como haviam sido para o algodão e depois para o café e o agave. As chuvas constantes e bem distribuídas cooperavam para o cultivo da lavoura.

Na zona propriamente do Brejo exuberante vegetação cobria a terra feroz. A mata verde, de árvores gigantescas, na virgindade dos seus bosques, dominava pelas encostas dos morros até o alto das quebradas, enquanto lá embaixo, nas várzeas de massapê, entre fios perenes de água corrente, os partidos de cana completavam o fundo da paisagem. [...] Nas terras dos engenhos, livres de latifúndios, os bangüês se situavam a pequena distância um do outro, alimentados de matéria-prima que o dono da terra cultivava. Eram engenhos primitivos, que davam uma produção diminuta, mas suficiente para manter a economia do município e a independência da classe produtora (ALMEIDA, 1958, p. 32).

Era assim em quase todo o território, sua fisionomia só se alterava na direção do poente, no limite com a microrregião do Curimataú, onde a terra é seca e impermeável, de água salobra e vegetação raquítica. O município de Areia não é banhado por nenhum rio de importância, sendo sua hidrografia formada pelos afluentes do rio Mamanguape e do rio Bananeiras. No entanto, são muitos os córregos que cortam o município em todos os sentidos, sendo os mais volumosos o Vaca Brava e o Serrinha, que foram de extrema importância quando da fixação do homem nessa região (ALMEIDA, 1958, p. 34).



O descuido de se tomar:  
A importância da paisagem cultural dos engenhos de  
cachaça e rapadura como patrimônio do município de Areia.  
Anna Cristina Andrade Ferreira

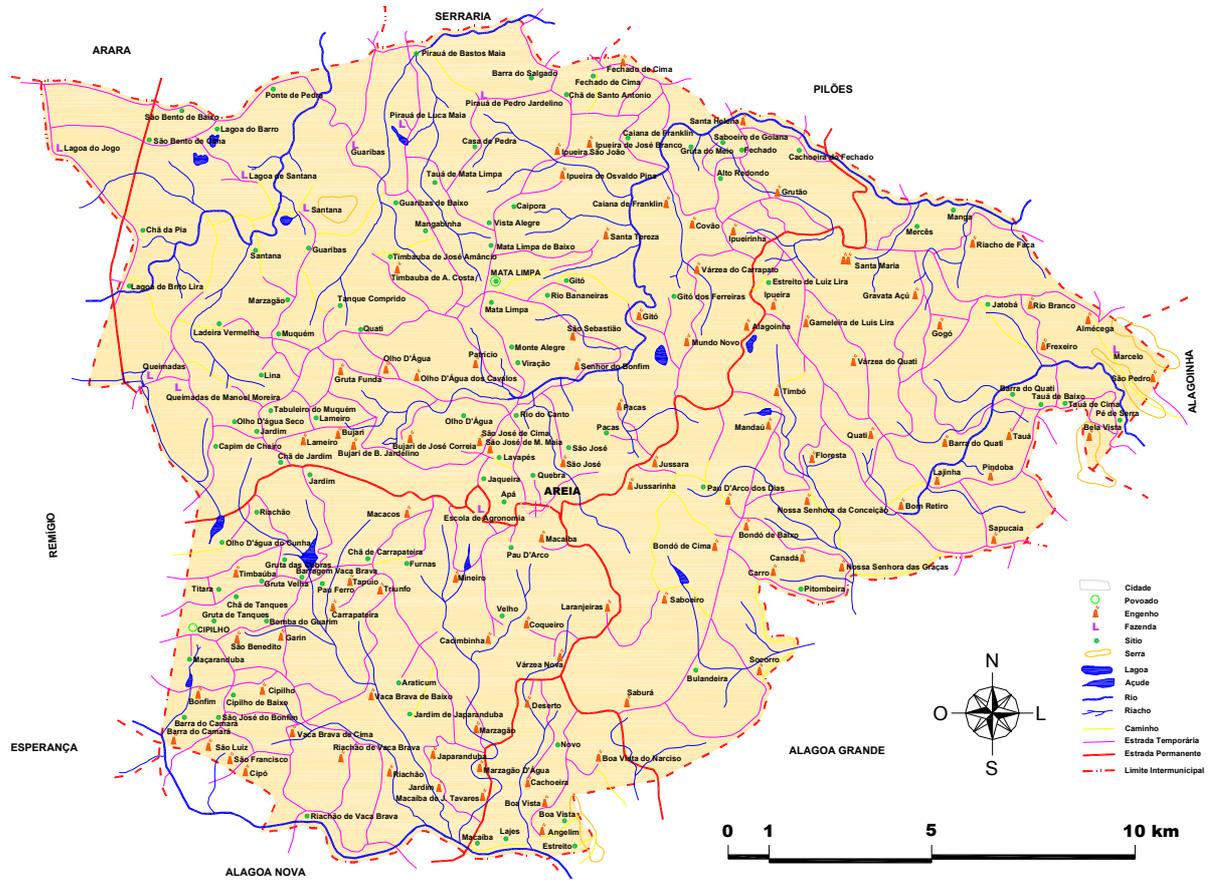


Figura 15 Mapeamento das propriedades rurais de Areia. Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, 1994.



**Figura 16** Desde o início da cultura canavieira no Brejo, até os dias de hoje, as áreas mais propícias para a plantação de cana-de-açúcar são as várzeas dos rios e as baixadas úmidas e férteis entre as encostas dos morros. Um exemplo é o canal do Engenho Bujari. Fotografia de Anna Cristina A. Ferreira, em 05/03/2009.

Existem evidências de engenhos no Brejo, já na segunda metade do século XVIII, sendo o registro mais antigo o do engenho Bolandeira, onde teria vivido, em 1764, Francisco Xavier de Miranda Henrique, após o seu mandato como governador na capitania da Paraíba (ALMEIDA, 1994, p. 20-24). MORAES (2008) também chama a atenção para a implantação dos sítios em torno dos povoados, e a existência dos engenhos em Areia desde o século XVIII.

Nas regiões em volta do arraial embrionário, à margem dos rios, fundavam-se sítios. As palhoças e casas de farinha, construídas precariamente, mais tarde seriam substituídas pelas casas-grandes dos engenhos de açúcar e rapadura. A lavoura foi a base de toda a produção local até fins do século XVIII. A cultura principal era o algodão; em complementaridade, empreendia-se a cultura de mandioca, fumo, feijão e milho. A cana-de-açúcar somente viria a ser produzida largamente a partir da primeira metade do século XIX, embora já houvesse experiências de plantio na região desde o século XVIII.



Na década de 1760 o Brejo já era uma região mais ou menos povoada e Areia, com engenhos em funcionamento, se destacava na produção agrícola (MORAES, 2008, p. 33-34).

Inicialmente, os engenhos produziam apenas açúcar, mas devido às dificuldades de exportação e o custo da produção, a rapadura logo ocupou o lugar de produto principal da região, por ser mais vendável, devido ao fornecimento para as cidades do Sertão, e sua produção mais rápida e barata, aumentando o lucro dos senhores de engenho.

Em 1888, é montado o primeiro engenho a vapor do município, na propriedade Jussara. A este seguem-se: o engenho Saboeiro, o engenho Mundo Novo, e alguns outros que aos poucos se modernizavam. Porém, a maioria dos engenhos continuava com suas almanjarras movidas à tração animal, pois a modernização não era fácil, devido à tradição e o costume com a rotina de produção dos trapiches, e à falta de recursos (ALMEIDA, 1958, p. 103-104).

O período de prosperidade dos engenhos dura até o início do século XX, quando uma grande crise leva boa parte das propriedades a condição de *fogo morto*. Vários fatores contribuíram para que isso ocorresse, entre os quais a inconstância das culturas dominantes, que alteravam o uso das propriedades, além da implantação da estrada de ferro, já mencionada.

Outro fator que contribuiu para o declínio dos engenhos foi a instalação de uma usina no município, a Santa Maria, em 1931 (ALMEIDA, 1994, p. 27). Quando fundada, a usina possuía três engenhos, totalizando 1000 ha de terra. Em 1970, já possuía 10 engenhos (FIÚZA *et. al.*, 1998, p. 100). Boa parte dos demais engenhos passam à fornecer matéria para as usinas, ficando assim submissos aos preços impostos por ela, gerando uma relação conflituosa entre os senhores de Engenhos e a Usina. Para confrontar esta imposição, muitas propriedades agregam o agave a sua produção, junto com a cana.

Na década de 1950, o município possuía “*uma usina de açúcar, cerca de 80 engenhos de rapadura e aguardente, mais de 100 instalações para extração da fibra de agave, 108 aviamentos de fazer farinha, afora fazendas de gado e sítios de lavoura*” (ALMEIDA, 1958, p. 37). Com a queda da produtividade do agave, em meados do século XX, os engenhos voltam a produzir apenas rapadura e cachaça em pequena escala, havendo uma melhora na produção apenas em 1975, com a implantação do Proálcool, que “*redefiniu a zona canavieira no estado, graças aos subsídios fornecidos pelos governos para a produção e industrialização da cana*” (RODRIGUES, 2009, p. 11). O período do Proálcool gera uma



grande migração da população camponesa para as cidades, pois além dos baixos salários praticados, a mecanização da produção foi introduzida com maior intensidade, e os diversos conflitos pela terra perduraram por quase duas décadas, envolvendo os pequenos agricultores na luta pela posse da terra (RODRIGUES, 2009, p. 10-11).

O declínio da Santa Maria ocorre na década de 1990. Hoje em dia restam apenas vestígios e ruínas de suas instalações, como mostra a figura 17, e suas terras foram desapropriadas para implantação de um assentamento, formando um pequeno distrito onde vivem, principalmente, seus ex-funcionários. Alguns dos engenhos arrendados voltaram a produzir rapadura, a exemplo do Engenho Várzea do Quati, que durante anos forneceu cana-de-açúcar para a Santa Maria, tendo, inclusive, demolido as instalações de sua fábrica para ampliação da área de canavial, e atualmente voltou a moer em uma nova fábrica, pequena e rudimentar, como mostra a figura 18. Outros mudaram de atividade ou continuaram apenas fornecendo cana para outros engenhos.



**Figura 17** Estado atual das instalações da Usina Santa Maria. Fotografia de Anna Cristina A. Ferreira, em 19/03/2009.



**Figura 18** Engenho Várzea do Quati. Escombros da antiga fábrica e a atual edificação onde é moída a cana-de-açúcar. Fotografia de Anna Cristina A. Ferreira, em 22/01/2009.



Alguns engenhos têm caído em fogo morto devido às alterações econômicas na região. Isto decorre de uma série de fatores: os terrenos acidentados do Brejo, que não permitem a mecanização da lavoura; o problema da falta de trabalhadores rurais na região; o baixo preço da rapadura que dificulta o aumento dos salários e o aumento da mão de obra. Por tudo isso alguns proprietários estão desistindo da produção canavieira, introduzindo a pecuária em suas terras, ocorrendo, assim, mais uma mudança de cultura como forma de tentar resolver os problemas econômicos.

Outro fator que tem modificado as propriedades é a especulação imobiliária, voltada para construção de condomínios e “casas de campo”, como mostra a figura 19, tendo como aporte o clima ameno da região e a paisagem serrana. A valorização imobiliária tem ocasionado a divisão das propriedades, sobretudo quando se tornam espólios de herdeiros, dando origem à pequenas propriedades e, em muitos casos, culminando na destruição da propriedade original. Há ainda aquelas que foram desapropriadas pelo Estado para implantação de assentamentos e criação de barragens, como mostra a figura 20.



**Figura 19** Vista aérea da implantação de um condomínio na zona rural do município de Areia. Fotografia de Carlomano de Abreu, 2007.

Independente da cultura adotada, os efeitos do seu sucesso ou seu fracasso podem ser percebidos na história do desenvolvimento urbano de Areia.

Em todas as versões consultadas está presente o elemento rural, e durante todo o processo de desenvolvimento de Areia, percebe-se a força e a forte imposição das culturas agrícolas e seus reflexos no desenvolvimento e na riqueza da cidade. A agricultura e a incipiente indústria açucareira foram os elementos propulsores do desenvolvimento areiense. A economia da região de Bruxaxá sempre esteve pautada



nas culturas agrárias, embora no século XIX seu comércio tenha alcançado nítido crescimento. O desenvolvimento e o aperfeiçoamento da lavoura e do processo de beneficiamento dos produtos tiveram sérios rebatimentos no desenvolvimento urbano (MORAEIS, 2008, p. 34).



**Figura 20** Barragem Pau-Ferro que inundou o engenho Escarlate II, e a casa grande que não foi submersa, conhecida como “a casa de Carlota”<sup>32</sup>. Fotografia Anna Cristina A. Ferreira, em 15/01/2009.

Assim, nota-se a importância da produção rural, e, sobretudo, dos engenhos de cachaça e rapadura, na configuração do município de Areia, influenciando todos os fatores de sua evolução, sejam estes econômicos, urbanos, sociais ou culturais, o que aponta para o seu valor como patrimônio histórico, cultural e paisagístico, a ser analisado a seguir.

#### 2.4. O patrimônio não reconhecido de Areia

Como já dito, inicialmente os engenhos do Brejo produziam o açúcar mascavo, voltado ao consumo local, mas logo a rapadura se torna o produto principal, seguido da aguardente. Os engenhos que fabricavam rapadura possuíam uma estrutura fabril diferente dos grandes engenhos de açúcar do litoral.

Segundo Geraldo GOMES e Fernando PIRES (1994) “*Denominam-se engenho o mecanismo utilizado para moer a cana*” (GOMES e PIRES, 1994, p. 30). No entanto, no nordeste do Brasil, a palavra engenho é usada para identificar todo o conjunto agrícola, inclusive a plantação, enquanto que em outras regiões a palavra é usada apenas para designar

<sup>32</sup>Por volta de 1845, chega a Areia a viúva Carlota Lúcia de Brito, que se torna amante do Tenente Coronel Joaquim dos Santos Leal, Major Quincas, político comprometido com a Revolução Praieira. Após ser destratada pelo Dr. Trajano Chacon, inimigo político do Major Quincas, trama seu assassinado, recaindo a culpa sobre seu companheiro, que morre preso e cego em Fernando de Noronha (ALMEIDA, 1958, p. 61).



a fábrica (a edificação onde acontece a fabricação do açúcar ou rapadura) (ANDRADE, 2008, p. 6-7).

A implantação dos engenhos, em geral, privilegiava as regiões de vales, próximas a rios, que auxiliavam desde o transporte da madeira, utilizada nas construções e no processo produtivo, até a irrigação da lavoura.

Muito deve o Brasil agrário aos rios menores, porém mais regulares: onde eles docemente se prestaram a moer as canas, a alagar as várzeas, a enverdecer os canaviais, a transportar o açúcar, a madeira e mais tarde o café, a servir os interesses e às necessidades de populações fixas, humanas e animais, instaladas às suas margens; aí a grande lavoura floresceu, a agricultura latifundiária prosperou, a pecuária alastrou-se (FREYRE, 1958, p. 98-99).

Porém, quanto à estrutura física, existiam diferenças entre os grandes engenhos de açúcar e as pequenas propriedades produtoras de cachaça e rapadura. A produção açucareira voltada para exportação exigia grandes extensões de terra para o plantio da cana, o que não ocorria com a rapadura, que, além de ser produzida em menor quantidade para abastecimento do mercado interno, necessitava de pouca quantidade de cana para sua fabricação. Para não fugir à realidade paraibana, é interessante uma comparação entre os engenhos de Areia e os localizados na Região da Mata Paraibana.

A estrutura física do engenho, seja de açúcar ou de rapadura, é composta por elementos distintos, que podem se alterar de acordo com a região e as condições sociais a qual pertence. Sobre isso Juliano CARVALHO (2005) chama a atenção para o fato de que “*Tal conjunto arquitetônico reflete, em sua complexidade, uma série de aspectos da sociedade que o gerou: a estratificação social, as relações de produção, a tecnologia, o papel da religião, constituindo um microcosmo de seu tempo.*” (CARVALHO, 2005, p. 2).

A região da Mata, sobretudo a várzea do rio Paraíba, foi uma área amplamente explorada desde a segunda metade do século XVI, como mencionado no primeiro tópico deste capítulo, e sua vasta extensão de terras úmidas e férteis, a abundância de água e a topografia possibilitaram a instalação de grandes propriedades destinadas à fabricação de açúcar. No Brejo a questão do espaço foi limitada pela topografia, com latitudes próximas aos 600 m nem todas as áreas exploradas possibilitavam o cultivo da cana, e mesmo a produção em larga escala, devido às dificuldades de irrigação e o transporte da produção.



A primeira diferença que se percebe entre as duas regiões diz respeito à implantação dos engenhos. Em ambos os casos a maioria das propriedades se situa em terrenos inclinados, porém, esse tipo de implantação pode gerar situações distintas.

No Brejo paraibano, os fundos dos vales estreitos geraram o costume de situar as sedes na confluência de dois riachos, áreas com várzeas mais largas. No litoral, a preferência foi pelas encostas dos tabuleiros<sup>33</sup>, adjacentes às várzeas, que permitem simultaneamente a proximidade dos canaviais, a proteção contra as cheias e a captação direta dos riachos que descem dos tabuleiros (CARVALHO, 2005, P. 15)

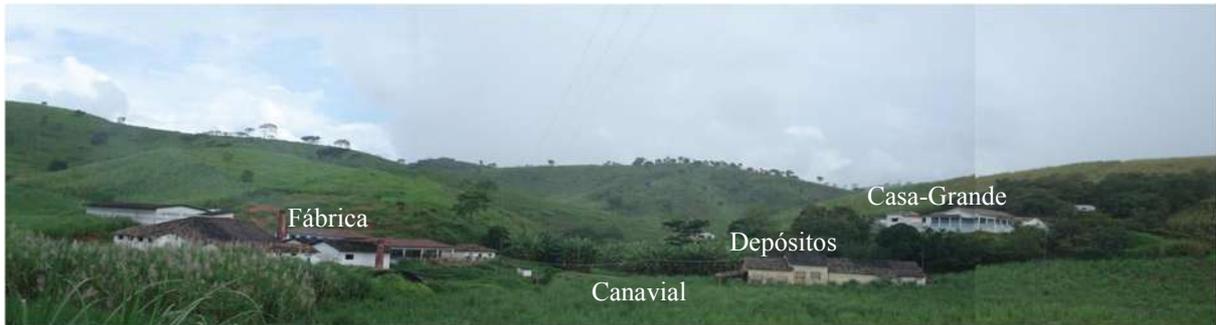
A inclinação do terreno influenciava a posição hierárquica das edificações, como mostram as figuras 21 e 22, ficando a capela no ponto mais alto do terreno, a casa-grande no mesmo plano que a capela ou um pouco abaixo, e a fábrica, senzala e demais edificações nas áreas mais baixas, de onde o trabalho poderia ser monitorado pelo senhor de engenho.



**Figura 21** Implantação tradicional do engenho da Mata Paraibana, na encosta do tabuleiro, com a capela e a casa-grande no ponto mais alto. Engenho Marés localizado em Bayeux/PB. Fonte: CARVALHO, Juliano Loureiro de. *Pré-inventário dos engenhos da várzea do Rio Paraíba*. Vol. 2. João Pessoa: UFPB/Trabalho Final (Monografia) de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2005.

<sup>33</sup> XI - *tabuleiro ou chapada*: paisagem de topografia plana, com declividade média inferior a dez por cento, aproximadamente seis graus e superfície superior a dez hectares, terminada de forma abrupta em escarpa, caracterizando-se a chapada por grandes superfícies a mais de seiscentos metros de altitude;

XII - *escarpa*: rampa de terrenos com inclinação igual ou superior a quarenta e cinco graus, que delimitam relevos de tabuleiros, chapadas e planalto, estando limitada no topo pela ruptura positiva de declividade (linha de escarpa) e no sopé por ruptura negativa de declividade, [...]” (Grifo meu) (CONAMA, Conselho Nacional do Meio Ambiente. *Resolução Nº 303*. 20 de Março de 2002. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res02/res30302.html>).



**Figura 22** Implantação tradicional do engenho do Brejo Paraibano, entre morros, com a casa-grande no ponto mais alto e o canavial nas áreas mais baixas. Engenho Jardim localizado em Areia. Fotografia de Anna Cristina A. Ferreira, em 13/05/2009.

Os primeiros engenhos de cana-de-açúcar possuíam uma distribuição irregular das instalações ao longo do terreno (GOMES e PIRES, 1994, p. 34). A partir do século XIX, adota-se uma organização espacial disposta em forma de quadrilátero, onde todas as instalações eram construídas de modo a formar um pátio central. Outras disposições também surgiram nesta época, como a associação da casa-grande com a capela, com a fábrica, e até de um edifício contínuo, que abrigasse de um lado a casa-grande, no meio a capela, estas em um mesmo nível de piso, e do outro lado a fábrica, em um patamar mais baixo (GOMES e PIRES, 1994, p. 34).

Esta organização em forma de quadrilátero não chegou a ser praticada em todos os engenhos instalados no município de Areia, já que a maioria destes não possuía a senzala, sendo o conjunto principal dos engenhos formado apenas pela casa-grande, capela e fábrica, com suas casas de moradores espalhadas pela propriedade, ou concentradas próximas ao canavial (ALMEIDA, 1994, p. 25), como mostra a figura 23. É interessante observar que durante a pesquisa de campo foram encontradas apenas quatro propriedades que possuíam capela, fato que pode ser atribuído à falta de recurso dos proprietários, à proximidade da cidade e suas igrejas, e à demolição destas para alteração do uso da propriedade ou ampliação da área de plantio. Também são poucos os registros da existência de senzalas, atribuindo-se a esse fato a hipótese do alto custo da mão-de-obra escrava, em sua fase de declínio, e a força do movimento abolicionista no município, ao final do século XIX (ALMEIDA, 1994, p. 25; ANDRADE, 2008, p. 8).

Embora possuam uma estrutura semelhante, as instalações dos engenhos de açúcar e os de cachaça e rapadura se diferem de acordo com o produto fabricado. No caso dos engenhos



de Areia, a maioria possuía, além das edificações principais, a casa da moenda, o picadeiro, a bagaceira (figura 24) e os tachos de rapadura e alambiques de cachaça, que podiam se configurar como um conjunto de edificações interligadas que formavam a fábrica, ou poderiam estar dispostas separadamente; há ainda os depósitos (figura 25), os currais e estrebarias, a área de mata e as áreas de lavoura de subsistência, as plantações de cana-de-açúcar e pasto, as casas de moradores espalhadas pela propriedade, e, com frequência, uma casa de farinha (figura 26), onde esta é fabricada para consumo dos moradores e comercialização em pequena escala (JAMBEIRO, 1973, p. 18).



**Figura 23** Vista aérea do Engenho Santa Helena, em Areia, mostrando as casas de moradores espalhadas pela propriedade. Fotografia de Anna Cristina A. Ferreira, em 22/01/2009.



**Figura 24** Bagaceira no Engenho Mandaú, em Areia. Fotografia de Anna Cristina A. Ferreira, em 12/02/2009.



**Figura 25** Depósito no Engenho Vaca Brava de Baixo, em Areia. Fotografia de Anna Cristina A. Ferreira, em 15/01/2009.



**Figura 26** Casa de farinha no Engenho Buraco, em Areia. Fotografia de Anna Cristina A. Ferreira, em 19/02/2009.

No caso dos engenhos de açúcar da Zona da Mata, como já dito, as edificações principais eram as mesmas, com a presença constante da capela e da senzala, se diferenciando pelo porte, condizente com as grandes propriedades. Estes também possuíam a casa da



moenda, o picadeiro e a bagaceira, mas no lugar dos tachos e alambiques havia a casa das caldeiras e a casa de purgar, onde se faziam o cozimento e a purificação do caldo, normalmente dispostos no interior da fábrica. As instalações secundárias também se mostravam semelhantes aos dos engenhos de cachaça e rapadura, os currais e estrebarias, a área de mata e as áreas de lavoura de subsistência, o pasto, as casas de moradores espalhadas pela propriedade, a casa de farinha e, cercando tudo, as grandes plantações de cana-de-açúcar (CARVALHO, 2005, p. 24-25).

Essas eram, de fato, as diferenças e semelhanças entre os engenhos de açúcar da Mata paraibana e os engenhos de cachaça e rapadura da cidade de Areia, que faz com que ambos mereçam ser vistos como documentos históricos importantes, sobretudo, por suas peculiaridades.

Nas construções, os materiais utilizados eram escolhidos de acordo com a facilidade da região, com uso de madeira e confecção de tijolos, muitas vezes em olarias localizadas na propriedade. Era comum que em algumas construções de um mesmo engenho se empregassem material mais resistente que as outras. Na fábrica (figuras de 27 a 31), que normalmente era a primeira edificação construída, costumava-se usar alvenaria de tijolos com cobertura de madeira e telha cerâmica. A senzala, quando existia, era erigida da mesma forma que a fábrica, porém, devido ao desaparecimento de boa parte destas edificações ao longo dos anos, é possível que a maioria fosse formada por paredes de taipa, com coberta de palha (GOMES e PIRES, 1994, p. 34).



**Figura 27** Fábrica do Engenho Ipueira, em alvenaria com pilares, e coberta em quatro águas. Fotografia de Anna Cristina A. Ferreira, em 29/04/2009.



**Figura 28** Fábrica do Engenho Cachoeira, construção longilínea em alvenaria com cobertura em duas águas. Fonte: Anna Cristina A. Ferreira, em 19/02/2009.



**Figura 29** Fábrica do Engenho Santa Helena, em alvenaria com cobertura em madeira e telha canal, e planta formada por vários galpões. Fotografia de Anna Cristina A. Ferreira, em 19/03/2009.



**Figura 30** Fábrica do Engenho Fechado, em alvenaria com cobertura em duas águas. Fotografia de Anna Cristina A. Ferreira, em 24/04/2009.



**Figura 31** Fábrica do Engenho Vaca Brava de Baixo, em alvenaria com coberta em quatro águas. Fotografia de Anna Cristina A. Ferreira, em 15/01/2009.

Dos exemplares antigos, remanescentes nos dias de hoje, é comum encontrar casas-grandes (figuras 32 a 38), construídas em alvenaria de tijolo com cobertura de telha cerâmica, e características arquitetônicas do período colonial. Porém, alguns registros mais antigos relatam a existência de casas bem modestas, de taipa com coberta de palha, demonstrando que o proprietário possuía maior interesse na produção do engenho que em seu conforto (GOMES e PIRES, 1994, p. 35).

Em Areia a maioria das casas já passou por algum tipo de modificação, para atender as exigências de conforto modernas, mas, em sua maioria, são amplas, com alpendres e ladeadas por pátios, hortas e pomares, o que remonta a tradição da fabricação de doces. Algumas apresentam, ainda, pátios que, em outros tempos, eram utilizados para secagem do café. Foram encontradas poucas capelas (figuras 39 a 41), sendo apenas uma anexa a casa-grande, a do Engenho Buraco. Há relatos de capelas demolidas, como no Engenho Santa Izabel, atual Fazenda Várzea Nova, para ampliação de área ou por alguma mudança na crença do proprietário.



**Figura 32** Casa-Grande do antigo Engenho Escarlate II, com três alpendres e coberta em duas águas. Fotografia de Anna Cristina A. Ferreira, em 15/01/2009.



O descuido de se tomar:  
A importância da paisagem cultural dos engenhos de  
cachaça e rapadura como patrimônio do município de Areia.  
*Anna Cristina Andrade Ferreira*

---



**Figura 33** Casa-Grande do Engenho Ipueira, com três alpendres e coberta independente em duas águas. Fotografia de Anna Cristina A. Ferreira, em 29/04/2009.



**Figura 34** Casa-Grande do Engenho Quati I, com três alpendres e coberta em quatro águas. Fotografia de Anna Cristina A. Ferreira, em 12/02/2009.



**Figura 35** Casa-Grande do antigo Engenho (hoje fazenda) Ipueira de Oswaldo Pina, com alpendre lateral e coberta em duas águas. Fotografia de Anna Cristina A. Ferreira, em 19/03/2009.



**Figura 36** Casa-Grande do Engenho Várzea do Quati, com dois alpendres laterais e cobertas independentes. Fotografia de Anna Cristina A. Ferreira, em 22/01/2009.



**Figura 37** Casa-Grande do Engenho Fechado de Cima, com dois alpendres laterais e planta em “T”. Fotografia de Anna Cristina A. Ferreira, em 29/04/2009.



**Figura 38** Casa-Grande e capela do Engenho Buraco. Fotografia de Anna Cristina A. Ferreira, em 19/02/2009.

Embora se tenha analisado separadamente os componentes do engenho, é preciso atentar ao fato de que as edificações isoladas perdem o seu sentido. Uma capela, uma casa,



uma casa de moenda, instalados separadamente não configuram um engenho. A junção dos elementos construtivos, aliados aos naturais – canavial, mata, ribeiras e olhos d'água, etc. – e as atividades a que estas construções se destinam é o que define o engenho enquanto patrimônio cultural e, sobretudo, enquanto paisagem cultural.



**Figura 39** Capela no Engenho Ipueira São João. Fotografia de Anna Cristina A. Ferreira, em 05/03/2009.



**Figura 40** Capela no antigo Engenho (hoje fazenda) Macaíba. Fotografia de Anna Cristina A. Ferreira, em 13/05/2009.



**Figura 41** Capela no antigo Engenho (hoje fazenda) Saburá. Fotografia de Anna Cristina A. Ferreira, em 15/04/2009.







**Figura 44** Vista da implantação do Engenho Ipueira. Fotografia de Anna Cristina A. Ferreira, em 29/04/2009.

É interessante observar a fabricação da rapadura: o caldo que escorre da moenda, é armazenado e colocado em tachos aquecidos por uma fornalha. Comumente se vêem quatro tachos, sendo os três primeiros utilizados para remoção das impurezas, nos quais o caldo é colocado de forma seqüenciada, e o último para engrossar o caldo. Após o cozimento o melaço é colocado em outro recipiente e daí para as formas de madeira, geralmente confeccionadas com matéria prima da propriedade, e armazenadas para virar rapadura. Alguns engenhos fazem uma embalagem artesanal utilizando a palha da bananeira, abundante na região. Um trabalho manual rico em detalhes, que valoriza o produto e enriquece seu valor cultural.

As mudanças sociais, que implicaram na diminuição do número de trabalhadores moradores dos engenhos, aos poucos extinguiram as festas religiosas, os folguedos populares e outras manifestações do folclore que tradicionalmente ocorriam nas propriedades. A tradição das cantigas também vem se perdendo com o tempo, sobretudo aquelas entoadas pelos mestres durante o preparo da rapadura, sem que haja qualquer tipo de registro. Esse patrimônio intangível agrega ao engenho o valor cultural, e é uma parte importante dele que precisa ser preservada.



**Figura 45** Fabricação artesanal da rapadura no Engenho Bujari. Fotografia de Anna Cristina A. Ferreira, em 05/03/2009.



**Figura 46** Fabricação artesanal da rapadura no Engenho Bujari. Fotografia de Christiane Finizola Sarmento, em 28/12/2008.



**Figura 47** Fabricação artesanal da rapadura no Engenho Bujari. Fotografia de Christiane Finizola Sarmento, em 28/12/2008.



**Figura 48** Rapadura sendo embalada com a palha da bananeira, no Engenho Santa Helena. Fotografia de Anna Cristina A. Ferreira, em 19/03/2009.

Todas as idéias expostas até aqui reforçam o valor do município de Areia enquanto paisagem cultural, por sua tradição na fabricação da rapadura e a relação cultural que esta mantém com a história da cidade, suas relações sociais e seu folclore, o valor material encontrado em sua área urbana e rural, e o valor paisagístico de seu território.

Não se pretende diminuir o valor de seu patrimônio urbano questionando-lhe o título de patrimônio nacional, pois, em todos os estudos realizados sobre a cidade, fica clara a sua importância enquanto ocupação urbana e arquitetura, sobretudo por sua implantação singular no platô de uma serra cercada por vales, e pela morfologia impostas por essa situação. O que se pretende é demonstrar que o valor patrimonial se estende para além dos limites urbanos, na junção deste com o patrimônio rural, que agrega o natural e o cultural em torno da tradição dos engenhos de cachaça e rapadura.



Há o entendimento de que o tombamento, aplicado à cidade, não parece ser suficiente para garantir a proteção de um patrimônio cultural amplo, que englobe o material, imaterial e o natural, nesse sentido, a discussão a cerca das possibilidades de proteção que podem ser empregadas à cidade e aos engenhos é o que pretende o capítulo III deste trabalho.



### **Capítulo III: O descuido de se tomar**

A intenção deste capítulo é demonstrar, inicialmente, como tem se dado a proteção do patrimônio histórico localizado no meio rural e dos sítios urbanos tombados, utilizando como recurso a análise de alguns processos de tombamento. Para tal, levou-se em consideração o tipo de pensamento predominante à época em que foram realizados os tombamentos, comparando-os com os mecanismos de proteção existentes atualmente.

A partir daí, será possível refletir sobre os erros e acertos ocorridos na proteção desses bens, e como os mecanismos de proteção a eles aplicados poderiam ser associados visando a proteção de uma paisagem cultural, que agrega valores conjuntos ao rural e ao urbano, como é o caso de Areia.

Os processos de tombamento utilizados como exemplo foram pesquisados no Arquivo Central do IPHAN, sendo selecionados aqueles que dizem respeito a núcleos urbanos com características semelhantes à cidade de Areia, ou seja, cidades de pequeno porte que apresentam uma forte ligação com as atividades rurais e com o meio onde se localizam. Também foram pesquisados alguns bens tombados que exerciam algum tipo de atividade típica do meio rural.

#### **3.1. A proteção de Sítios Urbanos e Paisagens no Brasil**

Ao se fazer uma análise dos tombamentos inscritos no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do IPHAN, vê-se que, por bastante tempo, o tombamento paisagístico tinha como foco a preservação do entorno de bens arquitetônico, mesmo nos casos em que utilizavam, em paralelo, ações de proteção ambiental. Porém, principalmente após a década de 1980, surge uma tentativa de criar mecanismos capazes de proteger as paisagens naturais e culturais, como Decretos e ações conjuntas entre órgãos de preservação ambiental e cultural, visando não só a proteção do entorno, mas a permanência de características históricas e culturais de uma região.

Analisando-se cronologicamente essa gestão, um exemplo de tombamento de sítio urbano cuja valorização da arquitetura “excepcional” causou danos irreparáveis a paisagem é



o caso do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Congonhas do Campo<sup>34</sup>, Minas Gerais (Figura 49), datado de 1941.



**Figura 49** Cidade de Congonhas do Campo/MG. Fotografia disponível em [http:// www.skyscrapercity.com/](http://www.skyscrapercity.com/).

Devido às alterações ocorridas no patrimônio edificado contido na área do perímetro tombado em 1941, o processo precisou ser revisado, em 1987, sob a alegação de que, na análise das fotos e mapas da cidade utilizados na época do tombamento, em comparação com dados do final da década de 1980, verificou-se que grande parte do patrimônio tombado encontrava-se descaracterizado ou destruído, demonstrando a ineficiência do tombamento na preservação do núcleo histórico (IPHAN, 2005, p. 9).

A estagnação prolongada de Congonhas, por mais de século, a falta de uso dos espaços e das edificações, a ausência de vida urbana a qual se restringia à fruição temporária na época do jubileu, transformaram a cidade em cenário das romarias, cenário este que se deteriorava a cada ano. Grande parte da cidade tornou-se vulnerável à deterioração do tempo e, mais recentemente, às transformações apoiadas na ausência de referência histórica, ausência da história que se faz presente, latente e dinâmica no cotidiano e na construção do simbólico no espaço da vida urbana. Junte-se a isso o aspecto ideológico, a partir do qual se dão tais transformações, fundado na negação do passado em troca da renovação dos espaços urbanos, como símbolo do progresso. Essa situação é agravada pela ausência de medidas por parte dos órgãos institucionais. (IPHAN, 2005, p. 9)

O processo deixa claro como a falta de referências ao valor histórico e cultural do bem foi danoso à sua preservação. A ênfase recaída sobre a proteção de outro bem tombado

<sup>34</sup>Inscrição: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico – Vol. I – fls. 03 – Número de Inscrição: 12 – Congonhas, MG: conjunto arquitetônico e urbanístico – Processo: 0238-T-41 – Em: 17 de março de 1941 (IPHAN, 2005).



existente nesta área, o Santuário de Nosso Senhor Bom Jesus do Matosinho<sup>35</sup>, em detrimento do restante do conjunto urbanístico, parece ter sido outro motivo para a degradação desse patrimônio. Segundo o processo, no caso do Santuário, o tombamento “*representou instrumento de preservação efetivo, dado o estado de conservação em que se encontram os elementos do conjunto*” (IPHAN, 2005, p. 10). Este bem foi considerado Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em 1985.

O tombamento de 1941 não delimitou uma área de proteção, sendo considerado todo o conjunto arquitetônico existente na época. Porém, quando da revisão do processo, em 1987, este representava uma parte pequena do perímetro atual da cidade. Assim, a solução proposta pelo Departamento Regional do IPHAN na cidade, juntamente com a Prefeitura, foi a delimitação de uma área de tombamento e a criação de zonas de proteção específicas, diante da descaracterização de parte da área tombada em 1941<sup>36</sup>. Foram previstas, ainda, uma série de intervenções urbanas na tentativa de “*integração desse patrimônio à vida contemporânea*” (IPHAN, 2005, p.17), e estudos de preservação da área florestal remanescente, porém, todas voltadas para a preservação e destaque do patrimônio arquitetônico e seu entorno. Um ponto interessante é a criação de leis municipais de proteção dos bens e regulamentação do uso e ocupação urbana, realizando uma gestão compartilhada da área, com participação do órgão de proteção federal, o estado e o município.

Após algumas avaliações, as propostas foram descartadas, sendo delimitada como perímetro protegido a área considerada pelo tombamento de 1941, ou seja, apenas a malha urbana existente até aquela época, descartando-se as expansões posteriores, pelo entendimento de que, para implantá-las, seria necessária a fragmentação do núcleo histórico e o destombamento de algumas áreas (IPHAN, 2005, p.80), havendo apenas a modificação do entorno. Assim, o que se percebe é a persistência de um pensamento voltado para a preservação arquitetônica, principalmente como valor de arte, que já causou sérias perdas ao

---

<sup>35</sup>Inscrição: Livro do Tombo Histórico – Vol. I – fls. 41 – Número de Inscrição: 239 – Santuário de Bom Jesus de Matosinhos: conjunto arquitetônico, paisagístico e escultórico – Processo: 0075-T-38 – Em: 08 de setembro de 1939 (IPHAN, 2005).

<sup>36</sup>Seria criada uma “*Zona de Preservação Principal*”, constituída pelas obras e monumentos tombados por seu valor histórico e cultural, por edificações, elementos paisagísticos e espaços urbanos, a serem tombadas, que remetam a época de formação do povoado, que “*possuam características originais ou com pequenas alterações*”, e as áreas que estabeleçam relação interação histórica e visual com os bens tombados. Uma “*Zona de Preservação Secundária*”, constituída pelas edificações que “*integram a paisagem dos bens tombados*”, e os logradouros mais antigos da povoação, por seu valor histórico. Uma “*Zona de Preservação e Revitalização*”, constituída pelo prédio da Estação Ferroviária e os bens que remetam a época da instalação da estrada de ferro. Uma “*Zona de Paisagem Natural Integrada*”, constituída pelas áreas verdes, áreas desocupadas e a topografia que integram a paisagem dos monumentos. E, por fim, uma “*Zona de Paisagem Urbana Integrada*”, constituído pelas “*ocupações urbanas*” que integram a ambiência dos monumentos (IPHAN, 2005, p. 14-16).



patrimônio da cidade, sem se levar em conta o seu valor histórico e cultural, sobretudo suas tradicionais manifestações religiosas, cuja importância é brevemente citada no processo e, mesmo assim, apontadas como fatores de aceleração da degradação do patrimônio material.

Alguns espaços da cidade, em vez de cenário, são palcos, espaços de acontecimentos, de encontro e de troca – é a festa: a tradicional festa do Jubileu do Senhor Bom Jesus de Matozinho. Como manifestação cultural, por um lado deixou marcas de depredação em obras artísticas, que compõem o Santuário, mas por outro lado, realimentou o pouco de vida que restou do arraial dos áureos tempos. De certa forma, é esta festa religiosa e os acontecimentos decorrentes dela que sustentaram a preservação da memória e do que ainda persiste às grandes transformações dos últimos tempos (IPHAN, 2005, p.10).

O emprego da palavra “cenário” nos remete ao que Françoise CHOAY (2001) chamou de “conservação museal da cidade”, como se o bem tombado fosse uma obra de arte estática e expostas como exemplo do apogeu de uma época. Percebe-se ainda a fragmentação do patrimônio, ao se tratar da festa religiosa como um acontecimento que remete à preservação do Santuário, mas não do restante da cidade. Não há um entendimento de unidade no sentido de uma paisagem cultural, que agrega todo o patrimônio material e as manifestações tangíveis. É esse tipo de preservação pontual que causa a morte das áreas históricas, que afasta seus usuários pelo bem da arquitetura, e depois, modifica a paisagem para trazê-los novamente

Voltando-se para o tombamento de núcleos urbanos cuja situação paisagística se assemelha ao caso de Areia, analisamos o tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Ouro Preto<sup>37</sup> (Figura 50). Este foi o primeiro bem convertido em Monumento Nacional, pelo Decreto 22.928, de 12 de julho de 1933, medida que por si só não garantia a proteção patrimonial, apenas lhe agregava importância. Sendo posteriormente tombado como patrimônio nacional, em 1939, apresentando-se como justificativa ser “*dever do Poder Público defender o patrimônio artístico da Nação e que fazem parte das tradições de um povo os lugares em que se realizaram os grandes feitos da sua história*” (IPHAN, 1986, p. 4).

---

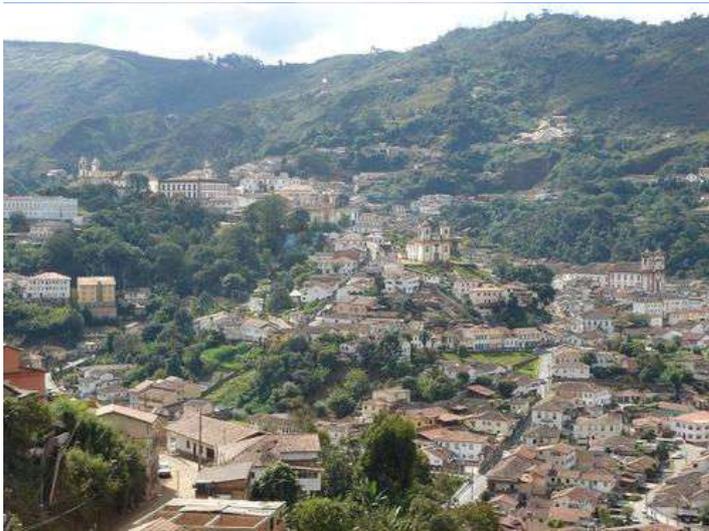
<sup>37</sup>Inscrição: Livro do Tombo de Belas Artes – Vol. I – fl. 8 – Número de Inscrição: 39 – Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Ouro Preto – Processo: 70-T-38 – Em: 20 de abril de 1938 (IPHAN, 1936, p. 6).

Inscrição: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico – Vol. I – fl. 47 – Número de Inscrição: 98 – Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Ouro Preto – Processo: 70-T-38 – Em: 15 de setembro de 1986.

Inscrição: Livro do Tombo Histórico – Vol. I – fl. 98 – Número de Inscrição: 512 – Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Ouro Preto – Processo: 70-T-38 – Em: 15 de setembro de 1986 (IPHAN, 1986, p. 29).



A primeira inscrição foi realizada apenas no Livro de Belas Artes, em 1938, demonstrando que o valor artístico, de fato, era o carro chefe das intenções de tombamento na época. Só em 1986, o conjunto urbano de Ouro Preto foi inscrito no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, pelo entendimento de que a cidade não deve ser protegida apenas por seu valor artístico.



**Figura 50** Cidade de Ouro Preto/MG. Fotografia disponível no Google Earth.

A inscrição [em 1938] foi realizada, apenas, no Livro de Belas Artes. No entanto, entende-se hoje, [em 1986], que um conjunto urbano constitui, mais do que um bem de valor artístico, um acervo que representa uma paisagem urbana e, mesmo, se integra a paisagem natural a que esta inserida. [...] Assim a paisagem natural, e aquela agenciada pelo homem, que formam a moldura natural do núcleo urbano de Ouro Preto, deverão ser motivo de preservação necessária à garantia de integridade do conjunto arquitetônico e urbanístico tombado (IPHAN, 1986, p. 29).

Embora a proposta de tombamento de 1986 incluísse na área protegida um trecho da Serra de Ouro Preto, ao norte, e das montanhas, ao sul, tendo como limite parte da Serra do Itacolomi, essa proteção se dava pelo entendimento de que *“as serras e montanhas que circundam a cidade são fundamentais na sua preservação, seja como moldura paisagística seja como de proteção ao conjunto arquitetônico, integrando-se ao mesmo de maneira complementar e harmoniosas”* (IPHAN, 1986, p. 26).

O interessante é que, neste caso, apesar da proteção paisagística se dar somente enquanto entorno da área urbana, foram criados estatutos especiais para proteção natural, como Área de Proteção Ambiental – APA, criada pelo Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM; o Parque Estadual do Itacolomi, criado pela Lei Nº 4.495, de 14 de



junho de 1967; a Reserva Ecológica do Tripuí, área sob a responsabilidade do Centro Tecnológico de Minas Gerais – CETEC-MG. Isto demonstra uma primeira tentativa de aplicação de uma salvaguarda eficaz da paisagem, com a articulação entre os órgãos de proteção cultural e ambiental, mas ainda como uma moldura do bem principal, o conjunto urbano.

Percebe-se aí a aplicação de um mecanismo inserido, posteriormente, no texto da Chancela da Paisagem Cultural (2009), que é a utilização de ações conjuntas entre órgãos de proteção do patrimônio histórico e de controle ambiental. Em seu Art. 4º, ao tratar do Pacto de Gestão para acompanhamento do bem chancelado, ela determina que “*A chancela da Paisagem Cultural Brasileira implica no estabelecimento de pacto que pode envolver o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, visando a gestão compartilhada da porção do território nacional assim reconhecida*” [grifo nosso] (Chancela da Paisagem Cultural, 2009, p. 2). Assim, mesmo não havendo no processo de tombamento de Ouro Preto o entendimento de que o urbano e o natural constituem, conjuntamente, um bem a ser preservado, de mesmo valor e importância, ao menos já se percebe os primeiros avanços nesse sentido.

Tomando-se como exemplo o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Município de Paraty<sup>38</sup>, Rio de Janeiro/RJ, convertido em Monumento Nacional pelo Decreto 58.067, de 24 de março de 1966, vê-se que a intenção da preservação se volta para a relevância na proteção de seu acervo arquitetônico e paisagístico.

Há necessidade cada dia mais urgente da expedição de um Decreto declarando monumento nacional o município de Parati, no Rio de Janeiro, pelos seguintes motivos de relevante interesse público: porque o conjunto arquitetônico da cidade tricentenária e sua paisagem admirável estão sendo rapidamente desfigurados, ao mesmo tempo em que vêm sofrendo criminosa devastação os remanescentes da “colossal reserva florestal” do município, que um relatório oficial de autoria de especialistas abalizados, qualificava em 1941 de “um dos mais importantes de que temos notícia” e foi declarada floresta protetora por decreto federal de 1961 (IPHAN, 1974, p. 58).

---

<sup>38</sup>Inscrição: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico – Vol. I – fl. 4 – Número de Inscrição: 17 – Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Município de Paraty – Processo: 563-T-57 – Em: 13 de novembro de 1958.

Inscrição: Livro do Tombo de Belas Artes – Vol. I – fl. 82 – Número de Inscrição: 441 – Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Município de Paraty – Processo: 563-T-57 – Em: 13 de novembro de 1958 (IPHAN, 1974, p. 13; 147; 151-152).

Inscrição: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico – Vol. I – fl. 14 – Número de Inscrição: 63 – Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Município de Paraty – Processo: 563-T-57 – Em: 1 de março de 1974.

Inscrição: Livro do Tombo de Belas Artes – Vol. I – fl. 93 – Número de Inscrição: 510 – Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Município de Paraty – Processo: 563-T-57 – Em: 1 de março de 1974 (IPHAN, 1974, p. 121; 147; 151-152).



O conjunto urbano de Paraty (Figura 51) foi tombado como patrimônio nacional em 1974 (IPHAN, 1974, p. 151-152), com o objetivo de assegurar uma proteção eficaz do acervo histórico-paisagístico da cidade, estabelecendo as condições necessárias para a execução de um plano de desenvolvimento urbanístico e para a reconstrução do patrimônio florestal do município, atendendo as suas comunicações rodoviárias e às necessidades do incremento turístico (IPHAN, 1974, p. 74).



**Figura 51** Cidade de Paraty/RJ. Fotografia de Jefferson B. Mello, disponível no Google Earth.

Embora haja a menção da importância da proteção da paisagem, percebe-se, da mesma forma que em Ouro Preto, que os elementos naturais e os culturais a eles agregados, só são considerados no processo pelo fato de se situarem no entorno do patrimônio arquitetônico. Porém, mesmo não havendo o reconhecimento da paisagem como bem histórico, há uma preocupação em se preservar o núcleo urbano, por seu valor cultural, em conjunto com o natural, onde mais uma vez se pode constatar uma evolução em relação à prática de tombamento dos primeiros anos da ação do IPHAN. Mas ainda não se agrega valor cultural a este conjunto paisagístico.

Essa preocupação voltada para preservação da cidade enquanto arquitetura, considerando o paisagístico e o imaterial enquanto elementos secundários, pode ser danosa para o bem protegido, sobretudo quando o valor exaltado é o valor de arte. A falta da noção de conjunto de valores faz com que para se manter o bem “principal”, muitas vezes, outros bens sejam deixados de lado, fazendo, inclusive, com que este perca o sentido de ser preservado.



Tratando do objeto específico do nosso estudo, no Processo de Tombamento 1489-T-02, referente ao Conjunto Histórico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Areia (Figura 52), na Paraíba, ainda que o termo paisagístico esteja presente em sua nomenclatura, e o bem tenha sido inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico<sup>39</sup>, o que se percebe é uma justificativa voltada para a “*Preservação do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico de Areia*” (IPHAN, 2004, p. 5). Isto se verificou, embora se observe que durante as reuniões do Conselho Consultivo do IPHAN, para a aprovação do tombamento, tenham se exaltado a importância paisagística da cidade, acima, mesmo, de suas características arquitetônicas.



**Figura 52** Cidade de Areia/PB. Fotografia de Carlomano de Abreu, 2007.

De acordo com a instrução de tombamento, “*a paisagem que emoldura o meio físico credita indubitavelmente qualidades ambientais singulares a cidade de Areia*” (IPHAN, 2004, p. 32-33). Fica claro o entendimento da paisagem apenas como entorno da cidade, um bem secundário, sendo a delimitação da área de proteção voltada apenas para o urbano. Mas, ao mesmo tempo em que há esta concepção equivocada, a instrução demonstra a importância da área rural do município e do patrimônio cultural ali encontrado.

<sup>39</sup>Inscrição: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico – Vol. II – fls. 48 e 49 – Número de Inscrição: 140 – Conjunto Histórico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Areia – Processo: 1489-T-02 – Em: 07 de janeiro de 2008. Inscrição: Livro do Tombo Histórico – Vol. II – fls. 91 e 92 – Número de Inscrição: 582 – Conjunto Histórico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Areia – Processo: 1489-T-02 – Em: 07 de janeiro de 2008 (IPHAN, 2004, p. 343-345).



A cultura tradicional da cana-de-açúcar está viva nas povoações e sítios adjacentes, mantendo, ainda, muitos engenhos de mel e rapadura em pleno funcionamento [...]. Destaca-se também em Areia um rico patrimônio imaterial, com as manifestações folclóricas, a exemplo das quadrilhas juninas, a Nau Catarineta, o bumba meu boi e pastoril, celebrações religiosas, e o saber caracterizado pela tecnologia patrimonial do fabrico da aguardente e da rapadura (IPHAN, 2004, p. 62).

Apesar de reconhecer toda esta riqueza cultural, quando da concretização deste processo, o tombamento procurou garantir a *“preservação dos valores históricos e urbanísticos de maior significância”* (IPHAN, 2004, p. 65-66). É interessante perceber que a própria instrução de tombamento, mesmo considerando a paisagem enquanto entorno, chega a apontar a necessidade de se implantar ações de preservação desta, ao afirmar que *“Como tais características diluem-se no propósito amplo de “proteger a área tombada”, resta prevalente o caráter paisagístico visto no contexto maior do sítio, ficando claro que a serra é divisa natural, além de símbolo maior da cidade”* (IPHAN, 2004, p. 218). O problema é que, como na maioria dos casos, novamente se defende que a paisagem não deve ser preservada por seu valor histórico e cultural, mas como uma forma de proteger, também, o patrimônio urbano tombado.

As considerações da instrução de tombamento foram criticadas pelo arquiteto e conselheiro Paulo Ormino de Azevedo, durante a 46ª Reunião do Conselho Consultivo, que assim deliberou: *“o aspecto paisagístico é importantíssimo nesse caso, mais do que isso, o arranjo da ocupação urbana nesse sítio orográfico que segue os divisores de águas de uma maneira muito didática. Acho esse arranjo muito importante”* (IPHAN, 2004, p. 229). Esta afirmação reforça a importância das características que fazem de Areia uma paisagem cultural, pela maneira como a ocupação se funde com os elementos naturais do local onde se instalou, e como sua tradição rural e sua história urbana compõem o conjunto de valores que fazem do município um patrimônio nacional.

As cidades citadas como exemplo possuem uma paisagem singular, cuja importância está atrelada a sua história e suas tradições, e vão além da condição de entorno que lhes é atribuído. Como ocorre, em grande número dos municípios do Brasil, suas origens remetem à ocupação do território, que no caso de Areia, se configura como uma área rica em antigas propriedades, sobretudo engenhos de cachaça e rapadura, com seu patrimônio natural e cultural. Essas propriedades, o conjunto urbano, o aspecto natural e o imaterial estão ligados pela tradição da fabricação de cachaça e rapadura que se tornou a identidade do município, e



devem ser valorizados como patrimônio nacional tanto quanto, ou mais, que a arquitetura e a formação urbana.

### 3.2. A proteção do patrimônio rural no Brasil

Como já mencionado neste trabalho, desde a criação do órgão responsável pela proteção do patrimônio histórico e cultural nacional, o mecanismo adotado por excelência, no Brasil, tem sido o tombamento. No caso do patrimônio rural essa escolha não foi diferente.

Para facilitar e dinamizar a redação deste trabalho será adotado o termo “patrimônio rural” para designar os bens materiais cuja função é, ou foi, voltada para as atividades rurais, a exemplo de fazendas, engenhos, etc. Mas é preciso esclarecer que esta denominação não corresponde a uma divisão formal das categorias de patrimônio.

Um ponto em comum entre os processos de bens isolados é o fato da proteção se voltar completamente para as edificações, ou conjuntos de edificações, ocasionando, inclusive, mudanças nas atividades dos bens. Assim, por um lado o tombamento se faz interessante no sentido de preservar um patrimônio material que se encontra exposto aos agentes de degradação devido ao meio onde se localiza, por outro ele causa a perda do patrimônio imaterial, pois ao se valorizar apenas as edificações, muitas vezes sem considerar a ambiência em que o bem está inserido, este bem tombado perde o sentido, e passa a ser uma construção tombada, deixando de ser um engenho, uma fazenda, etc. Além disso, existem esforços no sentido de se preservar a edificação, mas não de retornar à atividade original daquela propriedade, o que daria continuidade a paisagem cultural por ela formada, ou de se proteger o bem, sem dar atenção ao município e a região onde este se encontra.

Alguns dos processos pesquisados foram dos engenhos situados no Recôncavo Baiano, uma região vastamente explorada pela indústria açucareira desde o século XVI, onde se instalaram os primeiros grandes engenhos e onde se encontra um rico patrimônio rural.

Um exemplo desta afirmação é o tombamento da Casa e da Capela do Engenho São Miguel das Almas<sup>40</sup> (Figura 53<sup>41</sup>), no município de São Francisco/BA, realizado em junho de

---

<sup>40</sup>Inscrição: Livro do Tombo Histórico – Vol. I – fl. 39 – Número de Inscrição: 233 – Casa e Capela do Engenho São Miguel das Almas – Processo: 0334-T – Em: 28 de junho de 1944.

Inscrição: Livro do Tombo de Belas Artes – Vol. I – fl. 63 – Número de Inscrição: 302 – Casa e Capela do Engenho São Miguel das Almas – Processo: 0334-T – Em: 28 de junho de 1944 (IPHAN, 1944, p. 9).

<sup>41</sup>PINHO, José Wanderley de A. *A História de um Engenho no Recôncavo*: 1552-1944. Rio de Janeiro: Ed. Zélio Valverde S/A, 1946.



1944. O processo de tombamento aponta que o engenho foi fundado entre a segunda metade do século XVI e início do XVII, durante a expansão da cultura da cana-de-açúcar no Recôncavo Baiano, tendo pertencido às mais influentes famílias daquela região (IPHAN, 1944, p. 1). Este é o pequeno resumo contido no processo de tombamento sobre a história do bem. Em contrapartida, apesar do conjunto já se encontrar em estado precário de conservação, foi realizada uma rica descrição das edificações tombadas (a casa e a capela), quanto a sua forma, partido arquitetônico, materiais construtivos e elementos decorativos encontrados, chegando a destacar “*a ensablagem delicada das esquadrias, e a renda das grades de ferro dos balcões*” da casa e os ornamentos da Capela de São Miguel das Almas (IPHAN, 1944, p. 2-3).

Na época do tombamento, o engenho já não exercia suas funções, nem se quer há relatos sobre a antiga fábrica, e a sua ambiência é mencionada apenas ao final da pesquisa histórica quando é citado que “*Em 1757, o Pe. Inácio Jardim [...] referia-se à ‘Povoação das Almas’, com Capela das mesmas Almas, tudo à beira do rio Paramerim donde deságua o rio Cururupeba e ay [sic] finda o dito rio no Trapixe das Almas [...]*” (IPHAN, 1944, p. 1). Não há menção a existência de canaviais ou qualquer vestígio que lembre a atividade açucareira, nem as tradições culturais pertencentes àquela região. A importância dada ao elemento arquitetônico, em detrimento da paisagem e mesmo dos fatos históricos resumidamente considerados, demonstra o pensamento corrente na chamada “Fase Heróica” em que a preocupação se voltava, não apenas, mas principalmente, para o valor estético dos bens protegidos.



**Figura 53** Casa e Capela do Engenho São Miguel das Almas, década de 1940, São Francisco/BA. Foto do Engenho São Miguel das Almas. Foto: José Wanderley de A. Pinho. Em [www.bangue.com.br](http://www.bangue.com.br).

Atualmente, o engenho está em ruínas e pertence às terras da Fazenda Almas. Ele se encontra sobre “*uma ondulação de massapê de onde avistam pastagens, antigamente*



*ocupadas por lavouras de cana de açúcar”* (Relatório IPAC, 1982, em [www.banguet.com.br](http://www.banguet.com.br)). Verifica-se aí que, embora tombado, há mais de seis décadas, o conjunto rural sucumbiu devido, em parte, à nova atividade praticada em seu entorno, à falta de uso de suas edificações e à ausência de ações de proteção eficazes na salvaguarda de bens em áreas rurais.

Outro exemplo interessante do tipo de proteção empregada ao patrimônio rural é o caso do Engenho Freguesia<sup>42</sup>, em Candeias/BA, cujos dados remontam ao século XVI, embora tenha sofrido intervenções posteriores. O Engenho (Figura 54) funcionou até o ano de 1900, sendo tombado em 1944 e desapropriado em 1968, quando passa a abrigar o Museu do Recôncavo Wanderley Pinho, aberto ao público em 1971 (PIRES e GOMES, 1994, p. 98). O processo de tombamento mais uma vez traz uma descrição minuciosa dos detalhes arquitetônicos e construtivos de cada edificação, ressaltando principalmente as qualidades estéticas da capela, que parece ter sido edificada em um momento posterior, e a robustez da fábrica e do sobrado, que mesmo carentes de adornos impressiona pela imponência, além de citar os proprietários e feitos que ali aconteceram (IPHAN, 1944).

Aqui mais uma vez se constata a importância dada ao estético, se enquadrando em uma exigência apontada por Alöis RIEGL (2006) para atribuição do valor de arte, no qual *“toda obra de arte moderna deve apresentar-se sob um aspecto concluído, cujas formas e cores não manifestem nenhum sinal de degradação”* (RIEGL, 2006, p. 96-97)



**Figura 54** Casa e capela do Engenho Freguesia, Candeias/BA. Foto: Leandro Carneiro (Disponível no Google Earth).

<sup>42</sup>Inscrição: Livro do Tombo Histórico – Vol. I – fl. 40 – Número de Inscrição: 237 – Engenho Freguesia: sobrado, fábrica de açúcar e Capela de Nossa Senhora da Piedade – Processo: 0322-T-43 – Em: 14 de setembro de 1944.  
Inscrição: Livro do Tombo de Belas Artes – Vol. I – fl. 64 – Número de Inscrição: 304 – Engenho Freguesia: sobrado, fábrica de açúcar e Capela de Nossa Senhora da Piedade – Processo: 0322-T-43 – Em: 14 de setembro de 1944 (IPHAN, 1944).



A Fazenda Acauã<sup>43</sup>, situada no município de Sousa/PB, originalmente foi uma fazenda construída em 1757, as margens do Rio Piranhas, no alto Sertão da Paraíba, sendo, atualmente, a mais antiga propriedade, ainda conservada, daquela região.

O corpo principal da fazenda é formado pela casa grande, um sobrado anexo e a capela, unidos em uma única edificação (Figura 55). Sua Capela, consagrada à Imaculada Conceição, é um monumento barroco que mantém seu aspecto físico interior, com altar e nicho talhados em madeira. Além das características materiais, a propriedade possui um forte caráter histórico, por ter sido o local onde aprisionaram o líder rebelde Frei Caneca, que participou da Revolução Pernambucana, em 1817, e da Confederação do Equador, em 1824 (IPHAN, 1967).

O processo de tombamento da fazenda aponta o bem como “*de pouco interesse arquitetônico*”, sendo considerado para fins de tombamento “*um pouco de sua história e da capela*” (IPHAN, 1967). É perceptível a mudança de pensamento, ao se comparar este tombamento com os realizados em décadas anteriores, quando o valor predominante era o excepcional em detrimento do histórico.

Porém, embora considere a arquitetura de pouca qualidade, o processo apresenta relatos minuciosos das edificações e do estado de conservação e preservação do bem, e não há um rigoroso levantamento histórico, nem qualquer menção à paisagem onde se insere.



**Figura 55** Casa, capela e sobrado da Fazenda Acauã, Sousa/PB. Foto: Acervo IPHAN/PB.

<sup>43</sup>Inscrição: Livro do Tombo Histórico – Vol. II – fl. 64 – Número de Inscrição: 395 – Fazenda Acauã: casa, capela e sobrado – Processo: 0391-T-39 – Em: 27 de abril de 1967 (IPHAN, 1967).



Recentemente o bem foi restaurado e, atualmente, abriga o Ponto de Cultura Caminhos de Acauhan. É interessante observar como a inserção de atividades culturais em bens tombados, nem sempre condizentes com sua destinação original e normalmente acompanhada de uma restauração, vem sendo uma prática comum adotada pelos órgãos de proteção patrimonial como uma maneira de dar um uso ao bem e uma função social, e remete ao que RIEGL (2006) chamou de “*Valor de contemporaneidade*”, ou seja:

Ao invés de considerar o monumento enquanto tal, o valor de contemporaneidade tenderá a tomá-lo de forma igual a uma criação moderna recente, e a exigir também que o monumento (antigo) apresente o aspecto característico de toda obra humana em sua gênese: em outras palavras que dê a impressão de uma perfeita integridade, inatacada pela ação destrutiva da natureza (RIEGL, 2006, p. 91)

A prática é interessante como ação social, porém, ao se aproveitar apenas as edificações para este fim, como já dito, o bem perde o seu sentido. O valor de uma fazenda vai além de suas paredes, engloba sua paisagem e suas atividades tradicionais. A inserção das atividades culturais poderia ser mais benéfica, ao bem e à população, se esta condição fosse observada, e se procurasse preservar a atividade original do bem se agregando, também, as demais práticas culturais que possam ser levadas para a população.

No município de Areia encontramos um exemplo desse tipo de conduta, o Engenho da Várzea (figura 56), que, apesar de não possuir o tombamento federal como bem isolado, se encontra dentro da área de entorno do núcleo urbano tombado, sendo um caso interessante a ser analisado.



**Figura 56** Vista aérea do Museu da Rapadura, antigo Engenho da Várzea, pertencente ao Campus III da UFPB. Fotografia de Carlomano de Abreu, 2007.



O engenho da Várzea foi construído em 1870, sendo desapropriado em 1933 pelo Governo Estadual para a instalação da Escola de Agronomia do Nordeste. Os dois edifícios que formavam o engenho, a casa grande e a fábrica, passaram por modificações ao longo dos anos, devido ao seu uso pela Escola de Agronomia, atual campus III da Universidade Federal da Paraíba. Foram totalmente restaurados em 1978, para a instalação do Museu da Rapadura ou Museu do Brejo Paraibano<sup>44</sup>, quando também foi delimitada uma área de preservação de 2 hectares incluindo um pequeno açude, o que não minimizou a interferência de novas edificações e de vias pavimentadas. Embora configure um exemplar típico dos engenhos da região, repetindo, inclusive, a implantação comum com a casa grande na parte mais elevada, no Processo de Tombamento do núcleo urbano o engenho é mencionado apenas no item “Equipamentos Urbanos” da instrução de tombamento, como elemento preservado do entorno da cidade.

A área urbana ainda conserva uma boa estrutura física, resguardando em seu entorno equipamentos e áreas de significativa importância turístico, cultural, educacional, ambiental e econômico, como o Campus da Universidade Federal da Paraíba, com o curso de graduação e especialização nas áreas agrônômicas, Museu do Brejo Paraibano, localizado no Campus universitário, uma Unidade Estadual de Conservação – Mata do Pau Ferro, [...] engenhos de cachaça e rapadura, [...] nascentes a exemplo do “Quebra”, do Balneário Ecológico Furna e da Cachoeira da Manga, além do Hotel Bruxaxá [...] (IPHAN, 2004, p. 54).

Mesmo tendo sido incorporado pela universidade, parece equivocado o processo de tombamento tratá-lo como equipamento urbano, sendo, na verdade, um equipamento cultural. Com o aumento da oferta turística no município, a universidade tem desenvolvido um projeto para reativação da fábrica, transformando o museu em um “engenho modelo” de fabricação da rapadura. Neste caso, a retomada da atividade é uma forma interessante de preservação do patrimônio imaterial, presente no modo de produção artesanal, mas a perda paisagística é irreversível, por não haver áreas livres suficientes para o canavial e outras instalações do engenho, e mesmo sua implantação já ter sido alterada pelas construções em seu entorno.

Esse tipo de proteção voltada apenas para as edificações e, na maioria dos casos, tendo como suporte principal o valor artístico, permanece até a década de 1970, a partir daí, o valor histórico, passa a figurar com mais importância na consideração do tombamento. Ou seja, se

---

<sup>44</sup>Informações contidas em [http://www.cidadedeareia.hpg.com.br/museu\\_rapadura.html](http://www.cidadedeareia.hpg.com.br/museu_rapadura.html)



preservar não por ser um elemento artístico, ou não apenas por isso, mas por ser um documento importante para a história da formação da nação, nas palavras de RIEGL “*Para o valor histórico, [...] trata-se mais de conservar um documento o mais autêntico possível para a pesquisa futura dos historiadores [...]*” (RIEGL, 2006, p. 76-77). Porém, mesmo com essa mudança de pensamento e a ampliação do conceito de patrimônio, seja em relação ao patrimônio urbano ou rural, a paisagem é tratada sempre sobre o ponto de vista da ambiência do bem principal<sup>45</sup>.

Para verificar se há reflexos dessa mudança nos tombamentos realizados em áreas rurais, se tomará como exemplo a Fazenda Borda do Campo<sup>46</sup>, tombada em 1988 e localizada no município de Antonio Carlos/MG, apesar do processo de tombamento localizá-la no município de Barbacena/MG. Construída no início do século XVII, foi palco de reuniões na época da inconfidência, tendo hospedado Tiradentes.

O processo, inicialmente, solicita o tombamento da capela (Figuras 57), cuja construção data do início do século XVI, e é interessante perceber que, ainda que este descreva algumas características de sua arquitetura, o pedido do tombamento se detém mais demoradamente nos fatos históricos do bem, nas celebrações que ocorrem com a participação da comunidade, como o sacramento da eucaristia, recebido por centenas de crianças todos os anos nessa capela, e a vocação religiosa da família proprietária, procurando ressaltar a função social da capela e não apenas sua arquitetura (IPHAN, 1988, p. 5).

Após o pedido de inserção da casa (Figuras 58) e sobrado anexo da fazenda no processo, percebe-se que este se baseia completamente na história da cidade, e da fazenda paralelamente. O parecer final descreve a fazenda como “*parte integrante de um estabelecimento rural de excepcional valor histórico do estado de Minas Gerais*”, e completa “*A par do valor histórico, a fazenda conserva, de forma excelente, as características das edificações rurais*”, sendo a motivação do processo seu valor histórico e arquitetônico (IPHAN, 1988, 79-80). Não há qualquer descrição da paisagem natural onde o conjunto se insere, apenas alguns relatos de viajantes que por ali passaram nos séculos anteriores, que a

---

<sup>45</sup>Para melhor entendimento desta questão, ver Capítulo I: A proteção do patrimônio rural enquanto paisagem cultural (p. 20-35).

<sup>46</sup>Inscrição: Livro do Tombo Histórico – Vol. II – fl. 08 – Número de Inscrição: 520 – Fazenda da Borda do Campo: casa, capela e sobrado anexos – Processo: 0476-T-53 – Em: 13 de junho de 1988.

Inscrição: Livro do Tombo de Belas Artes – Vol. I – fl. 16 – Número de Inscrição: 591 – Fazenda da Borda do Campo: casa, capela e sobrado anexos – Processo: 0476-T-53 – Em: 13 de junho de 1988 (IPHAN, 1988).



mencionam apenas por esta fazer parte do “Caminho Novo” da Estrada Real<sup>47</sup>. Pelo que se vê, é que a atribuição de valor se modificou, mas não o entendimento de que o patrimônio rural vai além de seu conjunto edificado.



**Figura 57** Capela da Fazenda Borda do Campo, Antonio Carlos/MG. Foto: Mário Felipe (Disponível em [www.flickr.com/photos/mariofelipe/](http://www.flickr.com/photos/mariofelipe/))



**Figura 58** Casa da Fazenda Borda do Campo, Antonio Carlos/MG. Foto: Alessandro Borsagli (Disponível no Google Earth).

Mesmo com a criação de novos documentos e recomendações, o entendimento de como se preservar o patrimônio rural ainda se mostra atrelado à preservação do edificado, e em alguns casos, ações conjuntas de proteção do material e imaterial, mas sempre considerando a paisagem como mera ambiência ou entorno, o que faz com que esse patrimônio perca algumas de suas características mais importantes, como a relação da atividade ali desenvolvida com o meio natural.

Em todos esses exemplos vê-se que o tombamento não tem sido o instrumento adequado para proteção do patrimônio rural, garantindo, em alguns casos, apenas a integridade física das edificações.

<sup>47</sup> A Estrada Real é um caminho com mais de 1600 km construído pelas idas e vindas, das Minas ao litoral, desde o século XVII. Inicialmente, o caminho ligava a antiga Villa Rica, hoje Ouro Preto, ao porto de Paraty, mas, pela necessidade de uma via de escoamento mais segura e mais rápida ao porto do Rio de Janeiro e, também, por imposição da Coroa foi aberto um "caminho novo", passando a rota de Paraty a ser o "caminho velho", a partir do século XVIII (Dados de <http://www.estradaareal.org.br/> acessado em 01/07/2010).



### 3.3. A proteção da paisagem cultural de Areia

Ao se olhar para o patrimônio de Areia e entende-lo enquanto paisagem cultural, parece cabível o que estabelece a Declaração de Newcastle (2005) ao recomendar que para melhor proteger as paisagens culturais e garantir o seu desenvolvimento sustentável é necessária a implementação cuidadosa de planos de gestão global, que incluam políticas de educação para a população, bem como ações voltadas para a pesquisa, conservação e turismo (Declaração de Newcastle, 2005, p. 3).

A população que reside nas áreas rurais tem diminuído com o aumento do êxodo para a cidade, muitas vezes devido às alterações nos meios de produção. É comum que as mudanças das atividades nessas áreas ocorram de forma contínua, pela ligação desta às oscilações econômicas e às relações de comércio, mas, no caso de regiões entendidas como paisagens culturais, é interessante se procurar manter a população, pois é esta que guarda as tradições e a história do território.

A mudança, como parte do processo de dinâmica positiva das paisagens culturais, não deve ser visto como perda, mas como parte do contexto em que temos de agir; As relações entre as comunidades e a paisagem devem ser entendidas não apenas como matéria de desenvolvimento econômico sustentável, mas, também, o próprio bem estar da comunidade no que diz respeito ao seu desenvolvimento cultural, social, ambiental e aos seus direitos de propriedade intelectual e propriedade paisagística; Paisagens Culturais não devem ser identificadas apenas como lugares a serem visitados, mas como lugares de convívio que permitam o intercâmbio cultural e a compreensão mútua da diversidade cultural; A diversidade cultural deve ser reconhecida, a fim de reforçar o sentimento de pertença a uma condição humana comum, experimentada através do respeito da plena aceitação das diferenças, os quais devem ser considerados como fatores de enriquecimento recíproco; O alcance e os limites das paisagens culturais devem ser definidos em parceria com as comunidades locais; [...] O valor cultural que contribui para a identificação e definição de Paisagens Culturais, mesmo que seja intangível, deve ser reconhecido uma vez que sem este valor as atividades que ajudam a definir as paisagens culturais (por exemplo, festivais, eventos religiosos ou esportivos) não seriam realizadas; Paisagens Culturais devem ser concebidas de forma holística, com base e associando todos os sentidos humanos [...] (Declaração de Newcastle, 2005, p. 4).

Neste caso, não apenas a comunidade rural, mas os moradores da cidade, os empresários, os responsáveis pela administração pública e os órgãos de preservação patrimonial e ambiental, precisam estar preparados para preservar as características materiais, imateriais e naturais desse patrimônio, ao mesmo tempo em que lida com suas mudanças.



Ações de gestão conjunta, entre os órgãos de proteção do patrimônio cultural, órgãos governamentais, e, principalmente, a sociedade civil são necessárias no sentido de preservar uma paisagem cultural, sobretudo quando esta agrega elementos urbanos e rurais, como o caso de Areia. Como já mencionado por Luiz Fernando de ALMEIDA,

O conceito de Paisagem Cultural, originário da Convenção da UNESCO de 1972, foi concebido para responder à crescente complexidade da sociedade contemporânea e a velocidade cada vez maior dos processos sociais e econômicos.

Estes exigem não só a utilização de um conjunto maior de instrumentos urbanísticos, ambientais, jurídicos e tributários para preservar bens, valores e manifestações culturais, mas também um novo perfil de comportamento de gestores e cidadãos. Sua característica fundamental é a ocorrência em uma fração territorial, do convívio singular entre a Natureza, os espaços construídos e ocupados, os modos de produção e as atividades sociais e culturais.

Para que a Paisagem Cultural se configure, esses fatores devem guardar uma relação complementar entre si, capaz de estabelecer uma identidade que não possa ser conferida por qualquer um deles isoladamente (ALMEIDA, *O futuro é a paisagem*, s/d, p. 1-2).

Para se entender a paisagem é fundamental o estudo de todos os aspectos que representam as ações combinadas do homem com a natureza. (RIBEIRO, 2007, p. 28). Retomando os estudos de Carl SAUER ([1925] 2004, p. 36), é preciso se ter em mente que a paisagem cultural possui identidade e individualidade, e para entendê-la deve-se levar em conta suas características atuais e ancestrais.

A atual paisagem cultural de Areia agrega uma série de características, históricas e culturais, expostas ao longo do capítulo II deste trabalho, que dificilmente irão se repetir em outras paisagens. Seu processo de formação está intimamente ligado à chegada da cultura da cana-de-açúcar na região, e o reconhecimento do valor cultural dos engenhos e da importância de sua área rural é o primeiro passo no sentido de se garantir a salvaguarda da cultura do município.

Mas este reconhecimento não deve se manifestar na forma de tombamentos isolados, que privilegiem apenas a arquitetura. Para alguns conjuntos seria interessante esta preservação, como forma de manter um patrimônio material, mas para preservação da área isto seria insuficiente.

O primeiro passo foi dado, o reconhecimento da área urbana como patrimônio histórico nacional, agora é necessário o entendimento de como a paisagem urbana e a rural se relacionam, e forma a paisagem cultural do município, e traçar estratégias de ações conjuntas que visem a permanência e evolução dessa paisagem.



## Conclusão

O estudo do processo de ampliação do conceito de patrimônio cultural demonstra como a preocupação com a preservação histórica evoluiu ao longo dos anos. Visando entender esse processo realizamos um estudo linear de como tem se dado essa evolução, e como atualmente a idéia de “documento histórico” se aplica aos objetos materiais, aos bens “imateriais” e naturais, chegando ao conceito de “paisagem cultural”, um bem amplo que pode englobar todas as categorias citadas. Com essa contextualização, procuramos entender o que é uma paisagem cultural, enquanto junção de atividades culturais com o meio natural, e, a partir daí, situar a importância dos engenhos de cachaça e rapadura enquanto elementos estruturadores da paisagem cultural de Areia, e demonstrar a influência que estes exerceram no processo de formação econômica, social, cultural e territorial do município.

Areia tem atravessado diversas fases econômicas ao longo de sua história, porém nunca perdeu sua tradição de produtora de cachaça e rapadura. O que se percebe é que, mais do que as outras propriedades rurais, os engenhos influenciaram e influenciam a estruturação e as mudanças na paisagem de diversas formas, inclusive do seu meio urbano. Essa paisagem se encontra, atualmente, em uma nova fase de desestruturação e reestruturação, com os engenhos voltando a ter uma visibilidade na produção agrícola, ao mesmo tempo em que disputam espaço com a pecuária, mas o que sempre permaneceu dessa cultura foi o seu valor simbólico, como a principal tradição do município.

Embora a cidade tenha sido reconhecida como patrimônio histórico nacional, é preciso ressaltar como sua zona rural possui uma riqueza cultural única, que agrega a paisagem peculiar, onde as criações do homem funcionam interligadas com a natureza, elementos imateriais, como o modo de fazer, o tipo de produção e as tradições ali agregadas, e as relações sociais e de poder. Assim, o verdadeiro patrimônio cultural de Areia se estende por todo o município, pela junção do rural com o urbano.

Além de comprovar o valor de Areia enquanto paisagem cultural, foi demonstrado como o tombamento se mostra insuficiente para garantir a salvaguarda do patrimônio imaterial, natural, e de um patrimônio mais amplo que englobe outras categorias. A partir daí, pensar as formas de se garantir a permanência e proteção de uma paisagem cultural, a partir de ações conjuntas de proteção.



## Referências Bibliográficas

1. ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
2. AESA, Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba. *Mapa do Estado da Paraíba e suas Microrregiões, 2010*. Disponível em [www.aesa.pb.gov.br](http://www.aesa.pb.gov.br).
3. ALMEIDA, Antônio Augusto de. *Brejo Paraibano: contribuição para o inventário do patrimônio cultural*. João Pessoa: Museu do Brejo Paraibano, 1994.
4. ALMEIDA, Horácio de. *Brejo de Areia: memórias de um município*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958.
5. ALMEIDA, José Américo de. *A Paraíba e seus problemas*. 3.ed. João Pessoa: A União, 1980.
6. ALMEIDA, Luis Fernando de. *O futuro é a paisagem*. Rio de Janeiro: Texto cedido pelo Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização – DEPAM/IPHAN, s/d.
7. ANDRADE, Mário de. Anteprojeto para Criação do Patrimônio Artístico Nacional. Rio de Janeiro: 1936. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 30, 2002. p. 272-288. Disponível em: [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br)
8. ANDRADE, Catarina Paes de. *Implantação dos engenhos de cana-de-açúcar na cidade de Areia/PB: açúcar, cachaça e rapadura no Brejo Paraibano*. João Pessoa: Artigo para o Programa de Especialização em Patrimônio IPHAN/UNESCO, 2008.
9. ANDRADE, Manuel Correia de. *O Rio Mamanguape*. João Pessoa: UFPB/Ed. Universitária, 1997.
10. BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. 1984. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny. *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004. p. 84-91.
11. BOBECK, Hans; SCHMITHÜSN, Josef. A paisagem e o sistema lógico da geografia. 1949. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny. *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004. p. 75-83.
12. BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934*. Casa Civil/Subchefia de Assuntos Jurídicos, 1934. Disponível em: <https://legislacao.planalto.gov.br/>



13. \_\_\_\_\_. *Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988*. Brasília: Casa Civil/Subchefia de Assuntos Jurídicos, 1988. Disponível em: <https://legislacao.planalto.gov.br/>
14. *Carta do Urbanismo ou Carta de Atenas*. Atenas: 4º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – CIAM, 1933. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br:8080/portal/montarPaginaSecao.do;jsessionid=8648FAAA473652234F1ADBA2DCCE761B?id=12372&retorno=paginaLegislacao>
15. *Carta da Serra da Bodoquena – Carta das Paisagens Culturais e Geoparques*. Seminário "Serra da Bodoquena – Paisagem Cultural e Geoparque". Bonito, MS: IMASUL/MinC/IPHAN/IBAMA/ UFMS, 21 de setembro de 2007.
16. *Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural*. Seminário “Semana do Patrimônio – Cultura e Memória na Fronteira”. Bagé, RS: MinC/IPHAN/IPHAE/URCAMP/UFPEL, 18 de agosto de 2007.
17. *Carta de Veneza*. Veneza: Segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, de 25 a 31 de maio de 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br:8080/portal/montarPaginaSecao.do;jsessionid=8648FAAA473652234F1ADBA2DCCE761B?id=12372&retorno=paginaLegislacao>
18. CARVALHO, Juliano Loureiro de. *Pré-inventário dos engenhos da várzea do Rio Paraíba*. Vol. 1 e 2. João Pessoa: UFPB/Trabalho Final (Monografia) de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2005.
19. \_\_\_\_\_. *Formação Territorial da Mata Paraibana, 1750-1808*. Salvador: UFBA/Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo/Dissertação de Mestrado, 2008.
20. CAVALCANTI FILHO, Ivan; CAJU, Náhya Maria Lyra. *O patrimônio arquitetônico de Areia: um inventário*. João Pessoa: Idéia, 2005.
21. \_\_\_\_\_.; MOURA, José Eduardo de. *O patrimônio ambiental urbano de Areia: posições de preservação e revitalização*. João Pessoa: Idéia, 2003.
22. CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução: Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/Ed.UNESP, 2001.



23. *Convenção Europeia da Paisagem*. Florença: Conselho da Europa, 20 de outubro de 2000.
24. CONAMA, Conselho Nacional do Meio Ambiente. *Resolução N° 303*. 20 de Março de 2002. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res02/res30302.html>
25. COSGROVE, Denis. A geografia este em toda parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. 1989. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny. *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004. p. 92-122.
26. DANTAS, Leiliam. *Estratégias de valorização de produtos sucroalcooleiros artesanais no contexto do desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: II Seminário Internacional Empreendedorismo, Pequenas e Médias Empresas e Desenvolvimento Local, 2004. Em <http://www.itoi.ufrj.br/seminario/anais/Tema%205-1-DANTAS.pdf> acessado em agosto de 2007.
27. *Declaração de Newcastle*. Paisagens Culturais no Século 21: Direito, Gestão e Participação Pública: Patrimônio como um desafio da cidadania. Reino Unido: X Seminário Internacional do Fórum UNESCO - Universidade e Patrimônio, de 11 a 16 de abril de 2005.
28. *Declaração de Hanói*. Paisagens Históricas Urbanas: Um Novo Conceito? Uma nova categoria de bens do patrimônio mundial? Vietnã: XII Seminário Internacional do Fórum UNESCO - Universidade e Patrimônio, de 05 a 10 de abril de 2009.
29. *Decreto Legislativo N° 3*. Brasília: 13 de fevereiro de 1948. Disponível em: [http://www.ibama.gov.br/fauna/legislacao/decleg\\_03\\_48.pdf](http://www.ibama.gov.br/fauna/legislacao/decleg_03_48.pdf).
30. DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. *Considerações sobre intervenções em paisagens protegidas por seu excepcional valor*. Rio de Janeiro: Parecer DEPAM/IPHAN, 17 de janeiro de 2006. Texto cedido pelo Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização – DEPAM/IPHAN.
31. \_\_\_\_\_. *Paisagem Rural Fazendas Históricas*. Rio de Janeiro: Texto cedido pelo Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização – DEPAM/IPHAN, s/d.
32. \_\_\_\_\_. *Política Nacional de Paisagem Cultural*. Rio de Janeiro: Texto cedido pelo Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização – DEPAM/IPHAN, s/d.



33. \_\_\_\_\_. *O que é um Geopark*. Rio de Janeiro: Texto cedido pelo Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização – DEPAM/IPHAN, s/d. Disponível em: <http://www.gorgulho.com/2007/>
34. FERNANDES, Ocione do Nascimento. *A produção e a comercialização de mercadorias no Brejo da Parahyba do Norte (1793-1883)*. João Pessoa: UFPB/PPGG/Dissertação de Mestrado, 2008.
35. FIÚZA, Alexandre Felipe; GONÇALVES, Regina Célia. *et. al. Uma história de Areia*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1998.
36. FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: Trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC/IPHAN, 2005.
37. FREYRE, Gilberto. Características gerais da colonização portuguesa no Brasil: Formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida. *In: Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: José Olímpio Ed., 1980.
38. FUNASA, Fundação Nacional de Saúde. *Mapa geral e croquis das propriedades rurais do Município de Areia/PB*. João Pessoa: Divisão de Desenho/FUNASA, s/d.
39. HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
40. GARCIA JUNIOR, Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado*. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Ed. Marco Zero e Editora UNB, 1989.
41. \_\_\_\_\_. *Libertos e Sujeitos: sobre a transição para trabalhadores livres do Nordeste*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional da UFRJ, n/d. Em [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_07/rbcs07\\_01.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_07/rbcs07_01.htm) acessado em setembro de 2007.
42. GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e açucares: política e economia na Capitania da Parayba, 1585-1630*. Bauru, SP: Edusc, 2007.
43. GUEDES, Rafaela Mabel. *Revitalização Urbana do Centro Histórico de Areia*. João Pessoa: UFPB / Trabalho Final (Monografia) de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2006.



44. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Mapa do Município de Areia oriundo do Censo 2007*. Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acessado em novembro de 2008.
45. \_\_\_\_\_. *Mapa do Estado da Paraíba*. Desenho em AutoCAD.
46. IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Anteprojeto para Criação do Patrimônio Artístico Nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. nº 30, 2002.
47. IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Chancela da Paisagem Cultural Brasileira*. Portaria nº 127 de 30 de abril de 2009. Disponível em: [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br).
48. \_\_\_\_\_. *Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006. (Edições do Patrimônio).
49. \_\_\_\_\_. *Processo de Tombamento N° 70-T-38: Conjunto Arquitetônico Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Ouro Preto, Minas Gerais*. Rio de Janeiro: COPEDOC/Arquivo Central do IPHAN, [1938] 1986.
50. \_\_\_\_\_. *Processo de Tombamento N° 563-T-57: Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Município de Parati, Rio de Janeiro*. Vol. I e Anexos. Rio de Janeiro: COPEDOC/Arquivo Central do IPHAN, [1958] 1974.
51. \_\_\_\_\_. *Processo de Tombamento N° 1489-T-02: Conjunto Histórico Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Areia, Paraíba*. Vol. I e II. Rio de Janeiro: COPEDOC/Arquivo Central do IPHAN, 2004.
52. JAMBEIRO, Marusia de Brito. *Engenhos de Rapadura*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo/USP, 1973.
53. LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 2003.
54. *Manifesto de Amsterdã ou Carta Européia do Patrimônio Arquitetônico*. Amsterdã: Congresso sobre o Patrimônio Arquitetônico Europeu, de 21 a 25 de outubro de 1975. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br:8080/portal/montarPaginaSecao.do;jsessionid=8648FAAA473652234F1ADBA2DCCE761B?id=12372&retorno=paginaLegislacao>
55. MARIZ, Celso. *Cidades e homens*. João Pessoa: Governo da Paraíba, 1985.



56. MELO, Humberto. *Paraíba das origens à urbanização*. João Pessoa: UFPB/FUNAPE, 1986.
57. MELO, José Octávio de A. *História da Paraíba – Lutas e Resistência*. João Pessoa: A União, 1994.
58. MORAES, Carla Gisele Macedo Santos Martins. *Areia - Paraíba: morfologia e desenvolvimento urbano (séculos XVIII, XIX e XX)*. Recife: UFPE/MDU/Dissertação de Mestrado, 2008.
59. MOREIRA, Emília. *Evolução do Processo de Produção do Espaço Paraibano*. João Pessoa: Cadernos do NDIHR, 1990.
60. \_\_\_\_\_; TARGINO, Ivan. *Capítulos de Geografia Agrária na Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.
61. MORENO, Diogo C. *Livro que dá Rezão do Estado do Brasil (ca. 1616): Códice 126 da Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1999.
62. MOURA FILHA, Maria Berthilde de Barros Lima e. *O Cenário da Vida Urbana: A concepção estética das cidades no Brasil na virada do século XIX/XX*. Campinas: V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 1998. (CD-ROM)
63. \_\_\_\_\_. *De Filipéia à Paraíba: uma cidade na estratégia de colonização do Brasil (séculos XVI-XVIII)*. Porto/Portugal: Tese de Doutorado em História da Arte/ Universidade do Porto, 2005.
64. OLIVEIRA SOBRINHO, Reinaldo de. *Esboço de monografia da cidade de Areia*. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1958.
65. PIRES, Fernando Tasso F.; GOMES, Geraldo. *Antigos Engenhos de açúcar no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
66. PIRES, Paulo dos Santos. Caracterização e análise visual da Paisagem Rural com enfoque turístico: Uma contribuição metodológica. In: *Revista Turismo – Visão e Ação*. Ano 4. Nº II. Santa Catarina: UNIVALI, abril/setembro de 2001. p. 83-97.
67. *Recomendação de Nairóbi ou Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea*. Nairóbi: 19º Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, de 26 de outubro a 30 de novembro de 1976. Disponível em:



<http://portal.iphan.gov.br:8080/portal/montarPaginaSecao.do;jsessionid=8648FAAA473652234F1ADBA2DCCE761B?id=12372&retorno=paginaLegislacao>

68. *Recomendação de Paris*. Paris: 12º Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, 09 de novembro a 12 de dezembro de 1962. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br:8080/portal/montarPaginaSecao.do;jsessionid=8648FAAA473652234F1ADBA2DCCE761B?id=12372&retorno=paginaLegislacao>
69. *Recomendação de Paris ou Convenção sobre a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural*. Paris: 17º Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br:8080/portal/montarPaginaSecao.do;jsessionid=8648FAAA473652234F1ADBA2DCCE761B?id=12372&retorno=paginaLegislacao>
70. RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007. (Série Pesquisa e Documentação do IPHAN).
71. RIEGL, Aloïs. *O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese*. [1903]. Tradução: Elane Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentini. Goiânia: Editora da UCG, 2006.
72. RODRIGUES, Leandro Paiva do Monte; MARIANO NETO, Belarmino; FREIRE, Cleityane Sabino. *Do doce da rapadura aos novos desenhos do brejo paraibano*. São Paulo: USP/XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2009. Disponível em: [http://www.geografia.ffe.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Rodrigues\\_LPM.pdf](http://www.geografia.ffe.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Rodrigues_LPM.pdf)
73. SARMENTO, Christiane Finizola. *Povoações, Freguesias e vilas na Paraíba Colonial: Pombal e Sousa, 1697-1800*. Natal: Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo/UFRN, 2007.
74. SAUER, Carl. A Morfologia da paisagem. 1925. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny. *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004. p. 12-83.
75. SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Preservação do patrimônio cultural em cidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
-



76. VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do estado novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 148-149.
77. [www.cidadedeareia.hpg.com.br/museu\\_rapadura.html](http://www.cidadedeareia.hpg.com.br/museu_rapadura.html) acessado em 01/07/2010.
78. [www.estradareal.org.br/](http://www.estradareal.org.br/) acessado em 01/07/2010.



O descuido de se tombar:  
A importância da paisagem cultural dos engenhos de  
cachaça e rapadura como patrimônio do município de Areia.  
Anna Cristina Andrade Ferreira

Apêndices

Apêndice A:

Ficha Sítio utilizada nos trabalhos de campo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO - PPGAU  
ENGENHOS DO MUNICÍPIO DE AREIA/RS

FICHA SÍTIO Nº: 01 DATA E HORA: 15/01/2009, 09:45 AM

IDENTIFICAÇÃO CROQUE

NOME: Vaca Brava de Baixo  
OUTROS NOMES:

NATUREZA: Engenho  
MUNICÍPIO: Areia  
ATIVIDADE ATUAL: Produção de aguardente e mel de engenho e pecuária  
ÁREA: 307 ha (inicialmente eram 525 ha)  
ACERSSO VIA: Rural  
PROPRIETÁRIO: Aurelio Leal Figue  
CONTATO: (83) 51475328  
PROPRIEDADES VIZINHAS: Eng. Vaca Brava do Meio, Eng. Vaca Brava de Cima, Eng. Cipo (paralelamente), Eng. Vitória (Alagoas Alto), Eng. São Vicente

PROTEÇÃO EXISTENTE:

COORDENADAS DO PONTO DE REFERÊNCIA:  
LATITUDE: S7 00.962 LONGITUDE: W 33 44.933  
ALTITUDE (m): 363  
DATA DE CONSTRUÇÃO: 1560 (não tem certezas) Reformado em 1952  
ATIVIDADE INICIAL: Engenho  
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: A  
LOCALIZAÇÃO:

Local: Engenho Vaca Brava de Baixo  
Nº de casas: 88  
Município: Areia  
Estado: Paraíba  
Data: 14/06/1977  
Croux da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA

Ficha elaborada a partir de CARVALHO, Adriano Loureiro de. Patrimônio dos engenhos de Veloso do Rio Paraíba. Vol. 2. João Pessoa: Instituto Paraibano de Educação em Arquitetura e Urbanismo - IPEAU, 2005.

CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E ESPACIAL DO SÍTIO

TIPOLOGIAS SEQUENCIADAS IDENTIFICADAS	ESTADO DESEMPLEARES/AR/CI/RUR/INVESTIDO	QUANTIDADE	RELEVANTE	ESPECIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE
CASA DE ENGENHO	B	1	S	<input type="checkbox"/> LINEAR <input checked="" type="checkbox"/> PATIO RETANGULAR <input type="checkbox"/> IRREGULAR <input type="checkbox"/> PATIO <input type="checkbox"/> PATIO IRREGULAR <input type="checkbox"/> GRADAE	A propriedade possui casa grande, engenho, um curral, uma oficina, um depósito, um sobrado, e uma casa de forragem, que o proprietário acredita já ter servido de senzala. As edificações estão dispostas formando um pato irregular, e todas se encontram no mesmo plano. O primeiro engenho foi construído na década de 1560, e passou por uma reforma em 1952, empreendida pelo então proprietário, José Rufino. Até hoje o engenho funciona com a moenda a vapor instalada neste período. A maior parte de engenho em bom estado de preservação e conservação, apenas o curral e a casa de forragem apresentam problemas na estrutura e cômodos. Segundo o proprietário, chegaram a existir mais de 50 casas de moradores na propriedade, hoje restam cerca de 16. Foram realizadas reformas recentes na "casa de bagaçõ", para instalação de uma serraria, e no sobrado situado na lateral da casa grande. Um dos filhos construiu um outro engenho, dentro da mesma propriedade, em uma área de 100 ha, doada pelo pai.
CASA DE FURNOAR	C	1	S	<input checked="" type="checkbox"/> PROPOSTA DO TABULEIRO <input type="checkbox"/> PLANO NA VÁZUELA	
SENZALA	C	1	S		
CASA GRANDE	A	1	S	<input type="checkbox"/> SAPELACASA GRANDE - NO ALTO <input type="checkbox"/> CAPELA EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> CASA GRANDE EM POSIÇÃO SUPERIOR <input checked="" type="checkbox"/> TODO CONJUNTO NO MESMO PLANO	
CAPELA					
TIPOLOGIAS SEQUENCIADAS IDENTIFICADAS	ESTADO DESEMPLEARES/AR/CI/RUR/INVESTIDO	QUANTIDADE	RELEVANTE	VEGETAÇÃO	
CURRAL/ESTABULO	A	1	S	MÉDIO FORTE (3-5M) <input type="checkbox"/> GRANDE FORTE (>5M) <input checked="" type="checkbox"/>	
DEPOSITO/GALPÃO	B	1	S	USO DA ÁREA ADJACENTE AS EDIFICAÇÕES	
OFICINA	A	1	S	<input type="checkbox"/> TRANSITO <input checked="" type="checkbox"/> CARAVEL <input type="checkbox"/> ADIC. SUBSISTÊNCIA	DESCRIÇÃO/MODIFICAÇÃO NA PAISAGEM: As edificações foram construídas em uma área plana, porém todo seu entorno é formado por morros, onde há plantações de cacão e cana-de-açúcar, além de mata nativa. Devido às exigências de legislação ambiental, que prevê que 20% da área total das propriedades rurais se destinem a criação de áreas de preservação legal, 52 ha da propriedade estão sendo destinados para este propósito. Com relação a hidrografia, existem dois rios próximos e um riacho que atravessa a propriedade, e serve de divisa entre o Engenho Vaca Brava de Baixo e o Engenho Vitória. Há espaço da reforma de 1952, foi construído um canal em pedra para captação de águas pluviais, que se localiza na lateral direita da fábrica do engenho. Embora já existisse estradas de acesso para a propriedade, foi necessária a criação de caminhos dentro do cercado.
CASA DO MORADOR		15	N	<input type="checkbox"/> AZER <input checked="" type="checkbox"/> ATIVIDADES DOMÉSTICAS <input type="checkbox"/> ALUGUEM PRODUZIR <input type="checkbox"/> ALUGUELAS	
BARRAÇÃO				<input checked="" type="checkbox"/> PECUÁRIA <input type="checkbox"/> FOMAR <input type="checkbox"/> OUTRO	
OUTRA	A	1	S	QUAL OUTRO:	
TÍTULOS		ECONOMIAZADO		OBSERVAÇÕES:	
A propriedade possui inicialmente 525 ha, mas perdeu cerca de 218 ha por conta de diámas com bancos. O engenho produz apenas cachaça e mel de engenho, e uma parte da propriedade é destinada à pecuária. A área de plantio de pasto atualmente é maior que a área do cercado, devido à falta de viáveis para comercialização da produção excedente. Além do Engenho Vaca Brava de Baixo, o proprietário possui o Engenho Vitória, no município de Alagoas Grande, e sua esposa recebe uma aposentadoria. Existe um interesse em explorar a atividade turística na propriedade, porém ainda não foram empreendidas medidas para que isso ocorra.				O engenho pertence ao senhor Aurelio há 23 anos. Esta localizado próximo à Reserva da Mata do São-Fern. O primeiro proprietário foi o Major Antônio Guimarães, depois passou para o Major José Rufino, genro deste e primo do escritor José Américo de Almeida. O engenho se diferencia pelo uso da moenda a vapor e estera instaladas por José Rufino na década de 1950, além disto, sua casagrande, em estilo colonial, é considerado uma das mais bonitas de região. ao lado desta foi construído um sobrado para hóspedes, onde José Américo de Almeida costumava se hospedar para receber.	

FOTOS:

Casa-Grande; Sobrado onde se hospedava José Américo de Almeida (atual garagem); Escritório, almoxarifado e oficinas; Casa do engenho que striga a moenda a vapor. Fotos: Anna Cristina A. Ferreira. 15/01/2009

Ficha elaborada a partir de CARVALHO, Adriano Loureiro de. Patrimônio dos engenhos de Veloso do Rio Paraíba. Vol. 2. João Pessoa: Instituto Paraibano de Educação em Arquitetura e Urbanismo - IPEAU, 2005.



## Apêndice B:

Fichas preenchidas a partir dos dados coletados nos engenhos:

1. Várzea
2. Chã de Alagoinha
3. Vaca Brava de Baixo
4. Vaca Brava do Meio
5. Vaca Brava de Cima
6. Escarlata II (Barragem Pau-Ferro)
7. Tapuio
8. Triunfo
9. Mineiro
10. Gameleira
11. Várzea do Quati
12. Bela Vista
13. Jussara
14. Mandaú
15. Santo Antonio
16. Ipueira (Ruína)
17. Quati I
18. Carro
19. Buraco
20. Cachoeira
21. Monte Alegre (Quati III)
22. Bujari
23. São Patrício
24. Santa Tereza
25. Ipueira São João
26. Ipueira Oswaldo Pina
27. Santa Helena



28. Barra do Salgado
29. Usina Santa Maria
30. Saburá
31. Saboeiro
32. Várzea Nova (Sta. Izabel)
33. Jussarinha (Assentamento)
34. Ipueira
35. Fechado de Cima
36. Fechado
37. Santa Irene
38. Macaíba
39. Jardim

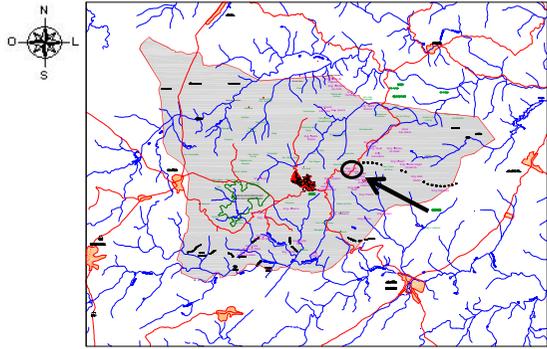
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA		CENTRO DE TECNOLOGIA	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO - PPGAU
ENGENHOS DO MUNICÍPIO DE AREIA/PB			
FICHA SÍTIO Nº: 01		DATA E HORA: 28/12/2008; 10:50 AM	
IDENTIFICAÇÃO		CROQUI:	
NOME:	Várzea		
OUTROS NOMES:	Museu do Brejo Paraibano ou Museu da Rapadura		
NATUREZA:	Engenho		
MUNICÍPIO:	Areia		
ATIVIDADE ATUAL:	Museu do Brejo Paraibano ou Museu da Rapadura		
ÁREA :	2 hectares		
ACESSO VIA:	Rural		
PROPRIETÁRIO:	Universidade Federal da Paraíba - Campus III		
CONTATO:	(83) 33622300 - Ramal 216		
PROPRIEDADES VIZINHAS:			
PROTEÇÃO EXISTENTE: Está dentro do perímetro de entorno de tombamento federal.			
COORDENADAS DO PONTO DE REFERÊNCIA:			
LATITUDE:	LONGITUDE:		
ALTITUDE (m):			
DATA DE CONSTRUÇÃO:	1870		
ATIVIDADE INICIAL:	Engenho		
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: BOM			
LOCALIZAÇÃO:			
		<p>Local: Escola de Agronomia                  Município: Areia                  Estado: Paraíba                  Data: 10/06/1977                  Croqui da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA</p>	

CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E ESPACIAL DO SÍTIO				
TIPOLOGIAS PRIMÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE	IMPLANTAÇÃO <input type="checkbox"/> LINEAR <input type="checkbox"/> PÁTIO RETANGULAR <input type="checkbox"/> IRREGULAR <input type="checkbox"/> PÁTIO <input checked="" type="checkbox"/> PÁTIO IRREGULAR <input type="checkbox"/> GRADE
CASA DE ENGENHO	BOM	1	S	
CASA DE PURGAR				
SENZALA				
CASA GRANDE	BOM	1	S	
CAPELA				
TIPOLOGIAS SECUNDÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE	POSICIONAMENTO DAS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> CASA-GRANDE NO ALTO <input type="checkbox"/> CAPELA EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> CASA-GRANDE EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> TODO CONJUNTO NO MESMO PLANO
CURRAL/ESTÁBULO				
DEPÓSITO/GALPÃO				
OFICINA				
CASA DO MORADOR				
BARRAÇÃO				
OUTRA				
DADOS ECONÔMICOS: O engenho pertence ao Campus III da UFPB e funciona como Museu do Brejo Paraibano.			OBSERVAÇÕES:	
<p>DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE: Foi desapropriado em 1933, pelo governo estadual para a instalação da Escola de Agronomia do Nordeste. Os dois edifícios, casa-grande e engenho sofreram algumas modificações, devido o seu uso. Em 1978, os dois prédios foram totalmente restaurados para a instalação do Museu da Rapadura. O Museu preserva uma casa-grande típica da região do brejo, ou seja, simples e despojada, raramente apresentando senzala e capela. Sua construção, portanto, data do século dezenove e início do vinte. No seu acervo estão utensílios da época, como móveis rústicos um relógio de parede de 226 anos funcionando perfeitamente, uma pedra de moer milho, um gargalho de ferro que servia para prender os escravos pelo pescoço, um palmatória de ferro e um acervo de 280 garrafas de cachaça, etc. O engenho abriga uma parte do acervo do Museu da Rapadura, conservando peças originais como um alambique de barro.</p> <p>DESCRIÇÃO/MODIFICAÇÃO NA PAISAGEM: O engenho se encontra dentro do Campus, próximo as novas edificações. Sua área de entorno corresponde a 2 hectares, que engloba um pequeno açude próximo à fábrica.</p>				

FOTOS:



Implantação do engenho dentro do Campus III da UFPB. Foto: Carlomano de Abreu, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA		CENTRO DE TECNOLOGIA	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO - PPGAU
ENGENHOS DO MUNICÍPIO DE AREIA/PB			
FICHA SÍTIO Nº: 02		DATA E HORA: 28/12/2008; 13:50 PM	
IDENTIFICAÇÃO		CROQUI:	
NOME:	Chã de Alagoinha		
OUTROS NOMES:			
NATUREZA:	Engenho		
MUNICÍPIO:	Areia		
ATIVIDADE ATUAL:	Rapadura		
ÁREA :			
ACESSO VIA:	Rural		
PROPRIETÁRIO:			
CONTATO:			
PROPRIEDADES VIZINHAS:			
PROTEÇÃO EXISTENTE:			
COORDENADAS DO PONTO DE REFERÊNCIA:			
LATITUDE: S6 57.432		LONGITUDE: W35 40.104	
ALTITUDE (m):			
DATA DE CONSTRUÇÃO:			
ATIVIDADE INICIAL: Engenho			
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: REGULAR			
LOCALIZAÇÃO:			
			

CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E ESPACIAL DO SÍTIO					
TIPOLOGIAS PRIMÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE	IMPLANTAÇÃO <input type="checkbox"/> LINEAR <input type="checkbox"/> PÁTIO RETANGULAR <input type="checkbox"/> IRREGULAR <input type="checkbox"/> PÁTIO <input checked="" type="checkbox"/> PÁTIO IRREGULAR <input type="checkbox"/> GRADE	DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE: É um engenho bastante rústico, possui apenas a fábrica e a casa grande.
CASA DE ENGENHO	REGULAR	1	S		
CASA DE PURGAR					
SENZALA					
CASA GRANDE	REGULAR	1	S	POSICIONAMENTO DAS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> CASA-GRANDE NO ALTO <input type="checkbox"/> CAPELA EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> CASA-GRANDE EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> TODO CONJUNTO NO MESMO PLANO	
CAPELA					
TIPOLOGIAS SECUNDÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE		
CURRAL/ESTÁBULO					
DEPÓSITO/GALPÃO				USO DA ÁREA ADJACENTE ÀS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> TRÂNSITO <input checked="" type="checkbox"/> CANAVIAL <input type="checkbox"/> AGRIC. SUBSISTÊNCIA	
OFICINA				<input type="checkbox"/> LAZER <input checked="" type="checkbox"/> ATIVIDADES DOMÉSTICAS <input type="checkbox"/> SECAGEM PRODUTOS AGRÍCOLAS	DESCRIÇÃO/MODIFICAÇÃO NA PAISAGEM: As edificações são circundadas pelo canavial e árvores frutíferas. A propriedade se limita com uma com uma estrada. Há um riacho que corta a propriedade.
CASA DO MORADOR				<input type="checkbox"/> PECUÁRIA <input checked="" type="checkbox"/> POMAR <input type="checkbox"/> OUTRO	
BARRAÇÃO				QUAL OUTRO:	
OUTRA					
DADOS ECONÔMICOS:			OBSERVAÇÕES:		
A principal atividade do engenho é a produção de rapadura.			Devido a época e ao pouco tempo da visita não foi realizada a entrevista.		

FOTOS:



Fábrica e casa grande do engenho. Foto: Anna Cristina A. Ferreira, em 28/12/2008.

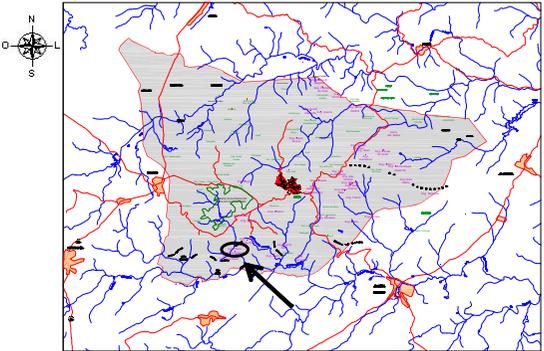
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA		CENTRO DE TECNOLOGIA	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO - PPGAU
ENGENHOS DO MUNICÍPIO DE AREIA/PB			
FICHA SÍTIO Nº: 03		DATA E HORA: 15/01/2009; 09:45 AM	
IDENTIFICAÇÃO		CROQUI:	
NOME:	Vaca Brava de Baixo		
OUTROS NOMES:			
NATUREZA:	Engenho		
MUNICÍPIO:	Areia		
ATIVIDADE ATUAL:	Produção de aguardente e mel de engenho e pecuária		
ÁREA :	307 ha (inicialmente eram 525 ha)		
ACESSO VIA:	Rural		
PROPRIETÁRIO:	Aurélio Leal Freire		
CONTATO:	(83) 91475028		
PROPRIEDADES VIZINHAS:	Eng. Vaca Brava do Meio, Eng. Vaca Brava de Cima, Eng. Cipó (assentamento), Eng. Vitória (Alagoa Nova), Eng. São Vicente.		
PROTEÇÃO EXISTENTE:			
COORDENADAS DO PONTO DE REFERÊNCIA:			
LATITUDE: S7 00.960		LONGITUDE: W35 44.933	
ALTITUDE (m): 383			
DATA DE CONSTRUÇÃO:		1860 (não tem certeza) Reformado em 1952	
ATIVIDADE INICIAL:		Engenho	
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: BOM			
LOCALIZAÇÃO:			
		Local: Engenho Vaca Brava de Baixo Nº de casas: 88 Município: Areia Estado: Paraíba Data: 14/06/1977 Croqui da Fundação Nacional de Saúde- FUNASA	

CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E ESPACIAL DO SÍTIO				
TIPOLOGIAS PRIMÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE	IMPLANTAÇÃO <input type="checkbox"/> LINEAR <input checked="" type="checkbox"/> PÁTIO RETANGULAR <input type="checkbox"/> IRREGULAR <input type="checkbox"/> PÁTIO <input type="checkbox"/> PÁTIO IRREGULAR <input type="checkbox"/> GRADE
CASA DE ENGENHO	REGULAR	1	S	
CASA DE PURGAR				
SENZALA	RUIM	1	S	
CASA GRANDE	BOM	1	S	POSICIONAMENTO DAS EDIFICAÇÕES <input type="checkbox"/> CAPELA/CASA-GRANDE NO ALTO <input type="checkbox"/> CAPELA EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> CASA-GRANDE EM POSIÇÃO INFERIOR <input checked="" type="checkbox"/> TODO CONJUNTO NO MESMO PLANO
CAPELA				
TIPOLOGIAS SECUNDÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE	
CURRAL/ESTÁBULO	BOM	1	S	
DEPÓSITO/GALPÃO	REGULAR	1	S	USO DA ÁREA ADJACENTE ÀS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> TRÂNSITO <input type="checkbox"/> CANAVIAL <input type="checkbox"/> AGRIC. SUBSISTÊNCIA <input type="checkbox"/> LAZER <input type="checkbox"/> ATIVIDADES DOMÉSTICAS <input type="checkbox"/> SECAGEM PRODUTOS AGRÍCOLAS
OFICINA	BOM	1	S	
CASA DO MORADOR	REGULAR	15	N	<input checked="" type="checkbox"/> PECUÁRIA <input checked="" type="checkbox"/> POMAR <input type="checkbox"/> OUTRO
BARRAÇÃO				QUAL OUTRO:
OUTRA	BOM	1	S	
DADOS		ECONÔMICOS:		OBSERVAÇÕES:
A propriedade possuía inicialmente 525 ha, mas perdeu cerca de 218 ha por conta de dívidas com bancos. O engenho produz apenas cachaça e mel de engenho, e uma parte da propriedade é destinada à pecuária. A área de plantio de pasto atualmente é maior que a área do canavial, devido à falta de usinas para comercialização da produção excedente. Além do Engenho Vaca Brava de Baixo, o proprietário possui o Engenho Vitória, no município de Alagoa Grande, e sua esposa recebe uma aposentadoria. Existe um interesse em explorar a atividade turística na propriedade, porém ainda não foram empreendidas medidas para que isso ocorra.		O engenho pertence ao senhor Aurélio há 23 anos. Esta localizado próximo à Reserva da Mata do pau-ferro. O primeiro proprietário foi o Major Cinfrônio Gondim, depois passou para o Major José Rufino, genro deste e primo do escritor José Américo de Almeida. O engenho se diferencia pelo uso da moenda à vapor e esteira instalados por José Rufino na década de 1950. Além disso, sua casa-grande, é considerada uma das mais bonitas da região. ao lado desta foi construído um sobrado para hóspedes, onde José Américo de Almeida costumava se hospedar para escrever.		DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE: A propriedade possui casa grande, engenho, um curral, uma oficina, um depósito, um sobrado, e uma casa de forragem, que o proprietário acredita já ter servido de senzala. As edificações estão dispostas formando um pátio retangular, e todas se encontram no mesmo plano. O primeiro engenho foi construído na década de 1860, e passou por uma reforma em 1952, empreendida pelo então proprietário, José Rufino. Até hoje o engenho funciona com a moenda a vapor instalada neste período. A maior parte se encontra em bom estado de conservação, apenas o curral e a casa de forragem apresentam problemas na estrutura e coberta. Segundo o proprietário, chegaram a existir mais de 50 casas de moradores na propriedade, hoje restam cerca de 15. Foram realizadas reformas recentes na "casa de bagaço", para instalação de uma destilataria, e no sobrado situado na lateral da casa grande. Um dos filhos construiu um outro engenho, dentro da mesma propriedade, em uma área de 100 ha, doada pelo pai.
				DESCRIÇÃO/MODIFICAÇÃO NA PAISAGEM: As edificações foram construídas em uma área plana, porém todo seu entorno é formado por morros, onde há plantações de capim e cana-de-açúcar, além de mata nativa. Devido às exigências de legislação ambiental, que prevê que 20% da área total das propriedades rurais se destinem a criação de Áreas de Preservação Permanente, 62 ha da propriedade estão sendo destinados para este propósito. Com relação a hidrografia, existem dois barreiros pequenos e um riacho que atravessa a propriedade, e serve de divisa entre o Engenho vaca Brava de Baixo e o Engenho Vitória. Na época da reforma de 1952, foi construído um canal em pedra para captação de águas pluviais, que se localiza na lateral direita da fábrica do engenho. Embora já existisse estradas de acesso para a propriedade, foi necessária a criação de caminhos dentro do canavial.

FOTOS:



Casa-Grande; Sobrado onde se hospedava José Américo de Almeida (atual garagem); Escritório, almoxarifado e oficinas; Casa do engenhos que abriga a moenda à vapor. Fotos: Anna Cristina A. ferreira: 15/01/2009

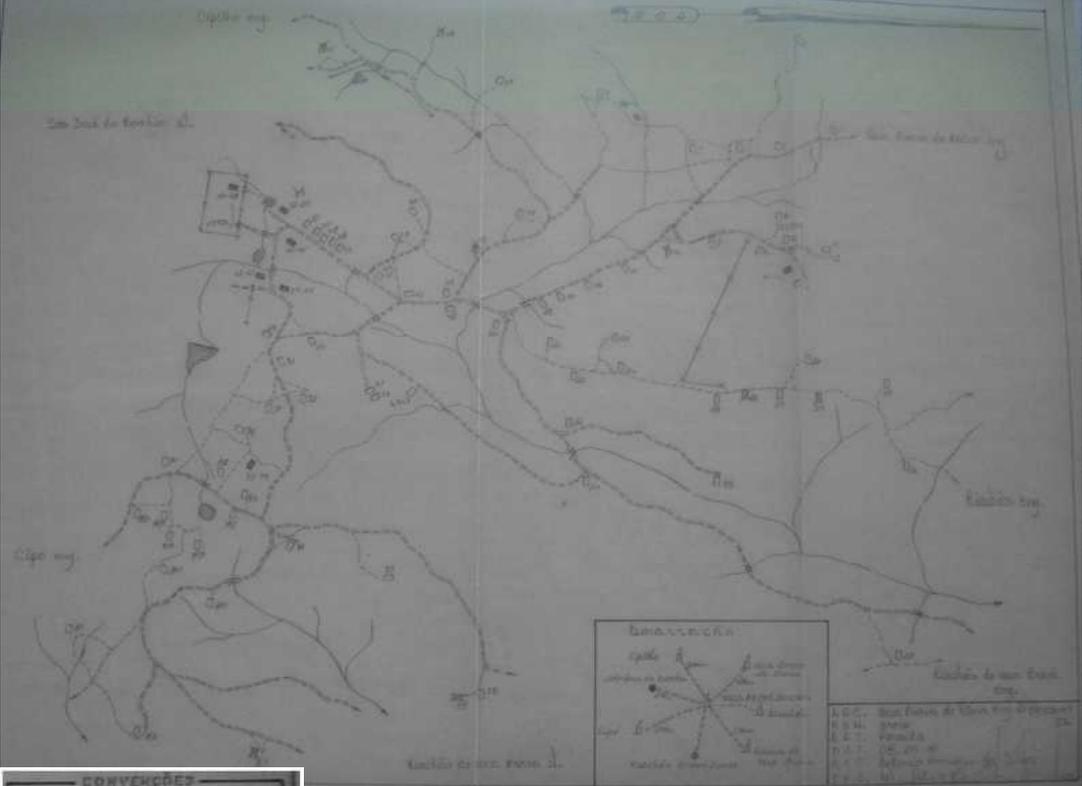
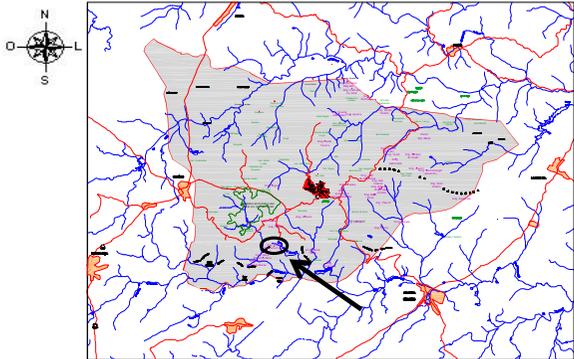
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA		CENTRO DE TECNOLOGIA	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO - PPGAU
ENGENHOS DO MUNICÍPIO DE AREIA/PB			
FICHA SÍTIO Nº: 04		DATA E HORA: 15/01/2009; 11:20 AM	
IDENTIFICAÇÃO		CROQUI:	
NOME:	Vaca Brava do Meio		
OUTROS NOMES:			
NATUREZA:	Engenho		
MUNICÍPIO:	Areia		
ATIVIDADE ATUAL:	Pecuária e abastecimento do Engenho Triunfo		
ÁREA :	25 ha		
ACESSO VIA:	Rural		
PROPRIETÁRIO:	Sinfrônio Cabral Gondim		
CONTATO:	(83) 99816695		
PROPRIEDADES VIZINHAS:	Eng. Vaca Brava de Baixo e Eng. Vaca Brava de Cima.		
PROTEÇÃO EXISTENTE:			
COORDENADAS DO PONTO DE REFERÊNCIA:			
LATITUDE: S7 00.732		LONGITUDE: W35 44.583	
ALTITUDE (m): 401			
DATA DE CONSTRUÇÃO: 1958			
ATIVIDADE INICIAL: Casa de farinha			
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: REGULAR			
LOCALIZAÇÃO:			
			

CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E ESPACIAL DO SÍTIO					
TIPOLOGIAS PRIMÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE	IMPLANTAÇÃO <input type="checkbox"/> LINEAR <input type="checkbox"/> PÁTIO RETANGULAR <input checked="" type="checkbox"/> IRREGULAR <input type="checkbox"/> PÁTIO <input type="checkbox"/> PÁTIO IRREGULAR <input type="checkbox"/> GRADE	DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE: A propriedade possui casa grande, fábrica do engenho, um curral, um depósito, uma casa de morador, e um aviário. O engenho passou por uma reforma onde foram feitas alterações na casa grande e a construção de algumas edificações, como o estábulo e um aviário. A fábrica se encontra em situação precária, e a moenda foi deslocada para uma coberta de telha amianto construída entre as outras edificações. Quanto a implantação, a casa grande se encontra em um plano mais elevado. O conjunto não possui edificações relevantes.  DESCRIÇÃO/MODIFICAÇÃO NA PAISAGEM: A maior parte da propriedade se destina ao plantio de capim, a área do canavial possui cerca de 8 ha apenas, e uma pequena parte se destina à plantação de árvores frutíferas. As edificações se localizam em terreno irregular, em seu entorno se vêem diversos morros, cobertos por capim ou vegetação nativa, a plantação de cana-de-açúcar se encontra nas áreas mais baixas. Quanto à hidrografia, não há poços, nem açudes, nem riachos dentro da propriedade. Não há área destinada à preservação de mata nativa.
CASA DE ENGENHO	RUIM	1	S		
CASA DE PURGAR					
SENZALA					
CASA GRANDE	BOM	1	N	POSICIONAMENTO DAS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> CASA-GRANDE NO ALTO <input type="checkbox"/> CAPELA EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> CASA-GRANDE EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> TODO CONJUNTO NO MESMO PLANO	
CAPELA					
TIPOLOGIAS SECUNDÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE		
CURRAL/ESTÁBULO	REGULAR	1	N		
DEPÓSITO/GALPÃO	REGULAR	1	N	USO DA ÁREA ADJACENTE ÀS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> TRÂNSITO <input type="checkbox"/> CANAVIAL <input type="checkbox"/> AGRIC. SUBSISTÊNCIA <input type="checkbox"/> LAZER <input type="checkbox"/> ATIVIDADES DOMÉSTICAS <input type="checkbox"/> SECAGEM PRODUTOS AGRÍCOLAS	
OFICINA					
CASA DO MORADOR	REGULAR	1	N	<input checked="" type="checkbox"/> PECUÁRIA <input checked="" type="checkbox"/> POMAR <input type="checkbox"/> OUTRO	
BARRACÃO				QUAL OUTRO:	
OUTRA	REGULAR	1			
DADOS ECONÔMICOS:			OBSERVAÇÕES:		
A principal atividade da propriedade é a pecuária, sendo a maior parte da área destinada ao plantio de capim. A penas cerca de 8 ha se destinam ao cultivo da cana-de-açúcar, e toda a produção é destinada para abastecer o Engenho Triunfo. Até pouco tempo atrás se fabricava rapadura em pequena escala, porém, devido à falta de compradores, quedas no preço do produto e mão-de-obra necessária, o proprietário desistiu de produzir, e pensa em se desfazer da propriedade. A família não consegue sobreviver apenas com a renda gerada pelo engenho, essa renda é complementada com a locação de dois imóveis na cidade de Areia, uma aposentadoria e a produção de um pequeno aviário. Não há interesse em se aliar a atividade turísticas às outras já existentes.			O engenho pertence ao senhor Sifrônio desde 1958. Se localiza próximo à Reserva da Mata do pau-Ferro. Propriedade pequena, e a principal atividade atualmente é a pecuária. Possui ainda um aviário. A moenda esta desativada e a área do canavial é bem inferior à da plantação de capim, e toda a produção é destinada ao Eng. Triunfo.		

FOTOS:



Casa-Grande e fábrica do engenho; galpão onde se localiza a moenda atualmente mostrando ao fundo o aviário. Foto: Anna Cristina A. Ferreira: 15/01/2009.

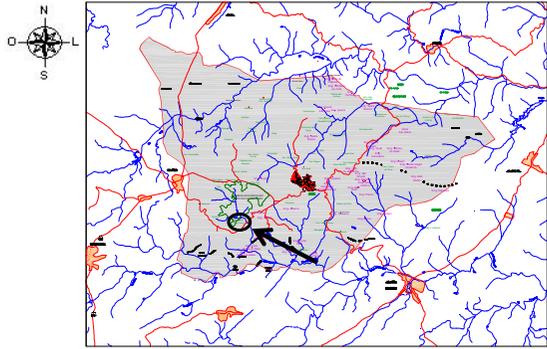
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA		CENTRO DE TECNOLOGIA	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO - PPGAU
ENGENHOS DO MUNICÍPIO DE AREIA/PB			
FICHA SÍTIO Nº: 05		DATA E HORA: 15/01/2009; 13:20 PM	
IDENTIFICAÇÃO		CROQUI:	
NOME:	Vaca Brava de Cima		
OUTROS NOMES:			
NATUREZA:	Engenho		
MUNICÍPIO:	Areia		
ATIVIDADE ATUAL:	cachaça e pecuária		
ÁREA :	556 ha		
ACESSO VIA:	Rural		
PROPRIETÁRIO:	Fernando Antonio Sousa Gondim		
CONTATO:	(83) 99164325/99708688		
PROPRIEDADES VIZINHAS:	Eng. Vaca Brava de Baixo, Eng. Vaca Brava do meio, Eng. Carrapateira, Eng. Triunfo, Eng. Japaranduba, Eng. Jardim, Eng. São Vicente, Eng. Cipó (assentamento).		
PROTEÇÃO EXISTENTE:			
COORDENADAS DO PONTO DE REFERÊNCIA:			
LATITUDE: S7 00.270		LONGITUDE: W35 44.102	
ALTITUDE (m): 444			
DATA DE CONSTRUÇÃO: 29/09/1943 (inscrição no bueiro)			
ATIVIDADE INICIAL: Engenho			
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: REGULAR			
LOCALIZAÇÃO:			
			
		<p>Local: Engenho Vaca Brava de Cima                      Nº de casas: 86                      Município: Areia                      Estado: Paraíba                      Data: 08/07/1981                      Croqui da Fundação Nacional de Saúde- FUNASA</p>	

CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E ESPACIAL DO SÍTIO						
TIPOLOGIAS PRIMÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE	IMPLANTAÇÃO <input type="checkbox"/> LINEAR <input type="checkbox"/> PÁTIO RETANGULAR <input type="checkbox"/> IRREGULAR <input type="checkbox"/> PÁTIO <input checked="" type="checkbox"/> PÁTIO IRREGULAR <input type="checkbox"/> GRADE		DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE: O engenho possui casa grande, fábrica, um estábulo, oito depósitos, uma oficina e vinte e três casas de morador. A fábrica esta em um estado ruim de conservação, parte da estrutura do telhado desabou e a estrutura portante possui diversas rachaduras. Não foram realizadas modificações ou acréscimos ao conjunto, apenas reparos, como em uma parte da "moita" que desabou e precisou ser reconstruída. As edificações se encontram em bom estado de preservação. A implantação do sítio é irregular, com a casa-grande em posição elevada em relação ao restante do conjunto.
CASA DE ENGENHO	RUIM	1	S			
CASA DE PURGAR						
SENZALA						
CASA GRANDE	REGULAR	1	S	POSICIONAMENTO DAS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> CAPELA/CASA-GRANDE NO ALTO <input type="checkbox"/> CAPELA EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> CASA-GRANDE EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> TODO CONJUNTO NO MESMO PLANO		
CAPELA						
TIPOLOGIAS SECUNDÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE			DESCRIÇÃO/MODIFICAÇÃO NA PAISAGEM: A maior parte da propriedade se destina ao plantio de cana-de-açúcar, existem cerca de 50 ha destinados à preservação da mata nativa, de onde os moradores retiram lenha. O entorno do conjunto edificado é formado por pequenos morros, onde predomina a existência de espécies nativas e árvores frutíferas. Com relação ao acesso, foram criadas estradas em torno da propriedade e de acesso ao canavial. A propriedade já possui uma plantação de sisal, mas esta não existe mais. Quanto a hidrografia, existe um rio que atravessa a propriedade, o rio de latapeica.
CURRAL/ESTÁBULO	REGULAR	1	N			
DEPÓSITO/GALPÃO	RUIM	8	N	USO DA ÁREA ADJACENTE ÀS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> TRÂNSITO <input checked="" type="checkbox"/> CANAVIAL <input type="checkbox"/> AGRIC. SUBSISTÊNCIA		
OFICINA	RUIM	1	S	<input type="checkbox"/> LAZER <input type="checkbox"/> ATIVIDADES DOMÉSTICAS <input type="checkbox"/> SECAGEM PRODUTOS AGRÍCOLAS		
CASA DO MORADOR		23	N	<input checked="" type="checkbox"/> PECUÁRIA <input checked="" type="checkbox"/> POMAR <input type="checkbox"/> OUTRO		
BARRACÃO				QUAL OUTRO:		
OUTRA						
DADOS			ECONÔMICOS: OBSERVAÇÕES:			
O engenho produz apenas cachaça, além de fornecer cana-de-açúcar ao Engenho Triunfo. A produção é suficiente para manter a propriedade, porém, a família possui atividades extras para complementação da renda doméstica. Além do plantio da cana, que ocupa a maior parte da propriedade, há uma pequena parte destinada a pecuária, mas em pequena escala. Existe a possibilidade de se aliar a atividade turística às demais atividades do engenho, inclusive com a instalação de um restaurante em uma das edificações, porém este projeto ainda não foi iniciado.			A família possui o engenho há mais de 50 anos. Atualmente a propriedade esta sendo inventariada. Ela esta localizada próximo à Reserva da Mata do Pau-Ferro. O engenho não possui senzala, porém, havia uma senzala localizada na propriedade Tanques, no município de Remigio, que pertenceu ao mesmo proprietário do Vaca Brava de Cima, e servia à ambas as propriedades.			

FOTOS:



Casa-Grande e fábrica do engenho;edificações do conjunto e vista da implantação. Foto: Anna Cristina A. Ferreira: 15/01/2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA		CENTRO DE TECNOLOGIA	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO - PPGAU
ENGENHOS DO MUNICÍPIO DE AREIA/PB			
FICHA SÍTIO Nº: 06		DATA E HORA: 15/01/2009; 14:30 PM	
IDENTIFICAÇÃO		CROQUI:	
NOME:	Esclafate II		
OUTROS NOMES:	Barragem Pau-Ferro		
NATUREZA:	Engenho		
MUNICÍPIO:	Areia		
ATIVIDADE ATUAL:	Rapadura		
ÁREA :			
ACESSO VIA:	Rural		
PROPRIETÁRIO:	Prefeitura Municipal de Areia		
CONTATO:			
PROPRIEDADES VIZINHAS:			
PROTEÇÃO EXISTENTE:			
COORDENADAS DO PONTO DE REFERÊNCIA:			
LATITUDE: S6 59.493		LONGITUDE: W35 45.117	
ALTITUDE (m): 515			
DATA DE CONSTRUÇÃO:			
ATIVIDADE INICIAL:	Engenho		
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: REGULAR			
LOCALIZAÇÃO:			
			

CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E ESPACIAL DO SÍTIO				
TIPOLOGIAS PRIMÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE	IMPLANTAÇÃO <input type="checkbox"/> LINEAR <input type="checkbox"/> PÁTIO RETANGULAR <input type="checkbox"/> IRREGULAR <input type="checkbox"/> PÁTIO <input type="checkbox"/> PÁTIO IRREGULAR <input type="checkbox"/> GRADE
CASA DE ENGENHO				
CASA DE PURGAR				
SENZALA				
CASA GRANDE	RUIM	1		POSICIONAMENTO DAS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> CASA-GRANDE NO ALTO <input type="checkbox"/> CAPELA EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> CASA-GRANDE EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> TODO CONJUNTO NO MESMO PLANO
TIPOLOGIAS SECUNDÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE	
CURRAL/ESTÁBULO				
DEPÓSITO/GALPÃO				USO DA ÁREA ADJACENTE ÀS EDIFICAÇÕES <input type="checkbox"/> TRÂNSITO <input type="checkbox"/> CANAVIAL <input type="checkbox"/> AGRIC. SUBSISTÊNCIA <input type="checkbox"/> LAZER <input type="checkbox"/> ATIVIDADES DOMÉSTICAS <input type="checkbox"/> SECAGEM PRODUTOS AGRÍCOLAS <input type="checkbox"/> PECUÁRIA <input type="checkbox"/> POMAR <input type="checkbox"/> OUTRO
OFICINA				
CASA DO MORADOR				
BARRAÇÃO				QUAL OUTRO:
OUTRA				
DADOS ECONÔMICOS:				OBSERVAÇÕES: Não foi realizada a entrevista.
DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE: O engenho e a maior parte da propriedade foi submerso pela Barragem Pau-Ferro. Resta apenas a casa grande.				
DESCRIÇÃO/MODIFICAÇÃO NA PAISAGEM: A propriedade fica próxima à Mata do Pau-Ferro.				

FOTOS:



Casa grande do antigo Eng. Escarlate II e Barragem Pau-Ferro. Foto: Anna Cristina A. Ferreira, em 15/01/2009.

ENGENHOS DO MUNICÍPIO DE AREIA/PB

FICHA SÍTIO Nº: 07

DATA E HORA: 22/01/2009; 09:25 AM

IDENTIFICAÇÃO

NOME: Tapuio  
 OUTROS NOMES:  
 NATUREZA: Engenho  
 MUNICÍPIO: Areia  
 ATIVIDADE ATUAL: Pecuária e rapadura  
 ÁREA: 158 há  
 ACESSO VIA: Rural  
 PROPRIETÁRIO: Saulo Souza Gondim  
 CONTATO: (83) 99556642  
 PROPRIEDADES VIZINHAS: Mata do Pau-Ferro, Eng. Triunfo e Eng. Santo Antônio (Carrapateira)

PROTEÇÃO EXISTENTE:

COORDENADAS DO PONTO DE REFERÊNCIA:

LATITUDE: S6 59.165                      LONGITUDE: W35 44.303

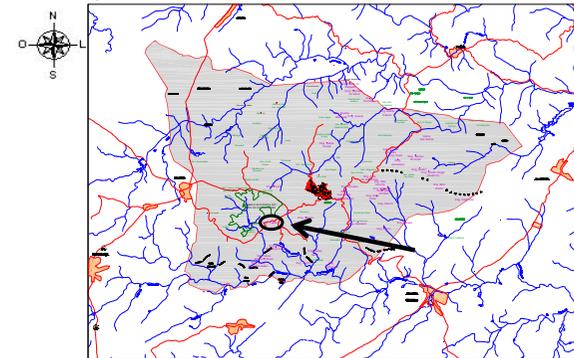
ALTITUDE (m): 503

DATA DE CONSTRUÇÃO: 1869 (inauguração)

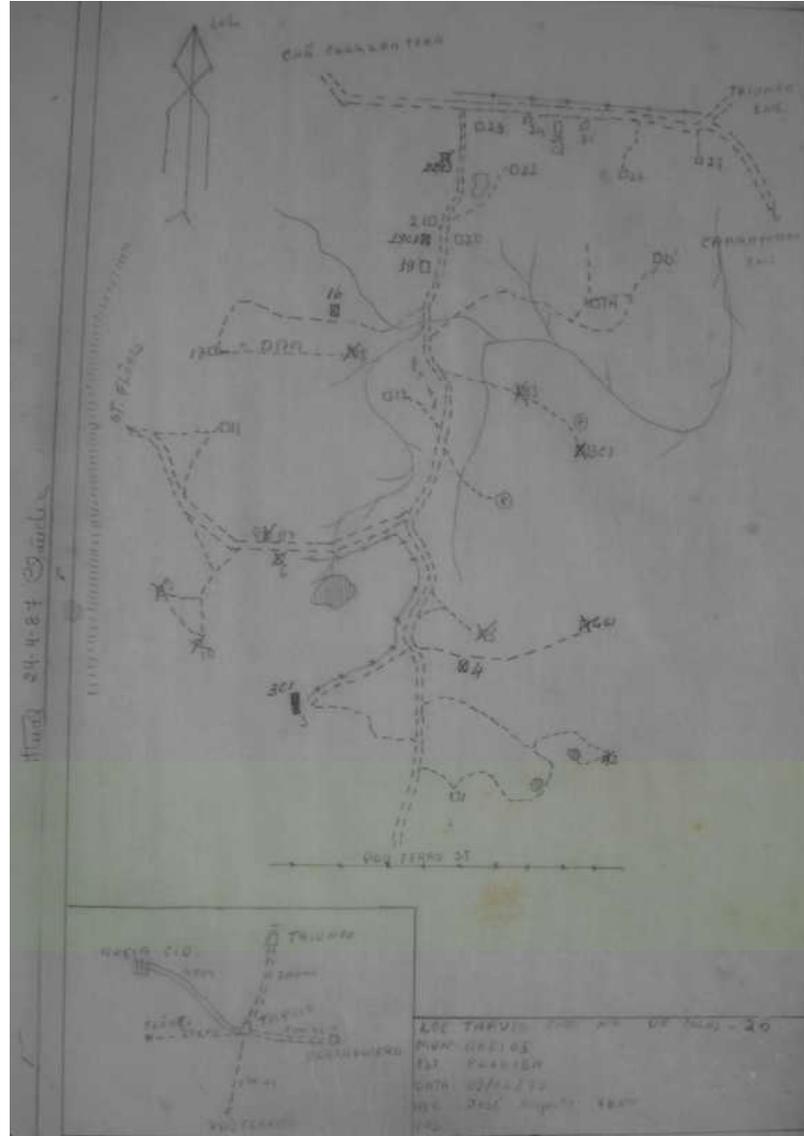
ATIVIDADE INICIAL: Engenho

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: REGULAR

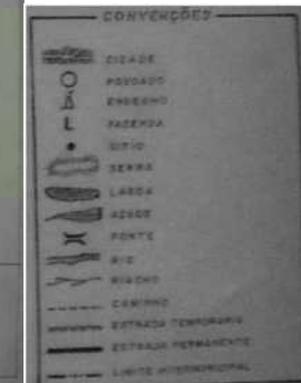
LOCALIZAÇÃO:



CROQUI:



Local: Engenho Tapuio  
 Nº de casas: 20  
 Município: Areia  
 Estado: Paraíba  
 Data: 09/06/1977  
 Croqui da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA



CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E ESPACIAL DO SÍTIO						
TIPOLOGIAS PRIMÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE	IMPLANTAÇÃO <input type="checkbox"/> LINEAR <input type="checkbox"/> PÁTIO RETANGULAR <input checked="" type="checkbox"/> IRREGULAR <input type="checkbox"/> PÁTIO <input type="checkbox"/> PÁTIO IRREGULAR <input type="checkbox"/> GRADE		DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE: O conjunto possui apenas duas edificações, uma casa-grande e a fábrica do engenho, ambas construídas em alvenaria, com telha cerâmica tipo canal. No caso da fábrica, o madeiramento do telhado é rústico, feito com madeira de jacarandá. A casa-grande já passou por reformas, para colocação de instalações sanitária e ampliação. A fábrica está em mau estado de conservação, porém, não sofreu alterações.
CASA DE ENGENHO	RUIM	1	S			
CASA DE PURGAR						
SENZALA						
CASA GRANDE	REGULAR	1	N	POSICIONAMENTO DAS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> CASA-GRANDE NO ALTO <input type="checkbox"/> CAPELA EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> CASA-GRANDE EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> TODO CONJUNTO NO MESMO PLANO		
CAPELA						
TIPOLOGIAS SECUNDÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE			DESCRIÇÃO/MODIFICAÇÃO NA PAISAGEM: No entorno do conjunto edificado predomina a existência de mata nativa. O canal se localiza ao sul, nas proximidades da fábrica. A área que atualmente é utilizada para plantio de capim, antes era utilizada para plantação de sisal. A propriedade possui aproximadamente 20 ha destinada a preservação de mata nativa. Quanto a hidrografia, há apenas um riacho na propriedade, conhecido como riacho dos Macacos.
CURRAL/ESTÁBULO						
DEPÓSITO/GALPÃO				USO DA ÁREA ADJACENTE ÀS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> TRÂNSITO <input checked="" type="checkbox"/> CANAVIAL <input type="checkbox"/> AGRIC. SUBSISTÊNCIA		
OFICINA				<input type="checkbox"/> LAZER <input type="checkbox"/> ATIVIDADES DOMÉSTICAS <input type="checkbox"/> SECAGEM PRODUTOS AGRÍCOLAS		
CASA DO MORADOR				<input checked="" type="checkbox"/> PECUÁRIA <input checked="" type="checkbox"/> POMAR <input type="checkbox"/> OUTRO		
BARRACÃO				QUAL OUTRO:		
OUTRA						
DADOS ECONÔMICOS:			OBSERVAÇÕES:			
As atividades desenvolvidas na propriedade são a plantação de cana-de-açúcar, para fabricação de rapadura e a pecuária. A área que atualmente é utilizada para plantio de capim, antes era utilizada para plantação de sisal. A família não possui renda extra, sobrevive apenas com o que é produzido na propriedade. Existe um interesse em aliar a atividade turística às outras atividades do engenho, porém, não há condições financeiras para isso. Não há o interesse em alterar o uso da propriedade.			O engenho se localiza próximo à Mata do Pau-ferro e pertence ao senhor Saulo desde 1965. Segundo o proprietário existiam manifestações culturais nos engenhos, como banda de pífano, reisado, e outras, que hoje não acontecem mais.			



Fábrica do engenho em mau estado de conservação, casa-grande, estrada que dá acessos ao canavial e vista da fábrica a partir de onde se localiza a casa grande. Foto: Anna Cristina A. Ferreira, 22/01/2009.

ENGENHOS DO MUNICÍPIO DE AREIA/PB

FICHA SÍTIO Nº: 08

DATA E HORA: 22/01/2009; 10:00 AM

IDENTIFICAÇÃO

NOME: Triunfo  
 OUTROS NOMES:  
 NATUREZA: Engenho  
 MUNICÍPIO: Areia  
 ATIVIDADE ATUAL: Pecuária e cachaça  
 ÁREA: 118 ha  
 ACESSO VIA: Rural  
 PROPRIETÁRIO: Antonio Augusto Baracho  
 CONTATO: (83) 33622390  
 PROPRIEDADES VIZINHAS: Eng. Tapuio, Eng. Vaca Brava do Meio, Eng. Carrapateira.

PROTEÇÃO EXISTENTE:

COORDENADAS DO PONTO DE REFERÊNCIA:

LATITUDE: S6 59.388      LONGITUDE: W35 44.008

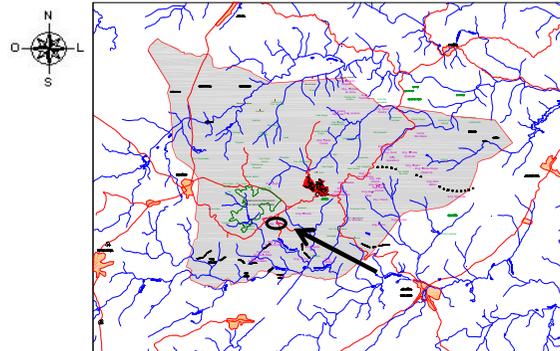
ALTITUDE (m): 546

DATA DE CONSTRUÇÃO: 1994

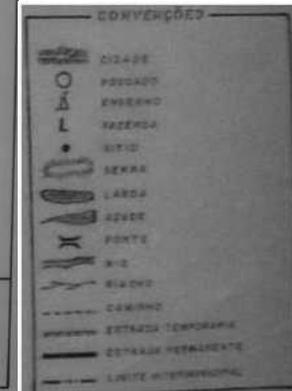
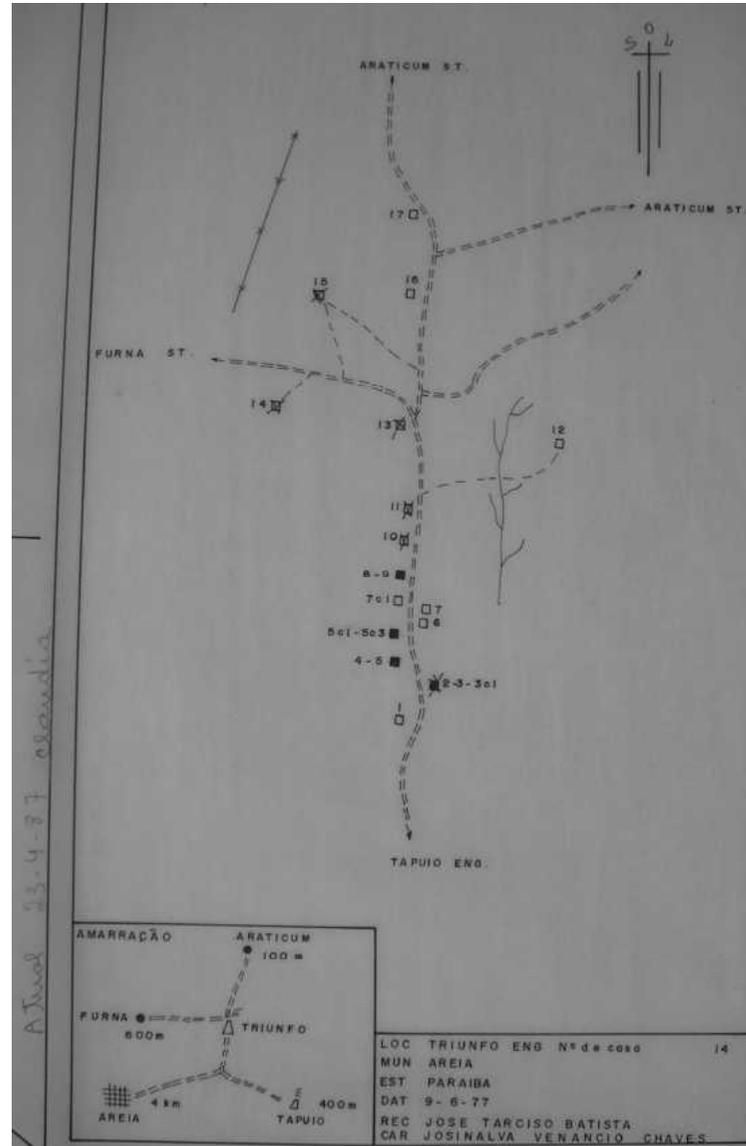
ATIVIDADE INICIAL: Produção de agave

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: BOM

LOCALIZAÇÃO:



CROQUI:



CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E ESPACIAL DO SÍTIO

TIPOLOGIAS PRIMÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE	IMPLANTAÇÃO	DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE:
CASA DE ENGENHO	BOM	1	N	<input type="checkbox"/> LINEAR <input type="checkbox"/> PÁTIO RETANGULAR <input checked="" type="checkbox"/> IRREGULAR	A fábrica, o curral, o depósito, a oficina e as casas de moradores, a loja, o laboratório e o quiosque para degustação foram construídos em 1994, apenas a casa-grande pertence ao conjunto original, mas já passou por reformas. Atualmente está sendo construído um novo prédio para abrigar a oficina, de acordo com as características arquitetônica das outras edificações. Todo o conjunto foi alterado, e várias construções acrescentadas. Quanto a implantação, a fábrica esta localizada no ponto mais elevado em relação às outras edificações.
CASA DE PURGAR				<input type="checkbox"/> PÁTIO <input type="checkbox"/> PÁTIO IRREGULAR <input type="checkbox"/> GRADE	
SENZALA					
CASA GRANDE	BOM	1	S	POSICIONAMENTO DAS EDIFICAÇÕES <input type="checkbox"/> CAPELA/CASA-GRANDE NO ALTO <input type="checkbox"/> CAPELA EM POSIÇÃO INFERIOR <input checked="" type="checkbox"/> CASA-GRANDE EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> TODO CONJUNTO NO MESMO PLANO	
TIPOLOGIAS SECUNDÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE	USO DA ÁREA ADJACENTE ÀS EDIFICAÇÕES	DESCRIÇÃO/MODIFICAÇÃO NA PAISAGEM:
CURRAL/ESTÁBULO	REGULAR	1	N		O entorno do conjunto edificado possui tratamento paisagístico, com diversos jardins. A área de canavial envolve todo o conjunto, e recentemente foi ampliado, diminuindo a área destinada a pecuária. Houve uma alteração em uma das estradas de acesso, que passava por dentro do terreno e agora a circunda. A área de preservação permanente ocupa aproximadamente 12 ha. Não há aproveitamento contínuo dessa área, apenas de lenha seca quando necessário. Quanto a hidrografia, existem dois riachos dentro da propriedade, chamados Xareta e Furnas. O abastecimento do engenho é feito por quatro açudes e dois poços existentes na propriedade.
DEPÓSITO/GALPÃO	BOM	1	N	<input checked="" type="checkbox"/> TRÂNSITO <input checked="" type="checkbox"/> CANAVIAL <input type="checkbox"/> AGRIC. SUBSISTÊNCIA	
OFICINA	BOM	1	N	<input type="checkbox"/> LAZER <input type="checkbox"/> ATIVIDADES DOMÉSTICAS <input type="checkbox"/> SECAGEM PRODUTOS AGRÍCOLAS	
CASA DO MORADOR	BOM	2	N	<input checked="" type="checkbox"/> PECUÁRIA <input checked="" type="checkbox"/> POMAR <input type="checkbox"/> OUTRO	
BARRACÃO				QUAL OUTRO:	
OUTRA	BOM	3	N		
DADOS ECONÔMICOS: Inicialmente, a atividade desenvolvida na propriedade era o agave. A atividade de engenho só foi implantada em 1994, e a principal atividade é a produção de aguardente, a cachaça Triunfo. Cerca de 30% da propriedade é utilizada para o plantio de cana-de-açúcar, o restante é utilizado para a pecuária. A atividade turística vem sendo explorada com sucesso nos últimos anos. O engenho chega a receber cerca de 400 turistas por semana. Há uma pequena área de bananicultura, mas apenas para consumo interno.				OBSERVAÇÕES:	

FOTOS:



Laboratório e loja, casa-grande, fábrica do engenho vista do alto e da parte mais baixa do terreno, casa dos moradores e construção de um novo galpão. Foto: Anna Cristina A. Ferreira: 22/01/2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA		CENTRO DE TECNOLOGIA	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO - PPGAU
ENGENHOS DO MUNICÍPIO DE AREIA/PB			
FICHA SÍTIO Nº: 09		DATA E HORA: 22/01/2009; 10:55 AM	
IDENTIFICAÇÃO		CROQUI:	
NOME:	Mineiro		
OUTROS NOMES:			
NATUREZA:	Engenho		
MUNICÍPIO:	Areia		
ATIVIDADE ATUAL:	Pecuaría, plantação de cana, fruticultura (produção de polpa), produção de queijo.		
ÁREA :	150 ha		
ACESSO VIA:	Rural		
PROPRIETÁRIO:	Francisco Haroldo Barreto		
CONTATO:	(83) 3622310		
PROPRIEDADES VIZINHAS:	Eng. Cacimbinha, Sítio Velho, UFPB, Eng. Pedregulho, Eng. Marzagão.		
PROTEÇÃO EXISTENTE:			
COORDENADAS DO PONTO DE REFERÊNCIA:			
LATITUDE: S6 58.985	LONGITUDE: W35 42.884		
ALTITUDE (m): 517			
DATA DE CONSTRUÇÃO:	1818 (não tem certeza)		
ATIVIDADE INICIAL:	Engenho		
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: BOM			
LOCALIZAÇÃO:		<p>Local: Engenho Mineiro                      Nº de casas: 27                      Município: Areia                      Estado: Paraíba                      Data: 09/06/1977                      Croqui da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA</p>	

CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E ESPACIAL DO SÍTIO

TIPOLOGIAS PRIMÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE	IMPLANTAÇÃO	DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE:
CASA DE ENGENHO	BOM	1	S	<input type="checkbox"/> LINEAR <input type="checkbox"/> PÁTIO RETANGULAR <input type="checkbox"/> IRREGULAR <input type="checkbox"/> PÁTIO <input checked="" type="checkbox"/> PÁTIO IRREGULAR <input type="checkbox"/> GRADE	A propriedade possui casa-grande, fábrica do engenho, um depósito/garagem, um estábulo e sete casas de moradores, todas em bom estado de conservação. Foram feitas recentemente algumas modificações internas na casa-grande e construída uma nova residência dentro da propriedade, onde reside o filho, mas está afastada do conjunto original. Há planos de se construir uma pousada para receber turistas. das sete casa de moradores, apenas três estão ocupadas.
CASA DE PURGAR					
SENZALA					
CASA GRANDE	BOM	1	S	POSICIONAMENTO DAS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> CASA-GRANDE NO ALTO <input type="checkbox"/> CAPELA EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> CASA-GRANDE EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> TODO CONJUNTO NO MESMO PLANO	
CAPELA					
TIPOLOGIAS SECUNDÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE		
CURRAL/ESTÁBULO		1	N		DESCRIÇÃO/MODIFICAÇÃO NA PAISAGEM: No entorno do conjunto edificado há a plantação de capim, plantação de flores e árvores frutíferas. Existe uma reserva de mata nativa com 31 ha, que se localiza na parte mais elevada do terreno. Futuramente esta área será explorada para uso turístico, como passeios em trilhas. Quanto a hidrografia, existem três açudes e três poços na propriedade, além de riachos que a cortam. Na época de funcionamento da usina foram abertas duas estradas que cortavam a propriedade, porém não são mais utilizadas.
DEPÓSITO/GALPÃO	REGULAR	1	S	USO DA ÁREA ADJACENTE ÀS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> TRÂNSITO <input checked="" type="checkbox"/> CANAVIAL <input type="checkbox"/> AGRIC. SUBSISTÊNCIA <input type="checkbox"/> LAZER <input type="checkbox"/> ATIVIDADES DOMÉSTICAS <input type="checkbox"/> SECAGEM PRODUTOS AGRICOLAS	
OFICINA			N		
CASA DO MORADOR	REGULAR	7	N	<input checked="" type="checkbox"/> PECUÁRIA <input checked="" type="checkbox"/> POMAR <input type="checkbox"/> OUTRO	
BARRACÃO				QUAL OUTRO:	
OUTRA					
DADOS ECONÔMICOS: A propriedade se divide entre o canavial, com cerca de vinte hectares, a pecuária, que ocupa o restante da área, e uma pequena plantação de flores, com cerca de meio hectare. Embora a plantação de capim seja mais extensa, a principal atividade é a cana-de-açúcar. Há o interesse em se explorar a atividade turística, com a construção de uma pousada e criação de trilhas dentro da área de preservação permanente.				OBSERVAÇÕES: A propriedade pertence ao senhor Francisco há 65 anos. O engenho recebe turistas e esta incluído no roteiro do "Caminho dos Engenhos".	

FOTOS:



Fábrica do engenho, casa-grande, vista da implantação mostrando, ao fundo, a área de preservação. Foto: Anna Cristina A. Ferreira: 22/01/2009. Vista aérea da propriedade. Foto: Carlomano de Abreu, 2007.

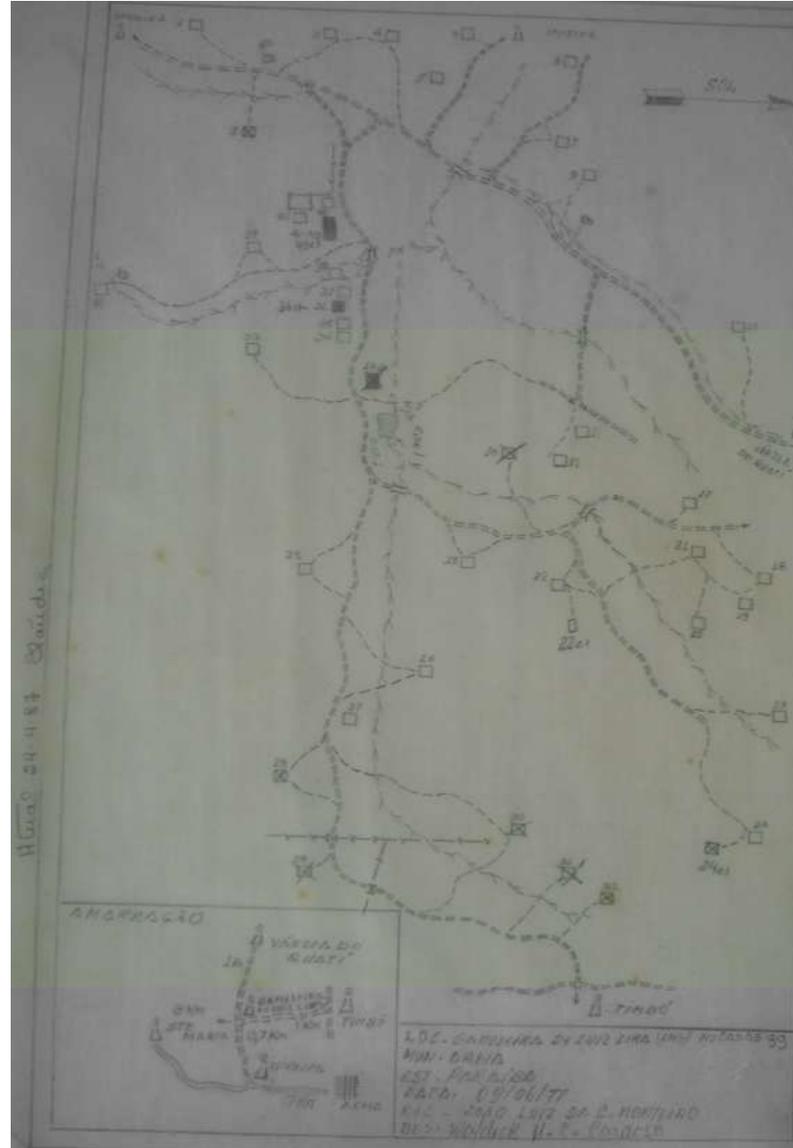
FICHA SÍTIO Nº: 10

DATA E HORA: 22/01/2009; 13:15 AM

IDENTIFICAÇÃO

NOME: Gameleira  
 OUTROS NOMES:  
 NATUREZA: Engenho  
 MUNICÍPIO: Areia  
 ATIVIDADE ATUAL: Cachaça e pecuária  
 ÁREA : 52 há  
 ACESSO VIA: Rural  
 PROPRIETÁRIO: Ana Rita Perazzo de Melo Cabral  
 CONTATO: (83) 99213456 / 88552332  
 PROPRIEDADES VIZINHAS: Eng. Várzea do Quati, Eng. Ipueira, Eng. Timbó.

CROQUI:



Croqui da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.

PROTEÇÃO EXISTENTE:

COORDENADAS DO PONTO DE REFERÊNCIA:

LATITUDE: S6 56.571 LONGITUDE: W35 39.198

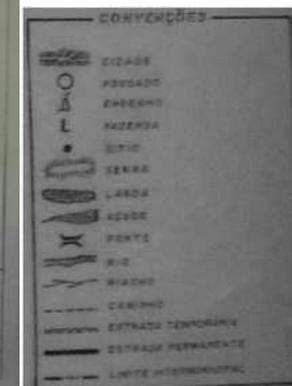
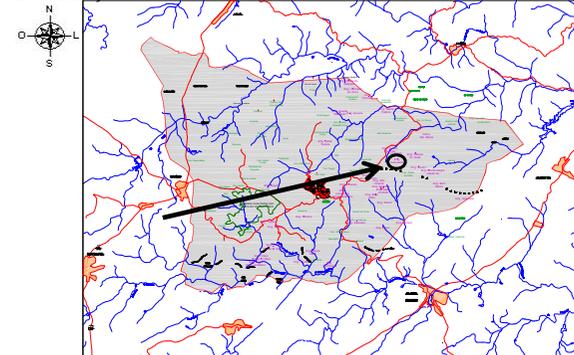
ALTITUDE (m): 443

DATA DE CONSTRUÇÃO: 1929

ATIVIDADE INICIAL: Engenho (rapadura)

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: BOM

LOCALIZAÇÃO:



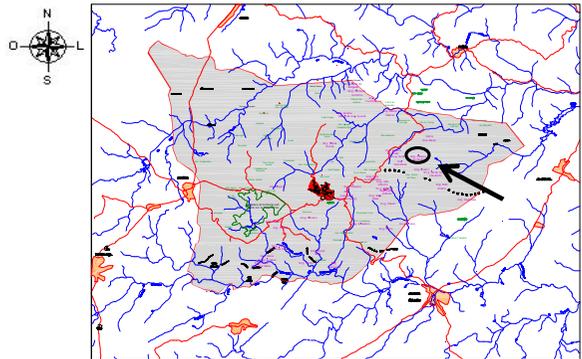
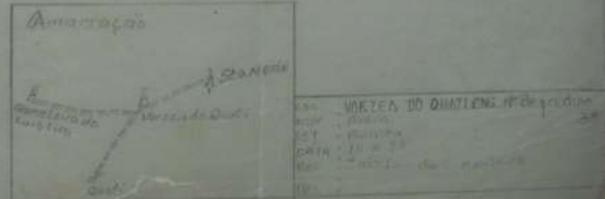
CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E ESPACIAL DO SÍTIO

TIPOLOGIAS PRIMÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE	IMPLANTAÇÃO	DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE:
CASA DE ENGENHO	REGULAR	1	S	<input type="checkbox"/> LINEAR <input type="checkbox"/> PÁTIO RETANGULAR <input checked="" type="checkbox"/> IRREGULAR <input type="checkbox"/> PÁTIO <input type="checkbox"/> PÁTIO IRREGULAR <input type="checkbox"/> GRADE	A propriedade possui casa grande, fábrica do engenho, um curral, um depósito, e duas casas de moradores. Foram feitas melhorias internas na casa-grande e construída uma das casas de moradores, no local onde anteriormente havia uma escola. As edificações se encontram em bom estado de preservação e conservação. Quanto a implantação, a casa grande e uma das casas de moradores se localizam em local mais elevado em relação ao restante das edificações do conjunto.
CASA DE PURGAR					
SENZALA					
CASA GRANDE	BOM	1	S	POSICIONAMENTO DAS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> CAPELA/CASA-GRANDE NO ALTO <input type="checkbox"/> CAPELA EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> CASA-GRANDE EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> TODO CONJUNTO NO MESMO PLANO	
CAPELA					
TIPOLOGIAS SECUNDÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE		
CURRAL/ESTÁBULO	REGULAR	1	N		DESCRIÇÃO/MODIFICAÇÃO NA PAISAGEM: No entorno do conjunto predomina a plantação de capim e árvores frutíferas. A propriedade possui cerca de 10 ha de cana-de-açúcar, todo o restante esta sendo usada para plantação de capim. Existem em torno de 10 ha destinados à preservação de mata nativa, além do perímetro próximo ao riacho que corta a propriedade e uma área de pomar. Mesmo sendo uma área de proteção permanente, a área de mata é aproveitada para extração de estacas, usadas na fabricação de cercas. Quanto a hidrografia, existe um riacho que corta a propriedade, e passa diante da casa grande, além de um açude. A propriedade possuía 409 ha e englobava o Eng. Gameleira e o Eng. Várzea do Quati, hoje estão desmembrados. Após o desmembramento foi necessário a criação de estradas de acesso. Toda a área chegou a ser arrendada à Usina Santa Maria, que desmatou parte da mata existente para expandir o canavial. Nos últimos anos houve uma diminuição na área do canavial.
DEPÓSITO/GALPÃO	BOM	1	N	USO DA ÁREA ADJACENTE ÀS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> TRÂNSITO <input checked="" type="checkbox"/> CANAVIAL <input type="checkbox"/> AGRIC. SUBSISTÊNCIA <input type="checkbox"/> LAZER <input type="checkbox"/> ATIVIDADES DOMÉSTICAS <input type="checkbox"/> SECAGEM PRODUTOS AGRÍCOLAS	
OFICINA					
CASA DO MORADOR	BOM	2	N	<input checked="" type="checkbox"/> PECUÁRIA <input checked="" type="checkbox"/> POMAR <input type="checkbox"/> OUTRO	
BARRACÃO				QUAL OUTRO:	
OUTRA					
DADOS ECONÔMICOS: As atividades desenvolvidas na propriedade são a pecuária, que ocupa a maior parte da área, e a fabricação de cachaça, que é a principal atividade. A produção do engenho é insuficiente para garantir a renda familiar, a proprietária é aposentada assim como seu marido, além de possuir outros bens deixados por herança do pai. Não há a intenção de explorar o turismo na propriedade.				OBSERVAÇÕES:	

FOTOS:



Casa-grande, casa de morador e depósito, fábrica do engenho, vista da implantação. Foto: Anna Cristina A. Ferreira: 22/01/2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA		CENTRO DE TECNOLOGIA	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO - PPGAU
ENGENHOS DO MUNICÍPIO DE AREIA/PB			
FICHA SÍTIO Nº: 11		DATA E HORA: 22/01/2009; 13:50 PM	
IDENTIFICAÇÃO		CROQUI:	
NOME:	Várzea do Quati		
OUTROS NOMES:			
NATUREZA:	Engenho		
MUNICÍPIO:	Areia		
ATIVIDADE ATUAL:	Rapadura aerada e pecuária		
ÁREA :	200 hectares		
ACESSO VIA:	Rural		
PROPRIETÁRIO:	Espólio Luiz Lira de Melo		
CONTATO:	(83) 88491015/88491014		
PROPRIEDADES VIZINHAS:	Eng. Quati (três engenhos com esse nome), Eng. Gravataçu, Loteamento Santa Maria (INCRA), Eng. Gameleira, Fazenda Fluminense, Eng. Bom Retiro.		
PROTEÇÃO EXISTENTE:			
COORDENADAS DO PONTO DE REFERÊNCIA:			
LATITUDE: S6 56.367		LONGITUDE: W35 38.494	
ALTITUDE (m): 439			
DATA DE CONSTRUÇÃO: 1920 (a casa-grande)			
ATIVIDADE INICIAL: Engenho			
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: REGULAR			
LOCALIZAÇÃO:			
			
			
		<p>Local: Engenho Várzeado Quati                      Nº de casas: 38                      Município: Areia                      Estado: Paraíba                      Data: 10/06/1977                      Croqui da Fundação Nacional de Saúde- FUNASA</p>	

CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E ESPACIAL DO SÍTIO					
TIPOLOGIAS PRIMÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE	IMPLANTAÇÃO <input type="checkbox"/> LINEAR <input type="checkbox"/> PÁTIO RETANGULAR <input type="checkbox"/> IRREGULAR <input type="checkbox"/> PÁTIO <input checked="" type="checkbox"/> PÁTIO IRREGULAR <input type="checkbox"/> GRADE	DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE: A propriedade possui casa grande, uma pequena fábrica, um curral, um galpão, onde antes era o barracão, e treze casas de morador. A fábrica do engenho foi demolida na época de funcionamento da Usina Santa Maria, hoje existem apenas vestígios próximo à uma casa de força. Foi construída uma nova fábrica, de pequeno porte, na lateral da casa-grande, porém já se encontra em mau estado de conservação. Havia um antigo casarão que também foi demolido, a atual casa-grande foi construída em 1920, e está em bom estado de preservação. O barracão é utilizado para fabricação da rapadura aerada. Chegaram à existir 52 casas de moradores. Há ainda uma casa de farinha, que esta sendo transformada em restaurante.
TIPOLOGIAS SECUNDÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE	POSICIONAMENTO DAS EDIFICAÇÕES <input type="checkbox"/> CAPELA/CASA-GRANDE NO ALTO <input type="checkbox"/> CAPELA EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> CASA-GRANDE EM POSIÇÃO INFERIOR <input checked="" type="checkbox"/> TODO CONJUNTO NO MESMO PLANO	
CASA DE ENGENHO	VESTÍGIOS	1	S		
CASA DE PURGAR					
SENZALA					
CASA GRANDE	BOM	1	S		
CAPELA					
CURRAL/ESTÁBULO	REGULAR	1	N		
DEPÓSITO/GALPÃO				<input checked="" type="checkbox"/> TRÂNSITO <input checked="" type="checkbox"/> CANAVIAL <input type="checkbox"/> AGRIC. SUBSISTÊNCIA	DESCRIÇÃO/MODIFICAÇÃO NA PAISAGEM: Na época de arrendamento à Usina Santa Maria a maior parte da área de mata foi desmatada, inclusive nas encostas, para ampliação do canavial. Hoje a cultura predominante é a do capim. Quase 30% da propriedade é destinada à proteção da mata nativa, cerca de 60% é pastagem, menos de 5% é destinada ao canavial e o restante é cultura de subsistência. Com relação a hidrografia, existem dois açudes dentro da propriedade e esta é atravessada por três riachos. A propriedade possui uma fonte de água mineral, que abastece a casa grande. Houve a criação de uma estrada de acesso por exigência do Ministério da Fazenda.
OFICINA				<input type="checkbox"/> LAZER <input type="checkbox"/> ATIVIDADES DOMÉSTICAS <input type="checkbox"/> SECAGEM PRODUTOS AGRÍCOLAS	
CASA DO MORADOR	REGULAR	13	N	<input checked="" type="checkbox"/> PECUÁRIA <input checked="" type="checkbox"/> POMAR <input type="checkbox"/> OUTRO	
BARRACÃO	REGULAR	1		QUAL OUTRO:	
OUTRA					
DADOS ECONÔMICOS:			OBSERVAÇÕES:		
A propriedade foi desmembrada do Eng. Gameleira, após uma divisão de herança. O engenho passou 14 anos arrendado à Usina Santa Maria para o plantio de cana-de-açúcar, hoje produz a rapadura aerada em pequena escala. A principal atividade atualmente é a pecuária de corte. Existe um interesse em se explorar a atividade turística, inclusive com a instalação de um restaurante.					

FOTOS:



Casa-grande, vestígios da antiga fábrica demolida, barracão onde é feita a rapadura, "engenho" construído posteriormente. Foto: Anna Cristina A. Ferreira: 22/01/2009.

ENGENHOS DO MUNICÍPIO DE AREIA/PB

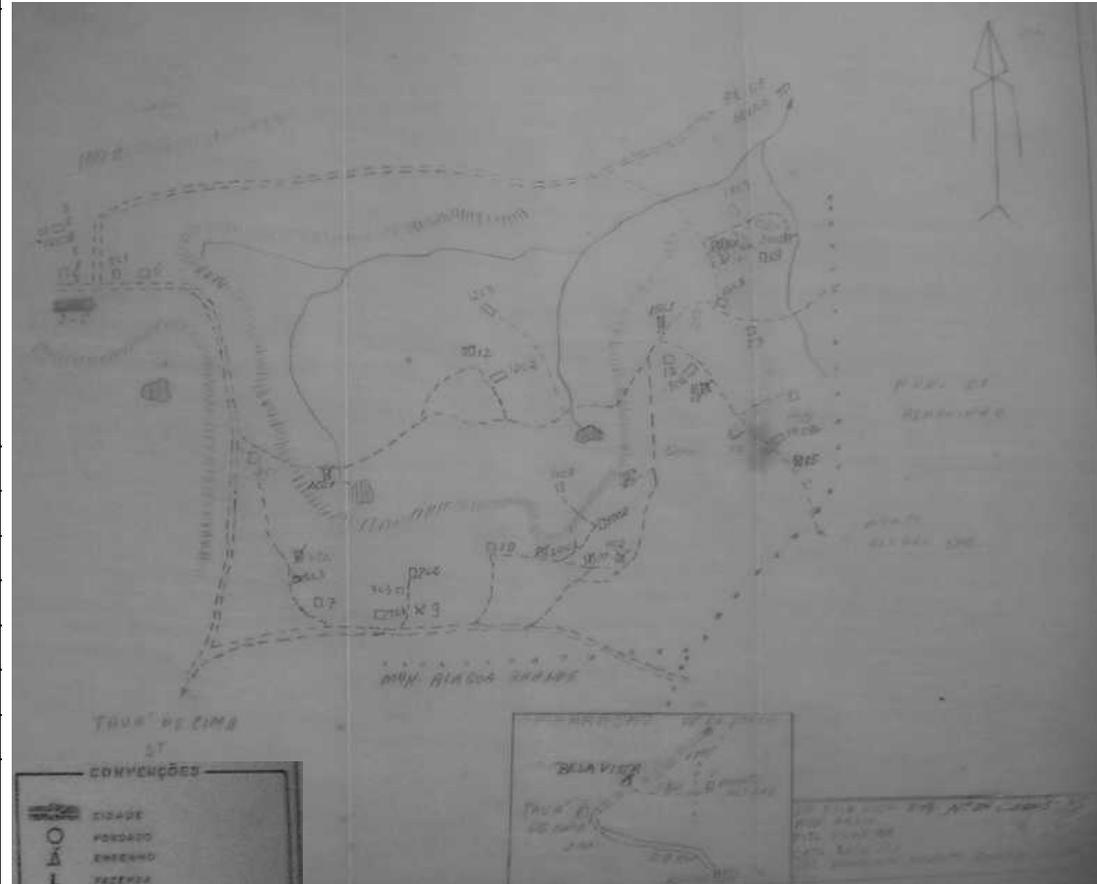
FICHA SÍTIO Nº: 12

DATA E HORA: 12/02/2009; 10:00AM

IDENTIFICAÇÃO

NOME: Bela Vista  
 OUTROS NOMES:  
  
 NATUREZA: Engenho  
 MUNICÍPIO: Areia  
 ATIVIDADE ATUAL: Cachaça  
 ÁREA : 32 ha  
 ACESSO VIA: Rural  
 PROPRIETÁRIO: Fabiano Carvalho Lucena  
 CONTATO: (83) 88788872  
 PROPRIEDADES VIZINHAS: Mandaú, Sítio Josefina, Gitó e Mundo Novo

CROQUI:



PROTEÇÃO EXISTENTE:

COORDENADAS DO PONTO DE REFERÊNCIA:

LATITUDE: S6 58.093                      LONGITUDE: W35 40.058

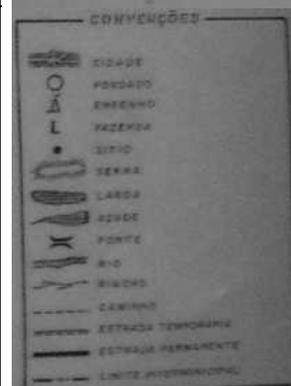
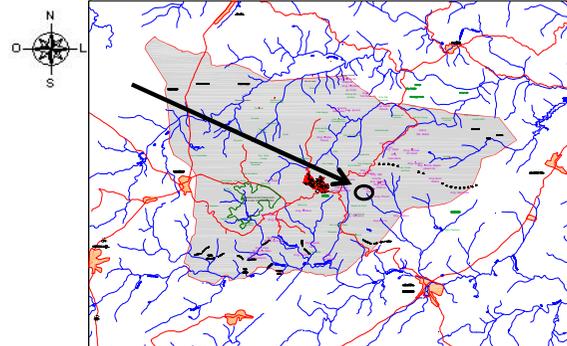
ALTITUDE (m): 529

DATA DE CONSTRUÇÃO: 2002

ATIVIDADE INICIAL: Engenho

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: BOM

LOCALIZAÇÃO:



Local: Engenho Bela Vista      Nº de casas: 31  
 Município: Areia  
 Estado: Paraíba  
 Data: 21/05/1977  
 Croqui da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA

CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E ESPACIAL DO SÍTIO

TIPOLOGIAS PRIMÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE	IMPLANTAÇÃO	DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE:
CASA DE ENGENHO	BOM	1	S	<input type="checkbox"/> LINEAR <input checked="" type="checkbox"/> PÁTIO RETANGULAR <input type="checkbox"/> IRREGULAR <input type="checkbox"/> PÁTIO <input type="checkbox"/> PÁTIO IRREGULAR <input type="checkbox"/> GRADE	A propriedade possui casa grande, engenho, uma casa de morador, e um depósito. Todo o conjunto foi construído no ano de 2002, com exceção da casa de morador que é mais recente. Quanto a implantação, todo conjunto se encontra no mesmo plano, formando um pátio retangular.
CASA DE PURGAR					
SENZALA					
CASA GRANDE	BOM	1	N	POSICIONAMENTO DAS EDIFICAÇÕES <input type="checkbox"/> CAPELA/CASA-GRANDE NO ALTO <input type="checkbox"/> CAPELA EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> CASA-GRANDE EM POSIÇÃO INFERIOR <input checked="" type="checkbox"/> TODO CONJUNTO NO MESMO PLANO	
TIPOLOGIAS SECUNDÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE	USO DA ÁREA ADJACENTE ÀS EDIFICAÇÕES	DESCRIÇÃO/MODIFICAÇÃO NA PAISAGEM:
DEPÓSITO/GALPÃO	BOM	1	N	<input checked="" type="checkbox"/> TRÂNSITO <input checked="" type="checkbox"/> CANAVIAL <input type="checkbox"/> AGRIC. SUBSISTÊNCIA <input type="checkbox"/> LAZER <input type="checkbox"/> ATIVIDADES DOMÉSTICAS <input type="checkbox"/> SECAGEM PRODUTOS AGRÍCOLAS	No entorno do conjunto vê-se o canavial, nas áreas mais baixas, e vegetação nativa, nas áreas mais elevadas. O engenho se localiza no alto de um morro, e próximo ao núcleo urbano da cidade, o que permite uma visão panorâmica desta. Quanto a hidrografia, há um rio que atravessa a propriedade.
OFICINA					
CASA DO MORADOR	BOM	1	N	<input checked="" type="checkbox"/> PECUÁRIA <input checked="" type="checkbox"/> POMAR <input type="checkbox"/> OUTRO	
BARRACÃO				QUAL OUTRO:	
OUTRA					
DADOS ECONÔMICOS: As atividades desenvolvidas na propriedade são a fabricação da cachaça Serra de Areia e, recentemente, a pecuária, porém em pequena quantidade. Existe um projeto para se explorar a atividade turística na propriedade. Futuramente pretende-se transformar a casa grande em um museu e restaurante, e construir chalés para receber turistas.				OBSERVAÇÕES:	

FOTOS:



Vista da implantação do engenho, casa-grande, fábrica do engenho e vista da cidade de Areia a partir da propriedade. Foto: Anna Cristina A. Ferreira, 12/02/2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA		CENTRO DE TECNOLOGIA	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO - PPGAU
ENGENHOS DO MUNICÍPIO DE AREIA/PB			
FICHA SÍTIO Nº: 13		DATA E HORA: 12/02/2009; 10:25AM	
IDENTIFICAÇÃO		CROQUI:	
NOME:	Jussara		
OUTROS NOMES:			
NATUREZA:	Engenho		
MUNICÍPIO:	Areia		
ATIVIDADE ATUAL:	Cachaça e Rapadura		
ÁREA :	130 ha		
ACESSO VIA:	Rural		
PROPRIETÁRIO:	Chateaubriand Cunha França		
CONTATO:	(83) 33622113		
PROPRIEDADES VIZINHAS:	Granja Esperança, Eng. Pacas, Eng. Jussarinha, Eng. Mundo Novo.		
PROTEÇÃO EXISTENTE:			
COORDENADAS DO PONTO DE REFERÊNCIA:			
LATITUDE: S6 57.647		LONGITUDE: W35 41.131	
ALTITUDE (m): 526			
DATA DE CONSTRUÇÃO: 1896 (como engenho)			
ATIVIDADE INICIAL: Plantação de café			
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: BOM			
LOCALIZAÇÃO:			
		Local: Engenho Jussara      Nº de casas: 29 Município: Areia Estado: Paraíba Data: 25/05/1977 Croqui da Fundação Nacional de Saúde- FUNASA	

CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E ESPACIAL DO SÍTIO

TIPOLOGIAS PRIMÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE	IMPLANTAÇÃO <input type="checkbox"/> LINEAR <input type="checkbox"/> PÁTIO RETANGULAR <input checked="" type="checkbox"/> IRREGULAR <input type="checkbox"/> PÁTIO <input type="checkbox"/> PÁTIO IRREGULAR <input type="checkbox"/> GRADE	DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE:
CASA DE ENGENHO	BOM	1	S		A propriedade possui casa grande, fábrica, um curral, um depósito, uma oficina e uma casa de morador. O conjunto foi construído em 1896. Uma parte do engenho desabou devido a problemas com o madeiramento e rachaduras na alvenaria, e esta sendo reconstruído. Quanto a implantação, as edificações estão dispostas de forma irregular, com a casa grande em local mais elevado. Todas se encontram em bom estado de conservação.
CASA DE PURGAR					
SENZALA					
CASA GRANDE	BOM	1	S	POSICIONAMENTO DAS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> CASA-GRANDE NO ALTO <input type="checkbox"/> CAPELA EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> CASA-GRANDE EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> TODO CONJUNTO NO MESMO PLANO	
TIPOLOGIAS SECUNDÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE	USO DA ÁREA ADJACENTE ÀS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> TRÂNSITO <input checked="" type="checkbox"/> CANAVIAL <input type="checkbox"/> AGRIC. SUBSISTÊNCIA <input type="checkbox"/> LAZER <input type="checkbox"/> ATIVIDADES DOMÉSTICAS <input type="checkbox"/> SECAGEM PRODUTOS AGRÍCOLAS <input checked="" type="checkbox"/> PECUÁRIA <input checked="" type="checkbox"/> POMAR <input type="checkbox"/> OUTRO	DESCRIÇÃO/MODIFICAÇÃO DA PAISAGEM:
CURRAL/ESTÁBULO	BOM	1	S		No entorno do conjunto edificado predomina a plantação de cana, e a área de mata nativa nas partes mais elevadas. Existe uma área de preservação permanente da mata nativa que ocupa cerca de 24 ha da propriedade, onde é realizado um trabalho de reflorestamento com mudas doadas pela UFPB. A mata também é utilizada para pesquisa dos cursos de pós-graduação da universidade. Quanto a hidrografia, a propriedade possui um pequeno açude, e é atravessada por um riacho conhecido como "riacho da Estaca".
DEPÓSITO/GALPÃO	BOM	1	S		
OFICINA	BOM	1	S		
CASA DO MORADOR	REGULAR	1	S		
BARRACÃO				QUAL OUTRO:	
OUTRA					
DADOS ECONÔMICOS:			OBSERVAÇÕES:		
O engenho existe desde 1896, anteriormente a atividade era o cultivo de café. As atividades desenvolvidas são a produção de cachaça e rapadura, e pecuária, horticultura e plantação de mandioca em pequena escala. Inicialmente a propriedade possuía 283 ha, que foram divididos entre herdeiros ao longo dos anos, e hoje restam apenas 130 ha. Após a reforma da fábrica do engenho, o proprietário pretende aumentar a área de plantio de cana-de-açúcar, segundo ele, a produtividade do engenho é suficiente para o sustento da família, e não possuem outra atividade extra. Existe a possibilidade de se aliar a atividade turística às demais atividades da propriedade.			O proprietário possui o engenho há setenta e dois anos. Segundo ele, a propriedade foi doada à família Cunha Lima pelo governo de Portugal no século XIX.		

FOTOS:



Casa-grande, fábrica do engenho, estábulo e a reforma que esta sendo feita no engenho devido a um desabamento. Foto: Anna Cristina A. Ferreira, 12/02/2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA		CENTRO DE TECNOLOGIA	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO - PPGAU
ENGENHOS DO MUNICÍPIO DE AREIA/PB			
FICHA SÍTIO Nº: 14		DATA E HORA: 12/02/2009; 11:10AM	
IDENTIFICAÇÃO		CROQUI:	
NOME:	Mandaú		
OUTROS NOMES:			
NATUREZA:	Engenho		
MUNICÍPIO:	Areia		
ATIVIDADE ATUAL:	Cachaça e Rapadura		
ÁREA :	33 ha		
ACESSO VIA:	Rural		
PROPRIETÁRIO:	Josenias Marcelino da Silva		
CONTATO:	(83) 91331376		
PROPRIEDADES VIZINHAS:	Eng. Santo Antônio, Eng. Bela Vista, Eng. Praxim, Eng. Timbó, Eng. Chã de Alagoinha.		
PROTEÇÃO EXISTENTE:			
COORDENADAS DO PONTO DE REFERÊNCIA:			
LATITUDE: S6 57.837	LONGITUDE: W35 39.862		
ALTITUDE (m): 470			
DATA DE CONSTRUÇÃO:			
ATIVIDADE INICIAL:			
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: REGULAR			
LOCALIZAÇÃO:			
		<p>LOC. MANDAÚ eng. Nº de casas 34</p> <p>MUN. Areia</p> <p>EST. paraíba</p> <p>DAT. 24-05-77</p> <p>REC. José medeiro</p> <p>CAR. <i>[Signature]</i></p>	

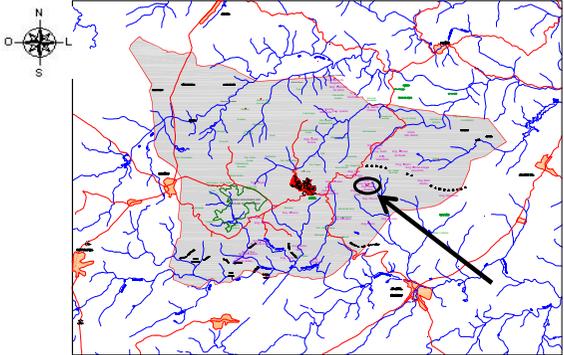
Croqui da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.

CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E ESPACIAL DO SÍTIO					
TIPOLOGIAS PRIMÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	DE QUANTIDADE	RELEVANTE	<input type="checkbox"/> LINEAR <input checked="" type="checkbox"/> PÁTIO RETANGULAR <input type="checkbox"/> IRREGULAR <input type="checkbox"/> PÁTIO <input type="checkbox"/> PÁTIO IRREGULAR <input type="checkbox"/> GRADE	<b>DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE:</b> A propriedade possui duas casas principais, a primeira casa grande e a que foi construída posteriormente, a fábrica do engenho, oito casas onde moram os membros da família, um depósito, uma casa de bagaço e uma escola, que embora não faça parte do conjunto se encontra próxima a este. Há ainda uma segunda fábrica, do engenho Santo Antônio, que embora esteja localizado dentro dos limites da propriedade vizinha, fica próximo ao conjunto arquitetônico do engenho Mandaú, e seu proprietário reside em uma das casas deste. Quanto a implantação, as edificações estão dispostas formando um pátio retangular. A escola esta localizada no extremo norte, mais afastada do conjunto.
CASA DE ENGENHO	RUIM	1	S		
CASA DE PURGAR					
SENZALA					
CASA GRANDE	REGULAR	2	S	<b>POSICIONAMENTO DAS EDIFICAÇÕES</b> <input type="checkbox"/> CAPELA/CASA-GRANDE NO ALTO <input type="checkbox"/> CAPELA EM POSIÇÃO INFERIOR <input checked="" type="checkbox"/> CASA-GRANDE EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> TODO CONJUNTO NO MESMO PLANO	
CAPELA					
TIPOLOGIAS SECUNDÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	DE QUANTIDADE	RELEVANTE		<b>DESCRIÇÃO/MODIFICAÇÃO NA PAISAGEM:</b> Em toda a propriedade predomina a plantação de cana-de-açúcar. O conjunto edificado se localiza em uma área mais baixa do terreno, e todo seu entorno é formado por pequenos morros cobertos por mata nativa. Quanto a hidrografia, a propriedade possui um açude e há um riacho que a atravessa. Existe uma área de preservação permanente da mata nativa, que se localiza nas partes mais elevadas, mas o proprietário não sabe quantos hectares ela ocupa.
CURRAL/ESTÁBULO					
DEPÓSITO/GALPÃO	RUIM	1	S	<b>USO DA ÁREA ADJACENTE ÀS EDIFICAÇÕES</b> <input checked="" type="checkbox"/> TRÂNSITO <input checked="" type="checkbox"/> CANAVIAL <input type="checkbox"/> AGRIC. SUBSISTÊNCIA <input type="checkbox"/> LAZER <input type="checkbox"/> ATIVIDADES DOMÉSTICAS <input type="checkbox"/> SECAGEM PRODUTOS AGRICOLAS <input checked="" type="checkbox"/> PECUÁRIA <input checked="" type="checkbox"/> POMAR <input type="checkbox"/> OUTRO	
OFICINA					
CASA DO MORADOR	REGULAR	8	S		
BARRACÃO				QUAL OUTRO:	
OUTRA	REGULAR	1	S		
<b>DADOS ECONÔMICOS:</b>		<b>OBSERVAÇÕES:</b>			
A propriedade possuía originalmente 324 ha, que foram divididos entre herdeiros, e hoje restam apenas 33 ha. O engenho produz cachaça e rapadura, toda área é ocupada pela plantação de cana-de-açúcar, apenas um pequeno cercado de 2 ha é utilizado para plantio de pasto. A área total foi desmembrada em oito partes, uma delas deu origem ao engenho Santo Antonio, que pertence ao irmão do proprietário. A família se mantém apenas com a produção do engenho, e não tem intenção de vender ou mudar de atividade. Existe um interesse em se explorar a atividade turística, porém não há condições financeiras para que isso ocorra.		O proprietário possui o engenho há 34 anos. Todas as casas do conjunto foram construídas pelo pai do proprietário para moradia dos filhos. Todos os anos acontece a festa de São Pedro na propriedade.			

FOTOS:



Vista da implantação do conjunto, a primeira casa grande e a fábrica do engenho . Foto: Anna Cristina A. Ferreira, 12/02/2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA		CENTRO DE TECNOLOGIA	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO - PPGAU
ENGENHOS DO MUNICÍPIO DE AREIA/PB			
FICHA SÍTIO Nº: 15		DATA E HORA: 12/02/2009; 11:30AM	
IDENTIFICAÇÃO		CROQUI:	
NOME:	Santo Antônio		
OUTROS NOMES:			
NATUREZA:	Engenho		
MUNICÍPIO:	Areia		
ATIVIDADE ATUAL:	Cachaça e Rapadura		
ÁREA :	27 ha		
ACESSO VIA:	Rural		
PROPRIETÁRIO:	Ronaldo Marcelino da Silva		
CONTATO:	(83) 9954-4998		
PROPRIEDADES VIZINHAS:	Eng. Mandaú, Eng. Bela Vista, Eng. Praxim, Eng. Timbó, Eng. Chã de Alagoinha.		
PROTEÇÃO EXISTENTE:			
COORDENADAS DO PONTO DE REFERÊNCIA:			
LATITUDE: S6 57.849		LONGITUDE: W35 39.814	
ALTITUDE (m): 503			
DATA DE CONSTRUÇÃO: 2004			
ATIVIDADE INICIAL: Engenho			
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: REGULAR			
LOCALIZAÇÃO:			
			

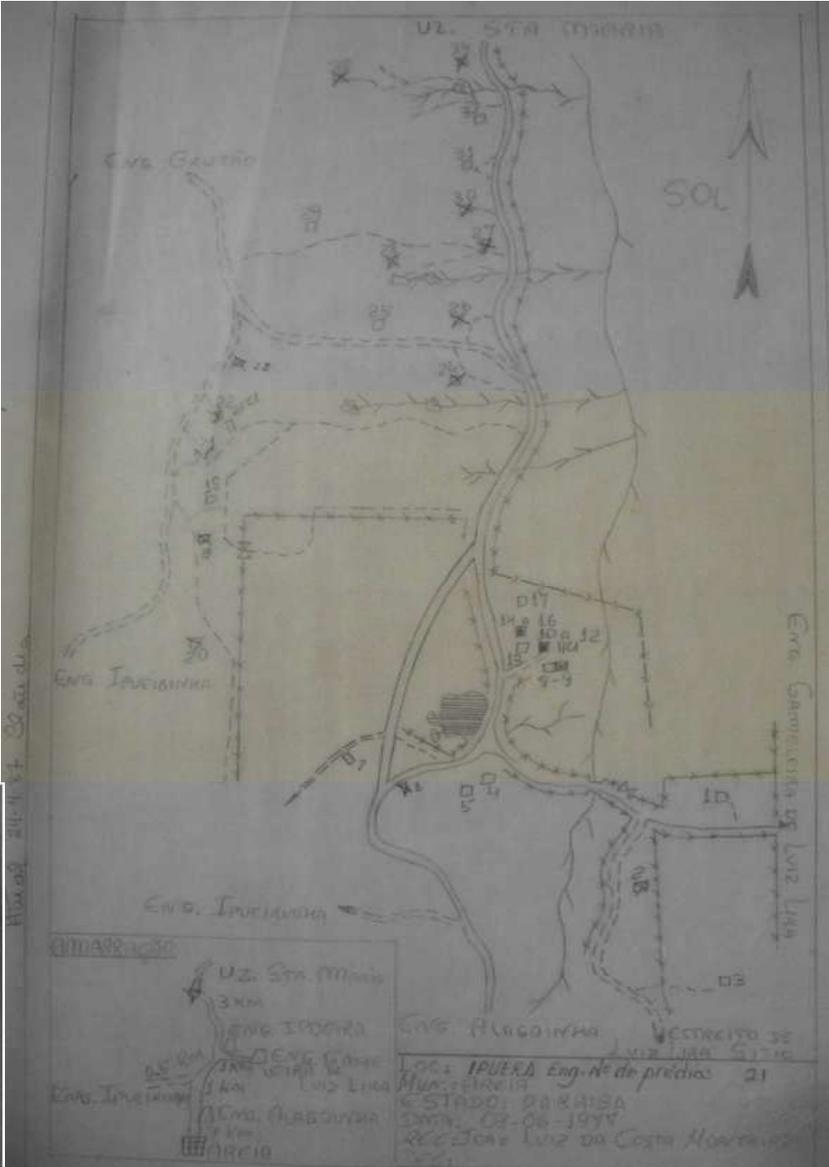
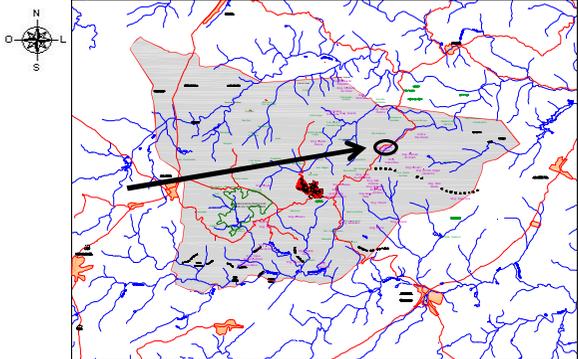
CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E ESPACIAL DO SÍTIO

TIPOLOGIAS PRIMÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE	IMPLANTAÇÃO	DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE:
CASA DE ENGENHO	REGULAR	1	S	<input type="checkbox"/> LINEAR <input type="checkbox"/> PÁTIO RETANGULAR <input checked="" type="checkbox"/> IRREGULAR <input type="checkbox"/> PÁTIO <input type="checkbox"/> PÁTIO IRREGULAR <input type="checkbox"/> GRADE	O engenho possui apenas a fábrica, construída há cinco anos. Embora não faça parte da mesma propriedade, se localiza próximo ao conjunto edificado do engenho Mandaú, e seu proprietário reside em uma das casas deste conjunto.
CASA DE PURGAR					
SENZALA					
CASA GRANDE				POSICIONAMENTO DAS EDIFICAÇÕES <input type="checkbox"/> CAPELA/CASA-GRANDE NO ALTO <input type="checkbox"/> CAPELA EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> CASA-GRANDE EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> TODO CONJUNTO NO MESMO PLANO	
CAPELA					
TIPOLOGIAS SECUNDÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE		
CURRAL/ESTÁBULO					DESCRIÇÃO/MODIFICAÇÃO NA PAISAGEM: O engenho se localiza em uma área mais baixa do terreno, e todo seu entorno é formado por pequenos morros cobertos por mata nativa. Quanto a hidrografia, a propriedade possui um açude e há um riacho que a atravessa. Existe uma área de preservação permanente da mata nativa, que ocupa cerca de 10 ha da propriedade.
DEPÓSITO/GALPÃO				USO DA ÁREA ADJACENTE ÀS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> TRÂNSITO <input checked="" type="checkbox"/> CANAVIAL <input type="checkbox"/> AGRIC. SUBSISTÊNCIA <input type="checkbox"/> LAZER <input type="checkbox"/> ATIVIDADES DOMÉSTICAS <input type="checkbox"/> SECAGEM PRODUTOS AGRÍCOLAS <input type="checkbox"/> PECUÁRIA <input type="checkbox"/> POMAR <input type="checkbox"/> OUTRO	
OFICINA					
CASA DO MORADOR					
BARRACÃO				QUAL OUTRO:	
OUTRA					
DADOS ECONÔMICOS: A propriedade possuía 33 ha, que foram desmembrados do engenho Mandaú, mas atualmente restam 27 ha. O engenho produz cachaça e rapadura, toda área é ocupada pela plantação de cana-de-açúcar, com exceção de cerca de 10 ha destinados a preservação da mata nativa. A única renda do proprietário vem da produção do engenho.				OBSERVAÇÕES:	

FOTOS:



Localização da fábrica do engenho, próxima à casa de bagaço do engenho Mandaú e à escola. Foto: Anna Cristina A. Ferreira, 12/02/2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA		CENTRO DE TECNOLOGIA	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO - PPGAU
ENGENHOS DO MUNICÍPIO DE AREIA/PB			
FICHA SÍTIO Nº: 16		DATA E HORA: 12/02/2009; 13:40PM	
IDENTIFICAÇÃO		CROQUI:	
NOME:	Ipueira		
OUTROS NOMES:			
NATUREZA:	Engenho		
MUNICÍPIO:	Areia		
ATIVIDADE ATUAL:	Esta em ruínas		
ÁREA :			
ACESSO VIA:	Rural		
PROPRIETÁRIO:	Espólio Antonio D'Ávila Lins		
CONTATO:			
PROPRIEDADES VIZINHAS:			
PROTEÇÃO EXISTENTE:		<p>Croqui da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.</p> 	
COORDENADAS DO PONTO DE REFERÊNCIA:			
LATITUDE: S6 56.202	LONGITUDE: W35 39.493		
ALTITUDE (m): 442			
DATA DE CONSTRUÇÃO:	22/02/1946 (inscrição no bueiro) 21/07/1917 (inscrição na casa grande)		
ATIVIDADE INICIAL:	Engenho		
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: REGULAR			
LOCALIZAÇÃO:			
			

CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E ESPACIAL DO SÍTIO						
TIPOLOGIAS PRIMÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	DE DAS	QUANTIDADE	RELEVANTE	<input type="checkbox"/> LINEAR <input type="checkbox"/> PÁTIO RETANGULAR <input checked="" type="checkbox"/> IRREGULAR <input type="checkbox"/> PÁTIO <input type="checkbox"/> PÁTIO IRREGULAR <input type="checkbox"/> GRADE	DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE: A propriedade possui casa grande, fábrica do engenho, que esta em ruínas, e duas casas de moradores. A fábrica e as duas casas se localizam próximas a estrada que leva ao município de Campina Grande, já a casa grande, se encontra afastada do restante das edificações, em uma área mais elevada do terreno.
CASA DE ENGENHO	RUÍNA	1	S			
CASA DE PURGAR						
SENZALA						
CASA GRANDE	RUIM		1	S	POSICIONAMENTO DAS EDIFICAÇÕES <input type="checkbox"/> CAPELA/CASA-GRANDE NO ALTO <input type="checkbox"/> CAPELA EM POSIÇÃO INFERIOR <input checked="" type="checkbox"/> CASA-GRANDE EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> TODO CONJUNTO NO MESMO PLANO	
CAPELA						
TIPOLOGIAS SECUNDÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	DE DAS	QUANTIDADE	RELEVANTE		DESCRIÇÃO/MODIFICAÇÃO NA PAISAGEM: Todo conjunto se encontra envolto em mato. Próximo à fábrica parece haver uma pequena plantação de banana. A casa grande fica próxima a um lajedo, e sua estrutura esta sendo ameaçada pela vegetação.
CURRAL/ESTÁBULO						
DEPÓSITO/GALPÃO					USO DA ÁREA ADJACENTE ÀS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> TRÂNSITO <input checked="" type="checkbox"/> CANAVIAL <input type="checkbox"/> AGRIC. SUBSISTÊNCIA	
OFICINA					<input type="checkbox"/> LAZER <input type="checkbox"/> ATIVIDADES DOMÉSTICAS <input type="checkbox"/> SECAGEM PRODUTOS AGRÍCOLAS	
CASA DO MORADOR	REGULAR		2	S	<input checked="" type="checkbox"/> PECUÁRIA <input checked="" type="checkbox"/> POMAR <input type="checkbox"/> OUTRO	
BARRACÃO					QUAL OUTRO:	
OUTRA						
DADOS		ECONÔMICOS:			OBSERVAÇÕES:	
A fábrica do engenho se encontra em ruínas, a propriedade esta abandonada devido a brigas por herança.						

FOTOS:



Fábrica do engenho em ruínas, casa grande, as duas casas de moradores. Foto: Anna Cristina A. Ferreira, 12/02/2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA		CENTRO DE TECNOLOGIA	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO - PPGAU
ENGENHOS DO MUNICÍPIO DE AREIA/PB			
FICHA SÍTIO Nº: 17		DATA E HORA: 12/02/2009; 14:08PM	
IDENTIFICAÇÃO		CROQUI:	
NOME:	Quati I		
OUTROS NOMES:			
NATUREZA:	Engenho		
MUNICÍPIO:	Areia		
ATIVIDADE ATUAL:	Cachaça e Rapadura		
ÁREA :	86 ha		
ACESSO VIA:	Rural		
PROPRIETÁRIO:	Benedito Francisco Sales		
CONTATO:	(83) 99757943		
PROPRIEDADES VIZINHAS:	Eng. Várzea do Quati, Eng. Gameleira, Eng. Bom Retiro, Eng. Quati II.		
PROTEÇÃO EXISTENTE:			
COORDENADAS DO PONTO DE REFERÊNCIA:			
LATITUDE: S6 56.935		LONGITUDE: W35 38.360	
ALTITUDE (m): 475			
DATA DE CONSTRUÇÃO: Junho de 1989			
ATIVIDADE INICIAL: Plantação de agave			
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: REGULAR			
LOCALIZAÇÃO:		<p>Local: Engenho Quati I                      Nº de casas: 42                      Município: Areia                      Estado: Paraíba                      Data: 27/06/1977                      Croqui da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA</p>	

CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E ESPACIAL DO SÍTIO					
TIPOLOGIAS PRIMÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE	IMPLANTAÇÃO	DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE:
CASA DE ENGENHO	RUIM	1	S	<input type="checkbox"/> LINEAR <input checked="" type="checkbox"/> PÁTIO RETANGULAR <input type="checkbox"/> IRREGULAR <input type="checkbox"/> PÁTIO <input type="checkbox"/> PÁTIO IRREGULAR <input type="checkbox"/> GRADE	A propriedade possui casa grande, a fábrica do engenho, um curral, dois depósitos e duas casas de moradores. Em uma área afastada do conjunto principal foi construído um pesque-e-pague, com três chalés, duas piscinas e dois tanques para criação de peixes. As edificações do conjunto estão dispostas na forma de pátio irregular, com a casa grande na parte mais elevada.
CASA DE PURGAR					
SENZALA					
CASA GRANDE	REGULAR	1	S	<th>POSICIONAMENTO DAS EDIFICAÇÕES</th>	
CAPELA				<input checked="" type="checkbox"/> CASA-GRANDE NO ALTO <input type="checkbox"/> CAPELA EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> CASA-GRANDE EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> TODO CONJUNTO NO MESMO PLANO	
TIPOLOGIAS SECUNDÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE	USO DA ÁREA ADJACENTE ÀS EDIFICAÇÕES	DESCRIÇÃO/MODIFICAÇÃO NA PAISAGEM:
CURRAL/ESTÁBULO	RUIM	1	N		No entorno do conjunto arquitetônico e na área onde foi construído o pesque-e-pague, predomina a existência de mata nativa e árvores frutíferas. Nas áreas mais baixas da propriedade é feito o plantio de cana-de-açúcar, nas áreas mais altas, a de capim. Cerca de 20% da propriedade é destinada à preservação da mata nativa, a chamada área de preservação permanente. Quanto à hidrografia, o engenho possui um riacho que é utilizado para abastecer os tanques do pesque-e-pague, além de um pequeno açude próximo à fábrica.
DEPÓSITO/GALPÃO	REGULAR	2	N	<input checked="" type="checkbox"/> TRÂNSITO <input checked="" type="checkbox"/> CANAVIAL <input type="checkbox"/> AGRIC. SUBSISTÊNCIA	
OFICINA				<input type="checkbox"/> LAZER <input type="checkbox"/> ATIVIDADES DOMÉSTICAS <input type="checkbox"/> SECAGEM PRODUTOS AGRÍCOLAS	
CASA DO MORADOR	REGULAR	2	N	<input checked="" type="checkbox"/> PECUÁRIA <input checked="" type="checkbox"/> POMAR <input type="checkbox"/> OUTRO	
BARRACÃO				QUAL OUTRO:	
OUTRA	BOM	1	N		
<b>DADOS ECONÔMICOS:</b>			<b>OBSERVAÇÕES:</b>		
As atividades desenvolvidas na propriedade são a plantação de cana-de-açúcar para fabricação de cachaça e rapadura, a pecuária, com criação de gado e ovelha, e piscicultura. Foi construído um pesque-e-pague, com três chalés para hospedagem de turistas, duas piscinas e tanques de criação de peixes, que recebe turistas nos fins de semana e feriados. A principal atividade é a produção de cachaça e rapadura, porém, as outras atividades são necessárias para complementar a renda da família.			O primeiro proprietário pertencia a família Nabuco de Assis. A propriedade fazia parte de um conjunto de 300 ha que foi desmembrada em quatro partes, dando origem à quatro engenhos com o nome de Quati. Quando esta foi adquirida, em 1971, não existia nada, apenas o terreno, todas as edificações foram construídas pelo senhor Benedito Francisco Sales.		

FOTOS:



Casa grande, fábrica do engenho e pesque-e-pague construído dentro da propriedade. Foto: Anna Cristina A. Ferreira, 12/02/2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA		CENTRO DE TECNOLOGIA	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO - PPGAU
ENGENHOS DO MUNICÍPIO DE AREIA/PB			
FICHA SÍTIO Nº: 18		DATA E HORA: 19/02/2009; 09:15 AM	
IDENTIFICAÇÃO		CROQUI:	
NOME:	Carro		
OUTROS NOMES:	Carro Quebrado		
NATUREZA:	Engenho		
MUNICÍPIO:	Areia		
ATIVIDADE ATUAL:	Rapadura e Batida		
ÁREA :	140 ha		
ACESSO VIA:	Rural		
PROPRIETÁRIO:	Djalma Pereira Lemos		
CONTATO:	(83) 99754292		
PROPRIEDADES VIZINHAS:	Eng. Pitombeira, Faz. Canadá, Sítio São Francisco, Eng. Socorro, Faz. Carnaval, Eng. Bolandeira.		
PROTEÇÃO EXISTENTE:			
COORDENADAS DO PONTO DE REFERÊNCIA:			
LATITUDE: S6 59.456		LONGITUDE: W35 39.784	
ALTITUDE (m): 426			
DATA DE CONSTRUÇÃO: 1947/1948			
ATIVIDADE INICIAL: Engenho			
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: REGULAR			
LOCALIZAÇÃO:			

Croqui da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.

CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E ESPACIAL DO SÍTIO					
TIPOLOGIAS PRIMÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE	IMPLANTAÇÃO	DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE:
CASA DE ENGENHO	RUIM	1	S	<input type="checkbox"/> LINEAR <input type="checkbox"/> PÁTIO RETANGULAR <input checked="" type="checkbox"/> IRREGULAR <input type="checkbox"/> PÁTIO <input type="checkbox"/> PÁTIO IRREGULAR <input type="checkbox"/> GRADE	A propriedade possui casa grande, fábrica do engenho, um curral, um depósito, uma casa de morador e uma palhoça onde é servido o café da manhã aos turistas que visitam o engenho para realização da caminhada pela trilha. A implantação das edificações é irregular, com a casa grande em local mais elevado. Chegaram a existir cerca de vinte casas de moradores na propriedade, mas estas foram sendo abandonadas e demolidas com o tempo.
CASA DE PURGAR					
SENZALA					
CASA GRANDE	REGULAR	1	N	<th>POSICIONAMENTO DAS EDIFICAÇÕES</th> <input checked="" type="checkbox"/> CAPELA/CASA-GRANDE NO ALTO <input type="checkbox"/> CAPELA EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> CASA-GRANDE EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> TODO CONJUNTO NO MESMO PLANO	
TIPOLOGIAS SECUNDÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE	USO DA ÁREA ADJACENTE ÀS EDIFICAÇÕES	DESCRIÇÃO/MODIFICAÇÃO NA PAISAGEM:
CURRAL/ESTÁBULO	RUIM	1	N	<input checked="" type="checkbox"/> TRÂNSITO <input checked="" type="checkbox"/> CANAVIAL <input type="checkbox"/> AGRIC. SUBSISTÊNCIA <input type="checkbox"/> LAZER <input type="checkbox"/> ATIVIDADES DOMÉSTICAS <input type="checkbox"/> SECAGEM PRODUTOS AGRICOLAS <input checked="" type="checkbox"/> PECUÁRIA <input checked="" type="checkbox"/> POMAR <input type="checkbox"/> OUTRO QUAL OUTRO:	Nas áreas de "baixio" é feito o plantio da cana-de-açúcar, o canavial ocupa cerca de 20 ha da propriedade, o restante é ocupado pela área de preservação de mata nativa, onde é explorado o turismo ecológico, com passeios realizados em trilhas. Quando o proprietário conseguia moer todos os dias da semana, o canavial ocupava, também, uma parte das áreas mais elevadas da propriedade. Quanto a hidrografia, existem sete nascentes dentro da propriedade, além de um pequeno açude em frente à fábrica do engenho. O proprietário chegou a plantar agave há algum tempo atrás, mas hoje essa área esta destinada a pecuária de pequeno porte.
DEPÓSITO/GALPÃO	REGULAR	1	N		
OFICINA					
CASA DO MORADOR	REGULAR	1	N		
BARRACÃO					
OUTRA	RUIM	1	N		
<b>DADOS</b>		<b>ECONÔMICOS:</b>		<b>OBSERVAÇÕES:</b>	
As atividades desenvolvidas na propriedade são a fabricação de rapadura e rapadura batida. Além disso, há doze anos a família vem explorando o turismo ecológico, com a realização de passeios em trilhas dentro da área de preservação da propriedade, que chega a receber entre 70 e 140 pessoas por dia. Porém, devido às dificuldades financeiras, existe a possibilidade de se abandonar essa atividade. A família se mantém apenas com a produção do engenho e uma pequena aposentadoria.		A propriedade foi arrendada pelo pai do atual proprietário em 1947. Quando a família arrendou a propriedade existia apenas uma casa de taipa, toda a estrutura precisou ser construída, além de estradas de acesso. Embora a propriedade ainda não tenha sido desmembrada, o senhor Djalma possui apenas 70 ha da área total, os outros 70 ha pertencem a sua irmã.			

FOTOS:



Casa grande, fábrica do engenho, vista da fábrica a partir da casa grande e início da trilha percorrida pelos turistas. Foto: Anna Cristina A. Ferreira, 19/02/2009.

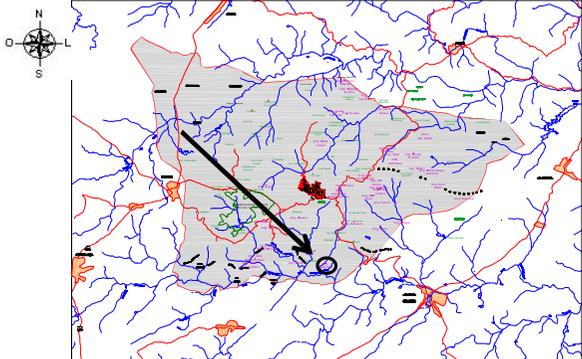
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA		CENTRO DE TECNOLOGIA	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO - PPGAU
ENGENHOS DO MUNICÍPIO DE AREIA/PB			
FICHA SÍTIO Nº: 19		DATA E HORA: 19/02/2009; 10:45 AM	
IDENTIFICAÇÃO		CROQUI:	
NOME:	Buraco		
OUTROS NOMES:			
NATUREZA:	Engenho		
MUNICÍPIO:	Areia		
ATIVIDADE ATUAL:			
ÁREA :			
ACESSO VIA:	Rural		
PROPRIETÁRIO:	Marcelo		
CONTATO:			
PROPRIEDADES VIZINHAS:	Eng. Pitombeira, Faz. Canadá, Sítio São Francisco, Eng. Socorro, Faz. Carnaval, Eng. Bolandeira.		
PROTEÇÃO EXISTENTE:			
COORDENADAS DO PONTO DE REFERÊNCIA:			
LATITUDE: S6 59.235                      LONGITUDE: W35 38.933			
ALTITUDE (m): 360			
DATA DE CONSTRUÇÃO: 1869 (escrito na fachada)			
ATIVIDADE INICIAL:			
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: REGULAR			
LOCALIZAÇÃO:			

CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E ESPACIAL DO SÍTIO					
TIPOLOGIAS PRIMÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	DE QUANTIDADE	RELEVANTE	IMPLANTAÇÃO <input type="checkbox"/> LINEAR <input type="checkbox"/> PÁTIO RETANGULAR <input checked="" type="checkbox"/> IRREGULAR <input type="checkbox"/> PÁTIO <input type="checkbox"/> PÁTIO IRREGULAR <input type="checkbox"/> GRADE	DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE: A propriedade possui casa grande, uma pequena capela anexa a casa grande, a fábrica do engenho, que se encontra em ruínas, uma casa de morador e uma casa de farinha.
CASA DE ENGENHO	RUÍNA	1	S		
CASA DE PURGAR					
SENZALA					
CASA GRANDE	BOM	1	S	POSICIONAMENTO DAS EDIFICAÇÕES <input type="checkbox"/> CAPELA/CASA-GRANDE NO ALTO <input type="checkbox"/> CAPELA EM POSIÇÃO INFERIOR <input checked="" type="checkbox"/> CASA-GRANDE EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> TODO CONJUNTO NO MESMO PLANO	
CAPELA	BOM	1	S		
TIPOLOGIAS SECUNDÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	DE QUANTIDADE	RELEVANTE		DESCRIÇÃO/MODIFICAÇÃO NA PAISAGEM: Há um riacho que passa em frente a casa grande, e o conjunto é circundado por áreas de mata.
CURRAL/ESTÁBULO				USO DA ÁREA ADJACENTE ÀS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> TRÂNSITO <input checked="" type="checkbox"/> CANAVIAL <input type="checkbox"/> AGRIC. SUBSISTÊNCIA <input type="checkbox"/> LAZER <input type="checkbox"/> ATIVIDADES DOMÉSTICAS <input type="checkbox"/> SECAGEM PRODUTOS AGRÍCOLAS <input checked="" type="checkbox"/> PECUÁRIA <input checked="" type="checkbox"/> POMAR <input type="checkbox"/> OUTRO	
DEPÓSITO/GALPÃO					
OFICINA					
CASA DO MORADOR	REGULAR	1	S		
BARRACÃO				QUAL OUTRO:	
OUTRA	REGULAR	1	S		
DADOS ECONÔMICOS:				OBSERVAÇÕES: Não foi possível o acesso à propriedade nem a realização da entrevista devido à ausência do proprietário.	

FOTOS:



Vista da implantação do engenho, casa grande e a capela anexa, ruínas da fábrica do engenho e o riacho que passa em frente a propriedade. Foto: Anna Cristina A. Ferreira, 19/02/2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA		CENTRO DE TECNOLOGIA	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO - PPGAU
ENGENHOS DO MUNICÍPIO DE AREIA/PB			
FICHA SÍTIO Nº: 20		DATA E HORA: 19/02/2009; 13:25 PM	
IDENTIFICAÇÃO		CROQUI:	
NOME:	Cachoeira		
OUTROS NOMES:			
NATUREZA:	Engenho		
MUNICÍPIO:	Areia		
ATIVIDADE ATUAL:	Cachaça		
ÁREA :	94 ha		
ACESSO VIA:	Rural		
PROPRIETÁRIO:	Jornades de Araújo Medeiros		
CONTATO:	(83) 88027777		
PROPRIEDADES VIZINHAS:	Eng. Macaibinha, Sítio Boa Vista, Eng. Várzea Nova.		
PROTEÇÃO EXISTENTE:			
COORDENADAS DO PONTO DE REFERÊNCIA:			
LATITUDE: S7 00.936		LONGITUDE: W35 41.883	
ALTITUDE (m): 358			
DATA DE CONSTRUÇÃO: 1929			
ATIVIDADE INICIAL: Engenho			
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: BOM			
LOCALIZAÇÃO:			
			

Local: Engenho Cachoeira      Nº de casas: 23  
Município: Areia  
Estado: Paraíba  
Data: 16/06/1977  
Croqui da Fundação Nacional de Saúde- FUNASA

CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E ESPACIAL DO SÍTIO									
TIPOLOGIAS PRIMÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	DE DAS	QUANTIDADE	RELEVANTE	IMPLANTAÇÃO <input type="checkbox"/> LINEAR <input type="checkbox"/> PÁTIO RETANGULAR <input checked="" type="checkbox"/> IRREGULAR <input type="checkbox"/> PÁTIO <input type="checkbox"/> PÁTIO IRREGULAR <input type="checkbox"/> GRADE			DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE: A propriedade possui casa grande, com um pequena casa de hóspedes ao lado, uma edificação que abriga a fábrica, o envelhecimento da cachaça, a destilaria e a casa de bagaço, um depósito, uma casa de morador, e uma balança da época em que a principal atividade era a pecuária. A casa grande e a destilaria foram reformadas recentemente, além da fábrica, que teve sua moenda erguida há apenas três anos. Todo o conjunto se encontra em bom estado de conservação.	
CASA DE ENGENHO	BOM	1	S						
CASA DE PURGAR									
SENZALA									
CASA GRANDE	BOM		1	N	POSICIONAMENTO DAS EDIFICAÇÕES <input type="checkbox"/> CAPELA/CASA-GRANDE NO ALTO <input type="checkbox"/> CAPELA EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> CASA-GRANDE EM POSIÇÃO INFERIOR <input checked="" type="checkbox"/> TODO CONJUNTO NO MESMO PLANO			DESCRIÇÃO/MODIFICAÇÃO NA PAISAGEM: No entorno do conjunto edificado predomina a presença de mata nativa, sobretudo nas áreas mais elevadas que circundam as edificações. Apenas 15 ha da propriedade são utilizados para o plantio de cana-de-açúcar, o restante esta coberto pela mata nativa. A área de preservação permanente corresponde a cerca de 25% da área total, e se encontra nas áreas mais elevadas da propriedade. Dentro desta área existe uma cachoeira, bastante procurada por turistas. Há um riacho que atravessa a propriedade, cuja água é utilizada para manutenção do engenho.	
CAPELA									
TIPOLOGIAS SECUNDÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	DE DAS	QUANTIDADE	RELEVANTE					
CURRAL/ESTÁBULO									
DEPÓSITO/GALPÃO	BOM		1	S	USO DA ÁREA ADJACENTE ÀS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> TRÂNSITO <input checked="" type="checkbox"/> CANAVIAL <input type="checkbox"/> AGRIC. SUBSISTÊNCIA <input type="checkbox"/> LAZER <input type="checkbox"/> ATIVIDADES DOMÉSTICAS <input type="checkbox"/> SECAGEM PRODUTOS AGRÍCOLAS <input checked="" type="checkbox"/> PECUÁRIA <input checked="" type="checkbox"/> POMAR <input type="checkbox"/> OUTRO				
OFICINA									
CASA DO MORADOR	BOM		1	N					
BARRACÃO									
OUTRA	BOM		1	S	QUAL OUTRO:				
DADOS ECONÔMICOS: OBSERVAÇÕES: As atividades desenvolvidas na propriedade são o plantio de cana-de-açúcar, que ocupa cerca de 15 ha, para fabricação da cachaça Turmalina da Serra, a criação de cavalos, para cavalgada, e burros para uso do engenho. Por algum tempo a atividade do engenho foi paralisada, substituída pela pecuária, gado leiteiro. Há apenas três anos o engenho voltou a funcionar. Existe o projeto de se construir uma pousada dentro da propriedade.									

FOTOS:



Casa grande, edificação onde funciona a casa de envelhecimento, destilaria, degustação e moenda, depósito e casa de morador com a reserva de mata ao fundo, e vista da propriedade. Foto: Anna Cristina A. Ferreira, 19/02/2009.

ENGENHOS DO MUNICÍPIO DE AREIA/PB

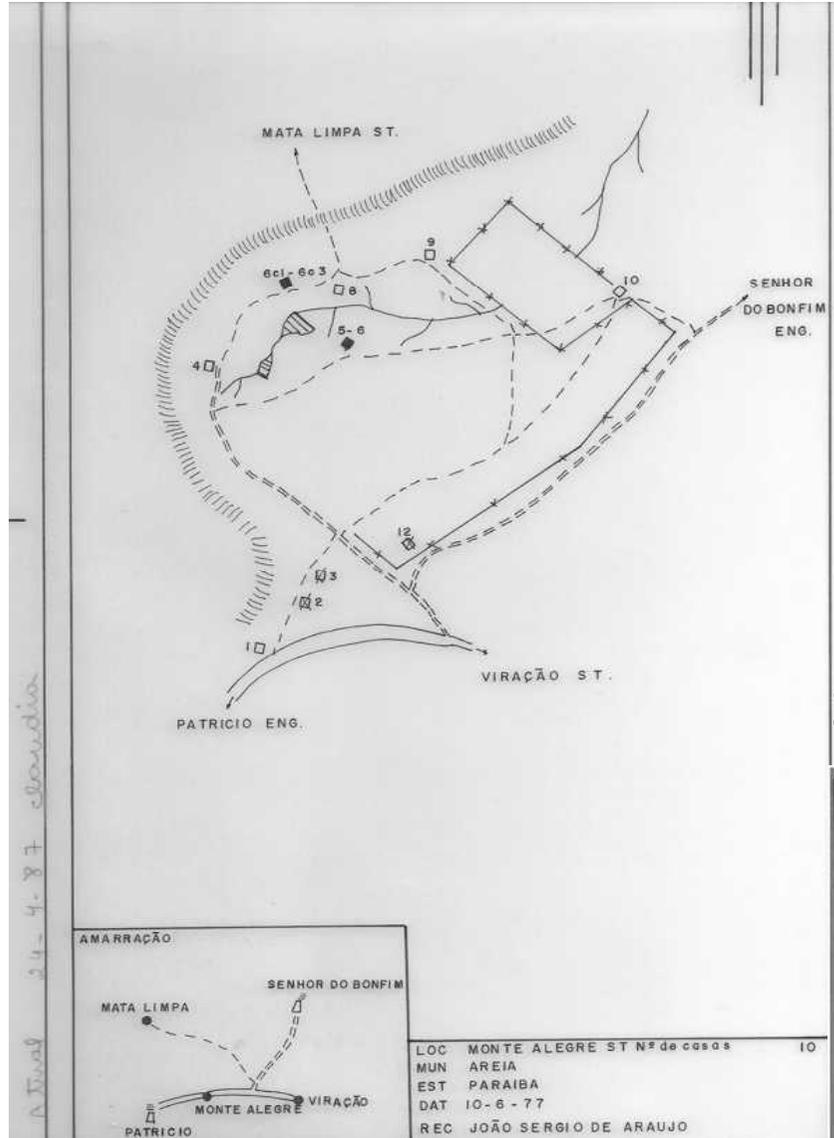
FICHA SÍTIO Nº: 21

DATA E HORA: 19/02/2009; 14:25 PM

IDENTIFICAÇÃO

NOME: Monte Alegre  
 OUTROS NOMES: Fazenda Quati III  
 NATUREZA: Engenho  
 MUNICÍPIO: Areia  
 ATIVIDADE ATUAL: Cachaça e rapadura  
 ÁREA : 82 ha  
 ACESSO VIA: Rural  
 PROPRIETÁRIO: Antônio Alves de Lima (Terreno)  
 Geovan de Sales de Lima (Engenho)  
 CONTATO: (83) 99745943  
 PROPRIEDADES VIZINHAS: Faz. Bom retiro, Eng. Quati IV, Eng. Quati II, Eng. Cacimbinha.

CROQUI:



Croqui da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.

PROTEÇÃO EXISTENTE:

COORDENADAS DO PONTO DE REFERÊNCIA:

LATITUDE: S6 57.057      LONGITUDE: W35 37.976

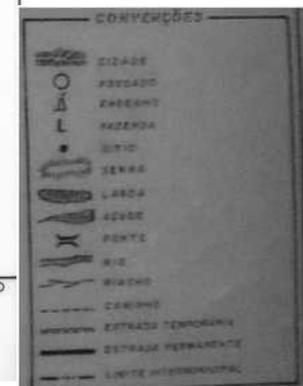
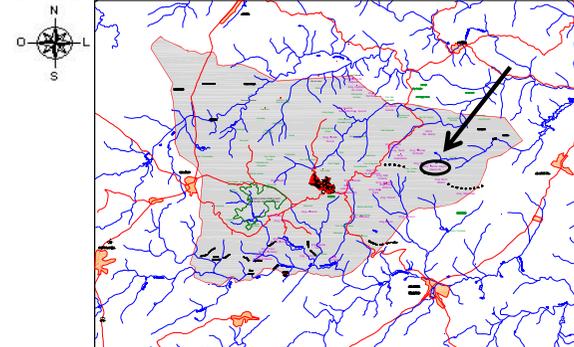
ALTITUDE (m): 463

DATA DE CONSTRUÇÃO: 1971 (Casa Grande)

ATIVIDADE INICIAL: Engenho

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: BOM

LOCALIZAÇÃO:



LOC MONTE ALEGRE ST Nº de casas 10  
 MUN AREIA  
 EST PARAIBA  
 DAT 10-6-77  
 REC JOÃO SERGIO DE ARAUJO

CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E ESPACIAL DO SÍTIO

TIPOLOGIAS PRIMÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE	IMPLANTAÇÃO	DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE:
CASA DE ENGENHO	REGULAR	1	S	<input type="checkbox"/> LINEAR <input type="checkbox"/> PÁTIO RETANGULAR <input checked="" type="checkbox"/> IRREGULAR <input type="checkbox"/> PÁTIO <input type="checkbox"/> PÁTIO IRREGULAR <input type="checkbox"/> GRADE	A propriedade possui casa grande, um estábulo, três depósitos, dois também usados como garagem, uma destilaria de cachaça, um estábulo, uma casa de morador, a fábrica do engenho e um pequeno banheiro. Quando a propriedade foi adquirida não existiam edificações, pois o terreno foi desmembrado do engenho Quati, que teve sua área dividida em quatro partes e seu conjunto edificado demolido. A casa grande foi construída em 1971, a fábrica posteriormente, e o restante das edificações vem sendo erguidas e modificadas constantemente nos últimos oito anos. A implantação é irregular, com a fábrica em uma parte mais baixa do terreno.
CASA DE PURGAR					
SENZALA					
CASA GRANDE	BOM	1	S	POSICIONAMENTO DAS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> CAPELA/CASA-GRANDE NO ALTO <input type="checkbox"/> CAPELA EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> CASA-GRANDE EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> TODO CONJUNTO NO MESMO PLANO	
CAPELA					
TIPOLOGIAS SECUNDÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE	USO DA ÁREA ADJACENTE ÀS EDIFICAÇÕES	DESCRIÇÃO/MODIFICAÇÃO NA PAISAGEM:
CURRAL/ESTÁBULO	RUIM	1	N	<input checked="" type="checkbox"/> TRÂNSITO <input checked="" type="checkbox"/> CANAVIAL <input type="checkbox"/> AGRIC. SUBSISTÊNCIA <input type="checkbox"/> LAZER <input type="checkbox"/> ATIVIDADES DOMÉSTICAS <input type="checkbox"/> SECAGEM PRODUTOS AGRÍCOLAS <input type="checkbox"/> PECUÁRIA <input checked="" type="checkbox"/> POMAR <input type="checkbox"/> OUTRO QUAL OUTRO:	A propriedade foi desmembrada do antigo engenho Quati, que foi dividido em quatro partes. No entorno do conjunto edificado predomina a plantação de árvores frutíferas e flores. Há uma área destinada a preservação da mata nativa, que se localiza nas áreas mais altas da propriedade, e ocupam uma área de aproximadamente 15 ha. A área do canavial ocupa cerca de 25 ha da propriedade, e o restante se destina à plantação de capim. Quanto a hidrografia, o engenho possui um pequeno açude próximo à fábrica, um riacho e duas nascentes.
DEPÓSITO/GALPÃO	BOM	3	S		
OFICINA					
CASA DO MORADOR	BOM	1	N		
BARRACÃO					
OUTRA	BOM	1	N		
<b>DADOS ECONÔMICOS:</b> As atividades desenvolvidas na propriedade são o plantio de cana-de-açúcar para produção de cachaça e rapadura, pecuária e criação de gado leiteiro, plantação de flores tropicais e temperadas, comercializadas nas cidades de João Pessoa e Campina Grande, fruticultura e uma pequena cultura de pinhão manso. A atividade mais rentável da propriedade é a produção de cachaça e rapadura. O proprietário é aposentado, e não depende da renda gerada pelo engenho, existe até a possibilidade de vendê-lo. Chegou a ser elaborado um projeto para exploração do turismo, que previa a construção de dez chalés, piscinas e restaurante, porém o proprietário desistiu devido às dificuldades burocráticas.				<b>OBSERVAÇÕES:</b>	

FOTOS:



Implantação da casa grande vista a partir da fábrica, fábrica do engenho, casa de morador e depósitos/garagem nos fundos da casa grande. Foto: Anna Cristina A. Ferreira, 19/02/2009.

FICHA SÍTIO Nº: 22

DATA E HORA: 05/03/2009; 09:15 AM

IDENTIFICAÇÃO

NOME: Bujari  
 OUTROS NOMES:  
 NATUREZA: Engenho  
 MUNICÍPIO: Areia  
 ATIVIDADE ATUAL: Cachaça, rapadura e pecuária  
 ÁREA: 500 ha  
 ACESSO VIA: Rural  
 PROPRIETÁRIO: Leonardo Jardelino da Costa  
 CONTATO: (83) 33622257  
 PROPRIEDADES VIZINHAS: Faz. Olho D'água, Sit. Lava-Pés, Campus III da UFPB, Rodovia, Mata Pau-Ferro.

PROTEÇÃO EXISTENTE:

COORDENADAS DO PONTO DE REFERÊNCIA:

LATITUDE: S6 57.651 LONGITUDE: W35 44.164

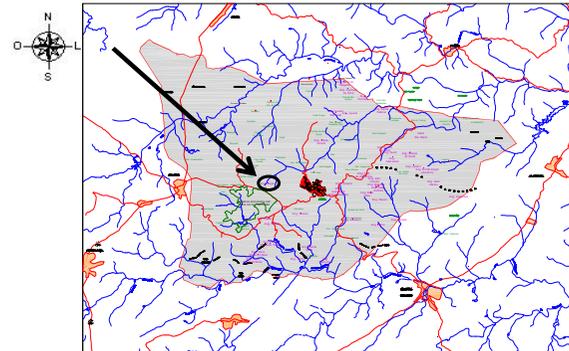
ALTITUDE (m): 498

DATA DE CONSTRUÇÃO: 1850 (o atual engenho foi em 1930)

ATIVIDADE INICIAL: Café

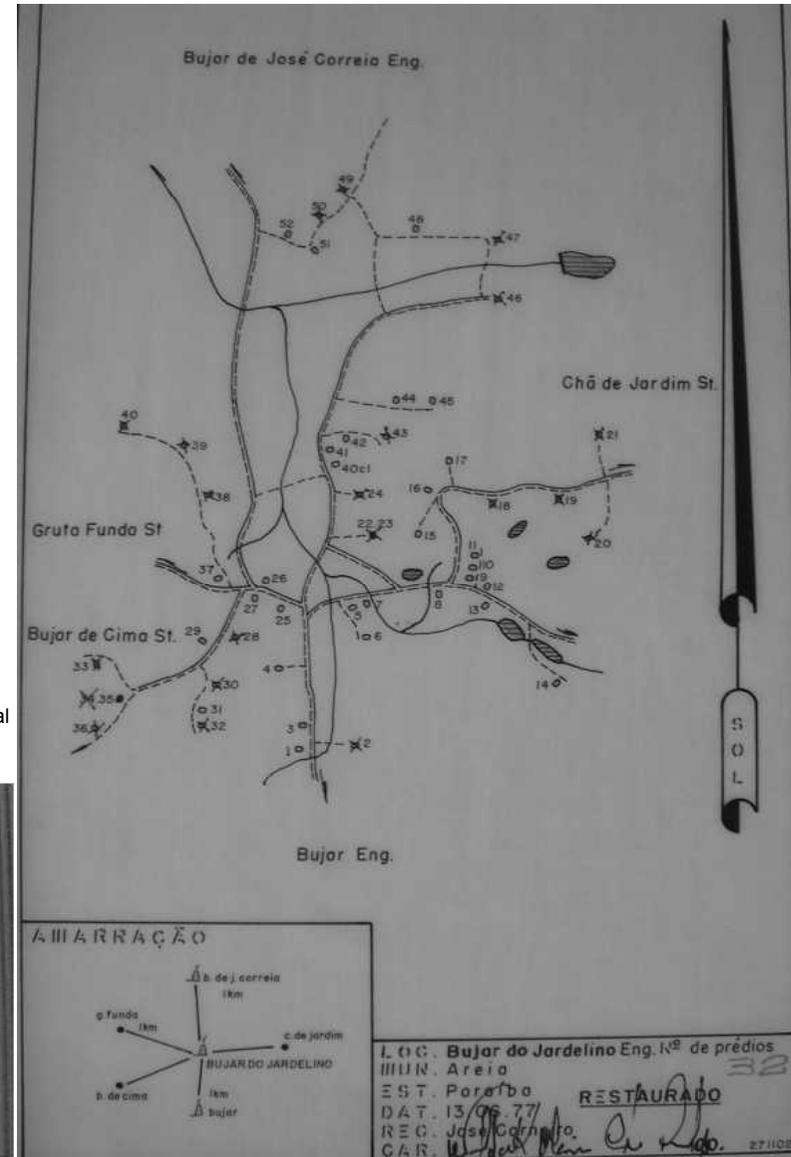
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: REGULAR

LOCALIZAÇÃO:



CROQUI:

Croqui da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.



L.O.C. Bujar do Jardelino Eng. nº de prédios  
 MUN. Areia 32  
 EST. Paraíba  
 DAT. 13.06.77  
 REG. José Carneiro  
 CAR. [Signature] 27/102

CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E ESPACIAL DO SÍTIO						
TIPOLOGIAS PRIMÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE	IMPLANTAÇÃO <input type="checkbox"/> LINEAR <input checked="" type="checkbox"/> PÁTIO RETANGULAR <input type="checkbox"/> IRREGULAR <input type="checkbox"/> PÁTIO <input type="checkbox"/> PÁTIO IRREGULAR <input type="checkbox"/> GRADE		DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE: A propriedade possui uma casa do engenho, a casa grande, dois currais, cinco depósitos e doze casas de moradores espalhadas pela propriedade. Praticamente não houveram modificações na estrutura física das edificações, a não ser reformas internas. Todo o maquinários do engenho foi substituído. Nos fundos da casa grande ainda existe o pátio destinado à secagem do café, primeira cultura agrícola da propriedade, ainda no final do século XIX. A primeira casa grande da propriedade esta sendo transformada em local para envelhecimento de cachaça e degustação. Dentro da propriedade há um engenho bastante antigo, em tijolo aparente, que o proprietário conserva para "deixar só como amostra, o modelo de como era um engenho", e pretende montar um museu. A atual garagem era uma pequena casa de farinha que foi modificada.
CASA DE ENGENHO	BOM	1				
CASA DE PURGAR						
SENZALA						
CASA GRANDE	REGULAR	1		POSICIONAMENTO DAS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> CAPELA/CASA-GRANDE NO ALTO <input type="checkbox"/> CAPELA EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> CASA-GRANDE EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> TODO CONJUNTO NO MESMO PLANO		DESCRIÇÃO/MODIFICAÇÃO NA PAISAGEM: A propriedade possui 500 há, destinados a plantação de cana e à pecuária. Ela é formada por um conjunto de três engenhos, Bujari de Cima, Bujari do Meio, e Bujari de Baixo. A propriedade é circundada pelo canal, e alguns áreas de pasto. A pecuária ocupa entre 60 e 70% da propriedade, cerca de 20% se destinam a cana-de-açúcar, e aproximadamente 5% são ocupados pelas edificações, o açude, e as áreas dos moradores, pois cada casa tem um terreiro, e os outros 5% destina-se a área de reserva natural. A cana é plantada nas áreas mais baixas, nas várzeas e em uma meia encosta. Quanto a hidrografia, existem 12 nascentes na propriedade, todas de rios afluentes do rio Mamanguape.
CAPELA						
TIPOLOGIAS SECUNDÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE			
CURRAL/ESTÁBULO	REGULAR	2				
DEPÓSITO/GALPÃO	REGULAR	5		USO DA ÁREA ADJACENTE ÀS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> TRÂNSITO <input checked="" type="checkbox"/> CANAVIAL <input type="checkbox"/> AGRIC. SUBSISTÊNCIA <input type="checkbox"/> LAZER <input checked="" type="checkbox"/> ATIVIDADES DOMÉSTICAS <input type="checkbox"/> SECAGEM PRODUTOS AGRICOLAS <input type="checkbox"/> PECUÁRIA <input checked="" type="checkbox"/> POMAR <input type="checkbox"/> OUTRO		
OFICINA						
CASA DO MORADOR	REGULAR	12				
BARRACÃO				QUAL OUTRO:		
OUTRA						
DADOS ECONÔMICOS:			OBSERVAÇÕES:			
propriedade viveu todos os ciclos econômicos da região, sendo a primeira cultura a de café, que durou até os anos de 1930, quando uma praga dizimou praticamente todos os cafezais da região do brejo, a partir daí esse engenho começou a fabricação de rapadura e cachaça, e pecuária. A pecuária ocupa entre 60 e 70% da propriedade, cerca de 20% se destinam a cana-de-açúcar. Algumas edificações estão sendo reformadas para virar um local para recepção de turistas, com degustação e lojas. Há um antigo engenho que o proprietário planeja transformar em museu. A família não possui outro tipo de renda, vive apenas do que produz no engenho.			propriedade pertenceu ao pai do senhor Leonardo, a família reside nela há 50 anos.			

FOTOS:



Canavial e Fábrica do engenho. Vista da casa grande em local mais elevado. Foto: Anna Cristina A. Ferreira, 05/03/2009. Vista aérea da implantação. Foto: Carlomano de Abreu, 2007.

ENGENHOS DO MUNICÍPIO DE AREIA/PB

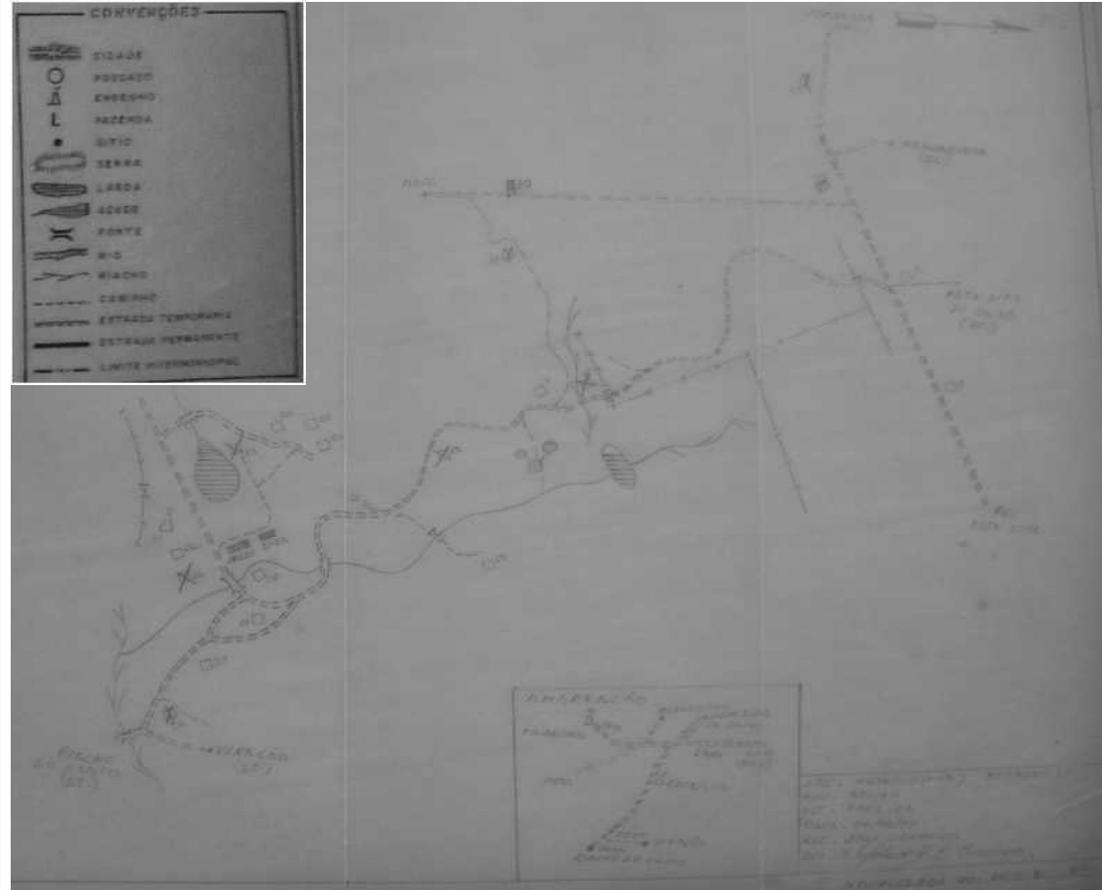
FICHA SÍTIO Nº: 23

DATA E HORA: 05/03/2009; 10:30 AM

IDENTIFICAÇÃO

NOME: São Patrício  
 OUTROS NOMES:  
 NATUREZA: Engenho  
 MUNICÍPIO: Areia  
 ATIVIDADE ATUAL: Pecuária de leite  
 ÁREA : 140 ha  
 ACESSO VIA: Rural  
 PROPRIETÁRIO: Carlomano Correia de Abreu  
 CONTATO: (83) 99814542  
 PROPRIEDADES VIZINHAS: Faz. Olho D'água, Rodovia.

CROQUI:



PROTEÇÃO EXISTENTE:

COORDENADAS DO PONTO DE REFERÊNCIA:

LATITUDE: S6 56.732      LONGITUDE: W35 42.920

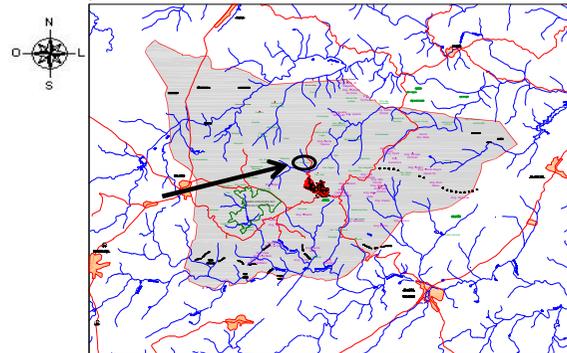
ALTITUDE (m): 503

DATA DE CONSTRUÇÃO:

ATIVIDADE INICIAL: Engenho

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: BOM

LOCALIZAÇÃO:



Local: Engenho São Patrício  
 Nº de casas: 27  
 Município: Areia  
 Estado: Paraíba  
 Data: 06/06/1977  
 Croqui da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA

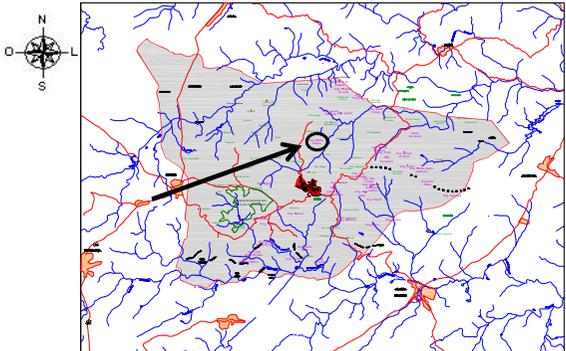
CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E ESPACIAL DO SÍTIO

TIPOLOGIAS PRIMÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE	IMPLANTAÇÃO	DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE:
CASA DE ENGENHO	RUIM	1		<input type="checkbox"/> LINEAR <input type="checkbox"/> PÁTIO RETANGULAR <input checked="" type="checkbox"/> IRREGULAR <input type="checkbox"/> PÁTIO <input type="checkbox"/> PÁTIO IRREGULAR <input type="checkbox"/> GRADE	A casa grande original foi demolida, a atual era um galpão onde os tropeiros dormiam, que foi transformado em casa grande. A antiga fábrica foi desativada e funciona como um depósito. Existem, atualmente, duas casas de moradores, mas já chegaram a existir sessenta.
CASA DE PURGAR					
SENZALA					
CASA GRANDE	BOM	1		POSICIONAMENTO DAS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> CAPELA/CASA-GRANDE NO ALTO <input type="checkbox"/> CAPELA EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> CASA-GRANDE EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> TODO CONJUNTO NO MESMO PLANO	
CAPELA					
TIPOLOGIAS SECUNDÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE	USO DA ÁREA ADJACENTE ÀS EDIFICAÇÕES	DESCRIÇÃO/MODIFICAÇÃO NA PAISAGEM:
CURRAL/ESTÁBULO	BOM	1		<input checked="" type="checkbox"/> TRÂNSITO <input type="checkbox"/> CANAVIAL <input type="checkbox"/> AGRIC. SUBSISTÊNCIA <input type="checkbox"/> LAZER <input checked="" type="checkbox"/> ATIVIDADES DOMÉSTICAS <input type="checkbox"/> SECAGEM PRODUTOS AGRÍCOLAS <input checked="" type="checkbox"/> PECUÁRIA <input type="checkbox"/> POMAR <input type="checkbox"/> OUTRO	A propriedade possuía inicialmente 100 hectares, mas adquiriu partes do Eng. Olho D'água, e atualmente possui 140 hectares, divididos em 12 cercados de pasto. Há uma reserva de mata que ocupa em torno de 20 ou 25% da área, e o restante é destinado ao pasto. A área de mata se localiza nas partes mais elevadas, e faz limite com o Eng. Olho D'água. Há uma pequena área de pomar, onde são plantadas bananeiras e outras árvores frutíferas. Quanto a hidrografia, há uma bacia de nascentes, sendo a mais conhecida a do rio do Canto, que abastece um pequeno açude em frente a casa grande. A casa é abastecida por um poço artesanal, e as casas de moradores pelas demais nascentes.
DEPÓSITO/GALPÃO	REGULAR	2			
OFICINA					
CASA DO MORADOR	REGULAR	2			
BARRACÃO					
OUTRA				QUAL OUTRO:	
<b>DADOS ECONÔMICOS:</b> A principal atividade é a pecuária, gado leiteiro. A propriedades mudou de dono várias vezes, e foi o penúltimo deles que extinguiu a atividade como engenho, aproximadamente em 1970. O proprietário pensa em aliar a atividade turística às outras atividades desenvolvidas, e já existe um pequeno haras dentro da fazenda. Devido à proximidade com a área urbana de Areia, existe a possibilidade de se lotear a área para criação de condomínios.				<b>OBSERVAÇÕES:</b> O senhor Carlomano possui o engenho há 15 anos.	

FOTOS:



Implantação das edificações: antiga fábrica, curral, os dois depósitos e a casa grande. Foto: Anna Cristina A. Ferreira, 05/03/2009. Implantação da Propriedade. Foto: Carlomano de Abreu, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA		CENTRO DE TECNOLOGIA	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO - PPGAU
ENGENHOS DO MUNICÍPIO DE AREIA/PB			
FICHA SÍTIO Nº: 24		DATA E HORA: 05/03/2009; 11:00 AM	
IDENTIFICAÇÃO		CROQUI:	
NOME:	Santa Tereza		
OUTROS NOMES:	Engenho Coruja		
NATUREZA:	Engenho		
MUNICÍPIO:	Areia		
ATIVIDADE ATUAL:	Pecuária		
ÁREA :	200 ha		
ACESSO VIA:	Rural		
PROPRIETÁRIO:	Francisco de Assis Gouveia da Costa		
CONTATO:	(83) 91550226		
PROPRIEDADES VIZINHAS:	Eng. Gitó, Eng. Ipueira, Distrito de Mata Limpa.		
PROTEÇÃO EXISTENTE:			
COORDENADAS DO PONTO DE REFERÊNCIA:			
LATITUDE: S6 55.795		LONGITUDE: W35 42.031	
ALTITUDE (m): 492			
DATA DE CONSTRUÇÃO:			
ATIVIDADE INICIAL: Engenho			
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: REGULAR			
LOCALIZAÇÃO:			
			
		<p>Local: Engenho Santa Tereza                      Nº de casas: 21                      Município: Areia                      Estado: Paraíba                      Data: 25/05/1977                      Croqui da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA</p>	

CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E ESPACIAL DO SÍTIO

TIPOLOGIAS PRIMÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE	IMPLANTAÇÃO	DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE:
CASA DE ENGENHO	RUIM	1		<input type="checkbox"/> LINEAR <input type="checkbox"/> PÁTIO RETANGULAR <input checked="" type="checkbox"/> IRREGULAR <input type="checkbox"/> PÁTIO <input type="checkbox"/> PÁTIO IRREGULAR <input type="checkbox"/> GRADE	A propriedade possui a casa do engenho, a casa grande, que foi reformada, três casas de moradores e dois depósitos. Os depósitos foram construídos pelo proprietário atual.
CASA DE PURGAR					
SENZALA					
CASA GRANDE	REGULAR	1		POSICIONAMENTO DAS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> CASA-GRANDE NO ALTO <input type="checkbox"/> CAPELA EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> CASA-GRANDE EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> TODO CONJUNTO NO MESMO PLANO	
TIPOLOGIAS SECUNDÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE	USO DA ÁREA ADJACENTE ÀS EDIFICAÇÕES	DESCRIÇÃO/MODIFICAÇÃO NA PAISAGEM:
CURRAL/ESTÁBULO	RUIM	3		<input checked="" type="checkbox"/> TRÂNSITO <input checked="" type="checkbox"/> CANAVIAL <input type="checkbox"/> AGRIC. SUBSISTÊNCIA <input type="checkbox"/> LAZER <input type="checkbox"/> ATIVIDADES DOMÉSTICAS <input type="checkbox"/> SECAGEM PRODUTOS AGRÍCOLAS <input checked="" type="checkbox"/> PECUÁRIA <input type="checkbox"/> POMAR <input type="checkbox"/> OUTRO QUAL OUTRO:	Inicialmente o engenho possuía 300 hectares, mas foi dividida por motivos de herança. Toda a propriedade se destina à plantação de capim, apenas 5 hectares, aproximadamente, são destinados ao plantio da cana-de-açúcar, que tem diminuído com o tempo. Quanto a hidrografia, há um açude e um riacho. Há uma área de 15 ha destinada a preservação de mata, utilizada como lenha em pequenas quantidades.
DEPÓSITO/GALPÃO	REGULAR	2			
OFICINA					
CASA DO MORADOR	REGULAR	1			
BARRACÃO					
OUTRA					
DADOS ECONÔMICOS:			OBSERVAÇÕES:		
A atividade principal da propriedade é a pecuária. Há uma pequena produção de aguardente. A propriedade foi fornecedora de cana pra usina Santa Maria durante o seu funcionamento. O engenho chegou a produzir rapadura em grande quantidade, mas há cerca de 7 ou 8 anos a produção foi extinta. A família consegue viver com a produção da pecuária, mas possuem uma aposentadoria como renda extra.			A família chegou na propriedade em 1944.		

FOTOS:



Fábrica do engenho, canavial, casa grande, garagem em frente a casa grande. Foto: Anna Cristina A. Ferreira, 05/03/2009.



CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E ESPACIAL DO SÍTIO						
TIPOLOGIAS PRIMÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	DE DAS	QUANTIDADE	RELEVANTE	IMPLANTAÇÃO <input type="checkbox"/> LINEAR <input type="checkbox"/> PÁTIO RETANGULAR <input type="checkbox"/> IRREGULAR <input type="checkbox"/> PÁTIO <input checked="" type="checkbox"/> PÁTIO IRREGULAR <input type="checkbox"/> GRADE	DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE: O engenho foi construído pelo avô da proprietária, aproximadamente no final do século XIX. A fábrica e a capela são os exemplares mais antigos. A casa grande foi a última edificação construída, aproximadamente em 1950. A casa original foi demolida. A capela preserva uma tradição cultural, a novena de São João Batista, com uma missa no dia do santo.
CASA DE ENGENHO	REGULAR	1				
CASA DE PURGAR						
SENZALA						
CASA GRANDE	BOM		1		POSICIONAMENTO DAS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> CAPELA/CASA-GRANDE NO ALTO <input type="checkbox"/> CAPELA EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> CASA-GRANDE EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> TODO CONJUNTO NO MESMO PLANO	
CAPELA	REGULAR		1			
TIPOLOGIAS SECUNDÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	DE DAS	QUANTIDADE	RELEVANTE		DESCRIÇÃO/MODIFICAÇÃO NA PAISAGEM: Dos 180 hectares da propriedade, aproximadamente 20 hectares são destinados ao plantio de cana-de-açúcar, o restante da área é ocupada por cercados e roçados dos moradores, e toda área mais elevada é ocupada por mata. Existem alguns riachos na propriedade, mas o abastecimento do engenho é feito através de poços.
CURRAL/ESTÁBULO					USO DA ÁREA ADJACENTE ÀS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> TRÂNSITO <input checked="" type="checkbox"/> CANAVIAL <input checked="" type="checkbox"/> AGRIC. SUBSISTÊNCIA <input type="checkbox"/> LAZER <input checked="" type="checkbox"/> ATIVIDADES DOMÉSTICAS <input type="checkbox"/> SECAGEM PRODUTOS AGRÍCOLAS <input type="checkbox"/> PECUÁRIA <input type="checkbox"/> POMAR <input type="checkbox"/> OUTRO	
DEPÓSITO/GALPÃO	REGULAR		6			
OFICINA						
CASA DO MORADOR	REGULAR		6			
BARRACÃO						
OUTRA	REGULAR		1		QUAL OUTRO:	
DADOS		ECONÔMICOS:		OBSERVAÇÕES:		
A atividade principal é a produção da rapadura, com pouca produção de cachaça. Embora não pratique a pecuária, há alguns cercados de capins, que são alugados para outros pecuaristas. A família possuía uma renda extra, pois o que é produzido no engenho não é suficiente para seu sustento.						

FOTOS:



Fábrica do engenho, depósitos, casa grande e Capela São João, Implantação do conjunto. Foto: Anna Cristina A. Ferreira, 05/03/2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA		CENTRO DE TECNOLOGIA	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO - PPGAU
ENGENHOS DO MUNICÍPIO DE AREIA/PB			
FICHA SÍTIO Nº: 26		DATA E HORA: 19/03/2009; 10:30AM	
IDENTIFICAÇÃO		CROQUI:	
NOME:	Ipueira de Oswaldo Pina		
OUTROS NOMES:			
NATUREZA:	Engenho		
MUNICÍPIO:	Areia		
ATIVIDADE ATUAL:	Pecuária		
ÁREA :	153 ha		
ACESSO VIA:	Rural		
PROPRIETÁRIO:	Juraci Lemos Pina		
CONTATO:	(83) 35031019 / 99135222		
PROPRIEDADES VIZINHAS:	Ipueira, Ipueira São João, Santa Tereza, Barragem Saulo Maia.		
PROTEÇÃO EXISTENTE:			
COORDENADAS DO PONTO DE REFERÊNCIA:			
LATITUDE: S6 55.026		LONGITUDE: W35 41.448	
ALTITUDE (m): 499			
DATA DE CONSTRUÇÃO: Século XIX			
ATIVIDADE INICIAL: Café			
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: REGULAR			
LOCALIZAÇÃO:		<p>Local: Engenho Ipueira de Oswaldo Pina                      Nº de casas: 19                      Município: Areia                      Estado: Paraíba                      Data: 25/05/1977                      Croqui da Fundação Nacional de Saúde- FUNASA</p>	

CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E ESPACIAL DO SÍTIO						
TIPOLOGIAS PRIMÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	DE DAS	QUANTIDADE	RELEVANTE	IMPLANTAÇÃO <input type="checkbox"/> LINEAR <input type="checkbox"/> PÁTIO RETANGULAR <input checked="" type="checkbox"/> IRREGULAR <input type="checkbox"/> PÁTIO <input type="checkbox"/> PÁTIO IRREGULAR <input type="checkbox"/> GRADE	DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE: Todas as instalações do engenho foram demolidas. a propriedade possuía um grande sobrado como casa grande, a casa do engenho e casa de farinha. Foram construídas outras edificações, como depósitos e a atual casa grande. Havia 44 casas de moradores espalhadas pela propriedade, construídas na década de 1960, hoje em dia resta apenas uma. A propriedade possui, ainda, uma cocheira e um armazém.
CASA DE ENGENHO						
CASA DE PURGAR						
SENZALA						
CASA GRANDE	BOM		1	S	POSICIONAMENTO DAS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> CASA-GRANDE NO ALTO <input type="checkbox"/> CAPELA EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> CASA-GRANDE EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> TODO CONJUNTO NO MESMO PLANO	
CAPELA						
TIPOLOGIAS SECUNDÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	DE DAS	QUANTIDADE	RELEVANTE		DESCRIÇÃO/MODIFICAÇÃO NA PAISAGEM: Dos 195 hectares da propriedade, 15 hectares foram utilizados na instalação da barragem Saulo Maia, 27 hectares foram vendidos, restando 153 hectares. Cerca de 90% da propriedade é ocupada com pasto, o restantes se divide entre a plantação de árvores frutíferas e cerca de 10 hectares de mata. Quanto a hidrografia há cerca de 6 ou 7 nascentes na propriedade. Três riachos atravessam a propriedades, dentre eles o rio do Canto, afluente do Mamanguape. Antes da barragem o proprietário estava iniciando a criação de um bosque, em um local conhecido como "a caverna do troglodita", área que foi submersa.
CURRAL/ESTÁBULO	RUIM		1			
DEPÓSITO/GALPÃO	REGULAR		1		USO DA ÁREA ADJACENTE ÀS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> TRÂNSITO <input type="checkbox"/> CANAVIAL <input type="checkbox"/> AGRIC. SUBSISTÊNCIA <input type="checkbox"/> LAZER <input type="checkbox"/> ATIVIDADES DOMÉSTICAS <input type="checkbox"/> SECAGEM PRODUTOS AGRÍCOLAS <input checked="" type="checkbox"/> PECUÁRIA <input checked="" type="checkbox"/> POMAR <input type="checkbox"/> OUTRO	
OFICINA						
CASA DO MORADOR	REGULAR		1			
BARRAÇÃO					QUAL OUTRO:	
OUTRA	REGULAR		1			
DADOS		ECONÔMICOS:		OBSERVAÇÕES:		
A primeira atividade da propriedade foi a produção de café, mas devido à uma praga, a produção de cana-de-açúcar, que já existia na propriedade em pequena escala, se tornou a principal cultura, havendo, ainda, a produção do agave e banana em paralelo. A atividade da propriedade atualmente é apenas a pecuária. O proprietário tentou implantar a atividade turística na região, porém não dispunha de investimento suficiente. A família não consegue viver apenas do que é produzido na propriedade, possuem renda externa. O dono pensa em vender ou mudar a atividade da propriedade.				Há três engenhos com o nome Ipueira. O pai do proprietário a adquiriu em 1928. O atual proprietário o possui desde 1964. O primeiro proprietário de chamava Fidel Maribondo.		

FOTOS:



Casa grande e depósito, e a área que circunda as edificações. Foto: Anna Cristina A. Ferreira, 19/03/2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA		CENTRO DE TECNOLOGIA	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO - PPGAU
ENGENHOS DO MUNICÍPIO DE AREIA/PB			
FICHA SÍTIO Nº: 27		DATA E HORA: 19/03/2009; 13:20AM	
IDENTIFICAÇÃO		CROQUI:	
NOME:	Santa Helena		
OUTROS NOMES:	Fechado		
NATUREZA:	Engenho		
MUNICÍPIO:	Areia		
ATIVIDADE ATUAL:	Rapadura		
ÁREA :	120 ha		
ACESSO VIA:	Rural		
PROPRIETÁRIO:	Espólio Carlos Barreto de Almeida		
CONTATO:	(83) 91469339		
PROPRIEDADES VIZINHAS:	Ipueira São João, Santa Maria, Sítio Fechado, Faz. Santa Cruz, Pintura.		
PROTEÇÃO EXISTENTE:			
COORDENADAS DO PONTO DE REFERÊNCIA:			
LATITUDE: S6 54.375	LONGITUDE: W35 39.616		
ALTITUDE (m): 419			
DATA DE CONSTRUÇÃO: 5/5/1952			
ATIVIDADE INICIAL: Cana-de-açúcar e sisal			
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: REGULAR			
LOCALIZAÇÃO:			

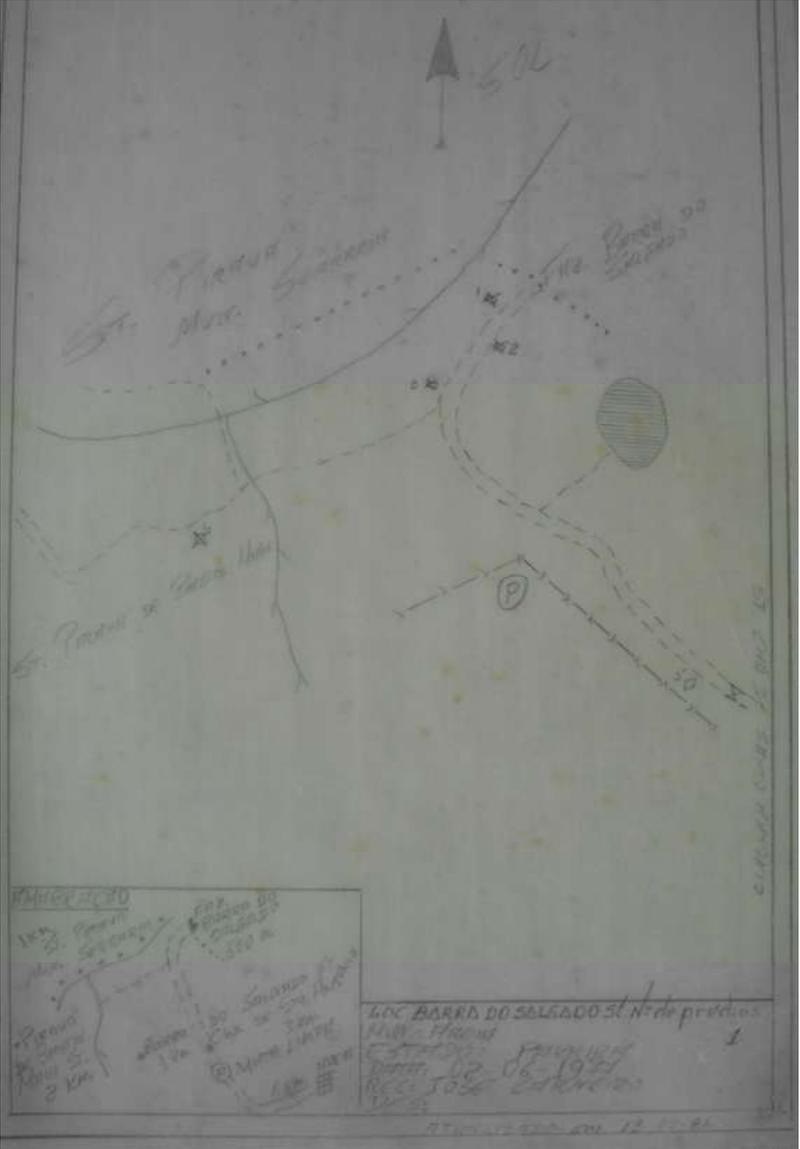
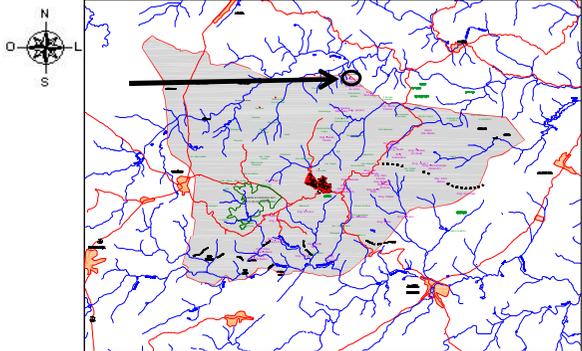
Croqui da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA

CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E ESPACIAL DO SÍTIO						
TIPOLOGIAS PRIMÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	DE DAS	QUANTIDADE	RELEVANTE	IMPLANTAÇÃO <input type="checkbox"/> LINEAR <input type="checkbox"/> PÁTIO RETANGULAR <input checked="" type="checkbox"/> IRREGULAR <input type="checkbox"/> PÁTIO <input type="checkbox"/> PÁTIO IRREGULAR <input type="checkbox"/> GRADE	DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE: Possui uma casa grande, a casa do engenho, uma oficina, três depósitos e dez casas de moradores, além de um curral e um estábulo. Uma parte da fábrica está sendo modificada, internamente para fabricação de cachaça. O engenho preserva a tradição das festas juninas.
CASA DE ENGENHO	REGULAR	1	S			
CASA DE PURGAR						
SENZALA						
CASA GRANDE	BOM		1	S	POSICIONAMENTO DAS EDIFICAÇÕES <input type="checkbox"/> CAPELA/CASA-GRANDE NO ALTO <input type="checkbox"/> CAPELA EM POSIÇÃO INFERIOR <input checked="" type="checkbox"/> CASA-GRANDE EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> TODO CONJUNTO NO MESMO PLANO	
CAPELA						
TIPOLOGIAS SECUNDÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	DE DAS	QUANTIDADE	RELEVANTE		DESCRIÇÃO/MODIFICAÇÃO NA PAISAGEM: A região onde a propriedade se encontra é conhecida como Fechado de Cima, Fechado do Meio e Fechado de Baixo. O engenho chegou a ter 300 hectares, mas hoje restam apenas 120 hectares. Destes 40% foram destinados para a plantação de cana-de-açúcar, 20% para a área de pasto, 20% para os roçados dos moradores e 20% para a área de reserva de preservação permanente. Quanto a hidrografia, passa um riacho pela propriedade, o rio Bananeiras. Foram criadas várias estradas para o transporte da cana do engenho até a usina. O canal se concentra nas áreas de várzea e meias encostas, devido a dificuldade de irrigação, e as áreas mais elevadas se destinam a área de preservação de mata.
CURRAL/ESTÁBULO	RUIM		1	S		
DEPÓSITO/GALPÃO	REGULAR		3	S	USO DA ÁREA ADJACENTE ÀS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> TRÂNSITO <input checked="" type="checkbox"/> CANAVIAL <input type="checkbox"/> AGRIC. SUBSISTÊNCIA <input type="checkbox"/> LAZER <input type="checkbox"/> ATIVIDADES DOMÉSTICAS <input type="checkbox"/> SECAGEM PRODUTOS AGRÍCOLAS <input checked="" type="checkbox"/> PECUÁRIA <input checked="" type="checkbox"/> POMAR <input type="checkbox"/> OUTRO	
OFICINA	REGULAR		1	S		
CASA DO MORADOR	RUIM		10	S		
BARRACÃO	REGULAR		1	S		
OUTRA					QUAL OUTRO:	
DADOS ECONÔMICOS:		OBSERVAÇÕES:				
A atividade principal da propriedade é a fabricação de rapadura, e uma parte da fábrica está sendo modificada para fabricação de cachaça. Na época de funcionamento da Usina Santa Maria, o engenho moía cerca de 15% da produção de cana, e 85% se destinava a abastecer a Usina. O proprietário se sustenta apenas com a produção do engenho e de outras propriedades destinadas a pecuária.		O primeiro proprietário foi João Correa Lima, o atual adquiriu o engenho em 1957.				

FOTOS:



Implantação do engenho, casa grande, fábrica e casas de moradores. Foto: Anna Cristina A. Ferreira, 19/03/2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA		CENTRO DE TECNOLOGIA	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO - PPGAU
ENGENHOS DO MUNICÍPIO DE AREIA/PB			
FICHA SÍTIO Nº: 28		DATA E HORA: 19/03/2009; 13:45 PM	
IDENTIFICAÇÃO		CROQUI:	
NOME:	Barra do Salgado		
OUTROS NOMES:			
NATUREZA:	Engenho		
MUNICÍPIO:	Areia		
ATIVIDADE ATUAL:	Pecuária		
ÁREA :			
ACESSO VIA:	Rural		
PROPRIETÁRIO:	Eduardo Guedes da Costa		
CONTATO:			
PROPRIEDADES VIZINHAS:			
PROTEÇÃO EXISTENTE:			
COORDENADAS DO PONTO DE REFERÊNCIA:			
LATITUDE: S6 53.274		LONGITUDE: W35 40.958	
ALTITUDE (m): 458			
DATA DE CONSTRUÇÃO: 1/7/1905			
ATIVIDADE INICIAL: Pecuária			
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: BOM			
LOCALIZAÇÃO:			
			
		<p>Local: Engenho Barra do Salgado                  Nº de casas: 4                  Município: Areia                  Estado: Paraíba                  Data: 02/06/1977                  Croqui da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA</p>	
			

CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E ESPACIAL DO SÍTIO						
TIPOLOGIAS PRIMÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	DE DAS	QUANTIDADE	RELEVANTE	IMPLANTAÇÃO <input type="checkbox"/> LINEAR <input type="checkbox"/> PÁTIO RETANGULAR <input checked="" type="checkbox"/> IRREGULAR <input type="checkbox"/> PÁTIO <input type="checkbox"/> PÁTIO IRREGULAR <input type="checkbox"/> GRADE	DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE: A propriedade possui uma implantação diferenciada, pois a fábrica está sendo construída na parte mais elevada, enquanto a casa grande e demais edificações se encontram na área mais baixa. A propriedade já havia funcionado como engenho, sendo sua fábrica original demolida. Atualmente esta sendo construída uma nova fábrica para fabricação de cachaça.
CASA DE ENGENHO	BOM	1	N			
CASA DE PURGAR						
SENZALA						
CASA GRANDE	BOM		1	S	POSICIONAMENTO DAS EDIFICAÇÕES <input type="checkbox"/> CAPELA/CASA-GRANDE NO ALTO <input type="checkbox"/> CAPELA EM POSIÇÃO INFERIOR <input checked="" type="checkbox"/> CASA-GRANDE EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> TODO CONJUNTO NO MESMO PLANO	DESCRIÇÃO/MODIFICAÇÃO NA PAISAGEM: O canalial circunda todo o conjunto edificado, e terreno é bastante acidentado.
CAPELA						
TIPOLOGIAS SECUNDÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	DE DAS	QUANTIDADE	RELEVANTE		
CURRAL/ESTÁBULO	BOM		1	N		
DEPÓSITO/GALPÃO					USO DA ÁREA ADJACENTE ÀS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> TRÂNSITO <input checked="" type="checkbox"/> CANAVIAL <input type="checkbox"/> AGRIC. SUBSISTÊNCIA	
OFICINA	BOM		1	N	<input type="checkbox"/> LAZER <input type="checkbox"/> ATIVIDADES DOMÉSTICAS <input type="checkbox"/> SECAGEM PRODUTOS AGRÍCOLAS	
CASA DO MORADOR					<input checked="" type="checkbox"/> PECUÁRIA <input checked="" type="checkbox"/> POMAR <input type="checkbox"/> OUTRO	
BARRACÃO					QUAL OUTRO:	
OUTRA						
DADOS			ECONÔMICOS:		OBSERVAÇÕES:	
A atividade da propriedade é a pecuária, mas está sendo construído um engenho para fabricação de cachaça.					Devido a ausência do proprietário não foi possível realizar a entrevista.	

FOTOS:



Implantação do engenho, fábrica sendo construída e casa grande. Foto: Anna Cristina A. Ferreira, 19/03/2009.

ENGENHOS DO MUNICÍPIO DE AREIA/PB

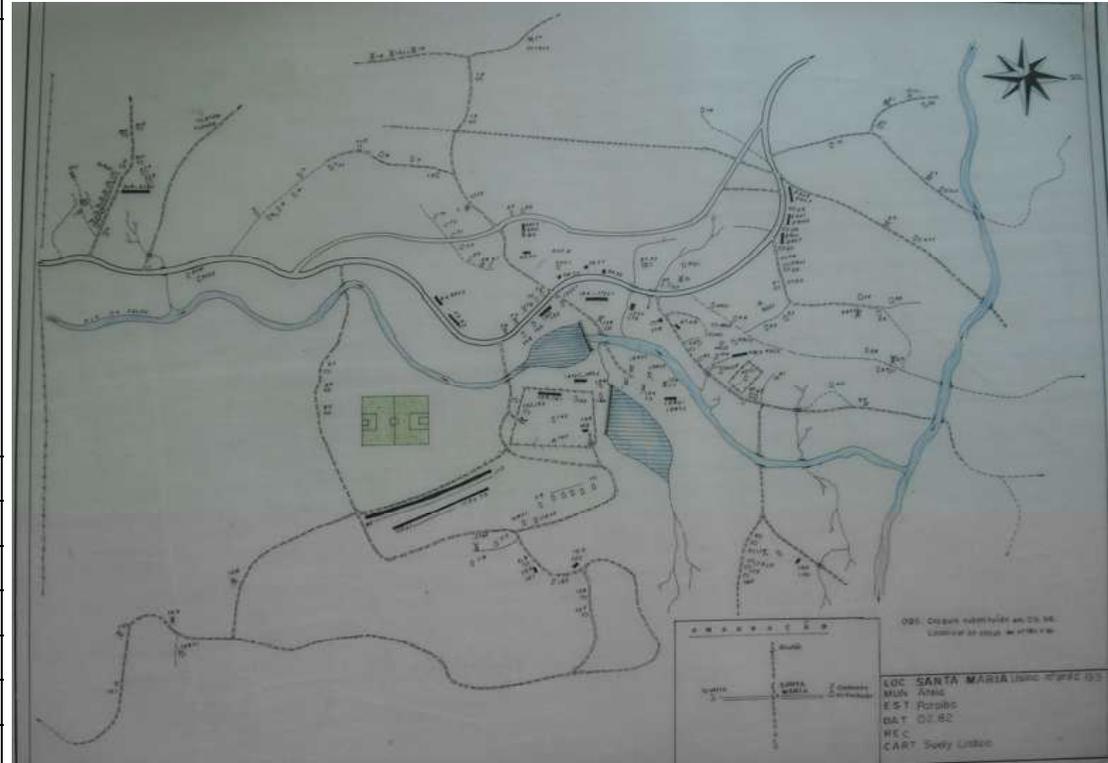
FICHA SÍTIO Nº: 29

DATA E HORA: 19/03/2009; 14:25 PM

IDENTIFICAÇÃO

NOME: Usina Santa Maria  
 OUTROS NOMES:  
 NATUREZA: Usina  
 MUNICÍPIO: Areia  
 ATIVIDADE ATUAL: Assentamento  
 ÁREA :  
 ACESSO VIA: Rural  
 PROPRIETÁRIO: Prefeitura Municipal de Areia  
 CONTATO:  
 PROPRIEDADES VIZINHAS:

CROQUI:



PROTEÇÃO EXISTENTE:

COORDENADAS DO PONTO DE REFERÊNCIA:

LATITUDE: LONGITUDE:

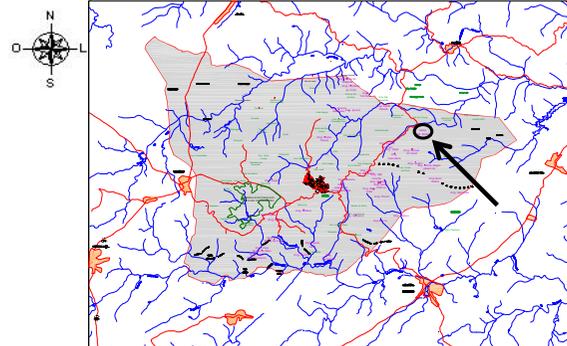
ALTITUDE (m):

DATA DE CONSTRUÇÃO: 1931

ATIVIDADE INICIAL: Cana-de-açúcar

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: RUÍNAS

LOCALIZAÇÃO:



Croqui da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA

CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E ESPACIAL DO SÍTIO

TIPOLOGIAS PRIMÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE	IMPLANTAÇÃO			DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE: A Usina foi desativada e suas instalações encontram-se em ruínas. Na área da Usina atualmente existe um assentamento, o Santa Maria. A casa grande ainda existe.
CASA DE ENGENHO				<input type="checkbox"/> LINEAR	<input type="checkbox"/> PÁTIO RETANGULAR	<input checked="" type="checkbox"/> IRREGULAR	
CASA DE PURGAR				<input type="checkbox"/> PÁTIO	<input type="checkbox"/> PÁTIO IRREGULAR	<input type="checkbox"/> GRADE	
SENZALA				POSICIONAMENTO DAS EDIFICAÇÕES <input type="checkbox"/> CAPELA/CASA-GRANDE NO ALTO <input type="checkbox"/> CAPELA EM POSIÇÃO INFERIOR <input checked="" type="checkbox"/> CASA-GRANDE EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> TODO CONJUNTO NO MESMO PLANO			
CASA GRANDE							
CAPELA							
TIPOLOGIAS SECUNDÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE	USO DA ÁREA ADJACENTE ÀS EDIFICAÇÕES			DESCRIÇÃO/MODIFICAÇÃO NA PAISAGEM: As ruínas se encontram em uma área plana, onde anteriormente se encontravam os engenhos Mufumbo e Mufumbinho.
DEPÓSITO/GALPÃO				<input checked="" type="checkbox"/> TRÂNSITO	<input type="checkbox"/> CANAVIAL	<input type="checkbox"/> AGRIC. SUBSISTÊNCIA	
OFICINA				<input type="checkbox"/> LAZER	<input checked="" type="checkbox"/> ATIVIDADES DOMÉSTICAS	<input type="checkbox"/> SECAGEM PRODUTOS AGRÍCOLAS	
CASA DO MORADOR				<input type="checkbox"/> PECUÁRIA	<input type="checkbox"/> POMAR	<input checked="" type="checkbox"/> OUTRO	
BARRACÃO				QUAL OUTRO:			
OUTRA							
DADOS ECONÔMICOS:			OBSERVAÇÕES:				
A Usina foi instalada na década de 1930, chegando a ocupar a área de 10 engenhos. Seu declínio ocorreu na década de 1990, e sua área foi desapropriada para implantação de um assentamento.			Não foi possível realizar a entrevista				

FOTOS:



Vestígios da Usina, casa grande e assentamento Santa Maria. Foto: Anna Cristina A. Ferreira, 19/03/2009.

ENGENHOS DO MUNICÍPIO DE AREIA/PB

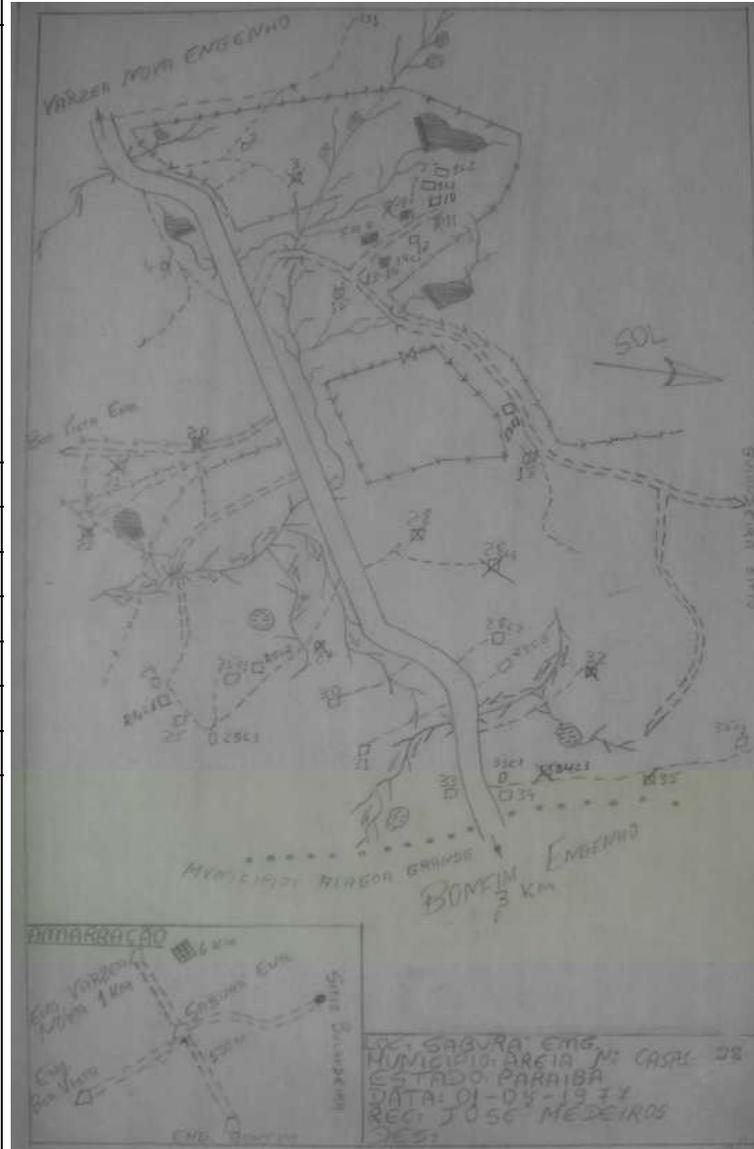
FICHA SÍTIO Nº: 30

DATA E HORA: 15/04/2009 09:18 AM

IDENTIFICAÇÃO

NOME: Saburá  
 OUTROS NOMES:  
 NATUREZA: Engenho  
 MUNICÍPIO: Areia  
 ATIVIDADE ATUAL: Pecuária  
 ÁREA: 70 ha  
 ACESSO VIA: Rural  
 PROPRIETÁRIO: Manoel Felix da Silva  
 CONTATO: (83) 35031062  
 PROPRIEDADES VIZINHAS: Várzea Nova, Sabueiro, Socorro, Saburá.

CROQUI:



Local: Engenho Saburá  
 Nº de casas: 28  
 Município: Areia  
 Estado: Paraíba  
 Data: 01/05/1977  
 Croqui da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA

PROTEÇÃO EXISTENTE:

COORDENADAS DO PONTO DE REFERÊNCIA:

LATITUDE: S7 00.046 LONGITUDE: W35 40.799

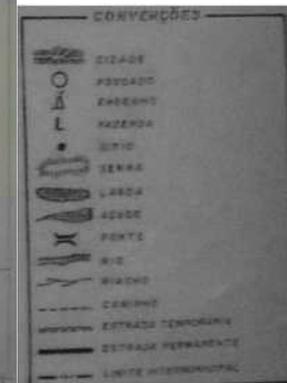
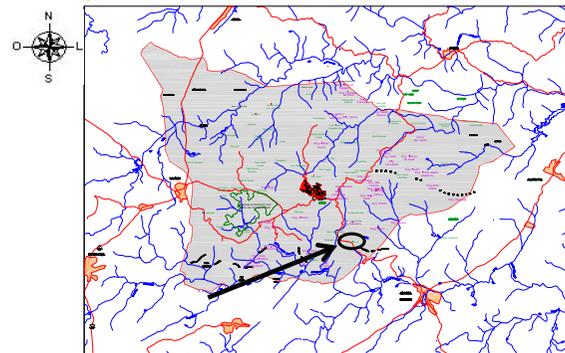
ALTITUDE (m): 456

DATA DE CONSTRUÇÃO:

ATIVIDADE INICIAL: Rapadura

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: BOM

LOCALIZAÇÃO:



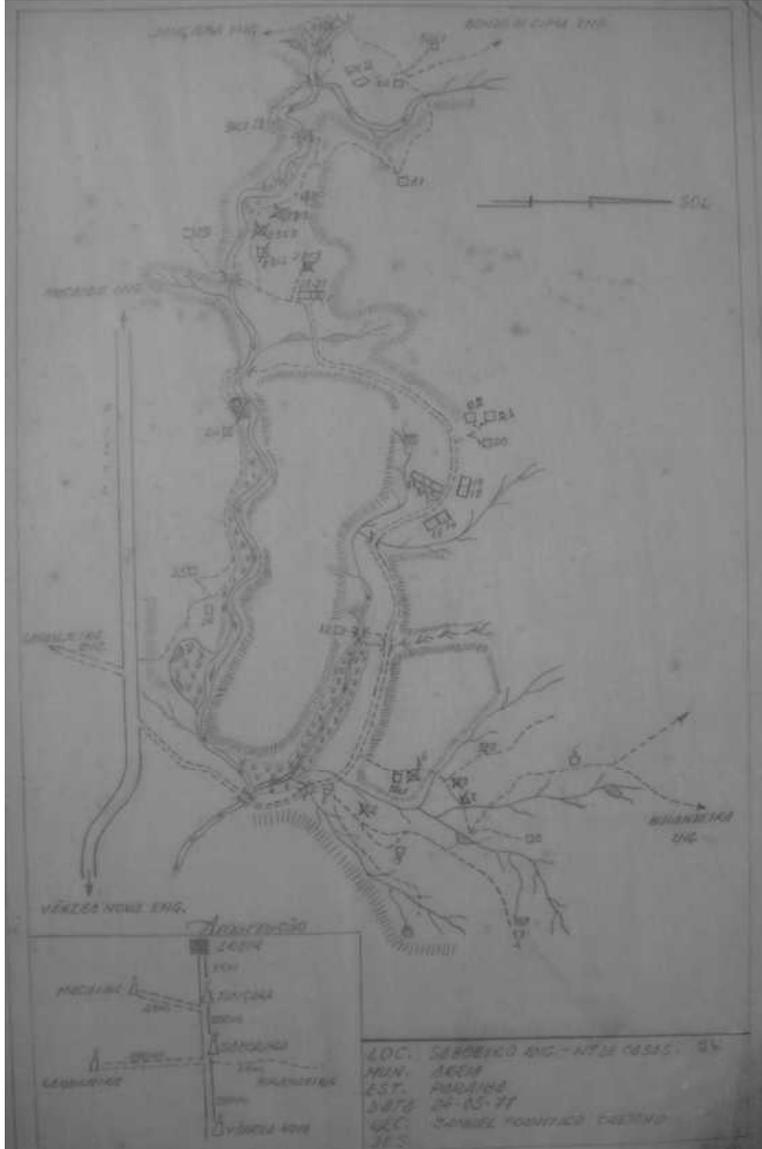
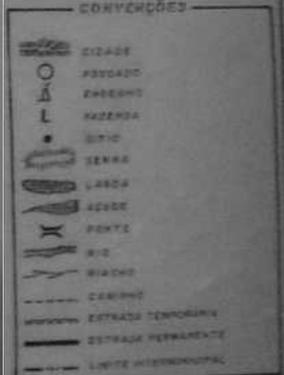
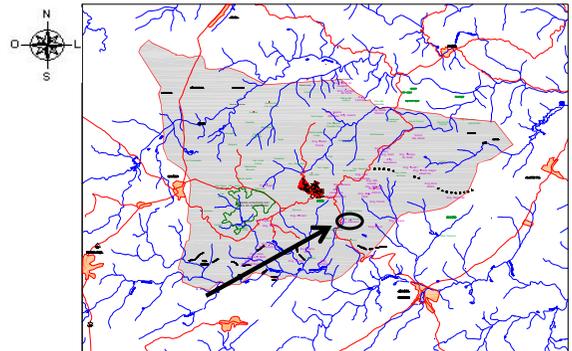
CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E ESPACIAL DO SÍTIO

TIPOLOGIAS PRIMÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE	IMPLANTAÇÃO	DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE:
CASA DE ENGENHO	REGULAR	1		<input type="checkbox"/> LINEAR <input checked="" type="checkbox"/> PÁTIO RETANGULAR <input type="checkbox"/> IRREGULAR	O conjunto principal possui uma casa grande, a antiga fábrica do engenho, que hoje funciona como cocheira, uma capela, um depósito, uma casa de morador e dois currais. A antiga fábrica foi desconfigurada para a mudança de atividade. A casa grande e a capela passaram por intervenções. As edificações estão dispostas formando um pátio retangular, com a casa grande em um ponto mais elevado.
CASA DE PURGAR				<input type="checkbox"/> PÁTIO <input type="checkbox"/> PÁTIO IRREGULAR <input type="checkbox"/> GRADE	
SENZALA					
CASA GRANDE	BOM	1			
CAPELA	BOM	1		POSICIONAMENTO DAS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> CASA-GRANDE NO ALTO <input checked="" type="checkbox"/> CAPELA EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> CASA-GRANDE EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> TODO CONJUNTO NO MESMO PLANO	
TIPOLOGIAS SECUNDÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE	USO DA ÁREA ADJACENTE ÀS EDIFICAÇÕES	DESCRIÇÃO/MODIFICAÇÃO NA PAISAGEM:
CURRAL/ESTÁBULO	REGULAR	2			A propriedade possui 70 ha, destinados ao plantio de pasto. Ela foi desmembrada dando origem a outro engenho de mesmo nome. Quanto a hidrografia, há um riacho que deságua no rio Mamanguape e três açudes que abastecem a propriedade.
DEPÓSITO/GALPÃO	REGULAR	1		<input checked="" type="checkbox"/> TRÂNSITO <input type="checkbox"/> CANAVIAL <input type="checkbox"/> AGRIC. SUBSISTÊNCIA	
OFICINA				<input type="checkbox"/> LAZER <input checked="" type="checkbox"/> ATIVIDADES DOMÉSTICAS <input type="checkbox"/> SECAGEM PRODUTOS AGRÍCOLAS	
CASA DO MORADOR	REGULAR	1		<input checked="" type="checkbox"/> PECUÁRIA <input type="checkbox"/> POMAR <input type="checkbox"/> OUTRO	
BARRACÃO				QUAL OUTRO:	
OUTRA					
DADOS			ECONÔMICOS	OBSERVAÇÕES:	
A propriedade atualmente é uma fazenda de gado leiteiro.				A propriedade pertence ao senhor Manoel Felix desde 1972.	

FOTOS:



Casa grande, fábrica utilizada como curral, capela e frente da fábrica. Foto: Anna Cristina A. Ferreira, 15/04/2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA		CENTRO DE TECNOLOGIA	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO - PPGAU
ENGENHOS DO MUNICÍPIO DE AREIA/PB			
FICHA SÍTIO Nº: 31		DATA E HORA: 15/04/2009 10:10 AM	
IDENTIFICAÇÃO		CROQUI:	
NOME:	Saboeiro		
OUTROS NOMES:			
NATUREZA:	Engenho		
MUNICÍPIO:	Areia		
ATIVIDADE ATUAL:	Pecuária		
ÁREA :			
ACESSO VIA:	Rural		
PROPRIETÁRIO:	Gilvan Freire		
CONTATO:			
PROPRIEDADES VIZINHAS:	Várzea Nova, Saburá, Laranjeira, Jussarinha.		
PROTEÇÃO EXISTENTE:			
COORDENADAS DO PONTO DE REFERÊNCIA:			
LATITUDE: S6 59.224		LONGITUDE: W35 40.809	
ALTITUDE (m): 394			
DATA DE CONSTRUÇÃO:			
ATIVIDADE INICIAL:			
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: REGULAR			
LOCALIZAÇÃO:		<p>Local: Engenho Saboeiro                  Nº de casas: 26                  Município: Areia                  Estado: Paraíba                  Data: 24/05/1977                  Croqui da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA</p> 	
			

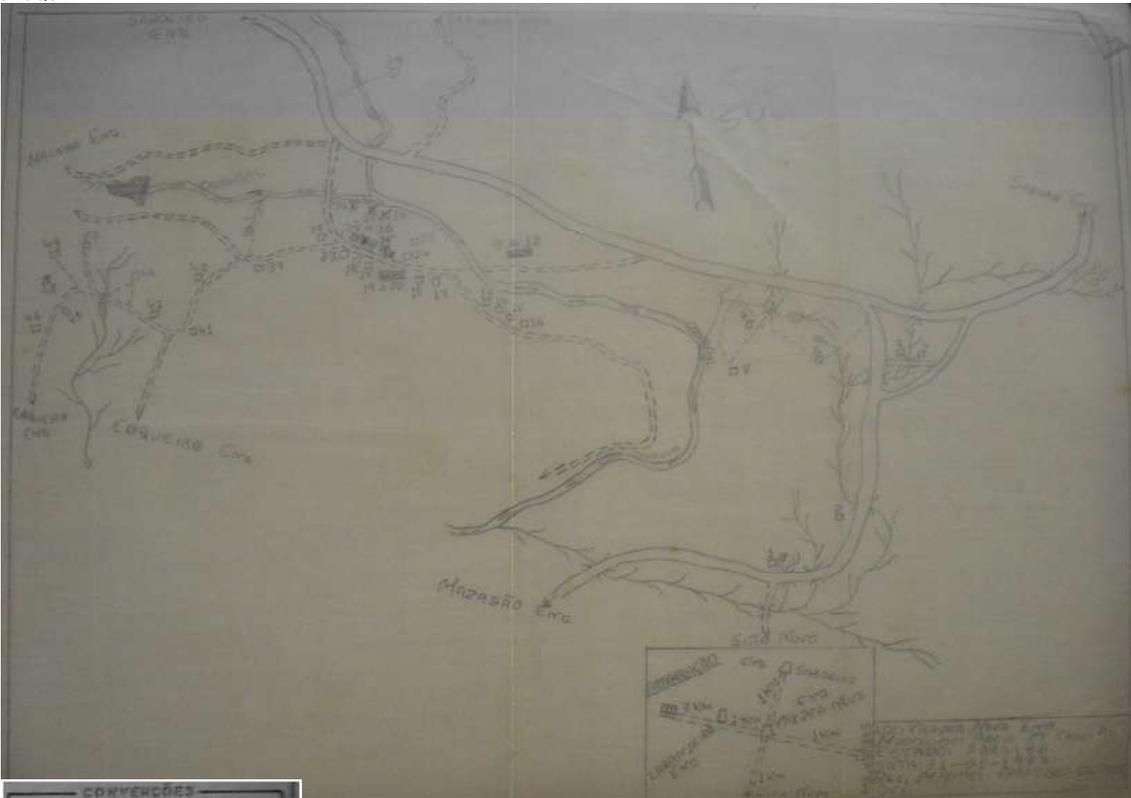
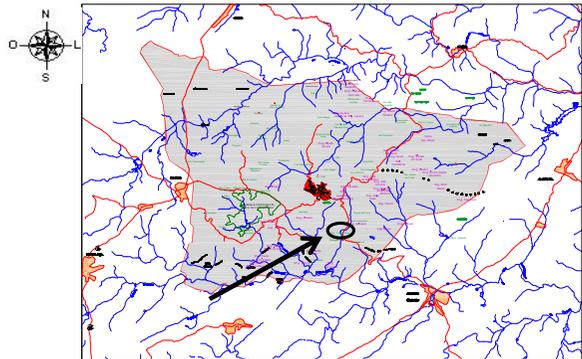
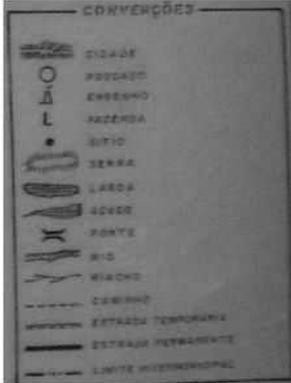
CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E ESPACIAL DO SÍTIO

TIPOLOGIAS PRIMÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE	IMPLANTAÇÃO	DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE:
CASA DE ENGENHO	RUIM	1		<input type="checkbox"/> LINEAR <input type="checkbox"/> PÁTIO RETANGULAR <input checked="" type="checkbox"/> IRREGULAR <input type="checkbox"/> PÁTIO <input type="checkbox"/> PÁTIO IRREGULAR <input type="checkbox"/> GRADE	O casa grande passou por reformas a pouco tempo, e a fábrica está sendo consertada para voltar a produzir.  DESCRIÇÃO/MODIFICAÇÃO NA PAISAGEM: O conjunto edificado é circundado pelo canalial, inclusive nas áreas mais elevadas, e árvores frutíferas.
CASA DE PURGAR					
SENZALA					
CASA GRANDE	REGULAR	1		POSICIONAMENTO DAS EDIFICAÇÕES <input type="checkbox"/> CAPELA/CASA-GRANDE NO ALTO <input type="checkbox"/> CAPELA EM POSIÇÃO INFERIOR <input checked="" type="checkbox"/> CASA-GRANDE EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> TODO CONJUNTO NO MESMO PLANO	
CAPELA					
TIPOLOGIAS SECUNDÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE		
CURRAL/ESTÁBULO					
DEPÓSITO/GALPÃO				USO DA ÁREA ADJACENTE ÀS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> TRÂNSITO <input checked="" type="checkbox"/> CANAVIAL <input type="checkbox"/> AGRIC. SUBSISTÊNCIA <input type="checkbox"/> LAZER <input type="checkbox"/> ATIVIDADES DOMÉSTICAS <input type="checkbox"/> SECAGEM PRODUTOS AGRÍCOLAS <input type="checkbox"/> PECUÁRIA <input checked="" type="checkbox"/> POMAR <input type="checkbox"/> OUTRO	
OFICINA					
CASA DO MORADOR	REGULAR	1		QUAL OUTRO:	
BARRACÃO					
OUTRA					
DADOS ECONÔMICOS:				OBSERVAÇÕES: Não foi possível realizar a entrevista devido a ausência do proprietário.	

FOTOS:



Fábrica do engenho e casa grande, e em volta do conjunto o canalial. Foto: Anna Cristina A. Ferreira, 15/04/2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA		CENTRO DE TECNOLOGIA	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO - PPGAU
ENGENHOS DO MUNICÍPIO DE AREIA/PB			
FICHA SÍTIO Nº: 32		DATA E HORA: 15/04/2009 10:50 AM	
IDENTIFICAÇÃO		CROQUI:	
NOME:	Várzea Nova		
OUTROS NOMES:	Santa Izabel		
NATUREZA:	Engenho		
MUNICÍPIO:	Areia		
ATIVIDADE ATUAL:	Pecuária		
ÁREA :	300 ha		
ACESSO VIA:	Rural		
PROPRIETÁRIO:	Paulo de Tarso da Costa		
CONTATO:	(83) 99864563		
PROPRIEDADES VIZINHAS:	Laranjeira, Saburá, Paraíso, Cacimbinha, Coqueiro.		
PROTEÇÃO EXISTENTE:			
COORDENADAS DO PONTO DE REFERÊNCIA:			
LATITUDE: S6 59.622		LONGITUDE: W35 41.477	
ALTITUDE (m): 406			
DATA DE CONSTRUÇÃO:			
ATIVIDADE INICIAL: Cana-de-açúcar			
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: REGULAR			
LOCALIZAÇÃO:			
			
		<p>Local: Fazenda Várzea Nova                  Nº de casas: 45                  Município: Areia                  Estado: Paraíba                  Data: 31/05/1977                  Croqui da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA</p>	

CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E ESPACIAL DO SÍTIO						
TIPOLOGIAS PRIMÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	DE DAS	QUANTIDADE	RELEVANTE	<input type="checkbox"/> LINEAR <input type="checkbox"/> PÁTIO RETANGULAR <input type="checkbox"/> IRREGULAR <input checked="" type="checkbox"/> PÁTIO <input type="checkbox"/> PÁTIO IRREGULAR <input type="checkbox"/> GRADE	DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE: Quando a propriedade foi adquirida o engenho estava em ruínas. Havia uma capela e casa grande, que também estavam em ruínas e foram demolidas. A casa do engenho foi restaurada e transformada em casa grande. Resta ainda o bueiro com o nome do antigo engenho e a data de sua possível construção.
CASA DE ENGENHO						
CASA DE PURGAR						
SENZALA						
CASA GRANDE	BOM		1		POSICIONAMENTO DAS EDIFICAÇÕES <input type="checkbox"/> CAPELA/CASA-GRANDE NO ALTO <input type="checkbox"/> CAPELA EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> CASA-GRANDE EM POSIÇÃO INFERIOR <input checked="" type="checkbox"/> TODO CONJUNTO NO MESMO PLANO	
CAPELA						
TIPOLOGIAS SECUNDÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	DE DAS	QUANTIDADE	RELEVANTE		DESCRIÇÃO/MODIFICAÇÃO NA PAISAGEM: A fazenda se localiza próximo a estrada de acesso de Alagoa Grande para Areia. A área se divide entre a plantação de capim e a reserva de mata nativa, porém o proprietário não sabe precisar quantos hectares cada uma ocupa. Quanto a hidrografia a propriedade cortada por um riacho, e há pequenos açudes, a casa é abastecida por poços artesanais. A principal mudança na paisagem foi a substituição de toda a área de canavial por cercados de capim
CURRAL/ESTÁBULO	REGULAR		1			
DEPÓSITO/GALPÃO	REGULAR		3		USO DA ÁREA ADJACENTE ÀS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> TRÂNSITO <input type="checkbox"/> CANAVIAL <input type="checkbox"/> AGRIC. SUBSISTÊNCIA <input type="checkbox"/> LAZER <input checked="" type="checkbox"/> ATIVIDADES DOMÉSTICAS <input type="checkbox"/> SECAGEM PRODUTOS AGRÍCOLAS <input checked="" type="checkbox"/> PECUÁRIA <input type="checkbox"/> POMAR <input type="checkbox"/> OUTRO	
OFICINA						
CASA DO MORADOR	REGULAR		5			
BARRACÃO					QUAL OUTRO:	
OUTRA						
DADOS		ECONÔMICOS:		OBSERVAÇÕES:		
A atividade atual da propriedade é a pecuária, de corte e leiteira. O proprietário adquiriu o engenho abandonado. A área era utilizada com o plantio de cana para abastecer a Usina Tanques, no município de Alagoa Grande. O proprietário possui uma renda extra, pois não consegue viver com o que é produzido na propriedade.				O atual proprietário a adquiriu em 1999.		

FOTOS:



Implantação da atual fazenda Várzea Nova, antiga fábrica do engenho transformada em residência, depósitos e estábulo. O antigo bueiro do engenho. Foto: Anna Cristina A. Ferreira, 15/04/2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA		CENTRO DE TECNOLOGIA	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO - PPGAU																								
ENGENHOS DO MUNICÍPIO DE AREIA/PB																											
FICHA SÍTIO Nº: 33		DATA E HORA: 15/04/2009 13:00 PM																									
IDENTIFICAÇÃO		CROQUI:																									
NOME:	Jussarinha																										
OUTROS NOMES:	Juçarinha																										
NATUREZA:	Engenho																										
MUNICÍPIO:	Areia																										
ATIVIDADE ATUAL:	Assentamento																										
ÁREA :																											
ACESSO VIA:	Rural																										
PROPRIETÁRIO:	Prefeitura Municipal de Areia																										
CONTATO:																											
PROPRIEDADES VIZINHAS:	São José, Jussara, Saboeiro.																										
PROTEÇÃO EXISTENTE:																											
COORDENADAS DO PONTO DE REFERÊNCIA:																											
LATITUDE: S6 57.874		LONGITUDE: W35 41.366																									
ALTITUDE (m): 526																											
DATA DE CONSTRUÇÃO:																											
ATIVIDADE INICIAL:	Cana-de-açúcar																										
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: DEMOLIDO																											
LOCALIZAÇÃO:																											
		<table border="1"> <tr> <td>LOC</td> <td>JUÇARINHA ENG</td> <td>Nº de casas</td> <td>4</td> </tr> <tr> <td>MUN</td> <td>AREIA</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>EST</td> <td>PARAIBA</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>DAT</td> <td>25-05-77</td> <td>RESTAURADO</td> <td></td> </tr> <tr> <td>REC</td> <td>MOACIR HERMANO</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>CAR</td> <td>JOSINALVA VENANCIO CHAVES</td> <td></td> <td></td> </tr> </table>		LOC	JUÇARINHA ENG	Nº de casas	4	MUN	AREIA			EST	PARAIBA			DAT	25-05-77	RESTAURADO		REC	MOACIR HERMANO			CAR	JOSINALVA VENANCIO CHAVES		
LOC	JUÇARINHA ENG	Nº de casas	4																								
MUN	AREIA																										
EST	PARAIBA																										
DAT	25-05-77	RESTAURADO																									
REC	MOACIR HERMANO																										
CAR	JOSINALVA VENANCIO CHAVES																										

Croqui da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA

CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E ESPACIAL DO SÍTIO					
TIPOLOGIAS PRIMÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE	IMPLANTAÇÃO	DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE:
CASA DE ENGENHO				<input type="checkbox"/> LINEAR <input type="checkbox"/> PÁTIO RETANGULAR <input type="checkbox"/> IRREGULAR	A propriedade foi desapropriada para implantação de um assentamento.
CASA DE PURGAR			<input type="checkbox"/> PÁTIO <input type="checkbox"/> PÁTIO IRREGULAR <input type="checkbox"/> GRADE		
SENZALA					
CASA GRANDE				POSICIONAMENTO DAS EDIFICAÇÕES <input type="checkbox"/> CAPELA/CASA-GRANDE NO ALTO <input type="checkbox"/> CAPELA EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> CASA-GRANDE EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> TODO CONJUNTO NO MESMO PLANO	
TIPOLOGIAS SECUNDÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE		
CURRAL/ESTÁBULO					
DEPÓSITO/GALPÃO				USO DA ÁREA ADJACENTE ÀS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> TRÂNSITO <input type="checkbox"/> CANAVIAL <input type="checkbox"/> AGRIC. SUBSISTÊNCIA	DESCRIÇÃO/MODIFICAÇÃO NA PAISAGEM: O local do assentamento é bastante arborizado, com presença de árvores frutíferas e toda a área elevada é coberta por mata.
OFICINA				<input type="checkbox"/> LAZER <input type="checkbox"/> ATIVIDADES DOMÉSTICAS <input type="checkbox"/> SECAGEM PRODUTOS AGRÍCOLAS	
CASA DO MORADOR				<input type="checkbox"/> PECUÁRIA <input checked="" type="checkbox"/> POMAR <input type="checkbox"/> OUTRO	
BARRACÃO				QUAL OUTRO:	
OUTRA					
DADOS ECONÔMICOS:				OBSERVAÇÕES: Não foi possível a realização de entrevista.	

FOTOS:



Local onde existiu o engenho Jussarinha. Foto: Anna Cristina A. Ferreira, 15/04/2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA		CENTRO DE TECNOLOGIA	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO - PPGAU
ENGENHOS DO MUNICÍPIO DE AREIA/PB			
FICHA SÍTIO Nº: 34		DATA E HORA: 29/04/2009 10:20 AM	
IDENTIFICAÇÃO		CROQUI:	
NOME:	Ipueira		
OUTROS NOMES:			
NATUREZA:	Engenho		
MUNICÍPIO:	Areia		
ATIVIDADE ATUAL:	Rapadura, cachaça e pecuária		
ÁREA :	400 ha		
ACESSO VIA:	Rural		
PROPRIETÁRIO:	Donato Feitosa		
CONTATO:	(83) 99711246 / 99751040		
PROPRIEDADES VIZINHAS:	Ipueira São João, Ipueira de Osvaldo Pina, Fechado.		
PROTEÇÃO EXISTENTE:			
COORDENADAS DO PONTO DE REFERÊNCIA:			
LATITUDE: S6 54.687	LONGITUDE: W35 41.047		
ALTITUDE (m): 428			
DATA DE CONSTRUÇÃO:			
ATIVIDADE INICIAL:			
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: BOM			
LOCALIZAÇÃO:			

Local: Engenho Ipueira  
 Nº de casas: 21  
 Município: Areia  
 Estado: Paraíba  
 Data: 30/06/1977  
 Croqui da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA

CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E ESPACIAL DO SÍTIO						
TIPOLOGIAS PRIMÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	DE DAS	QUANTIDADE	RELEVANTE	IMPLANTAÇÃO <input type="checkbox"/> LINEAR <input type="checkbox"/> PÁTIO RETANGULAR <input checked="" type="checkbox"/> IRREGULAR <input type="checkbox"/> PÁTIO <input type="checkbox"/> PÁTIO IRREGULAR <input type="checkbox"/> GRADE	DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE: A propriedade possui a casa do engenho, casa grande, um depósito, um curral e cinco casas de moradores. Chegaram a existir 30 casas de moradores na propriedade. A casa do engenho foi completamente demolida e reconstruída em 1968.
CASA DE ENGENHO	BOM	1				
CASA DE PURGAR						
SENZALA						
CASA GRANDE	BOM		1		POSICIONAMENTO DAS EDIFICAÇÕES <input type="checkbox"/> CAPELA/CASA-GRANDE NO ALTO <input type="checkbox"/> CAPELA EM POSIÇÃO INFERIOR <input checked="" type="checkbox"/> CASA-GRANDE EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> TODO CONJUNTO NO MESMO PLANO	
CAPELA						
TIPOLOGIAS SECUNDÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	DE DAS	QUANTIDADE	RELEVANTE		DESCRIÇÃO/MODIFICAÇÃO NA PAISAGEM: A propriedade possui 400 hectares, utilizados para plantação de cana-de-açúcar, que ocupa 42 hectares; a área de pasto, que ocupa 264 hectares; 80 hectares se destinam a preservação de mata nativa, e o restante se dividem entre a plantação de árvores frutíferas, principalmente banana, e os roçados dos moradores. Quanto a hidrografia, existe um grande açude construído pelo Governo Federal dentro da propriedade, para abastecimento de Areia, e se encontra abandonado. O abastecimento do engenho é feito por três olhos d'água existentes na propriedade.
CURRAL/ESTÁBULO	REGULAR		1		USO DA ÁREA ADJACENTE ÀS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> TRÂNSITO <input checked="" type="checkbox"/> CANAVIAL <input type="checkbox"/> AGRIC. SUBSISTÊNCIA <input type="checkbox"/> LAZER <input type="checkbox"/> ATIVIDADES DOMÉSTICAS <input type="checkbox"/> SECAGEM PRODUTOS AGRÍCOLAS <input checked="" type="checkbox"/> PECUÁRIA <input checked="" type="checkbox"/> POMAR <input type="checkbox"/> OUTRO	
DEPÓSITO/GALPÃO	REGULAR		1			
OFICINA						
CASA DO MORADOR	REGULAR		5			
BARRACÃO						
OUTRA						
DADOS ECONÔMICOS:				OBSERVAÇÕES:		
atividade principal da propriedade é a fabricação de rapadura e cachaça. A pecuária é praticada em pequena escala. A cultura principal da propriedade sempre foi a cana-de-açúcar, mas já houve produção de café e sisal. O proprietário alega que precisou diminuir o número de moradores por conta das exigências trabalhistas. O proprietário pretende vender algumas áreas da propriedade. Na época da Usina Santa Maria a propriedade possuía cerca de 120 hectares de canavial, área que diminuiu devido a baixa procura pelo produto. A família vive apenas com o que é produzido no engenho.				A propriedade foi adquirida pelo pai do atual proprietário em 1936,		

FOTOS:



Casa grande, fábrica, depósito e implantação do engenho. Foto: Anna Cristina A. Ferreira, 29/04/2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA		CENTRO DE TECNOLOGIA	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO - PPGAU
ENGENHOS DO MUNICÍPIO DE AREIA/PB			
FICHA SÍTIO Nº: 35		DATA E HORA: 29/04/2009 11:57 AM	
IDENTIFICAÇÃO		CROQUI:	
NOME:	Fechado de Cima		
OUTROS NOMES:			
NATUREZA:	Engenho		
MUNICÍPIO:	Areia		
ATIVIDADE ATUAL:	Cachaça		
ÁREA :	80 ha		
ACESSO VIA:	Rural		
PROPRIETÁRIO:	Francisco Cavalcanti Souto		
CONTATO:			
PROPRIEDADES VIZINHAS:	Barra do Salgado, Chã de Santo Antônio, Fechado de Osvaldo Pina, Fechado.		
PROTEÇÃO EXISTENTE:			
COORDENADAS DO PONTO DE REFERÊNCIA:			
LATITUDE: S6 53.600		LONGITUDE: W35 40.957	
ALTITUDE (m): 465			
DATA DE CONSTRUÇÃO: 2003 (fábrica)			
ATIVIDADE INICIAL: Cana-de-açúcar			
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: REGULAR			
LOCALIZAÇÃO:			
		<p>LOC. FECHADO DE CIMA - Nº DE CADASTRO 18          MUN. AREIA          E.U.F. FARRIÃO          DATA 02.06.17          REC. JOSÉ CRANEIRO          CRR. 02/06/17 (Revisado em 15.5.08)</p>	

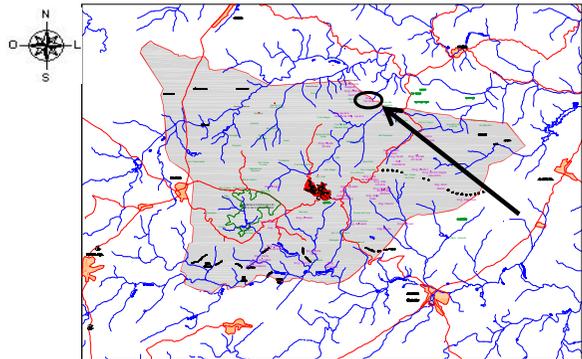
Croqui da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA

CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E ESPACIAL DO SÍTIO					
TIPOLOGIAS PRIMÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE	IMPLANTAÇÃO	DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE:
CASA DE ENGENHO	REGULAR	1		<input type="checkbox"/> LINEAR <input type="checkbox"/> PÁTIO RETANGULAR <input type="checkbox"/> IRREGULAR <input checked="" type="checkbox"/> PÁTIO <input type="checkbox"/> PÁTIO IRREGULAR <input type="checkbox"/> GRADE	A casa do engenho foi construído há apenas seis anos. O restante da propriedade, inclusive a casa grande, existe há aproximadamente 80 anos. A casa grande anterior não existe mais. A propriedade já possuiu doze casas de moradores, hoje não há mais nenhuma.
CASA DE PURGAR					
SENZALA					
CASA GRANDE	REGULAR	1		POSICIONAMENTO DAS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> CASA-GRANDE NO ALTO <input type="checkbox"/> CAPELA EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> CASA-GRANDE EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> TODO CONJUNTO NO MESMO PLANO	
TIPOLOGIAS SECUNDÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE		
CURRAL/ESTÁBULO	RUIM	1			DESCRIÇÃO/MODIFICAÇÃO NA PAISAGEM: O engenho possui cerca de 80 hectares. A propriedade foi desmembrada do engenho Fechado que pertenceu ao senhor Osvaldo Pina. A área se divide entre a plantação de cana, de aproximadamente 15 hectares; de pasto nativo, com cerca de 12 hectares; algumas árvores frutíferas e a área de mata nativa. Quanto a hidrografia, a propriedade é atravessada por um riacho e o abastecimento é feito por poços artesanais.
DEPÓSITO/GALPÃO	RUIM	2		USO DA ÁREA ADJACENTE ÀS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> TRÂNSITO <input checked="" type="checkbox"/> CANAVIAL <input type="checkbox"/> AGRIC. SUBSISTÊNCIA <input type="checkbox"/> LAZER <input checked="" type="checkbox"/> ATIVIDADES DOMÉSTICAS <input type="checkbox"/> SECAGEM PRODUTOS AGRÍCOLAS <input checked="" type="checkbox"/> PECUÁRIA <input checked="" type="checkbox"/> POMAR <input type="checkbox"/> OUTRO	
OFICINA					
CASA DO MORADOR					
BARRACÃO				QUAL OUTRO:	
OUTRA					
DADOS			ECONÔMICOS:	OBSERVAÇÕES:	
A atividade da propriedade é a produção de cachaça. Já houve a produção do agave aliada a de cana-de-açúcar, mas foi extinta. Antes de construir o engenho toda a cana plantada se destinava a abastecer a Usina Santa Maria. O lucro da produção não possibilita ter trabalhadores morando na propriedade. Além da renda do engenho, a família vive de aposentadoria. O proprietário alega que não pode modernizar a propriedade por falta de incentivos do governo e dos bancos.				Quando a propriedade foi adquirida pela família nunca havia sido explorada com agricultura, era área de mata virgem.	

FOTOS:



Casa grande e fábrica do engenho, e algumas áreas da propriedade. Foto: Anna Cristina A. Ferreira, 29/04/2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA		CENTRO DE TECNOLOGIA	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO - PPGAU
ENGENHOS DO MUNICÍPIO DE AREIA/PB			
FICHA SÍTIO Nº: 36		DATA E HORA: 29/04/2009 11:25 AM	
IDENTIFICAÇÃO		CROQUI:	
NOME:	Fechado		
OUTROS NOMES:	São João Fechado de Cima		
NATUREZA:	Engenho		
MUNICÍPIO:	Areia		
ATIVIDADE ATUAL:	Fornecimento de cana-de-açúcar		
ÁREA :	100 hectares		
ACESSO VIA:	Rural		
PROPRIETÁRIO:	Ariosvaldo Pedrosa Barreto		
CONTATO:	(83) 91469339		
PROPRIEDADES VIZINHAS:	Sítio Fechado, Engenho Pintura e Engenho Ipeira.		
PROTEÇÃO EXISTENTE:			
COORDENADAS DO PONTO DE REFERÊNCIA:			
LATITUDE: S6 53.943		LONGITUDE: W35 40.312	
ALTITUDE (m): 417			
DATA DE CONSTRUÇÃO:			
ATIVIDADE INICIAL:	Cana-de-açúcar		
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: RUIM			
LOCALIZAÇÃO:			
		<p>Local: Engenho Fechado                  Nº de casas: 12                  Município: Areia                  Estado: Paraíba                  Data: 02/06/1977                  Croqui da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA</p>	

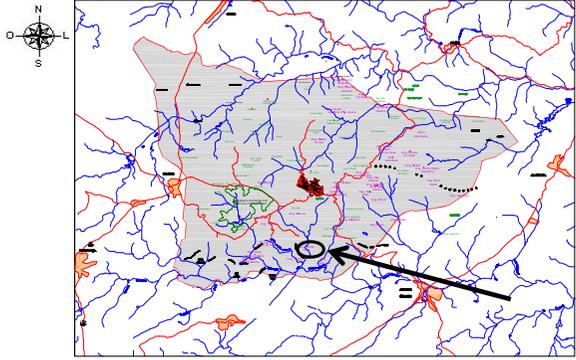
CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E ESPACIAL DO SÍTIO

TIPOLOGIAS PRIMÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	DE DAS	QUANTIDADE	RELEVANTE	IMPLANTAÇÃO	DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE:
CASA DE ENGENHO	RUIM		1		<input checked="" type="checkbox"/> LINEAR <input type="checkbox"/> PÁTIO RETANGULAR <input type="checkbox"/> IRREGULAR <input type="checkbox"/> PÁTIO <input type="checkbox"/> PÁTIO IRREGULAR <input type="checkbox"/> GRADE	A casa do engenho se encontra em estado precário, e não funciona mais. Não há casa grande, apenas três casas de moradores. Haviam mais cinco ou seis casas que foram demolidas.
CASA DE PURGAR						
SENZALA						
CASA GRANDE						
CAPELA					POSICIONAMENTO DAS EDIFICAÇÕES <input type="checkbox"/> CAPELA/CASA-GRANDE NO ALTO <input type="checkbox"/> CAPELA EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> CASA-GRANDE EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> TODO CONJUNTO NO MESMO PLANO	
TIPOLOGIAS SECUNDÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	DE DAS	QUANTIDADE	RELEVANTE	USO DA ÁREA ADJACENTE ÀS EDIFICAÇÕES	DESCRIÇÃO/MODIFICAÇÃO NA PAISAGEM:
CURRAL/ESTÁBULO						A propriedade ocupa 100 hectares. Sendo 25 hectares de cana, 3 hectares de casas, 20 hectares de área de preservação da mata e o restante da área ocupada com os roçados dos moradores. Há um riacho que atravessa a propriedade.
DEPÓSITO/GALPÃO					<input checked="" type="checkbox"/> TRÂNSITO <input checked="" type="checkbox"/> CANAVIAL <input type="checkbox"/> AGRIC. SUBSISTÊNCIA	
OFICINA					<input type="checkbox"/> LAZER <input type="checkbox"/> ATIVIDADES DOMÉSTICAS <input type="checkbox"/> SECAGEM PRODUTOS AGRÍCOLAS	
CASA DO MORADOR	REGULAR		3		<input type="checkbox"/> PECUÁRIA <input type="checkbox"/> POMAR <input type="checkbox"/> OUTRO	
BARRACÃO					QUAL OUTRO:	
OUTRA						
DADOS ECONÔMICOS:				OBSERVAÇÕES:		
A propriedade possui um canavial para abastecimento de outros engenhos. Na época de funcionamento da Usina Santa Maria 100% da área era destinada ao plantio de cana.						

FOTOS:



Fábrica e uma das casas de moradores. Foto: Anna Cristina A. Ferreira, 29/04/2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA		CENTRO DE TECNOLOGIA	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO - PPGAU
ENGENHOS DO MUNICÍPIO DE AREIA/PB			
FICHA SÍTIO Nº: 37		DATA E HORA: 13/05/2009 10:00 AM	
IDENTIFICAÇÃO		CROQUI:	
NOME:	Santa Irene		
OUTROS NOMES:			
NATUREZA:	Engenho		
MUNICÍPIO:	Areia		
ATIVIDADE ATUAL:	Pecuária		
ÁREA :			
ACESSO VIA:	Rural		
PROPRIETÁRIO:			
CONTATO:			
PROPRIEDADES VIZINHAS:			
PROTEÇÃO EXISTENTE:			
COORDENADAS DO PONTO DE REFERÊNCIA:			
LATITUDE: S7 00.405		LONGITUDE: W35 42.534	
ALTITUDE (m): 307			
DATA DE CONSTRUÇÃO:			
ATIVIDADE INICIAL:	Cana-de-açúcar		
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: REGULAR			
LOCALIZAÇÃO:			
			

CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E ESPACIAL DO SÍTIO						
TIPOLOGIAS PRIMÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	DE DAS	QUANTIDADE	RELEVANTE	IMPLANTAÇÃO	DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE: A implantação do conjunto é linear, lindeiro a uma estrada. A casa do engenho e a casa grande encontram-se em um estado regular de conservação, o restante esta ruim.
CASA DE ENGENHO	REGULAR		1		<input checked="" type="checkbox"/> LINEAR <input type="checkbox"/> PÁTIO RETANGULAR <input type="checkbox"/> IRREGULAR <input type="checkbox"/> PÁTIO <input type="checkbox"/> PÁTIO IRREGULAR <input type="checkbox"/> GRADE	
CASA DE PURGAR						
SENZALA						
CASA GRANDE	REGULAR		1		POSICIONAMENTO DAS EDIFICAÇÕES <input type="checkbox"/> CAPELA/CASA-GRANDE NO ALTO <input type="checkbox"/> CAPELA EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> CASA-GRANDE EM POSIÇÃO INFERIOR <input checked="" type="checkbox"/> TODO CONJUNTO NO MESMO PLANO	
CAPELA						
TIPOLOGIAS SECUNDÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	DE DAS	QUANTIDADE	RELEVANTE		DESCRIÇÃO/MODIFICAÇÃO NA PAISAGEM: A área é ocupada por cana-de-açúcar, bananeiras e capim. Há um riacho que atravessa a propriedade.
CURRAL/ESTÁBULO	RUIM		1		USO DA ÁREA ADJACENTE ÀS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> TRÂNSITO <input checked="" type="checkbox"/> CANAVIAL <input type="checkbox"/> AGRIC. SUBSISTÊNCIA	
DEPÓSITO/GALPÃO					<input checked="" type="checkbox"/> LAZER <input type="checkbox"/> ATIVIDADES DOMÉSTICAS <input type="checkbox"/> SECAGEM PRODUTOS AGRÍCOLAS	
OFICINA					<input checked="" type="checkbox"/> PECUÁRIA <input checked="" type="checkbox"/> POMAR <input type="checkbox"/> OUTRO	
CASA DO MORADOR	REGULAR		2		QUAL OUTRO:	
BARRACÃO						
OUTRA						
DADOS ECONÔMICOS: engenho produz rapadura e frutas, principalmente banana.				OBSERVAÇÕES: Não foi possível a realização da entrevista		

FOTOS:



Fábrica, casa grande e plantação de cana e banana. Foto: Anna Cristina A. Ferreira, 29/04/2009.

ENGENHOS DO MUNICÍPIO DE AREIA/PB

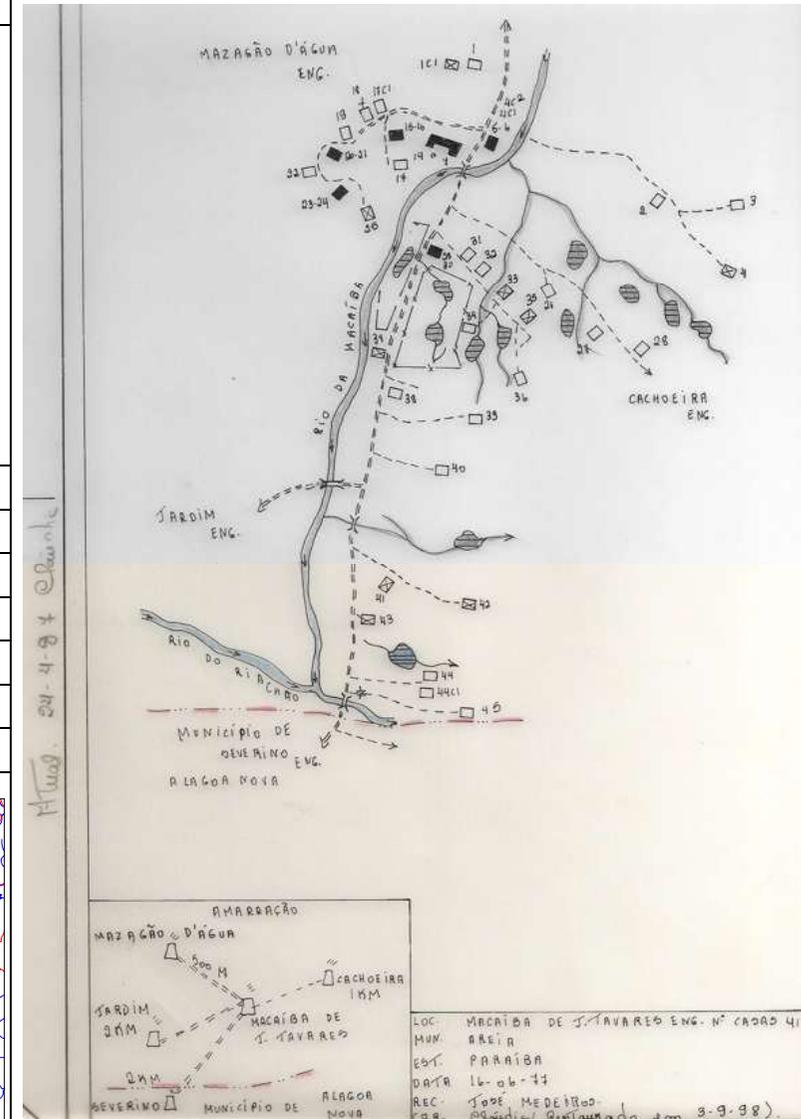
FICHA SÍTIO Nº: 38

DATA E HORA: 13/05/2009 10:15 AM

IDENTIFICAÇÃO

NOME: Macaíba  
 OUTROS NOMES:  
 NATUREZA: Fazenda leite  
 MUNICÍPIO: Areia  
 ATIVIDADE ATUAL: Fazenda  
 ÁREA: 105 ha  
 ACESSO VIA: Rural  
 PROPRIETÁRIO: Gisela Henrique Leal  
 Francisco Assis Lacerda  
 CONTATO: (83) 99049546  
 PROPRIEDADES VIZINHAS: Jardim, Santa Irene, Cachoeira.

CROQUI:



Croqui da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA

PROTEÇÃO EXISTENTE:

COORDENADAS DO PONTO DE REFERÊNCIA:

LATITUDE: S7 00.813

LONGITUDE: W35 42.475

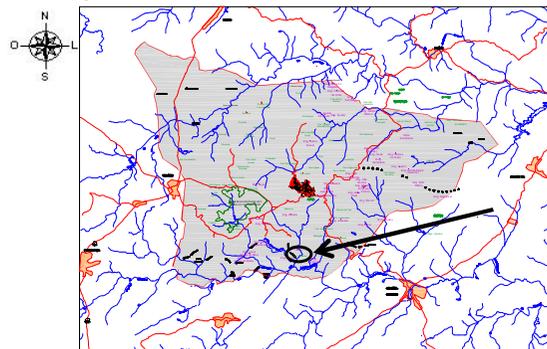
ALTITUDE (m): 310

DATA DE CONSTRUÇÃO:

ATIVIDADE INICIAL: Engenho

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: REGULAR

LOCALIZAÇÃO:

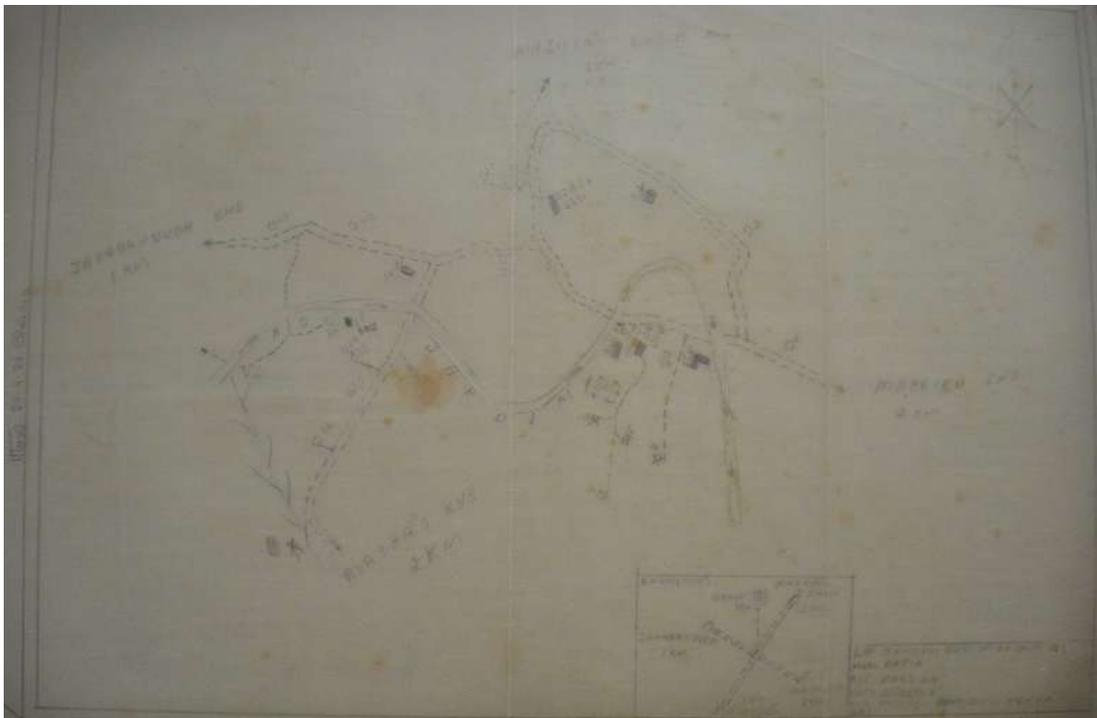
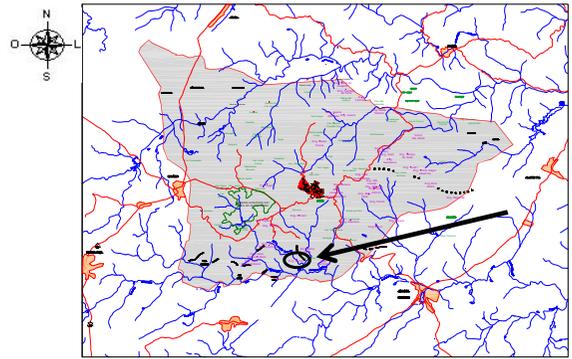


CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E ESPACIAL DO SÍTIO					
TIPOLOGIAS PRIMÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE	IMPLANTAÇÃO <input type="checkbox"/> LINEAR <input type="checkbox"/> PÁTIO RETANGULAR <input checked="" type="checkbox"/> IRREGULAR <input type="checkbox"/> PÁTIO <input type="checkbox"/> PÁTIO IRREGULAR <input type="checkbox"/> GRADE	DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE: É uma das poucas propriedades onde ainda existe a capela, que não é usada e está fechada. Embora não exerça mais a atividade de engenho o proprietário mantém as instalações, mas precisou fazer algumas reformas após ser atingido pela enchente causada pelo rompimento da Barragem de Camará.
CASA DE ENGENHO	REGULAR	1			
CASA DE PURGAR					
SENZALA					
CASA GRANDE	REGULAR	1		POSICIONAMENTO DAS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> CAPELA/CASA-GRANDE NO ALTO <input type="checkbox"/> CAPELA EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> CASA-GRANDE EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> TODO CONJUNTO NO MESMO PLANO	DESCRIÇÃO/MODIFICAÇÃO NA PAISAGEM: A propriedade possui 105 hectares. A maior parte é destinada a pecuária, com exceção de 30 hectares de reserva florestal, e uma pequena parte de árvores frutíferas. Quanto a hidrografia, dois riachos perenes atravessam a propriedade.
CAPELA	REGULAR	1			
TIPOLOGIAS SECUNDÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE		
CURRAL/ESTÁBULO	RUIM	1		USO DA ÁREA ADJACENTE ÀS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> TRÂNSITO <input type="checkbox"/> CANAVIAL <input type="checkbox"/> AGRIC. SUBSISTÊNCIA	
DEPÓSITO/GALPÃO	RUIM	2		<input type="checkbox"/> LAZER <input type="checkbox"/> ATIVIDADES DOMÉSTICAS <input type="checkbox"/> SECAGEM PRODUTOS AGRÍCOLAS	
OFICINA				<input checked="" type="checkbox"/> PECUÁRIA <input checked="" type="checkbox"/> POMAR <input type="checkbox"/> OUTRO	
CASA DO MORADOR	REGULAR	4		QUAL OUTRO:	
BARRAÇÃO					
OUTRA					
DADOS ECONÔMICOS:			OBSERVAÇÕES:		
A atividade principal da propriedade é a pecuária. O proprietário consegue se manter com o que produzido pela propriedade mas pensa em vendê-la.					

FOTOS:



Fábrica, casa grande, capela e implantação do engenho. Foto: Anna Cristina A. Ferreira, 13/05/2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA		CENTRO DE TECNOLOGIA	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO - PPGAU
ENGENHOS DO MUNICÍPIO DE AREIA/PB			
FICHA SÍTIO Nº: 39		DATA E HORA: 13/05/2009 10:45 AM	
IDENTIFICAÇÃO		CROQUI:	
NOME:	Jardim		
OUTROS NOMES:			
NATUREZA:	Engenho		
MUNICÍPIO:	Areia		
ATIVIDADE ATUAL:	Cachaça e pecuária		
ÁREA :	120 ha		
ACESSO VIA:	Rural		
PROPRIETÁRIO:	João Fernando Graciano de Oliveira		
CONTATO:			
PROPRIEDADES VIZINHAS:	Macaíba, Japaranduba, Santa Irene.		
PROTEÇÃO EXISTENTE:			
COORDENADAS DO PONTO DE REFERÊNCIA:			
LATITUDE: S7 00.898		LONGITUDE: W35 42.990	
ALTITUDE (m): 322			
DATA DE CONSTRUÇÃO:			
ATIVIDADE INICIAL: Engenho			
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: BOM			
LOCALIZAÇÃO:			
			<p>Local: Engenho Jardim                      Nº de casas: 41                      Município: Areia                      Estado: Paraíba                      Data: 15/07/1977                      Croqui da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA</p>

CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E ESPACIAL DO SÍTIO

TIPOLOGIAS PRIMÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE	IMPLANTAÇÃO	DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE:
CASA DE ENGENHO	BOM	1		<input type="checkbox"/> LINEAR <input type="checkbox"/> PÁTIO RETANGULAR <input checked="" type="checkbox"/> IRREGULAR <input type="checkbox"/> PÁTIO <input type="checkbox"/> PÁTIO IRREGULAR <input type="checkbox"/> GRADE	Todo o conjunto se encontra em bom estado de conservação. O proprietário supõe que a construção do engenho tenha sido em 1900. Apenas uma das edificações é recente, um galpão utilizado como bagaceira. Já houveram muitas casas de moradores, mas atualmente restam apenas seis.
CASA DE PURGAR					
SENZALA					
CASA GRANDE	BOM	1		POSICIONAMENTO DAS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> CAPELA/CASA-GRANDE NO ALTO <input type="checkbox"/> CAPELA EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> CASA-GRANDE EM POSIÇÃO INFERIOR <input type="checkbox"/> TODO CONJUNTO NO MESMO PLANO	
CAPELA					
TIPOLOGIAS SECUNDÁRIAS IDENTIFICADAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	QUANTIDADE	RELEVANTE		
CURRAL/ESTÁBULO	BOM	1			DESCRIÇÃO/MODIFICAÇÃO NA PAISAGEM: A propriedade possui 120 hectares. Destes, 50 hectares são utilizados para plantação de pasto, 4 hectares são para a cana-de-açúcar, e cerca de 25 hectares são destinados a reserva de mata. Além dos roçados dos moradores. O abastecimento do engenho é feito por um poço construído pelo avô do proprietário.
DEPÓSITO/GALPÃO	BOM	4		USO DA ÁREA ADJACENTE ÀS EDIFICAÇÕES <input checked="" type="checkbox"/> TRÂNSITO <input checked="" type="checkbox"/> CANAVIAL <input type="checkbox"/> AGRIC. SUBSISTÊNCIA <input type="checkbox"/> LAZER <input type="checkbox"/> ATIVIDADES DOMÉSTICAS <input type="checkbox"/> SECAGEM PRODUTOS AGRÍCOLAS	
OFICINA					
CASA DO MORADOR	REGULAR	6		<input checked="" type="checkbox"/> PECUÁRIA <input checked="" type="checkbox"/> POMAR <input type="checkbox"/> OUTRO	
BARRACÃO				QUAL OUTRO:	
OUTRA					
DADOS ECONÔMICOS: As atividades atuais da propriedade é a cultura da cana-de-açúcar e a pecuária. A família vive apenas do que é produzido no engenho, possui apenas uma aposentadoria como renda extra.				OBSERVAÇÕES:	

FOTOS:



Implantação do engenho, fábrica e casa grande. Foto: Anna Cristina A. Ferreira, 13/05/2009.



O descuido de se tornar:  
 A importância da paisagem cultural dos engenhos de  
 cachaça e rapadura como patrimônio do município de Areia.  
 Anna Cristina Andrade Ferreira

Anexos

Anexo A:

Ficha Sítio elaborada por Juliano Carvalho usando como base o inventário do IPAC<sup>1</sup>

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA		DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA		NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA E REGIONAL	
FICHA 1 - SÍTIO		PRE-INVENTÁRIO DOS ENGENHOS DA VARZEA DO RIO PARAIBA			
		Campo: 12/2004	Conclusão: 02/2005		
Identificação	<p><b>Engenho da Graça</b></p> <p><b>Descrição:</b> Sítio de interesse arquitetônico e paisagístico, situado em terreno plano, no sôco do tabuleiro sul. A implantação é de um efeitlo excepcional: os prédios se dispõem linearmente, tendo ao fundo a vegetação e a frente a Lagoa da Graça, que abastece o engenho d'água, o que proporciona a vista do conjunto à distância. No sentido sudoeste-nordeste, se sucedem as ruínas da senzala, da fábrica, da casa-grande e o único edifício íntegro – a capela, tombada pelo IPHAN. Todas totalmente em pedra calcária, provavelmente proveniente da jazida do próprio sítio. A água que vem da lagoa é uma das nascentes do rio Sanhauá.</p>				
Nome do sítio	Engenho da Graça				
Outros Nomes:	Fazenda da Graça				
Natureza	Engenho				
Município	João Pessoa				
Acesso via	Via urbana				
Proprietário	CIMEPAR (Grupo CIMPOR)				
Contato com o proprietário:	tel: 83-2105-8058 Fax: 83-2105-8059				
Atividade atual	Eventos para a indústria, sem visitação pública.				
Proteção existente	Tombamento Federal				
Tombamento	Livro das beco-atas, inscrição nº 042, de 30/04/19				
Proteção proposta	Extensão do tombamento federal a todo o sítio.				
Coordenadas do ponto de referência (SAD 50)					
X	240821	Y	8210316		
<b>Estado de conservação: B</b>					
Capela (D), ruínas da casa-grande (E) e Lagoa da Graça (1º plano)					
<p><b>PLANTA DO SÍTIO</b></p> <p>Fonte: atualizado a partir de LOPES, 1991</p>		<p><b>LEGENDA</b></p> <p>Arvoredo</p> <p>Via pavimentada</p> <p>Corpo d'água</p>		<p><b>USO ORIGINAL</b></p> <p>1. Senzala</p> <p>2. Moita</p> <p>3. Levada d'água</p> <p>4. Casa grande</p> <p>5. Capela</p> <p>6. Lagoa da Graça</p> <p>● Ponto geo-referenciado</p>	

<sup>1</sup> CARVALHO, Juliano Loureiro de. *Pré-inventário dos engenhos da várzea do Rio Paraíba*. Vol. 2. João Pessoa: Trabalho Final (Monografia) de Graduação em Arquitetura e Urbanismo – UFPB, 2005.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)